



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1134

Sexta-feira - 07 de Dezembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	6
Caçador	6
Camboriú	9
Campo Alegre	9
Campos Novos	13
Canoinhas	14
Capinzal	14
Catanduvas	15
Chapadão do Lageado	16
Concórdia	16
Cordilheira Alta	17
Corupá	34
Curitibanos	36
Ermo	36
Forquilha	37
Fraiburgo	37
Garopaba	40
Gaspar	48
Governador Celso Ramos	79
Ibiam	82
Imbituba	82
Iomerê	84
Irineópolis	89
Joaçaba	89
Lebon Regis	95
Leoberto Leal	95
Lindóia do Sul	97
Luzerna	98
Macieira	99
Maracajá	104
Massaranduba	104
Meleiro	106
Monte Carlo	106
Navegantes	106
Nova Trento	110
Novo Horizonte	110
Palhoça	111
Paulo Lopes	111
Peritiba	112
Porto Belo	112
Porto União	113
Rio do Sul	115
São Bento do Sul	116
São Lourenço do Oeste	212
São Pedro de Alcântara	228
Schroeder	228
Timbó	237

Três Barras	242
Tunápolis	242
Videira	242
Vitor Meireles	248

Associações

EGEM	249
------------	-----

Consórcios

CIGA	249
------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei No 1.414/2012

LEI NO 1.414/2012

Autoriza da demolição de prédios e a devolução dos imóveis cedidos a que se refere e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a demolição dos prédios abaixo relacionados, que abrigavam escolas da rede municipal de ensino e que atualmente se encontram desativados, e a respectiva devolução dos terrenos aos seus proprietários de direito.

I - Escola de Santa Bárbara;

II - Escola de Alto Braço do Norte;

III - Escola de Canudos;

IV - Escola de Rocinha;

Parágrafo Único - Havendo o interesse na permanência da edificação em questão, deverá o proprietário de direito do imóvel manifestar expressamente este interesse, na situação em que se encontrar, assinando para tanto termo se responsabilizando pela manutenção e reforma do mesmo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 04 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei Nº 1.415/2012

LEI Nº 1.415/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 70.730,00 (setenta mil e setecentos e trinta reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

2.038.3.1.90.00.00.0.1.000 - Atenção à população da 3ª Idade
89 - Aplicações Diretas
R\$ 2.500,00

2.038.3.1.91.00.00.0.1.000 - Atenção à população da 3ª Idade
92 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentária
R\$ 1.230,00

2.030.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção do FMAS

97 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

09.01 - ENCARGOS GERAIS

0.004.3.3.20.00.00.0.1.000 - Contribuição ao PASEP
152 - Transferências a União
R\$ 18.000,00

0.004.3.3.50.00.00.0.1.000 - Contribuições a Entidades Municipa-
listas
153 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
R\$ 2.000,00

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020.3.1.90.00.00.0.2.000 - Manutenção do Fundo Municipal de
Saúde
004 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI-
COS

2.038.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais
141 - Aplicações Diretas
R\$ 70.730,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 04 de Dezembro de 2.012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 127/2012

DECRETO Nº 127/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 1370/11 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 88.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Di-
retas 88.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 88.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 5 de Dezembro de 2012

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 5 de Dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 128/2012

DECRETO Nº 128/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001415/12 de 4 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.730,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0001.2.002-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Di-
retas 20.000,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Di-
retas 2.500,00

05.03.08.241.0006.2.028-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Di-
retas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.230,00

05.03.08.244.0006.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Di-
retas 7.000,00

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0009.0.004-3.3.20.00.00.00.00.00 - Transferencias
a Uniao 18.000,00

09.01.28.845.0009.0.005-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias

a Instituições Privadas sem Fins Lu 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.26.782.0008.2.038-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.730,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 06 de Dezembro de 2012
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 06 de Dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 129/2012

DECRETO Nº 129/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 1415 de 05 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.020.3.1.90.00.00.0.2.000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
004 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2.038.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais
141 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 06 de Dezembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 527/2012.

PORTARIA Nº 527/2012.
Concede Licença Premio.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor RODRIGO CONRAT, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, a partir de 10 de dezembro de 2012, referente ao período aquisitivo de Agosto/2006 a Agosto/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 06 de dezembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 06 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 528/2012

PORTARIA Nº 528/2012.

Prorroga Contratação temporaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ALEXANDRA GUESSER, no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, a partir de 07 de dezembro de 2012 a 17 de dezembro de 2012, conforme CI nº 038/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 06 de dezembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 06 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças



www.ciga.sc.gov.br

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 258/2012

DECRETO Nº 258/2012 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

Faz remanejamento de recursos orçamentários dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º da Lei Municipal nº 3.156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3.174/2011:

0101. CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA VALOR

0101.01.031.0001.2001 Manutenção do Poder Legislativo 50.000,00

REDUÇÃO

3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 50.000,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentária 50.000,00

0.1.00.000000 Recursos Ordinários 50.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes 50.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas 50.000,00

0.1.00.000000 Recursos Ordinários 50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 259/2012

DECRETO Nº 259/2012 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para pagamento de obrigações relativas ao fornecimento de combustíveis.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8666/93, cada Unidade da Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada; Considerando, a dificuldade de caixa dos últimos 4 (quatro) meses, decorrente da queda da arrecadação;

Considerando, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas; Considerando, a necessidade de atender a contrapartida no grande volume de obras que estão sendo executadas com recursos do Governo Federal e de operações de crédito;

Considerando, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesa para restabelecer a normalidade nos pagamentos até o 31 de dezembro de 2012 e atender ao disposto no artigo 42, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000;

Considerando, que de acordo com o contrato firmado com a empresa AMA Comércio de Combustíveis Ltda. e empresa Ernestão Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. o fornecimento de combustíveis para a frota municipal deve ser paga em até 30 dias após a liquidação da despesa;

Considerando, que o combustível é um produto essencial para movimentação da frota municipal na execução de serviços de elevado interesse público, como transporte escolar e ações de saúde;

Considerando, que o preço desse produto, pela sua natureza, em geral proporcionam pequena margem de lucro aos fornecedores;

Considerando, que o contratado formalizou sua dificuldade de manter o fornecimento à Prefeitura com esse atraso no pagamento;

Considerando, que a Prefeitura não pode deixar de receber regularmente o combustível necessário à movimentação da frota nos serviços essenciais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Fazenda e os Gestores dos Fundos, através do serviço de tesouraria, autorizados a efetuar o pagamento das obrigações vencidas até esta dada, relativo ao fornecimento de combustíveis pela contratada AMA Comércio de Combustíveis Ltda. e contratada Ernestão Comércio de Combustíveis e Lubrificantes Ltda, quebrando assim, a ordem cronológica de vencimento das faturas, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Aviso de Pregão Presencial Nº 180/2012 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2012 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando A AQUISIÇÃO DE tiras de HGT para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/12/2012, às 15h58minh do dia 19/12/2012;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00minh do dia 19/12/2012, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 05 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Aviso de Pregão Presencial Nº 181/2012 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2012 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando A AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL COMPRIMIDO PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU E SAMU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/12/2012, às 13h58minh do dia 19/12/2012;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 19/12/2012, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 05 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Aviso de Pregão Presencial Nº 182/2012 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2012 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/12/2012, às 13h58minh do dia 20/12/2012;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 20/12/2012, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 05 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Aviso de Pregão Presencial Nº 93/2012 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2012 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando LOCAÇÃO DE RELÓGIOS PONTO BIOMÉTRICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/12/2012, às 15h58minh do dia 20/12/2012;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00minh do dia 20/12/2012, no endereço Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243, 1º andar, sala de pregões.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no

ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br. As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Endereço: Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

Biguaçu, SC, 05 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 075/2012

DECRETO Nº 075/2012

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Concurso Público 2/2012, Processo Seletivo 4 e 5/2012.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão de Concurso Público 2/2012, e dos Processos Seletivos 4 e 5/2012, integrada pelos Sr. (a) Roseli Mueller Tietjen, Ligia Vogel, Dulce Iara Larsen Kurth, Deivid Lottin da Silva e Deiziane de Souza Probst para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Concurso Público 2/2012 e os Processos Seletivos 4 e 5/2012, destinado ao preenchimento de vagas de cargos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 04 de dezembro de 2012.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Contrato 47/2012

EXTRATO DE CONTRATO 47/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Cervale Coop. Eletr. Rural Vale Itajai
CNPJ sob o nº 83.148.411/0001-56 Rua XV de Novembro, 871
Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Serviços de deslocamento de rede energia elétrica Rua Amadeu Hercilio da Silva e Extensão de rede Ribeirão Kindel, CV 3/2012.

Valor: R\$ 23.721,88 (Vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

Vigência até 31.12.2012.

Data da assinatura: 05.12.2012

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.389

DECRETO Nº 5.389, de 01 de novembro de 2012.

Suplementa dotações orçamentárias, por conta do remanejamento entre despesas e Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e da Lei nº 2.865, de 22/12/2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador na importância total de R\$ 392.100,00 (trezentos e noventa e dois mil e cem reais):

02.01-Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002-Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 76.000,00

Soma R\$ 86.000,00

02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016-Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Soma R\$ 5.000,00

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.031-Construção e reformas de quadras de esportes

4.4.90.00.0058-Aplicações diretas R\$ 12.600,00

12.361.0011.2.046-Aplicação de recursos do Fundeb 60%

3.1.91.00.0018-Aplicações diretas- Oper. Intra Orçamentárias
R\$ 43.000,00

12.361.0011.2.048-Aplicação do Salário educação

3.3.90.00.0058-Aplicações diretas R\$ 38.000,00

12.361.0011.2.049-Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.0019-Aplicações diretas R\$ 155.500,00

12.365.0011.2.055-Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00.0018-Aplicações diretas- Oper. Intra Orçamentárias
R\$ 37.000,00

3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 296.100,00

02.08-GABINETE DO VICE PREFEITO

04.122.0002.2.158-Manutenção das atividades do Gabinete do Vice Prefeito

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Soma R\$ 5.000,00

Total R\$ 392.100,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais), do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 235.500,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais) e do Superávit Financeiro no

valor de R\$ 55.600,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos reais):

02.01-Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002-Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 76.000,00

Soma R\$ 86.000,00

02.05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.055-Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.0018-Aplicações diretas- Oper. Intra Orçamentárias

R\$ 10.000,00

Soma R\$ 10.000,00

02.08-GABINETE DO VICE PREFEITO

04.122.0002.2.158-Manutenção das atividades do Gabinete do Vice Prefeito

3.1.90.00.0000-Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Soma R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 101.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.390

DECRETO Nº 5.390, de 01 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei 2.865/2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais):

05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Total R\$ 28.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais):

05 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

Total R\$ 7.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Decreto Nº 5.392

DECRETO Nº 5.392, de 09 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei 2.865/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

14.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

14.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal de Caçador.

Decreto Nº 5.398

DECRETO Nº 5.398, de 13 de novembro de 2012.

Abre crédito adicional por conta de convênio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei 2.865/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional abaixo especificado, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), por conta de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.1.051 - Construção e reformas de pontes, pontilhões e bueiros

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 13 de novembro de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal de Caçador.

Decreto Nº 5.410

DECRETO Nº 5.410, de 27 de novembro de 2012.
Abre crédito adicional por conta de convênio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei 2.865/2011,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional abaixo especificado, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 224.056,35 (duzentos e vinte e quatro mil, cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos), por conta de convênio firmado com o Estado de Santa Catarina:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.1.051 - Construção e reformas de pontes, pontilhões e bueiros

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 224.056,35

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de novembro de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal de Caçador.

Decreto Nº 5.417

DECRETO nº 5.417, de 30 de novembro de 2012.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 986,00m² (novecentos e oitenta e seis metros quadrados), de propriedade de Ademilde da Silva, Sabrina Bertotto e Delmina Bodanesi da Silva, matriculado sob o nº 27.840, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado às Ruas Orleans e Urussanga, nesta cidade de Caçador-SC, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 1 com 563,43m² (quinhentos e sessenta e três metros e quarenta e três decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Orleans, medindo 31,00m; ao Sul, com o Lote 2, de Sabrina Bertotto, medindo 29,80m; ao Leste, com a Rua Urussanga, medindo 18,80m; e a Oeste, com Elcy Theresinha Vivan, medindo 18,80m.

II - Lote 2 com 422,57m² (quatrocentos e vinte e dois metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com o Lote 1, medindo 29,80m; ao Sul, com Deair Lemos da Silva e Alvin Engelberto Stuber, medindo 27,00m; ao Leste, com a Rua Urussanga, medindo 15,20m; e a Oeste, com Elcy Theresinha Vivan, medindo 15,20m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.018, de 04 de outubro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.161

PORTARIA Nº 22.161, de 28 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal WILSON RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Marroeiro, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 5463 (cinco mil quatrocentos e sessenta e três) dias, ou 14 (quatorze) anos, 11 (onze) meses e 23 (vinte e três) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00037/12-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 23 de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 28 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Camboriú

PREFEITURA

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO
ADITIVO
FUMREBOM

Primeiro Termo Aditivo
Contrato nº 003/2012
Processo Concorrência Pública Nº. 001/2012
Contratado: CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA
Data: 21/05/2012
Valor: R\$ 3.532,20 (Três mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos)
Prazo: 10 de julho de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de alterações/ adequações que deverão ser efetuadas na obra visando o melhor funcionamento da mesma, conforme justificativa anexa apresentada pelo engenheiro responsável pela obra, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 3.532,20 (Três mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos) e prorrogar, por consequência o prazo de execução da obra por mais 45 (quarenta e cinco) dias, vigorando até 10 de julho de 2012.

JOHN LENON TEODORO
Secretário De Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO
ADITIVO
FME

Primeiro Termo Aditivo
Contrato nº 050/2010
Processo Tomada de Preço Nº. 001/2010
Contratado: IGESA ENGENHARIA LTDA
Data: 17/12/2010
Prazo: 06 de abril de 2011

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução da obra e de vigência do contrato por mais 100 (cem) dias, vigorando até 06 de abril de 2011, conforme Ofício nº 0176/2010 da Secretaria de Educação.

JOHN LENON TEODORO
Secretário De Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO
ADITIVO
FUNDESB

Primeiro Termo Aditivo
Contrato nº 024/2010
Processo Concorrência Pública Nº. 002/2012
Contratado: ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Data: 29/12/2011
Valor: R\$ 622.917,21 (Seiscentos e vinte e dois mil novecentos e dezessete reais e vinte e um centavos)

Objeto: Pelo presente instrumento, conforme previsão contratual em sua cláusula 7.2 e solicitação da empresa, as partes resolvem reajustar o valor contratual pelo índice IPCA em 7,3109% totalizando a importância de R\$ 622.917,21 (Seiscentos e vinte e dois mil novecentos e dezessete reais e vinte e um centavos).

JOHN LENON TEODORO
Secretário De Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 129/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 129/2012 – modalidade Pregão (presencial) Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina M. Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 129/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS para manutenção da frota municipal. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Modelo Pneus Ltda, Du Pneus Ltda, Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda e JK Pneus Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Nenhuma empresa apresentou documento que comprove o enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo - Sr. Rômulo Robl, representante da empresa Du Pneus Ltda. As empresas Modelo Pneus Ltda, Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda e JK Pneus Ltda não se fizeram representar na sessão, porém apresentaram a Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação. Na sequência, abriram-se os envelopes contendo a proposta dos licitantes, passando a rubrica de todos. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Unitário por item. Após o julgamento do único item, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda	692,00	692,00	1ª	Habilitada
JK Pneus Ltda	793,00	793,00	2ª	-----
Modelo Pneus Ltda	819,00	819,00	3ª	-----
Du Pneus Ltda	819,90	Não classificou para lance	4ª	-----

Considerando a classificação e a habilitação da empresa Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda a Pregoeira a declara vencedora deste processo licitatório, com o valor unitário de R\$ 692,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Devolveu-se o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa Du Pneus

Ltda. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata Pregão 27/2012 - FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº. 27/2012)

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, a Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, e equipe de apoio Josiane Alquini Cubas e Maria Cristina Marciniak Munhoz, responsáveis pelo Processo Licitatório nº. 27/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica municipal e medicamentos excepcionais. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda não se fez representar na sessão. Passou-se ao recebimento da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, da única empresa proponente. Após, procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é o menor preço por LOTE. A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda apresentou o valor de R\$ 6.926,44 para o único lote. Após julgamento da proposta, abriram-se os envelopes contendo os documentos de habilitação da empresa. Considerando a classificação e habilitação da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a Pregoeira a declara vencedora da presente licitação com o valor de R\$ 6.926,44. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 014/2012

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 014/2012

O Município de Campo Alegre/SC conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo seletivo simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Campo Alegre/SC, para atender os usuários do sistema municipal de saúde durante as férias coletivas, junto ao Hospital São Luiz.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
Para cobrir os plantões dos dias 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31 de dezembro/2012 e 1º de janeiro/2013. (Das 07:00 às 19:00 horas)	Médico IV	Médico Plantonista	De 12 horas semanais até o Maximo de 60 horas semanais.	Curso Superior de Medicina; Registro no Conselho Regional de Medicina.	R\$ 32,02 a hora, acrescida de mais 40% de gratificação especial médica

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições estarão abertas no período de 05 a 10 de dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à rua Cel. Bueno Franco nº 292, centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 – São condições de Inscrição:

Ser brasileiro nato ou naturalizado;
Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 – O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

I- Carteira de identidade;
II- Cadastro de pessoa física – CPF (fotocópia legível)
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela.
Comprovante de Quitação Eleitoral.
Certificado Militar
IV- Comprovação do nível de escolaridade exigido;
V- Registro do Conselho Regional de Medicina.
VI- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública,
2.4 – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 – Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 – As inscrições deferidas, serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual

período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – Os critérios de classificação do presente processo seletivo será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 – Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 30 de julho de 2012.

3.3 - Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I – 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 – No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro.

3.5 - Resultado final será a maior pontuação do tempo de serviço na área.

3.6 – Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- o mais idoso;

- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 – A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.8 – O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 – DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 – A jornada de trabalho do contratado para o cargo de médico IV é de 12:00 horas até 60:00 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 – Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime especial, conforme necessidade.

5 – DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 – Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 – A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 – Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade

b) Certidão de nascimento

c) Certidão de casamento

d) CPF

e) Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF

f) Título de eleitor

g) Comprovante de votação ou comprovante de regularidade eleitoral

h) Carteira de Trabalho

i) Comprovante de Residência

j) Certificado de reservista

k) Declaração de dependentes

l) Declaração Imposto de renda ou de isento

m) Certidão nascimento dos filhos

n) Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos

o) Informar se possui filhos deficientes

p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional

q) Certificado do nível de escolaridade

r) Pis/Pasep

s) Conta corrente no Banco Brasil

t) Atestado Admissional

u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.

w)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.

x)- O candidato deverá apresentar certidão expedida pelo Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal, na qual seja expressamente indicado que o mesmo não possui contrato rescindido antecipadamente pela administração.

5.4 – A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 – O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 – Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogada se necessário por apenas mais um ano.

6.3 – Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre “SC”, 04 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3268/57.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL



FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____
 NOME: _____ RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____ CPF: _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____ Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____ TEL: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 014/2012.

DATA: _____ ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 014/2012

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

Retificação Edital Nº 013/2012

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 013/2012
 PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Município de Campo Alegre/SC conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso IV da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012 torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas as inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2013.

1- DO OBJETO

Retifica a Escolaridade para o Cargo de Professor I, conforme Lei Municipal nº 088/2012:

Código	Cargo/ Disciplina	Função	Escolaridade	Carga horária	Contratação Imediata	Cadastro de Reserva	Vencimento
02	Professor I	Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais	Habilitação: Formação de Nível Superior em Pedagogia/Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais, licenciatura em Pedagogia ou Pedagogia com pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais.	Até 40 horas semanais	0	06	P1-1A - R\$ 1.741,20
Não Habilitado: cursando Pedagogia/Normal Superior Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.							PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2012.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal



Campos Novos

PREFEITURA

Anulação de Publicação

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Campos Novos-SC, torna público o CANCELAMENTO da publicação de chamada publica, na edição nº 1131 de 04/12/2012.

Campos Novos, 05 de dezembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Chamada Publica 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Para 2013

O Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 21, da Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 julho de 2009, torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Campos Novos/SC, através da compra direta dos seguintes alimentos para os meses de fevereiro a julho de 2013:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR KG/ LT/UN	VALOR TOTAL
*Aipim- descascado, congelado. Embalagem deve estar intacta, em pacotes de polietileno, resistente, sem rupturas e com rotulagem.	Kg	1.800	R\$3,19	R\$5.742,00
Batata Doce lavada	Kg	2.000	R\$1,99	R\$3.980,00
Milho verde	und	4.000	R\$0,61	R\$2.440,00
*Abobora Cabotia lavada	Kg	1.000	R\$2,12	R\$2.120,00
*Batata salsa lavada	Kg	1.500	R\$3,44	R\$5.160,00
Batata inglesa, graúda, padrão uniforme, de primeira qualidade	Kg	100	R\$1,75	R\$175,00

*Doce de frutas- acondicionados em potes de vidro com vedação a vácuo. Embalagem 1kg.	Kg	600	R\$10,00	R\$6.000,00
*Laranja- Tipo comum e do céu	Kg	4.800	R\$1,19	R\$5.712,00
*Feijão preto embalagem 01kg, em pacotes de polietileno transparente e sem rupturas	Kg	1.200	R\$3,64	R\$4.368,00
*Queijo colonial- apresente textura firme, sabor suave e um pouco ácido.	Kg	600	R\$18,33	R\$10.998,00
*Bebida láctea sabor morango e coco embalagem 01lt, com rotulagem.	Lt	1.800	R\$3,11	R\$5.598,00
*Bolacha champgnhe	Kg	200	R\$7,82	R\$1.564,00
*Bolacha manteiga	Kg	200	R\$9,28	R\$1.856,00
*Pão de leite fatiado integral. Acondicionado em embalagens transparentes, fechada e rotulada.	Un	400	R\$7,90	R\$3.160,00
*Cuca caseira- Acondicionado em embalagens transparentes, fechada e rotulada.	Kg	400	R\$8,48	R\$3.392,00
Melancia	Kg	600	R\$0,67	R\$ 402,00
Bergamota comum	Kg	1.200	R\$2,35	R\$2.820,00
Pêra	Kg	1.800	R\$3,50	R\$6.300,00
Caqui café	Kg	1.200	R\$3,50	R\$4.200,00
Ameixa	Kg	1.200	R\$3,19	R\$3.828,00
Uva em caixas de 5kg	Kg	1.800	R\$2,50	R\$4.500,00
*Mel –sachê08g	Un	10.000	R\$0,40	R\$4.000,00
Chuchu	Kg	240	R\$1,45	R\$ 348,00
*Repolho	Un	1.000	R\$0,99	R\$990,00
*Brócolis	Mc	2.500	R\$2,49	R\$6.225,00
*Couve-flor	Un	2.000	R\$2,49	R\$4.980,00
*Abobrinha caserta	Kg	500	R\$1,66	R\$ 830,00
*Cenoura	Kg	1.600	R\$1,49	R\$2.384,00



*Feijão de vagem	Kg	1.000	R\$5,19	R\$5.190,00
*Beterraba	Kg	800	R\$1,37	R\$1.096,00
*Tempero verde (salsa e cebolinha)	Mc	1.500	R\$0,86	R\$1.290,00
*Agrião	Mç	100	R\$1,62	R\$ 162,00
*Alface	un	1.000	R\$1,12	R\$1.120,00
*Acelga	un	1.000	R\$2,35	R\$2.350,00
*Rúcula	un	100	R\$1,62	R\$ 162,00
*Couve manteiga	mç	1.000	R\$2,26	R\$2.260,00
*Morango in natura agroecológico / 250g	un	800	R\$3,20	R\$2.560,00
*Tomate 2A	Kg	1.000	R\$3,42	R\$3.420,00
*Tomate 1ª (MOLHO)	Kg	2.000	R\$2,49	R\$4.980,00

*Produtos que necessitam a entrega de amostras.

As amostras dos produtos com os respectivos projetos de venda deverão ser entregues no dia 11 de dezembro de 2012, na Gerência da Merenda Escolar, situada em anexo S.M. Educação, no Bairro Boa Vista. Maiores informações pelo telefone (49) 3541.2737 no horário das 08:00 as 11:30hs e das 13:30hs às 17:00hs.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos Novos, aos 30 de novembro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Canoinhas

PREFEITURA

Anulação do Pregão Eletrônico N.º 09/2012

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 121/2012
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2012
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Eletrônico n.º 09/2012, que tem por objeto aquisição de gangorra dupla, escorregador, carrossel, balanço vai e vem, balanço com 4 lugares, cadeiras para alimentação liquidificadores industrial, espremedores de frutas, multiprocessadores, centrífugas de frutas, fogão industrial, conjuntos de lixeiras coleta seletiva, quadros mural de feltro, televisores de lcd 32", aparelho de dvd e ventiladores de parede, destinados ao novo Centro de Educação Infantil (C.E.I. Federal).. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30min, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 118/2012

DECRETO Nº 118, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.
Regulamenta Plano Municipal de Educação

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V e 72, I, "a", da Lei Orgânica do Município de Capinzal e Lei Ordinária nº 3.045, de 14 de novembro de 2012, publicada em 16 de novembro de 2012 que institui o Plano Municipal de Educação de Capinzal;

Considerando o artigo 4º da Lei nº 3.045, que determina competência a Secretaria Municipal de Educação para instituir comissão especial para realizar o acompanhamento e avaliação da execução do Plano a cada quatro anos;

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuída ao Conselho Municipal de Educação, a responsabilidade em acompanhar, fiscalizar e fazer cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Capinzal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, (SC), em 29 de novembro de 2012.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Contrato Nº 33/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 33/2012 - FMASC
Pregão Eletrônico Nº 000024/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal
CONTRATADA: ASTOR STAUDT ME

OBJETO: Aquisição de material esportivo para uso das crianças e adolescentes cadastradas no CADUN (Cadastro Único dos Programas do Governo Federal), provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade / perfil CADUnico, conforme Decreto nº 6.135/2007, participantes do Serviço socioeducativo e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvidas na área urbana no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e na área rural no Centro de Convivência Comunitário - CCC, da comunidade de Vila União
VALOR R\$: 3.342,50
VIGÊNCIA: 30/11/2012 ate 31/12/2012

Editais 005/2012 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAPINZAL - SC

EDITAL Nº 005, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre homologação das Candidatas Eleitas Conselheiras Tutelares - Gestão 2013/2015.

Rosemari Zimmermann Boaretto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na lei Federal nº 8069/99, nos Editais 002/2012, 003/2012 e 004/2012 e disposições da Lei Municipal nº 2.427/2002 e suas alterações, e;

CONSIDERANDO o Processo Eleitoral houveram 11 (onze) abstenções, 04 (quatro) votos em branco e 124 (cento e vinte e quatro) votos válidos.

CONSIDERANDO o montante de votos de cada candidata, as cinco primeiras classificadas foram eleitas Conselheiras Tutelares Titulares, sendo que em ordem de classificação foram eleitas Conselheiras Tutelares Suplentes;

CONSIDERANDO que das quatorze candidatas apenas uma candidata não obteve voto, portanto não poderá assumir como Conselheira Tutelar Suplente;

Torna pública a relação das candidatas eleitas por ordem de classificação como membro do Conselho Tutelar de Capinzal, Gestão 2013/2015:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE VOTOS	NOME
1º Lugar	25	DORACI BAZZO
2º Lugar	20	MARISETE DA MOTTA
3º Lugar	19	ROSELI FATIMA DA SILVA
4º Lugar	14	SILVANA DIAS BATISTA NARDI
5º Lugar	12	SANDRA FACHIN
6º Lugar	09	ROSANE DE LURDES CORONETTI
7º Lugar	08	NEIZE MELISSA WEISS
8º Lugar	07	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA
9º Lugar	04	FERNANDA SPIRONELO
10º Lugar	02	AMARILIA APARECIDA RIBEIRO DAMBROS
10º Lugar	02	JULIANA DENISE STECKLING
11º Lugar	01	CELI ELIANE POLIGOWSKI
11º Lugar	01	MERIELLI ALVES

Capinzal (SC), 6 de dezembro de 2012.

ROSEMARI ZIMERMANN BOARETTO
Presidente

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

GLACIR ANTONIO BOF
Vice-presidente**Catanduvas****PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0099/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0048/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0099/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0048/2012

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a aquisição de material de expediente para 2013, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, bem como ESF (s) e Hospital Municipal.

Abertura das Propostas: às 08 horas do dia 19 de dezembro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital está disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 4 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Prefeita Municipal.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0101/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0050/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0101/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0050/2012

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a aquisição de combustíveis, lubrificantes e filtros para o primeiro semestre de 2013, visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social; Assistência Social e Administração (Conselho Tutelar).

Abertura das Propostas: às 08 horas do dia 21 de dezembro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital está disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 3 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN.

Prefeita Municipal.



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 375/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 375/2012

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública DENISE MACHADO KLETEMBERG, ocupante da função de professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 01.01.13 a 01.03.13.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
06 de dezembro de 2012.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 19/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012 - FMS

Objeto: Contratação de empresas para o fornecimento de refeições aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico nas cidades de Chapecó e Joaçaba.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10:00 do dia 27/12/2012.

Abertura: dia 27/12/2012, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 06 de dezembro de 2012.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Pregão Eletrônico SRP Nº 26/2012 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 26/2012- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO, para possível aquisição, durante o exercício de 2013, de aquisição de material escolar, artesanato e de expediente para alunos e professores das escolas da rede municipal de ensino fundamental e Centro Municipal de Educação Infantil, conforme descritos nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até 08h15min do dia 26/12/2012.

Abertura: dia 26/12/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 06 de dezembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 5/2011

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 5/2011

CONTRATADA: JAIRO GOSS FILHO, JOSÉ ALBERTO OLMÍ E LOIVA TEREZINHA BARISON POY.

OBJETO: Prorrogação e reajuste da Locação da Sala Comercial.

VALOR ALUGUEL: R\$ 59.778,36 (cinquenta e nove mil setecentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)

VALOR CONDOMÍNIO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

VALOR TOTAL: R\$ 71.778,36 (setenta e um mil setecentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: 01/12/2012 à 30/11/2013.

DATA DA ASSINATURA: 29 de novembro de 2012.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA - Jairo Goss Filho, José Alberto Olmi e Loiva Terezinha Barison Poy - Locatários

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato 5 _2011 - Aluguel

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 7/2011

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 7/2011

CONTRATADA: SALETE KAPP E CIA. LTDA.

OBJETO: Prorrogação de Prazo

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 3 de dezembro de 2013.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA: Daniel Ramiro Kapp - Sócio Administrador da Salete Kapp e Cia. Ltda.

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato 7 _2011 - Serviços de Limpeza

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato N.º 001/2010

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2010

CONTRATADA: CLÍNICA GINECOLÓGICA OBSTETRÍCIA SÃO ROQUE LTDA.

OBJETO: Prorrogação de Prazo

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 29 de novembro de 2012.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA: Celso José Munareto - Sócio Administrativo da Clínica Ginecológica e Obstétrica São Roque Sociedade Simples S/S

Extrato Quinto Termo Aditivo Contrato 001 _2010 - Médico Perito

Extrato do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato N.º 005/2009

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 005/2009

CONTRATADA: DATAA - CONSULTORIA E ASSESSORIA S/S LTDA.

OBJETO: Prorrogação de Prazo

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 29 de novembro de 2012.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA: Dijalma Martins - Diretor DATA A

Extrato Sétimo Termo Aditivo - Data A

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 006/2010

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 006/2010

CONTRATADO (A): I P TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Prorrogação de prazo.

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2013

DATA DA ASSINATURA: 29 de novembro de 2012.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA(O): Gervásio Kaczala - Sócio Administrador.

Extrato Terceiro Termo Aditivo I P Informática

Edital de Notificação - Convênio - Pconcordiafmas/Igdsuas

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.533,51 (Um mil e quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e um centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 05 de dezembro de 2012.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do FMAS, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 31, de 30 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 31, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza a servidora MAGALI GIACCHINI RODRIGUES entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Autorizar a servidora MAGALI GIACCHINI RODRIGUES - Assessor de Comunicação, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 3 a 9 de dezembro de 2012, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 16, de 3 de setembro de 2012.

Concórdia, 30 de novembro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 79/2012

DECRETO Nº 79 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DETERMINA O LANÇAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA-SC, CUJO FATOS GERADOR DECORRE DE HORAS MÁQUINAS E SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO EM GERAL NOS TERMOS DA LEI N.43/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito do Município de Cordilheira Alta-SC, no uso das atribuições de seu cargo, bem como, nos termos do Código Tributário Municipal e em especial na Lei n.43/2005, que dispõe sobre a cobrança das taxas e preços

públicos, DECRETA:

Art.1º. O Departamento de Tributação do Município de Cordilheira Alta deverá no âmbito de sua competência efetuar todas as notificações e lançamentos em dívida ativa de eventuais débitos de contribuintes para com o Município, independentemente da data do fato gerador.

Art.2º. O Departamento de Tributação deverá nos termos do art.4º da Lei Complementar n.43/2005, efetuar os lançamentos e notificações adotando o prazo de pagamento dos tributos previsto naquele dispositivo legal, ou seja, 90 dias a contar da regular notificação do contribuinte.

Art.3º. Deverá ainda o Departamento de Tributação observar a ocorrência de eventual Estado de Emergência ou Calamidade Pública, nos termos que dispõe o Parágrafo Único do Art.3º da LC n.43/2005.

Art.4º. Todos os procedimentos de que trata este decreto deverão ser efetivado até o encerramento do exercício financeiro de 2012.

Art.5º. Revogada as disposições em contrário este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 81/2012

DECRETO Nº 81 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

98 - Encargos Gerais do Município

98.01 - Encargos Gerais do Município

98.01.28.843.0000.0.002-3.3.90.00 - 03.00 - 113 - Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários (03.00) do Exercício Anterior no valor de R\$ 25.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 23 de novembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto Nº 82/2012

DECRETO 82/2012, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012

"EXONERA E DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA QUE MENCIONA, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Declarar, nos termos do Art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001, a Exoneração e a Vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de cargos de provimento efetivo da administração direta do Município de Cordilheira Alta, em virtude da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria voluntária, concedida a Servidora Municipal, Sra. CELIA DE FATIMA FAREZIN, pelo Instituto Nacional do Seguro Social _ INSS.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º - Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 05 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 452/2012

PORTARIA Nº 452/2012, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA POR FALECIMENTO DA MÃE À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, e em conformidade com o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e inciso III do Art. 78 da Lei Complementar nº 18/2001:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias consecutivos de licença por falecimento da mãe, ao Servidor Público Municipal, Sr. FRARI RAFAEL TRICHES, ocupante do cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, compreendendo o período de 30/11/2012 à 04/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de novembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Portaria Nº 453/2012

PORTARIA Nº 453/2012, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o retorno ao trabalho do Servidor Municipal, Sr.

GILSON CARDOZO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras Tributos e Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, qual interrompe a eficácia da licença sem remuneração, provida pela Portaria n. 235/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Portaria Nº 454/2012

PORTARIA N.º 454/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO FILHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do filho, a Servidora Municipal, Sra. ANE CRISTINA BREANCINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Portaria Nº 455/2012

PORTARIA Nº 455/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art.70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. OSMAR BREANSINI, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 70/2009 e Lei Complementar nº 72/2009 e alterações.

Art. 3º Atribui adicional de insalubridade ao servidor que menciona na ordem de 20% (vinte por cento).

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria,

estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 456/2012

PORTARIA Nº 456/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais em que o cargo lhe confere em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com base no Art. 73 da Lei C. 18/01 e Lei C. 067/07, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, com início na data de 26 de dezembro de 2012, e término na data de 15 de abril de 2013, conforme requerimento anexo, ao Servidor Público Municipal, Sr. ENIO LUIZ TECHIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Infraestrutura.

Parágrafo Primeiro. O Servidor poderá solicitar a prorrogação do prazo da Licença aqui deferida, pelo prazo de até dois anos, desde que presentes os requisitos legais na data do requerimento.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo de licença, ora deferido, o Servidor deverá retornar imediatamente as suas atividades, independentemente de notificação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Cordilheira Alta - SC, 04 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 457/2012

PORTARIA N.º 457/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial os Arts. 11 da Lei Complementar nº 70/2009:

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder 15% (quinze por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Titulação, a Servidora Municipal, Sra. FERNANDA MICHELE MULLER NICHEL, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Diploma em anexo de conclusão do curso de especialização.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, em 04 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 458/2012

PORTARIA Nº 458/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial os Arts. 11 da Lei Complementar nº 70/2009:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 05% (cinco por cento) sobre o vencimento, a Título de Adicional de Titulação, ao Servidor Municipal, Sr. FABIANO MORESCO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme Diploma em anexo de conclusão do ensino médio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, em 04 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº 459/2012

PORTARIA Nº 459/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

EXONERA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a partir de 31/12/2012, o Sr. EDSON SPERANÇA, e declarar vacância do cargo de Motorista do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 460/2012

PORTARIA Nº 460/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

EXONERA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE SERVIDORA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a partir de 31/12/2012, a Sra. GISSELI ZUCKI SPERANÇA, e declarar vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Portaria Nº 461/2012

PORTARIA 461/2012, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e atendendo o disposto no artigo 10, I, II da Lei Complementar 70/2009:

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal, Sra. MARINES TRINDADE BRANBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, 04 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Extrato do Contrato Adm 108/2012

EXTRATO Nº: 108/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: Início 07/11/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 48/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra especializado para reforma emergencial da Retroescavadeira Randon RK 406, ano 2009 - Lote 01.

DOTAÇÃO: 08.01.2.011.3.3.90.00.00.00.00.00

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Gilmar Rodrigues da Silva.

Cordilheira Alta, 07 de novembro de 2012.

Extrato do Contrato Adm 109/2012

EXTRATO Nº: 109/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: MB CATARINENSE LTDA

VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início 21/11/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 47/2012.

OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de Notebook e Micro Computador - Itens 02 e 03.

DOTAÇÃO: 2.020.4490.00 - 0 - 11/2012 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA SECR. DE ADM., 2.033.4490.00 - 91 - 75/2012 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA E

ASSISTENCIA SOCIAL;

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Leonardo Broeto.

Cordilheira Alta, 07 de novembro de 2012.

Extrato do Contrato Adm 110/2012

EXTRATO Nº: 110/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

VALOR: R\$ 3.038,00 (três mil e trinta e oito reais)

VIGÊNCIA: Início 21/11/2012 até 31/12/2012.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 47/2012.

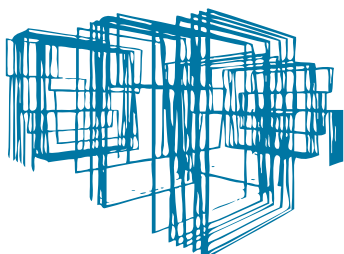
OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de Notebook e Micro Computador - Itens 01 e 04.

DOTAÇÃO: 2.020.4490.00 - 0 - 11/2012 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS DA SECR. DE ADM., 2.033.4490.00 - 91 - 75/2012 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL;

SIGNATARIOS: Ribamar Alexandre Assonalio e Renato Adriano Seibt.

Cordilheira Alta, 07 de novembro de 2012.

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Novembro/2012**Santa Catarina**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 01/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.275,49
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.518,85
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.511,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	629,71
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.260,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.260,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	756,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	504,16
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-503,77
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77

Santa Catarina

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 01/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		953,95
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	953,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	953,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	572,37
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	381,58

Santa Catarina

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 02/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.669,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.009,64
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.009,64
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.356,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.653,64
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.660,23
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.660,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	996,14
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	664,09



Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 03/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.028,58
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.028,58
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.028,58
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.217,15
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	811,43

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 04/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.995,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.127,08
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.439,58
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	3.439,58
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	868,79
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	868,79
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	521,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	347,52

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 05/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.159,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	495,35
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	495,35
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	495,35
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	664,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	664,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	398,65
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	265,76

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 05/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.355,41
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.355,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.355,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	813,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	542,16

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 06/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.456,05
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.456,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.456,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	873,63
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	582,42

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 07/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.088,94
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	12.076,16
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	379,02
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	379,02
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.009,64
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.356,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.653,64
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.012,78
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.012,78
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	607,67
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	405,11

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 08/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	1.076,59
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.076,59
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	1.076,59
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	645,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	430,64

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 08/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	1.248,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.248,75
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	1.248,75
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	749,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	499,50

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 10/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	159.259,37
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	184.276,41
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	176.956,66
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	173.692,21
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	104.215,33
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	43.423,05
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	26.053,83
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.264,45
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	1.958,67
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	816,11
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	489,67
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.319,75
4.1.7.2.1.33.02.00.00 Piso de Atenção Básica - PAB	7.319,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.374,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	10.374,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	6.224,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.149,71
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-35.391,32
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-35.391,32
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-34.738,43
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-652,89



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 11/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.804,57
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.804,57
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.804,57
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.682,74
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.121,83

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 15/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.425,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	13.425,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	13.425,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	8.055,17
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	5.370,11

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 16/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		22.852,07
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.852,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	22.852,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	13.711,24
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	9.140,83

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 17/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.020,41
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.020,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.020,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	612,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	408,16

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 18/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	1.119,92
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.119,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	1.119,92
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	671,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	447,97

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 19/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	46.702,72
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	51.510,73
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	38.981,55
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	38.892,80
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	23.335,68
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	9.723,20
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	5.833,92
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	88,75
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	53,25
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	22,19
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	13,31
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.432,18
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.432,18
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.988,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	2.988,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.792,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.195,32
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.796,30
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.796,30
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-7.778,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-17,75

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 22/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		17.178,90
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	14.636,27
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.500,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	9.136,27
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	9.136,27
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.542,63
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.542,63
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.525,58
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.017,05

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 23/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.716,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.716,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	6.716,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.029,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.686,54

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 23/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	365.154,42
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	352.197,77
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	316.437,91
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	316.416,12
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	189.849,67
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	79.104,03
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	47.462,42
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	21,79
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	13,07
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	5,45
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	3,27
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.294,93
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.294,93
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	24.277,43
4.1.7.2.1.33.02.00.00 Piso de Atenção Básica - PAB	7.319,75
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00 Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.500,68
4.1.7.2.1.33.08.00.00 Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.187,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.34.05.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	79.408,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	79.408,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	47.645,01
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	31.763,33
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-66.451,69
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-66.451,69
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-66.447,34
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4,35

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 24/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	15.018,17
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	10.860,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	10.860,68
4.1.7.2.1.33.04.00.00 Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.500,68
4.1.7.2.1.33.08.00.00 Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.157,49
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	4.157,49
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.494,49
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.663,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 25/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.732,74
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.732,74
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.732,74
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.839,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.893,10

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 26/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.781,56
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.781,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.781,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.068,94
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	712,62

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 26/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.536,13
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.536,13
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.536,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.521,68
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.014,45

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012
 Data do Recebimento: 27/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		813,07
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	813,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	813,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	487,84
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	325,23

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 28/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.057,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	9.145,62
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	9.145,62
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	9.145,62
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.912,14
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.912,14
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.147,28
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	764,86

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 29/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.057,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.008,64
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.343,65
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	3.343,65
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	664,99
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	664,99
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.048,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.048,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.229,32
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	819,54

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 29/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		28.532,55
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	25.481,56
4.1.7.2.1.99.00.00.00	Outras Transferências da União	25.481,56
4.1.7.2.1.99.02.00.00	Transferência do FEX	25.481,56
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.050,99
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	3.050,99
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.830,59
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.220,40



Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 30/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	99.268,79
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	113.432,50
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	113.432,50
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	113.403,38
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	68.042,02
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	28.350,85
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	17.010,51
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	29,12
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	17,47
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	7,28
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	4,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.522,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	8.522,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.113,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.409,11
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.686,48
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.686,48
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-22.680,66
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,82

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 30/11/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	114.948,41
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	130.680,57
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	124.210,74
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	124.210,74
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	74.526,44
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	31.052,69
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	18.631,61
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	630,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	630,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.320,98
4.1.7.2.1.33.10.00.00 Transferencia do SIA - MAC	3.320,98
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.511,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	629,71
4.1.7.2.1.36.03.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.449,61
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	6.449,61
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	3.869,77
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.579,84
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.181,77
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-21.678,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-21.678,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77



Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 31/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.337,42
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.718,85
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.200,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Progr. Melhoria de Ac e Qual - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	2.200,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.511,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	629,71
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 15%	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.122,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.122,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	673,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	448,94
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-503,77
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77



Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina

Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 521/12 - Reajusta o Valor da Tarifa do Serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Corupá, e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº 521/12

REAJUSTA O VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, através dos artigos 10, I, V, X, artigo 66, VII, combinado com a Lei Complementar 011/09;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Complementar nº 011/09 de 30 de setembro de 2009, que determina que as tarifas dos serviços deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, através de Decreto;

CONSIDERANDO que passou-se mais de um ano da última correção econômica relativa a concessão do serviço público, estando por certo carente de reajuste com fito a manter o equilíbrio econômico;

CONSIDERANDO que a empresa concessionária de Transporte Público Coletivo do Município de Corupá, solicitou através de requerimento um reajuste da Tarifa, o necessário para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do sistema;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal promover o necessário equilíbrio entre o interesse público e privado, visando preservar a oferta e a qualidade dos serviços;

CONSIDERANDO que no ano de 2012 nos autos do processo de nº 516/2012 o conselho do DETER votou (acompanhando o voto do Relator Ralf Bekendorff) pelo reajuste aplicado no ano de 2011, tendo em vista que o manual de cálculo tarifário ainda não está sendo aplicado;

CONSIDERANDO que o DETER reajustou, no ano de 2011, como base em uma nova metodologia de correção, onde restou verificada uma defasagem de histórica de 11,14% para o serviço de transporte urbano, tal qual o prestado pelo Requerente;

CONSIDERANDO reduzir esta mencionada defasagem histórica é que o Deter adicionou 2% a evolução dos custos verificada, que por sua vez foi de 6,59%, perfazendo a soma de 8,59% (para o ano de 2011);

CONSIDERANDO que no Município existe a diferenciação tarifária do Usuário Normal e Usuário Estudantes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustado em 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento), o valor da Tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Corupá, obedecendo-se assim a tabela:

USUARIO NORMAL - R\$ 2,50 (Dois reais e cinquenta centavos);
USUARIO ESTUDANTE - R\$ 1,85 (Um real e oitenta e cinco centavos).

Art. 2º - O reajuste de que trata este Decreto possui efeitos retroativos ao dia 01 de agosto de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 04 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 517/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 517/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 627.544,20 (seiscentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e	
004.122.0009.2003		Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	43.440,89
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.02	Aplicações Diretas	90.872,84
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.02	Aplicações Diretas	68.029,19
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	100.999,32
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.01	Aplicações Diretas	221.117,43
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.01	Aplicações Diretas	84.981,65
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	18.102,88



TOTAL	627.544,20
-------	------------

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 162.543,09 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e três reais e nove centavos), fonte 03.00.01 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Educação no valor de R\$ 158.902,03 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e dois reais e três centavos) e fonte 03.00.02 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Saúde no valor de R\$ 306.099,08 (trezentos e seis mil noventa e nove reais e oito centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
27 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 518/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 518/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 191.870,16 (cento e noventa e um mil oitocentos e setenta reais e dezesseis centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	12.128,05
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.02	Aplicações Diretas	20.105,79
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.02	Aplicações Diretas	28.174,65
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.00	Aplicações Diretas	30.269,65

08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.01	Aplicações Diretas	74.448,45
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.00.01	Aplicações Diretas	26.743,87
TOTAL			191.870,16

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.00.00 Recursos Ordinários no valor de R\$ 42.397,70 (quarenta e dois mil trezentos e noventa e sete reais e setenta centavos), fonte 03.00.01 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Educação no valor de R\$ 101.192,02 (cento e um mil cento e noventa e dois reais e dois centavos) e fonte 03.00.02 Rec. de Imp. E de Transf. Imp. Saúde no valor de R\$ 48.280,44 (quarenta e oito mil duzentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
27 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Edital de Chamamento Nº. 019/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 019/2012

(Edital de Concurso Público nº. 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de resultado de Concurso Público nº. 001/2010, de 23 de fevereiro de 2010 e conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

Os candidatos convocados por este edital, deverão apresentar-se, na Clínica Médica Bem Viver Ltda, sito à rua Intd. Ernesto Blunk, s/nº, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

O candidato deverá apresentar à Clínica Médica Bem Viver Ltda, os resultados dos exames médicos que forem solicitados no dia da consulta, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a data da mesma.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, 06 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: CONTADOR

1º	Sandra Braga	12/12/2012	9h40min
2º	Amauri Veiga	13/12/2012	8h00min

CARGO: ENFERMEIRO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Ordem	Nome	Data	Horário
4º	Lilian Mara Amorim	13/12/2012	9h20min
5º	Fabiana Pacher	17/12/2012	14h40min

Curitibanos

PREFEITURA

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 206/2012

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para uso da frota da Estradas Vicinais, conforme anexo I deste Edital e demais condições preestabelecidas neste Edital

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 19/12/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 19/12/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Dezembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA

CNPJ: 07.270.366/0005-53

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 14/2012 Numero do Processo: 14/2012

Numero do Contrato/Aditivo: 31/2012

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VIATURAS, PARA 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 07/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/12/2012

Vigência: 04/12/2012 A 31/12/2012

Programa de Trabalho: 03.01 06.181.0004

2.008.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.120,00

Forma de Pagamento À VISTA

Ermo

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 06/2012 - Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica do Município, para distribuição gratuita à população durante o exercício de 2013, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:15 hs do dia 20/12/2012 e abertura às 08:30 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 93/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 93/2012
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 194/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SUPERMERCADO MANENTTI LTDA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 194/PMF/2012 o valor de R\$ 307,50 (trezentos e sete reais e cinquenta centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do prego /PMF/2012:

Item	Quant	Unid	Especifi- cação	Marca	Preço Unit	Preço Total
02	150	KG	Açúcar Cristal	Colombo	2,05	307,50

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 27/11/2012

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 119/PMF/2012

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 119/PMF/2012

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 119/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA 25 DE JULHO, TRECHO CENTRAL E RUA SÃO ROQUE/RODOVIA GABRIEL ARNS, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, MAIS EXECUÇÃO DE ROTATÓRIA NO ENTRONCAMENTO DAS MESMAS, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-SE-OBRA E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME PROGRAMA GPD - CONTRATO Nº. 0372920-82/2011.

Às onze horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 119/PMF/2012. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Ademir Brandieli Pedro, a mesma informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 - Da Proposta de Preço da licitante FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 01, para as 11:00 horas do dia 07 de dezembro de 2012, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A empresa habilitada será comunicada por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 06 de dezembro de 2012.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK VALMIR COLOMBO
Membro da Comissão Membro da Comissão

Fraiburgo

PREFEITURA

Lei Nº 2162/2012

LEI Nº 2162, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O "SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE FRAIBURGO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica reconhecido e declarado de utilidade pública municipal o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE FRAIBURGO", entidade sindical, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob o nº 00.993.423/0001-50, com sede e foro na Rua Olavo Bilac, nº 199, Bairro São José, no Município e Comarca de Fraiburgo-SC, constituído em 13 de novembro de 1995, com nova versão Estatutária registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Fraiburgo - SC, sob o Protocolo nº 6.249, livro A-6, e Registro nº 348, fl. 444/468, livro A-4 em 27 de novembro de 2001.
Art. 2º. À entidade que se refere o art. 1º desta Lei ficam assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas previstas na legislação, para entidades declaradas de utilidade pública.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2163/2012

LEI Nº 2163, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL O "SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE FRAIBURGO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica reconhecido e declarado de utilidade pública municipal o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE FRAIBURGO", entidade sindical, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob o nº 00.993.423/0001-50, com sede e foro na Rua Olavo Bilac, nº 199, Bairro São José, no Município e Comarca de Fraiburgo-SC, constituído em 13 de

novembro de 1995, com nova versão Estatutária registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Fraiburgo - SC, sob o Protocolo nº 6.249, livro A-6, e Registro nº 348, fl. 444/468, livro A-4 em 27 de novembro de 2001.

Art. 2º. À entidade que se refere o art. 1º desta Lei ficam assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas previstas na legislação, para entidades declaradas de utilidade pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2164/2012

LEI Nº 2164, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 66.150.000,00 (sessenta e seis milhões, cento e cinquenta mil reais).

§ 1º. O Orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo:

Receita R\$ 56.636.610,00
Transferência Financeira Concedida R\$ (6.937.394,00)
Soma R\$ 49.699.216,00

Despesa R\$ 49.499.216,00
Reserva de Contingência R\$ 200.000,00
Soma R\$ 49.699.216,00

§ 2º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde- FMS:

Receita R\$ 4.392.170,00
Transferência Financeira Recebida R\$ 6.133.764,00
Soma R\$ 10.525.934,00

Despesa R\$ 10.525.934,00
Soma R\$ 10.525.934,00

§ 3º. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME:

Receita R\$ 13.870,00
Transferência Financeira Recebida R\$ 803.630,00
Soma R\$ 817.500,00

Despesa R\$ 817.500,00
Soma R\$ 817.500,00

§ 4º. O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI:

Receita R\$ 5.107.350,00
Soma R\$ 5.107.350,00

Despesa R\$ 5.107.350,00
Soma R\$ 5.107.350,00

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura Municipal tem a Receita Estimada no valor de R\$ 56.636.610,00 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil e seiscentos e dez reais), que deduzindo o valor de R\$ 6.937.394,00,00 (seis milhões, novecentos e trinta e sete mil e trezentos e noventa e quatro reais) de Transferência Financeira a ser repassada ao Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, teremos o valor total de R\$ 49.699.216,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e duzentos e dezesseis reais) e a Despesa Fixada em R\$ 49.499.216,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e dezesseis reais), que somado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), relativo a Reserva de Contingência, teremos o valor total de R\$ 49.699.216,000 (quarenta e nove milhões, seiscentos e noventa e nove mil e duzentos e dezesseis reais).

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS tem a Receita Estimada no valor de R\$ 4.392.170,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e dois mil e cento e setenta reais), que adicionado o valor de R\$ 6.133.764,00 (seis milhões, cento e trinta e três mil e setecentos e sessenta e quatro reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos um total de R\$ 10.525.934,00 (dez milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e novecentos e trinta e quatro reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 10.525.934,00 (dez milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Art. 4º. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME tem a Receita Estimada no valor de R\$ 13.870,00 (treze mil e oitocentos e setenta reais), que adicionado o valor de R\$ 803.630,00 (oitocentos e três mil e seiscentos e trinta reais) de Transferência Financeira a ser recebida da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, teremos um total de R\$ 817.500,00 (oitocentos e dezessete mil e quinhentos reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 817.500,00 (oitocentos e dezessete mil e quinhentos reais).

Art. 5º. O Orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo - SANEFRAI tem a Receita Estimada no valor de R\$ 5.107.350 (cinco milhões, cento e sete mil e trezentos e cinquenta reais) e uma Despesa Fixada em R\$ 5.107.350 (cinco milhões, cento e sete mil e trezentos e cinquenta reais).

Art. 6º. A Receita foi estimada com base na memória de cálculo, tendo como referência as arrecadações dos três últimos exercícios, 2009, 2010 e 2011.

Parágrafo único. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 7º. A despesa foi fixada de acordo com as ações contidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Parágrafo único. A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa, e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 8º. A Receita geral do Município de Fraiburgo fica Estimada em R\$ 66.150.000,00 (sessenta e seis milhões e cento e cinquenta mil reais), será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte

desdobramento.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES 65.950.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA 8.758.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 903.000,00
RECEITA PATRIMONIAL 561.330,00
RECEITA DE SERVIÇOS 4.507.650,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 49.489.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.731.120,00
RECEITA DE CAPITAL 199.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO 105.000,00
ALIENACÃO DE BENS 94.500,00
TOTAL DA RECEITA 66.150.000,00

Art. 9º. A Despesa geral do Município de Fraiburgo fica Fixada em R\$ 66.150.000,00 (sessenta e seis milhões e cento e cinquenta mil reais), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES 57.456.260,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 34.408.123,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 22.548.136,40
DESPESAS DE CAPITAL 8.493.740,00
INVESTIMENTOS 6.323.740,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 2.170.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 200.000,00
TOTAL DA DESPESA 66.150.000,00

Art. 10. Os Recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), estão fixados de conformidade com o estabelecido nas Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Parágrafo único. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

Art. 11. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, reconhecido pela Câmara Municipal de Vereadores e devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - exoneração de servidores não estáveis;
- VI - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de Decreto.

Art. 13. O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100%(cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:
I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - O superávit financeiro do exercício anterior;

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 14. Para atender dotações insuficientes na educação e na saúde, o Poder Executivo poderá efetuar o remanejamento de valores da fonte de recursos "00" (ordinário) para dotações com as fontes "01" (educação) e "02" (saúde).

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

Art. 16. Fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Decreto.

Art. 17. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto.

Art. 18. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 19. Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

Art. 20. Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 21. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 23. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2288/2012

PORTARIA Nº 2.288, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor RUI VITAL BATAGELO,



brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 183.205.119-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, com carga horária de 40 horas semanais, em 04 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA 0616/2012

TERMO ADITIVO Nº 0616, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 201/2012

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/02/2012 a 14/12/2012, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 04 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

REZIANE RIBEIRO

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.670/2012

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO DA LOA PARA 2013

Excelentíssimos Senhores

Vereadores da Câmara Municipal de Garopaba

ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

O Orçamento do Município de Garopaba para o exercício financeiro de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 38.069.042,00 (Trinta e oito milhões, sessenta e nove mil e quarenta e dois reais), distribuídos entre as seguintes Unidades Gestoras:

1. PODER LEGISLATIVO

R\$ 1.700.000,00

2. PODER EXECUTIVO

R\$ 24.813.761,00

3. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – IPREGOBA

R\$ 2.670.000,00

4. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 8.885.281,00

TOTAL R\$ 38.069.042,00

Este instrumento de planejamento, que mostra a origem e a aplicação dos recursos de cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal de Garopaba para o exercício de 2013, foi elaborado com base no que dispõe a Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar 101/2000, Portarias editadas pelo Governo Federal através dos Ministérios competentes, em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2013, levamos em consideração a evolução da receita nos últimos três exercícios, o comportamento da arrecadação no exercício de 2012, a alteração da legislação tributária, a ampliação da base de cálculo dos tributos municipais, os incentivos fiscais autorizados, as perspectivas de crescimento da economia e os índices de inflação vigentes.

As despesas foram fixadas levando-se em consideração as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária, o volume de recursos previstos para 2013, a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da Administração, a geração de despesas oriundas da criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida, a inflação projetada para 2013, medida pela variação do INPC e estimada em 4,0%, o custo unitário das diversas obras priorizadas para 2013 conforme orçamento e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes orçamentárias.

1. DAS RECEITAS

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA

QUADRO 01

R\$ 1,00

FONTES DE RECEITA	VALOR 2013	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA		
Receita Tributária	7.986.000	24,70
Receitas de Contribuições	850.000	2,63
Receita Patrimonial	136.800	0,42
Receita de Serviços	1.000	0,00
Transferências Correntes	25.338.000	78,36
Outras Receitas Correntes	1.424.906	4,41
Operação de Crédito	31.000	0,10
Alienação de Bens	20.000	0,06
Transferências de Capital	475.200	1,47
Dedução da Receita Tributária	-99.295	-0,31
Dedução da Receita Corrente	-3.668.000	-11,34
Dedução de Outras Receitas Correntes	-160.569	-0,50
TOTAL	32.335.042	100,00
UNIDADE GESTORA: IPREGOBA		
Receita de Contribuições	500.000	18,73
Receita Patrimonial	1.000.000	37,45



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Outras Receitas Correntes	170.000	6,37
Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	1.000.000	37,45
TOTAL	2.670.000	100,00
UNIDADE GESTORA: FUNDO DE SAÚDE		
Receita Patrimonial	16.800	0,55
Transferências Correntes	3.006.100	98,11
Alienação de Bens	10.000	0,33
Transferências de Capital	31.100	1,01
TOTAL	3.064.000	100,00
TOTAL GERAL	38.069.042	100,00

2. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

RECEITA TRIBUTÁRIA

A Receita Tributária estimada para o exercício de 2013 soma R\$ 7.986.000,00 representando 24,70% do orçamento da Prefeitura. Esta fonte representa as receitas próprias, compostas dos impostos, inclusive IRRF e taxas.

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

As Receitas de Contribuições estimadas para o exercício de 2013 somam R\$ 850.000,00 representando 2,63% do orçamento da Prefeitura. Esta fonte representa as contribuições para o custeio dos serviços de iluminação pública - COSIP.

RECEITA PATRIMONIAL

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 136.800,00, representando 0,42% do orçamento da Prefeitura e tem origem no rendimento das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro.

RECEITA DE SERVIÇOS

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 1.000,00, representando 0,00% do orçamento da Prefeitura e tem origem na cobrança dos serviços realizados com os equipamentos rodoviários à particulares conforme autorização em lei.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes estimadas para o exercício de 2013 somam R\$ 25.338.000,00, representando 78,36% do orçamento da Prefeitura, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

O FPM é uma transferência da União e se constitui na participação dos Municípios (23,5%) na arrecadação do IPI e IR. O ICMS é uma transferência do Estado e se constitui na participação dos Municípios (25%) na arrecadação do ICMS. 85% do retorno do ICMS aos Municípios é determinado pelo valor adicionado apurado no movimento econômico e 15% do retorno do ICMS é distribuído em partes iguais a todos os Municípios. O retorno do FPM é determinado pelo nº. de habitantes da cidade.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013 R\$ 1.424.906,00, representando 4,41% do orçamento da Prefeitura e se constitui, basicamente de multas e juros de mora incidente sobre tributos recolhidos em atraso e cobrança de dívida ativa.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 31.000,00, representando 0,10% do orçamento da Prefeitura e se refere a empréstimos e financiamentos conseguidos pela administração junto a instituições financeiras oficiais.

ALIENAÇÃO DE BENS

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 20.000,00, representando 0,06% do orçamento da Prefeitura e se refere a alienação de bens móveis inservíveis para a administração.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 475.200,00, representando 1,47% do orçamento da Prefeitura e se refere a convênios com o Estado e União para execução de obras e aquisição de equipamentos.

DEDUÇÕES DA RECEITA

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 3.927.864,00, representando uma redução de 12,15% do orçamento da Prefeitura e se refere a renúncias de receitas e retenções do FUNDEB.

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 500.000,00, representando 18,73% do orçamento da Autarquia e se refere às contribuições devidas pelos servidores efetivos ao RPPS.

RECEITA PATRIMONIAL

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 1.000.000,00, representando 37,45% do orçamento da Autarquia e tem origem no rendimento das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 170.000,00, representando 6,37% do orçamento da Autarquia e tem origem no parcelamento da insuficiência atuarial.

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 1.000.000,00, representando 37,45 do orçamento da Autarquia e tem origem na contribuição patronal para o RPPS.

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITA PATRIMONIAL

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 16.800,00, representando 0,55% do orçamento do Fundo e tem origem no rendimento das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2013, R\$ 3.006.100,00, representando 98,11% do orçamento do Fundo e tem origem nas transferências da União e Estado, tais como PAB, PACS, PSF, SAMU, entre outras.

ALIENAÇÃO DE BENS

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 10.000,00, representando 0,33% do orçamento do Fundo e se refere a alienação de bens móveis inservíveis para a administração.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2013, R\$ 31.100,00, representando 1,01 do orçamento do Fundo e se refere a convênios com o Estado e União para execução de obras e aquisição de equipamentos.

DAS DESPESAS

2.1. DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM NÍVEL DE FUNÇÃO

O quadro nº. 2 adiante demonstra a despesa fixada 2013, de acordo com as alterações introduzidas pela Portaria nº. 42/99.

QUADRO 02

R\$ 1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO – PORT. 42/99	
ESPECIFICAÇÃO	FIXADA PARA 2013
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	
01 – LEGISLATIVA	1.700.000
02 – JUDICIÁRIA	1.000
04 – ADMINISTRAÇÃO	3.109.762
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	71.000
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	939.900
12 – EDUCAÇÃO	9.840.890
13 – CULTURA	106.500
15 – URBANISMO	5.741.400
16 – HABITAÇÃO	36.300
17 – SANEAMENTO	293.000
20 – AGRICULTURA	1.114.800
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.251.600
26 – TRANSPORTE	448.300
27 – DESPORTO E LAZER	260.300
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	1.569.009
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000
SOMA	24.813.761
UNIDADE GESTORA: IPREGOBA	
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	582.000
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.088.000
SOMA	2.670.000
UNIDADE GESTORA: FUNDAÇÃO DE SAÚDE	

10 – SAÚDE	8.885.281
TOTAL	38.069.042

Neste nível, para o exercício de 2013, destacam-se os recursos alocados nas funções: Transporte, Urbanismo, Administração, Saúde e Educação evidenciando o significativo custo de manutenção das estradas vicinais, obras e serviços de infra-estrutura urbana, e a prioridade para as ações em saúde e educação por imposição constitucional, ao exigir que se destine pelo menos 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% da receita produto dos impostos para ações básicas de saúde.

2.2. DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR MODALIDADE E NATUREZA DA DESPESA.

O quadro nº. 3 abaixo demonstra a despesa fixada para 2013, segundo a sua natureza, em razão das alterações introduzidas pela Portaria Interministerial nº. 163/2001.

QUADRO 03

R\$ 1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO SUA NATUREZA	
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO	FIXADA P/ 2013
DESPESAS CORRENTES	23.311.052
Pessoal e Encargos Sociais	13.449.688
Juros e Encargos da Dívida	280.200
Outras Despesas Correntes	9.581.164
DESPESAS DE CAPITAL	3.172.709
Investimentos	2.608.500
Amortização da Dívida	564.209
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000
SOMA	26.513.761
UNIDADE GESTORA: IPREGOBA	
DESPESAS CORRENTES	577.000
Pessoal e Encargos Sociais	517.000
Outras Despesas Correntes	60.000
DESPESAS DE CAPITAL	5.000
Investimentos	5.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.088.000
SOMA	2.670.000
UNIDADE GESTORA: FUNDO DE SAÚDE	
DESPESAS CORRENTES	8.751.261
Pessoal e Encargos Sociais	6.693.061
Outras Despesas Correntes	2.058.200
DESPESAS DE CAPITAL	134.020
Investimentos	134.020
SOMA	8.885.281

TOTAL	38.069.042
-------	------------

O quadro nº. 3 demonstra a despesa de acordo com a classificação econômica fixada para 2013.

Neste nível, para o exercício de 2013, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais de todos os órgãos da administração.

2.3. DEMONSTRATIVO DA DESPESA PARA 2013 POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E SUA PARTICIPAÇÃO RELATIVA

QUADRO 04

R\$ 1,00

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO		
01 – CÂMARA MUNICIPAL	1.700.000	6,41
02 – GABINETE DO PREFEITO	910.000	3,43
03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO	122.500	0,46
04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.184.162	4,47
05 – SECRETARIA DA FAZENDA	965.100	3,64
06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	1.114.800	4,20
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9.857.890	37,18
09 – SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	1.601.400	6,04
10 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	2.346.000	8,85
12 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	966.000	3,64
13 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	3.951.300	14,90
14 – ENCARGOS GERAIS	1.569.009	5,92
15 – SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	195.600	0,74
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000	0,12
SOMA	26.513.761	100,00

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

IPREGOBA	2.670.000	100,00%
SOMA	2.670.000	100,00%

UNIDADE GESTORA: FUNDO DE SAÚDE

Fundo Municipal de Saúde	8.885.281	100,00%
SOMA	8.885.281	100,00%
TOTAL GERAL	38.069.042	100,00%

Na apresentação da despesa por órgão em nível de unidade orçamentária, para o exercício de 2013, é importante registrar os seguintes aspectos:

CÂMARA DE VEREADORES

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.700.000,00, representando 6,41% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção da Câmara Municipal.

GABINETE DO PREFEITO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 910.000,00, representando 3,43% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção do Gabinete do Prefeito.

GABINETE DO VICE-PREFEITO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 122.500,00, representando 0,46% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.184.162,00, representando 4,47% do Orçamento e se destinam às despesas com manutenção dos serviços administrativos da Prefeitura, apoio ao Fórum da Comarca de Garopaba, aquisição de veículo para a secretaria, além da manutenção do FUNREBOM.

SECRETARIA DA FAZENDA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 965.100,00, representando 3,64% do Orçamento e se destinam às despesas com manutenção dos serviços financeiros da Prefeitura, bem como desenvolvimento do PMAT.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.114.800,00, representando 4,20% do orçamento e se destinam às despesas com manutenção desta unidade administrativa, aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros bem como construção e reforma de empreendimentos rurais e pesqueiros.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 9.857.890,00, representando 37,18% do orçamento e se destinam às despesas de manutenção do ensino fundamental, infantil, supletivo e especial a cargo do Município, distribuição de merenda escolar, manutenção do transporte escolar, aquisição de veículos para transporte escolar, construção de bibliotecas, apoio aos universitários, construção do Museu Municipal e construção, ampliação e reforma de escolas.

SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.601.400,00, representando 6,04% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção do turismo, promoção de festas, restauração da Igreja Matriz – Centro Histórico, construção de empreendimentos turísticos e Centro de Convenções, construção, reforma e aparelhamento de equipamentos esportivos, manutenção do setor de esportes, apoio a cultura, bem como incentivo ao esporte amador no Município.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 2.346.000,00, representando 8,85% do Orçamento e se destinam às despesas com construção e remodelação de praças, ampliação da rede de saneamento básico do município, manutenção dos serviços de iluminação pública, construção de banheiros públicos, pavimentação de ruas, construção, ampliação e reforma do Cemitério Municipal, construção de casas populares, construção do Centro Administrativo Municipal, recuperação do Lixão Sanitário, manutenção da Secretaria, bem como Manutenção do Fundo de

Saneamento Básico.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 966.000,00, representando 3,64% do Orçamento e se destinam às despesas com assistência a criança e ao adolescente, apoio ao conselho tutelar, aquisição de veículo, construção do centro de referência de assistência social e manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, Projeto Juventude Cidadã, construção e reforma de unidades habitacionais bem como manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 3.951.300,00, representando 14,90% do Orçamento e se destinam às despesas de implantação da Guarda Municipal, manutenção da limpeza pública, construção de abrigos e pontos de ônibus, construção de terminal rodoviário urbano, aquisição de equipamentos rodoviários, construção de empreendimentos de infra-estrutura e manutenção da secretaria municipal.

ENCARGOS GERAIS

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária, somam R\$ 1.569.009,00, representando 5,92% do Orçamento e se destinam ao atendimento de despesas relativas a Contribuição à Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, a FECAM e a Confederação Nacional de Municípios, contribuição ao PASEP, pagamento da dívida interna.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 195.600,00, representando 0,74% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção desta unidade orçamentária.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Os recursos alocados como Reserva de Contingência, somam R\$ 30.000,00, representando menos de 0,12% do Orçamento e correspondem ao Superávit Orçamentário. Estes recursos destinam-se ao atendimento dos Riscos Fiscais definidos na Lei de Diretrizes Orçamentária.

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - IPREGOBA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 2.670.000,00, representando 100,00% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção do Instituto de Previdência, gerenciamento dos ativos, contratação de serviços técnicos e pagamento de inativos e pensionistas, além do Superávit Orçamentário.

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 8.885.281,00, representando 100% do Orçamento e se destinam às despesas de manutenção dos serviços de atendimento médico e odontológico, manutenção do SAMU, construção, ampliação e aparelhamento de postos de saúde e aquisição de veículos para servir a saúde municipal.

Eram estas as considerações que julgamos necessárias na mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária para 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.670/2012

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Garopaba para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 38.069.042,00 (Trinta e oito milhões, sessenta e nove mil e quarenta e dois reais), sendo R\$ 25.573.861,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 12.495.181,00 do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO (PREFEITURA) E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 32.335.042,00 e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.700.000,00, em R\$ 24.813.761,00 para o Poder Executivo (Prefeitura) e R\$ 5.821.281,00 como Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	35.736.706,00
1.1. Receita Tributária	7.986.000,00
1.2. Receita de Contribuições	850.000,00
1.3. Receita Patrimonial	136.800,00
1.4. Receita de Serviços	1.000,00
1.5. Transferências Correntes	25.338.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.424.906,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	526.200,00
2.1. Operação de Crédito	31.000,00
2.2. Alienação de Bens	20.000,00
2.3. Transferências de Capital	475.200,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	3.927.864,00
TOTAL	32.335.042,00

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.700.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	910.000,00
03. GABINETE DO VICE-PREFEITO	122.500,00
04. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.184.162,00
05. SECRETARIA DA FAZENDA	965.100,00
06. SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	1.114.800,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9.857.890,00
09. SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	1.601.400,00



10. SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE	2.346.000,00
12. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	966.000,00
13. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	3.951.300,00
14. ENCARGOS GERAIS	1.569.009,00
15. SECRETARIA EXT. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	195.600,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	26.513.761,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – LEGISLATIVA	1.700.000,00
02 – JUDICIÁRIA	1.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	3.109.762,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	71.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	939.900,00
12 – EDUCAÇÃO	9.840.890,00
13 – CULTURA	106.500,00
15 – URBANISMO	5.741.400,00
16 – HABITAÇÃO	36.300,00
17 – SANEAMENTO	293.000,00
20 – AGRICULTURA	1.114.800,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.251.600,00
26 – TRANSPORTE	448.300,00
27 – DESPORTO E LAZER	260.300,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	1.569.009,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA	26.513.761,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	1.700.000,00
0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.032.500,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO	1.184.162,00
0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA	965.100,00
0028. EDUCANDO COM QUALIDADE	9.857.890,00
0031. OBRAS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO	2.346.000,00
0035. MELHORAMENTO DE RUAS, AVENIDAS E RODOVIAS	3.951.300,00
0048. ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES	1.114.800,00
0051. GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES	1.601.400,00
0056. ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	966.000,00
0058. REGULARIZAR PARA ORGANIZAR	195.600,00
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.569.009,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	26.513.761,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	23.311.052,00
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	3.098,00

3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	12.563.690,00
3.1.91.00 – Pessoal e Encargos Sociais	882.900,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	280.100,00
3.2.91.00 – Juros e Encargos da Dívida	100,00
3.3.50.00 – Outras Despesas Correntes	416.300,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	3.564,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	8.990.700,00
3.3.91.00 – Outras Despesas Correntes	170.600,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	3.172.709,00
4.4.50.00 – Investimentos	400.100,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	300,00
4.4.90.00 – Investimentos	2.208.100,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	564.209,00
4.6.91.00 – Amortização da Dívida	100,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	26.513.761,00

DO ORÇAMENTO DO IPREGOBA

Art. 3º - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba - IPREGOBA para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 2.670.000,00, e fixa a Despesa em R\$ 582.000,00, proporcionando um superávit de R\$ 2.088.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.670.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	500.000,00
1.2. Receita Patrimonial	1.000.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	170.000,00
2. RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00
2.1. Receitas de Contribuições	1.000.000,00
TOTAL	2.670.000,00

§ 2º - A Despesa do IPREGOBA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
28 – Encargos Especiais	582.000,00
99 – Reserva de Contingência	2.088.000,00
TOTAL	2.670.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	577.000,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	517.000,00



3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	60.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	5.000,00
9.9.99.00 – Reserva de Contingência	2.088.000,00
TOTAL	2.670.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 3.064.000,00, as transferências financeiras da Prefeitura Municipal em R\$ 5.821.281,00 e fixa a Despesa em R\$ 8.885.281,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	3.022.900,00
1.1. Receita Patrimonial	16.800,00
1.2. Transferências Correntes	3.006.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	41.100,00
2.1. Alienação de Bens	10.000,00
2.2. Transferências de Capital	31.100,00
TOTAL	3.064.000,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	8.885.281,00
TOTAL	8.885.281,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	8.751.261,00
3.1.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	6.492.961,00
3.1.91.00 – Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
3.3.50.00 – Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	90.000,00
3.3.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	1.968.000,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes	100,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	134.020,00
4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos	100,00
4.4.90.00 - Investimentos	133.920,00
TOTAL	8.885.281,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência,

conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais	15.000,00
1. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	15.000,00
TOTAL	30.000,00

UNIDADE GESTORA: IPREGOBA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Outros Riscos Fiscais	30.000,00
2. Despesas não orçadas ou orçadas a menor	30.000,00
3. Superávit Orçamentário	2.028.000,00
TOTAL	2.088.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

III – operações de crédito

Parágrafo único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50,

I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 9º- Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10 – Durante o exercício de 2013 o Chefe do Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de dezembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

ANEXOS DA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

E

CONSTITUIÇÃO
FEDERAL

PROCESSO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENÚNCIA DE RECEITA EM 2013
(Art. 5º, II DA LRF)

RISCOS FISCAIS

2013

LRF, ART. 4º, § 3º.

ANEXOS

DA

LEI 4.320/64

IPREGOBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria N.º 809/2012.

PORTARIA N.º 809, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR DE MARCAÇÕES DE CONSULTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do § 1º, do artigo n.º 60, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica estabelecido para o SETOR DE MARCAÇÕES DE CONSULTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, a partir de 06/12/2012,

horário de funcionamento com ATENDIMENTO AO PÚBLICO de 13:00 às 18:00, com expediente interno de 18:00 às 19:00 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 591/2012.

Garopaba, 05 de Dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/12/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 810/2012.

PORTARIA N.º 810, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 0021/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: CÁTIA DE LOURDES FERREIRA MARCON, TULA SOUZA DO AMARAL e MARGARETE GARCIA COSTA, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 0021/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato 1º Termo Aditivo Ata de Registro de Preço N.º 35/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço n.º. 35/2012; Processo n.º. 69/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Mecânica e Acessórios Auto Arroio Ltda.; Objeto: Acrescentar a Ata n.º. 35/2012, de 30/05/2012, o valor de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), referentes ao aumento quantitativo de seu objeto. Sendo serviço de manutenção com fornecimento de peças, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Educação;

Data da Assinatura: 05/12/2012.

Extrato Contrato N.º 76/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 76/2012 Processo nº 194/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ORA-Construtora Comércio de Materiais de Construção Ltda.; CNPJ: 00.366.310/0001-24; Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para as escolas da rede Estadual, Municipal e do Distrito Federal, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2011 do FNDE; Valor: R\$ 36.890,00 (Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Noventa Reais);

Data da Assinatura: 05/11/2012.

Extrato Contrato Nº 77/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 77/2012 Processo nº 194/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: HS Comércio de Equipamentos Ltda.; CNPJ: 08.117.496/0001-90; Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para as escolas da rede Estadual, Municipal e do Distrito Federal, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2011 do FNDE; Valor: R\$ 5.448,00 (Cinco Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais);

Data da Assinatura: 05/11/2012.

Extrato Contrato Nº 78/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 78/2012 Processo nº 195/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Daruma Telecomunicações e Informática SA; CNPJ: 45.170.289/0001-25; Objeto: contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, referente ao item 01 COMPUTADOR INTERATIVO, do Pregão Eletrônico nº 72 /2011b; Valor: R\$ 12.775,00 (Doze Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais);

Data da Assinatura: 05/11/2012.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 13/2012

RESOLUÇÃO Nº 13/2012

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2012"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2012, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 05 de dezembro de 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 06/12/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

IVALDO DA SILVA LOBO FILHO

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.465, de 18 de Setembro de 2012.

LEI Nº 3.465, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar para o exercício de 2013 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal de acordo com o Plano Plurianual 2010/2013;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas nos Anexos I, II e III desta Lei (art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal

– LRF), desdobradas nas seguintes tabelas:

I - ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais:

- a) Demonstrativo das Metas Anuais;
- b) Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- g) Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

II - ANEXO II – Anexo de Metas Físicas priorizadas para o exercício de 2013:

- a) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção do Legislativo;
- b) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Programa Vereador Mirim;
- c) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Construção da Sede Própria da Câmara Municipal;
- d) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;
- e) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção da Diretoria de Comunicação;
- f) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Administração e Finanças;
- g) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Secretaria de Administração e Finanças;
- h) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Procuradoria do Município;
- i) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão Área da Cultura;
- j) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação Infantil;
- k) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Ensino Fundamental;
- l) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Jovens e Adultos;
- m) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Educação Especial;
- n) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
- o) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do

Fundo Municipal de Saúde;

- p) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;
- q) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Área de Desenvolvimento Social;
- r) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks;
- s) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;
- t) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- u) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;
- v) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;
- w) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;
- x) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Diretoria de Trânsito – DITRAN;
- y) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;
- z) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Polícia Civil;
- aa) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão em Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar;
- bb) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
- cc) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de unidades habitacionais;
- dd) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;
- ee) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Fundação Municipal de Esportes;
- ff) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Fundação Municipal de Esportes;
- gg) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;
- hh) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do SAMAE;

III - ANEXO III – Anexo de Riscos Fiscais:

- a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2013 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I, II e III desta Lei, não se constituindo,

todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 1º, da LRF).

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da saúde.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a estrutura organizacional do Município.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal (CF) serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Autarquias, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 e a Portaria 633/2006 do Ministério da Fazenda e demais alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

V - programa de trabalho de governo – demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

VIII - demonstrativo da despesa até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Anexo II da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - demonstrativo da evolução da despesa realizada até modalidade de aplicação dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício de 2012 e para o exercício de 2013;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2013 (art. 5º, III, da LRF);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2012 (art. 4º, §§ 1º e 9º, da LRF).

Parágrafo único. Os orçamentos dos Fundos, Fundação e Autarquia que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, previsão para 2012, 2013, 2014 e 2015, com justificativa da estimativa para 2013, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (art. 12 da LRF);

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa em nível de função e subfunção, dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, fixada para 2012 e 2013;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada, saldo em 31/12/2011, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2013;

V - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

VI - demonstrativo do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito se for o caso.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2013 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a", da LRF).

Art. 8º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2013 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

I - eliminação de despesas com horas extras, observadas as situações previstas nesta Lei;

II - redução de investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2013, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada no exercício de 2012.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência, do excesso de arrecadação, da redução de despesas discricionárias e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2013, de cada uma das Unidades Gestoras, poderá contemplar recursos para a reserva de contingência, limitados a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei (art. 5º, III, "d", da LRF).

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e à manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa de governo, bem como obras e serviços de competência do Município ou não.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, § único, da LRF).

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de convênios, operações de crédito, contratos de repasse a fundo perdido, emendas parlamentares e termos de responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, servirão como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, através de decreto do Executivo e abertura de crédito especial, através de lei.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2013, são as constantes do Anexo I, Tabela 7, desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, de saúde, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica (art. 4º, I, "f", da LRF).

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas às quais o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de sessenta dias,

contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

Art. 19. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 21. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão avaliadas para o exercício de 2013 a preços estimados de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Na fixação do orçamento para o exercício financeiro de 2013 será destinado ao Poder Legislativo o percentual de até 6% (seis por cento) da receita direta do orçamento da Prefeitura do Município de Gaspar, ou seja, do orçamento da Administração Direta.

Art. 23. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único. Sempre que expedido decreto para detalhamento de saldos de dotações de despesa, ou para seu remanejamento, dentro de cada programa, projeto ou atividade, cópia deverá ser enviada à Câmara de Vereadores.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2013, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento, com exceção das operações afetas ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que poderão destinar-se também ao financiamento de despesas correntes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, parágrafo 1º, II, da CF).

§ 1º A revisão geral e anual à remuneração dos servidores e subsídios será concedida pelo índice de inflação oficialmente divulgado e acumulado nos últimos doze meses à concessão da revisão.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Gaspar ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei para reformulação da legislação tributária, podendo conceder benefícios fiscais, isenção e remissão tributária aos contribuintes, devendo, nesses casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estimativa do seu impacto, e atender ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2012 a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de novembro de 2012.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas, serão encaminhadas ao Executivo Municipal para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo para propiciar a preparação da redação final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício

anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender aos riscos fiscais previstos.

Art. 37. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 39. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC,
em 18 de setembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GASPAR

ANEXO II - Planilha das Ações por Programas

Código do Programa:		0001			
Descrição do Programa:		Manutenção do Legislativo			
Órgão: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.					
Público Alvo: Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.0.2	Adequação do quadro de Servidores, remuneração, revisões remuneratórias a qualquer título, plano de carreira, pagamento de Servidores ativos e inativos, subsídio dos Vereadores, contratação de estagiários, verbas indenizatórias e encargos sociais.	Servidores Ativos, Inativos, Bolsistas e Vereadores	Servidores	45
0002	2.0.0.0.0.4	Contratação de serviços terceirizados em geral, locação, materiais de consumo, atualização e conservação do patrimônio, auxílios a servidores, assinaturas, contribuições, diárias, demais despesas com a manutenção do Legislativo.	Sessões	Sessões	70
0002	2.0.0.0.0.6	Aquisição, atualização e locação de softwares, manutenção de site, manutenção e ampliação de rede de informática, proporcionar treinamento de Servidores e Vereadores sobre assuntos relativos à informática	Unidades	Unidades	20
0001	1.0.0.0.0.1	Compra de mobiliário, atualização da biblioteca (física e eletrônica).	Unidades	Unidades	50
0002	2.0.0.0.0.8	Realização de Concurso Público.	Unidades	Unidades	1
0002	2.0.0.0.1.0	Dotar Servidores e Vereadores de cursos, palestras e afins visando o desenvolvimento das atividades do Legislativo; conceder bolsas de estudos em nível de graduação e pós-graduação a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.	Unidades	Unidades	50
0002	2.0.0.0.1.2	Publicidade, divulgação e veiculação dos atos da Câmara de Vereadores em atendimento às normas legais, bem como proporcionar conhecimento aos munícipes das ações realizadas pela Edilidade	Unidades	Unidades	70

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0002			
Descrição do Programa		Programa Vereador Mirim			
Órgão:Mesa Diretora da Câmara Municipl de Gaspar e a Coordenação do Programa.					
Público Alvo: Alunos, professores,diretores e pais das escolas do Município de Gaspar que atendam 5ª a 8ª séries.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.1.4	Manutenção do programa, contratação de serviços terceirizados em geral, aquisição de matrerais de consumo (lanches,passes de ônibus, outros),palestras, demais despesas com o processo legislativo Mirim.	Sessões	Sessões	20
0002	2.0.0.0.1.6	Contratação de agência de publicidade para criação e desenvolvimento de cartilha,materiais de divulgação nos educandários, diplomas, certificados e afins.	Alunos	Alunos	5000

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0003			
Descrição do Programa		Construção da Sede Própria			
Órgão:Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.					
Público Alvo: Servidores, Vereadores e Comunidade em Geral.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.0.0.3	Criação,desenvolvimento e gerenciamento dos projetos e acompanhamento das etapas de execução da obra.	Projetos	Unidade	5
0001	1.0.0.0.0.5	Contratação e execução da obra	Área	M²	580

ANEXO II - Planilha das Ações por Programas

Código do Programa:	0.0.0.4				
Descrição do Programa:	Gestão do Gabinete e Políticas Públicas				
Órgão:Gabinete do Prefeito e Vice Prefeita					
Público Alvo: População Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013
0002	2.0.0.0.1.8	Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	Secretaria	Unidade	1
0002	2.0.0.2.0.2	Manutenção da Defesa Civil	Unidade Gestora	Unidade	1
0001	1.0.0.0.0.9	Aquisição de Equipamentos Mat. Permanente	EquipamentosMaterial Permanente	Unidade	10

MUNICÍPIO DE GASPAR

ANEXO II - Planilha das Ações por Programas

Código do Programa		0.0.0.5			
Descrição do Programa		Manutenção da Diretoria de Comunicação			
Órgão: Setor de Comunicação					
Público Alvo:População Gasparense e Secretarias do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.2.0	Manutenção da Comunicação	Imprensa	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.1	Aquisição de Móveis e Equipamentos	Equipamentos Material Permanente	Unidade	5

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa:		0.0.0.6			
Descrição do Programa:		Gestão da Secretaria de Administração e Finanças			
Órgão:Secretaria de Administração e Finanças					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.2.2	Manutenção da Secretaria Adm.Finanças	Secretaria	Unidade	1
0009	1.0.0.0.4.5	Encargos Especiais	Encargos	Unidade	10
0001	1.0.0.0.1.5	Reforma e Construção da Sede	Sede	Unidade	1
0001	1.0.0.0.1.7	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Equipamentos Permanente Material	Unidade	40

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7				
Descrição do Programa	Reserva de Contingência				
Órgão: Secretaria de Administração de Administração e Finanças					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.0.8			
Descrição do Programa :		Gestão Area da Cultura			
Órgão: Secretaria de Educação					
Público Alvo: População do Muicípio de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013
0002	2.0.0.0.2.4	Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	15
0002	2.0.0.0.2.6	Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca	Manutenção	Cultura	1
0002	2.0.0.0.2.8	Manutenção das Oficinas Culturais	Manutenção	Oficinas Culturais	21
0001	1.0.0.0.1.9	Construção do Complexo Cultural de Gaspar, Restauração e ampliação do Coreto Municipal e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	Contrução	Unidade	1
0002	2.0.0.0.3.0	Biblioteca Itinerante	Alunos	Número	5.450
0002	2.0.0.0.3.2	FEDASC - Festival Escolar de Dança de Santa Catarina	Eventos	Festival	1
0002	2.0.0.0.3.4	Oficinas de Formação	Professores	Número	50
0002	2.0.0.0.3.6	Aquisição de Material de Pesquisa	Alunos	Número	5.450

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.0.9				
Descrição do Programa :	Gestão de Educação Infantil				
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação Infantil					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013
0001	1.0.0.0.2.1	Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	Área	m²	3500
0002	2.0.0.0.3.8	Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Número	2500
0002	2.0.0.0.4.0	Merenda Escolar	Alunos	Número	2500
0001	1.0.0.0.9.9	Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	100

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.1.0				
Descrição do Programa :	Gestão de Educação de Ensino Fundamental				
Órgão: Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos do Ensino fundamental					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.0.2.9	Construção, Ampliação e Reforma de Escolas e Quadras Esportivas	Área	m²	4000
0002	2.0.0.0.4.2	Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Número	4500
0002	2.0.0.0.4.4	Transporte Escolar	Alunos	Número	950
0002	2.0.0.0.4.6	Merenda Escolar	Alunos	Número	4.500
0001	1.0.0.0.3.3	Projetos Pedagógicos	Projeto	Unidade	3

0001	1.0.0.1.7.7	Aquisição de Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	100
------	-------------	----------------------------------	------------------------------------	---------	-----

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.1.2			
Descrição do Programa		Gestão de Educação de Jovens e Adultos			
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação de Jovens e Adultos					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013
0002	2.0.0.0.5.0	Manutenção Educação de Jovens e Adultos	Alunos	Número	300
0002	2.0.0.0.5.2	Merenda Escolar	Alunos	Número	300

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.1.1				
Descrição do Programa	Gestão da Educação Especial				
Órgão:Secretaria de Educação					
Público Alvo: Alunos da Educação Especial					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.4.8	Manutenção Educação Especial	Manutenção	Educação Especial	

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.2.6			
Descrição do Programa		Gestão do Fundo Municipal de Saúde			
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	2013
0001	1.0.0.1.6.1	Construção de um Centro de Especialidades em Saúde - Policlínica	Centro de Especialidades	m²	1
0002	2.0.0.1.9.0	Equipar o Centro de Especialidades em Saúde - Policlínica	Equipamentos e Mat. Permanente	unidade	500
0002	2.0.0.1.2.2	Ampliar, Manter e Equipar as Unidades de Saúde	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0001	1.0.0.1.6.3	Contrução e Reforma das Unidades de Saúde	Unidades de Saúde	unidade	10
0002	2.0.0.1.2.4	Ampliar, Manter e Equipar as Equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Promoção a Saúde	munícipes	22.000
0001	1.0.0.1.6.5	Construção de Unidades de Estratégia de Saúde da Família	ESF	m²	1
0002	2.0.0.1.2.6	Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Estratégia Saúde da Família	Promoção a Saúde	munícipes	43.000
0002	2.0.0.1.2.8	Ampliar, Manter e Equipar as Vigilâncias Sanitária	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0002	2.0.0.1.3.0	Ampliar, Manter e Equipar as Vigilâncias Epidemiológica	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0002	2.0.0.1.3.2	Ampliar, Implementar, Manter e Equipar o CAPS,CAPS AD e CAPSI	Redução de Danos e Promoção a saúde	munícipes	14.000
0002	2.0.0.1.3.4	Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	atendimento dos munícipes	hospital	1
0002	2.0.0.1.3.6	Ampliar e Manter Serviços de Entidades Assistênciais a Saúde	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0002	2.0.0.1.3.8	Ampliar, Manter e Equipar no Município as Ações de Média e Alta Complexidade e tratamento fora do domicílio	Promoção a Saúde	munícipes	36.000
0002	2.0.0.1.4.0	Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0002	2.0.0.1.4.2	Ampliar, Manter e Equipar no Município as Ações do Programa do DST/AIDS	Redução de Danos, Promoção e Prevenção à Saúde	munícipes	14.550
0002	2.0.0.1.4.4	Capacitação Técnica Permanente dos Servidores do Fundo Municipal de Saúde	Capacitação	Servidores	278
0001	1.0.0.1.6.7	Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde	Veículo	unidade	1
0001	1.0.0.1.6.9	Convênio Modernização Do Fundo Municipal de Saúde	Informatização	equipamento	20

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.2.6			
Descrição do Programa		Gestão do Fundo Municipal de Saúde			
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	2013
0002	2.0.0.1.4.6	Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Saúde Bucal	Promoção a Saúde	munícipes	59.000
0002	2.0.0.1.4.8	Ampliar, Manter e Equipar o Centro de Especialidades Odontológicas	Promoção a Saúde	munícipes	24.000
0002	2.0.0.1.5.2	Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	unidade	1
MUNICÍPIO DE GASPAR					

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.1.3			
Descrição do Programa		Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio			
Órgão:Secretaria de Turismo Indústria e Comércio					
Público Alvo:População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.0.5.4	Manutenção das ações da secretaria	Manutenção	Unidade	1
0002	2.0.0.0.5.6	Transferências as entidades privadas sem fins lucrativos	Entidades	Unidade	14
0002	2.0.0.0.5.8	Incentivo Econômico a Empresas	Empresas	Unidade	10
0002	2.0.0.0.6.0	Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	1
0002	2.0.0.0.6.2	Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	12
0001	1.0.0.0.3.7	Construção de Centro de Eventos/Pórtico	Centro de Eventos	Unidade	1
0001	1.0.0.0.4.1	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	10
0002	2.0.0.0.6.6	Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	12
0002	2.0.0.1.8.2	Festival de Inverno e Expo Gaspar	Edições	Unidade	1
0002	2.0.0.0.6.8	Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	1
0002	2.0.0.0.7.0	Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.0			
Descrição do Programa :		GESTÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO			
Órgão:Procuradoria Geral do Município					
Público Alvo: Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.1.0.0	Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	1
0001	1.0.0.1.2.7	Aquisição de Equipamentos e Material	Equipamento Material	Unidade	39

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC ☐ CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

		Permanente	Permanente		
0002	2.0.0.1.0.2	Manutenção do Programa de Reaparelhamento da Procuradoria - Honorários de Sucumbência	Manutenção	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.9			
Descrição do Programa :		Gestão na Área de Desenvolvimento Social			
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social.					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2013
0002	2.0.0.1.6.4	Ações de Desenvolvimento Social	Ações	Secretaria	1
0001	1.0.0.3.0.5	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Móveis e Equipamentos	Peças	50
0002	2.0.0.1.6.6	Feiras / Artesanato	Feiras	Projeto	1
0001	1.0.0.1.9.3	Revisão BPC - Benefício de Prestação Continuada	Revisão	Projeto	1
0002	2.0.0.1.8.0	Convênios com Entidades	Convênios	Entidades	5
0001	1.0.0.1.9.5	Implantar Programas na Área social	Programa	Programa	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.2.9				
Descrição do Programa :	Gestão na Área de Desenvolvimento Social				
Órgão:Fundo Municipal de Assistência Social.					
Público Alvo: População do Município de Gaspar.					
Metas Físicas					
0001	2.0.0.1.9.2	Proteção Social Básica	Programa	Programa	1
0001	2.0.0.1.9.4	Proteção Social Especial - Média Complexidade	Programa	Programa	1
0001	1.0.0.3.0.7	Construção de 01 CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social	Projeto	Construção	1

0001	1.0.0.3.0.9	Instalar e Equipar CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Projeto	CRAS	2
0001	2.0.0.1.9.6	Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Abrigos	Abrigos	1

MUNICÍPIO DE GASPARG**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.3.0
Descrição do Programa	Gestão Centro Educativo Maria Hendricks

Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social

Público Alvo: População do município de Gaspar.

Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2013
0002	2.0.0.1.8.4	Garantir Funcionamento, Manutenção e Equipamentos para Centro Educativo	Manutenção	Criança e Adolescente	250
0001	1.0.0.2.1.7	Construir Quadra Esportiva , Anfiteatro e Sala de Aula	Área	Quadra, Anfiteatro e sala de aula	2
0001	1.0.0.2.1.3	Adquirir Equipamentos	Material Permanente	Peças	115
0002	2.0.0.1.8.6	Garantir Proteção Social Especial de Média Complexidade Peti Jornada	Proteção Social	Programa	1

MUNICÍPIO DE GASPARG**ANEXO II- Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7
Descrição do Programa	Reserva de Contingência

Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social

Público Alvo: Administração Direta e Cidadão Gasparense

Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.2.7				
Descrição do Programa	Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente				
Órgão : Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente					
Público Alvo: Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade Social.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.1.7.3	Pesquisa de Diagnóstico Social	Diagnóstico	Pesquisa	2
0002	2.0.0.1.5.4	Manter Programas e Ações	Ações	Programa	20
0001	1.0.0.1.7.5	Manter Convênios com Entidades	Convênios	Projeto	20
0002	2.0.0.1.5.6		Crianças e Adolescentes	Programa	1
		Criar e Manter Oficinas Profissionalizantes para Adolescentes			
0001	1.0.0.1.7.9	Capacitação para toda a Rede de atendimento a Crianças e Adolescentes	Projeto	Unidade	2

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contigência			
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.1			
Descrição do Programa :		APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA			
Órgão: Secretaria de Agricultura					
Público Alvo: Agricultores do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.1.3.1	Aquisição de veículos	Veículos	unidade	1
0002	2.0.0.1.0.4	Manutenção das atividades agrícolas	secretaria	unidade	1
0001	1.0.0.1.3.3	Projeto para compra de equipamentos agrícolas	secretaria	projeto	1
0001	1.0.0.3.1.1	Aquisição de Escavadeira Hidraulica	Equipamento	Unidade	1
0001	1.0.0.1.3.5	Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	2
0001	1.0.0.1.3.7	Constr./Aquis.Sede da Secretaria de Agricultura e Feira Livre Municipal	secretaria	m2	300
0002	2.0.0.1.0.6	Seminarios de Capacitação de Agricultores	secretaria	projeto	5
0001	1.0.0.1.3.9	Convenio Federal - Projeto Expo- Gaspar	secretaria	projeto	1
0001	1.0.0.1.4.1	Aquis.Equip.Psicultura	Equipamentos	Unidade	1
0001	1.0.0.1.4.3	Aquisição de Material Permanente	Equipamentos	unidade	15

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.1.4			
Descrição do Programa:		GESTÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS			
Órgão:Secretaria de Obras					
Público Alvo: População de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013
0002	2.0.0.0.7.2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	IluminaçãoPública	unidades	11.500
0001	1.0.0.2.5.3	Pavimentação de Ruas	Ruas Pavimentadas	m²	5.150
0004	-	Pavimentação (complemento) da Rua Francisco Silvério Scheidt no Bairro Figueira.	Ruas Pavimentadas	m²	3.000
0004	-	Pavimentação (complemento) da Rua Frei Canisio Bairro Coloninha.	Ruas Pavimentadas	m²	2.850
0004	-	Pavimentação da Rua Inês Baron no Bairro Coloninha.	Ruas Pavimentadas	m²	2.000
0002	2.0.0.0.7.4	Manutenção da Secretaria de Obras	Secretaria	secretaria	1
0001	1.0.0.0.5.1	Aquisição de Veículos	Veículos	unidades	6
0001	1.0.0.0.5.3	Aquisição de máquinas e equipamentos	Máquinas	unidades	6
0001	1.0.0.0.5.5	Construção/ampliação ou reforma do imóvel da secretaria	Edificação	m²	200
0002	2.0.0.0.9.2	Manutenção Superintendência Belchior	Superintendência	Unidade	1
0001	1.0.0.0.5.7	Dragagem e Desassoriamento de cursos de água	Desassor.Valas	m	15.000

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.1.5				
Descrição do Programa :	Gestao do Ditrã				
Orgão Responsável : Ditrã					
Público Alvo: Todas as vias públicas e escolas do município de Gaspar.					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.0.5.9	Desapropriação/Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unidade	2
0001	1.0.0.0.6.1	Implantação de Ciclovias	Área	km	5
0002	2.0.0.0.7.6	Asfaltamento de área pública	Área	km	5

0002	2.0.0.0.7.8	Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	unidade	1
0001	1.0.0.0.6.3	Aquisição de Veículos da DITRAN	unidade	Veículos	2
0001	1.0.0.0.6.5	Aquisição de materiais permanentes da DITRAN	Equipamento Material Permanente	Unidade	5
0001	1.0.0.0.6.7	Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	80
0001	1.0.0.0.6.9	Construção da Sede DITRAN	Imóvel	Imóvel	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.6			
Descrição do Programa :		GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE GASPAR			
Órgão: Secretaria de Administração e Finanças - Corpo de Bombeiros					
Público Alvo: Comunidade Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.0.7.1	AQUISIÇÃO MATERIAL PERMANENTE	Equipamento Material Permanente	Unidade	20
0001	1.0.0.3.0.3	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo	Unidade	1
0002	2.0.0.0.8.0	APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA	Corpo de Bombeiros	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.3	CONSTRUÇÃO SEDE	Sede	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.1.7				
Descrição do Programa :	GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL				
Órgão: Secretaria de Transporte e Obras - POLÍCIA CIVIL (Convênio de Trânsito)					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0001	1.0.0.0.7.5	Aquisição Veículos	Veículos	unidade	3
0001	1.0.0.0.7.7	Aquisição Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	30

0002	2.0.0.0.8.2	Manutenção Polícia Civil	Sede	Unidade	1
0001	1.0.0.0.7.9	Construir e Equipar Nova Sede	Área	m2	1900

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :	0.0.1.8				
Descrição do Programa :	GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA MILITAR EM GASPAR				
Órgão: Secretaria de Transportes e Obras (Convênio Trânsito) - Polícia Militar					
Público Alvo: Comunidade Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
				Medida	2013
0001	1.0.0.0.8.1	Aquisição Veículos/Motos-Trânsito PM	Veículo	unidade	4
0001	1.0.0.0.8.3	Aquisição Equipamentos/Materiais Permanentes-Trânsito PM	Equip.Mat. Perman.	unidade	20
0002	2.0.0.0.8.4	Manutenções Diversas Trânsito-PM	Trânsito	unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.2.8				
Descrição do Programa	Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar				
Órgão: Fundação Municipal de Esportes					
Público Alvo: População do Município de Gaspar					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.1.5.8	Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	4
0001	1.0.0.1.8.1	Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	1
0001	1.0.0.1.8.3	Aquisição de Imóveis	Imóveis	Unidade	1
0001	1.0.0.1.8.5	Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Areas Esportivas	Unidade	9
0001	-	Implantação de equipamentos de esporte e lazer, academia popular ao ar livre junto à área verde e comunitária do Loteamento Jardim Santa Ana na Rua Geral Águas Negras no Bairro Figueira.	Área Esportiva	Unidade	4
0002	2.0.0.1.6.0	Apoio a Entidades Esportivas	Projetos	Unidade	30
0002	2.0.0.1.6.2	Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
0001	1.0.0.3.1.3	Aquisição de Academias de Ginástica da 3ª Idade	Projetos	Unidade	15

VETADO

0001	1.0.0.1.8.7	Aquisição de Equip.Mat.Permanente	Equipamento Perman.	Unidade	25
------	-------------	-----------------------------------	---------------------	---------	----

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa		0.0.0.7			
Descrição do Programa		Reserva de Contingência			
Órgão: Fundação Municipal de Esportes					
Público Alvo:Administração Direta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.5			
Descrição do Programa:		Melhoria e Manutenção dos Serviços de Saneamento do SAMAE			
Órgão: SAMAE					
Público Alvo: Usuários do Samae					
Metas Físicas					
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta
Ação	da Ação			Medida	2013
0002	2.0.0.1.1.0	Manutenção da estrutura administrativa da autarquia	Autarquia	unidade	1
0002	2.0.0.1.1.2	Construções de Reservatórios	Reservatório	unidade	1
0001	1.0.0.1.5.3	Aquisição de Veículos	Veículo	unidade	2
0002	2.0.0.1.1.4	Coleta de Lixo	Resíduo	tonelada	15000
0002	2.0.0.1.1.6	Ampliação/ Manut. da rede de água e esgoto	Extensão	km	350
0002	2.0.0.1.1.8	Manutenção da frota de veículos e equipamentos	Veículos/ Equipamentos	unidade	33
0001	1.0.0.1.5.7	Aquisição de Bombas, equipamentos e mobília em geral	Equipamentos	Unidade	1
001	1.0.0.1.5.9	Esgoto Sanitário	Residencias	residencias	2500
0009	1.0.0.2.4.3	Encargos Especiais	Financiamento	Financiamento	1

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa	0.0.0.7				
Descrição do Programa	Reserva de Contingência				
Órgão: SAMAE					
Público Alvo: Administração Indireta e Cidadão Gasparense					
Metas Físicas					
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta 2013
0002	2.9.9.9.9.9	Reserva de Contingência	Reserva Contingência	Unidade	

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.1.9				
Descrição do Programa :		CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento						
Público Alvo: População do Município de Gaspar.						
Metas Físicas						
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade	Meta 2013	Meta Global
0002	2.0.0.0.8.8	Manutenção das ações da Secretaria.	Secretaria	Secretaria	1	1
0001	1.0.0.0.9.1	Aquisição de veículos.	Veículo	Unidade	2	4
0001	1.0.0.0.9.5	Pavimentação de vias e corredores.	Ruas pavimentadas	m2	5.200	449.020
0001	-	Pavimentação da Rua Olga Bohn e Paulo Bailer no Bairro Figueira.	Ruas pavimentadas	m2	7.800	
0002	2.0.0.0.9.0	Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo.	Transporte coletivo	Unidade	1	1
0001	1.0.0.1.0.1	Construção do Centro de Convivência.	Centro Convivência	Unidade	1	4
0001	1.0.0.1.0.7	Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas.	Ciclovias	m2	15.000	67.000
0001	1.0.0.1.0.9	Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais.	Drenagem	Bairros	1	12
0001	1.0.0.1.1.1	Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário.	Regularização e atualização de cadastro	Unidade	1	10

VETADO

0001	1.0.0.2.2.1Nova	Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Obra	Unidade	1	
MUNICÍPIO DE GASPAR						
ANEXO II - Planilha das Ações por Programas						
Código do Programa :		0.0.1.9				
Descrição do Programa :		CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento						
Público Alvo: População do Município de Gaspar.						
Metas Físicas						
Tipo da Ação	Código da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Meta 2013	Meta Global
0001	1.0.0.1.1.3	Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes.	Implantação de infra-estrutura	Unidade	2	6
0001	1.0.0.1.1.5	Contratação de projetos técnicos.	Projetos	Unidade	20	51
0002	2.0.0.0.9.6	Revisão e complementação do plano diretor , e Geoprocessamento	Plano	Unidade	1	4
0001	1.0.0.1.1.7	Aquisição de terrenos e desapropriações.	Terreno	m2	97.500	557.500
0001	-	Desapropriação de terrenos para alargamento da Rua Geral Águas Negras em seu início, a partir da Rua Anfilóquio Nunes Pires.		m2	2.500	VETADO
0002	2.0.0.0.9.8	Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes.	Plano	Unidade	1	1
0001	1.0.0.2.5.9	Estabilização de Talude do Morro do SAMAE	Morro	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.6.3	Infraestrutura de Loteamentos	Loteamentos	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.6.7	Serviços de Contenção de Encostas	Encostas	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.5.1	Construção de Viaduto e seus acessos para Melhoria das Vias	Viaduto	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.6.9	Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	SES	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.7.1	Melhoria em sistema de Abastecimento de água	Sistema de água	Unidade	1	
0001	1.0.0.2.4.9	Construção de Pontos de ônibus	Pontos de ônibus	Unidade	10	
0001	1.0.0.1.1.9	Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes.	Equipamentos	Unidade	10	47
0001	1.0.0.1.2.1	Anel viário e via interbairros	Extensão	Km	18	103
0001	1.0.0.1.2.3	Reforma da ponte Hercílio Deeke	Projeto	Unidade	1	1

Rua Coronel Aristilano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC □ CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

0001	1.0.0.1.2.5	Vigilância eletrônica e segurança pública e de espaços públicos.	Projeto	Unidade	1	1
0001	1.0.0.2.2.3	Reurbanização de Vias Públicas	Ruas	Unidade	3	

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.3				
Descrição do Programa :		Construção de unidades habitacionais.				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento						
Público Alvo: População do Município de Gaspar						
Metas Físicas						
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	2013	Global
Ação	da Ação			Medida		
0001	1.0.0.1.0.3	Construção de unidades habitacionais.	Moradias	Unidade	50	824
MUNICÍPIO DE GASPAR						

MUNICÍPIO DE GASPAR**ANEXO II - Planilha das Ações por Programas**

Código do Programa :		0.0.2.4				
Descrição do Programa :		Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu.				
Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento						
Público Alvo: População do Município de Gaspar e região.						
Metas Físicas						
Tipo da	Código	Descrição da Ação	Produto	Unidade	2013	Global
Ação	da Ação			Medida		
0001	1.0.0.0.9.3	Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajai-Açu em Gaspar	Ponte	Unidade	1	1

Anexo III - Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Município de Gaspar
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2013

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Arrecadação realizada a menor que a prevista no orçamento	300.000,00	Reserva de Contingência e Redução de despesas discricionárias	300.000,00
Situações de calamidade pública que demandem ações emergenciais			
TOTAL	300.000,00	TOTAL	300.000,00

Anexo I - Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I □ METAS ANUAIS

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2013

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB(a/PIB)x100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB)x100
Receita Total	283.466.000	265.666.354	0,163	292.424.550	256.130.814	0,164	299.956.000	249.029.473	0,164
Receitas Primárias (I)	281.370.850	263.702.765	0,161	290.182.749	254.167.249	0,163	297.590.907	247.065.925	0,162
Despesa Total	283.466.000	265.666.354	0,163	292.424.550	256.130.814	0,164	299.956.000	249.029.473	0,164
Despesas Primárias (II)	282.054.264	264.343.265	0,162	291.072.998	254.947.007	0,164	298.677.147	247.967.743	0,163
Resultado Primário (I - II)	(683.414)	(640.500)	(0,000)	(890.249)	(779.758)	-0,001	(1.086.240)	(901.818)	-0,001
Resultado Nominal	1.585.376	1.485.826	0,001	1.144.672	1.002.603	0,001	1.072.340	890.278	0,001
Dívida Pública Consolidada	3.451.884	3.235.130	0,002	2.468.012	2.161.699	0,001	1.546.759	1.284.150	0,001
Dívida Consolidada Líquida	1.051.884	985.833	0,001	(92.788)	(81.272)	0,000	(1.165.129)	(967.313)	-0,001

Receitas Não Financeiras (Primária)= Receitas Total - Op. Crédito - Rem. Dep. Bancário

Despesas não Financeiras (Primária)= Despesas Total- pgto dividas-pgto juros

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC □ CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

Resultado Primário= Receitas Não Financeiras - Despesas não Financeiras

Resultado Nominal = Div. Consolidada Líquida Ant. - Div. Consolidada Líquida Atual

Dívida Pública Consolidada= Div. Pub. Cons. Anterior+OP. Crédito-Pgto Dívida+At. Dívida

Dívida Consolidada Líquida= Dívida Pub. Consolidada-Ativo Disponível-Haveres Financeiros-Restos a pagar

Metodologia de Cálculo:

1 - As estimativas de receita foram calculadas tendo por base a média dos últimos 3 anos de arrecadação, inflação, média de crescimento e uma maior fiscalização e cobranças dos impostos e dívida ativa.

2 - À arrecadação foi ajustada pelo crescimento aplicou-se a projeção de inflação e crescimento econômico projetado.

Anexo I - Tabela 3 - DEMONSTRATIVO III □ METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2013

AMF □ Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	VALOR CORRENTE										
	2010	2011	%	Previsão 2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	94.725.633,06	110.016.282	16,14%	228.864.105	108,03%	283.466.000	23,86%	292.424.550	3,16%	299.956.000	2,58%
Receitas Primárias (I)	89.757.142,43	105.664.946	17,72%	196.248.325	85,73%	281.370.850	43,37%	290.182.749	3,13%	297.590.907	2,55%
Despesa Total	88.168.051,86	115.796.309	31,34%	228.864.105	97,64%	283.466.000	23,86%	292.424.550	3,16%	299.956.000	2,58%
Despesas Primárias (II)	87.547.445,72	114.518.840	30,81%	227.515.503	98,67%	282.054.264	23,97%	291.072.998	3,20%	298.677.147	2,61%
Resultado Primário (I - II)	2.209.696,71	(8.853.894)	-500,68%	(31.267.178)	253,15%	(683.414)	-97,81%	(890.249)	30,27%	(1.086.240)	22,02%
Resultado Nominal	-1.067.681,03	(32.454.964)	2939,76%	(31.656.351)	-2,46%	1.585.376	-105,01%	1.144.672	-27,80%	1.072.340	-6,32%
Dívida Pública Consolidada	3.836.205,21	4.074.617	6,21%	35.087.199	761,12%	3.451.884	-90,16%	2.468.012	-28,50%	1.546.759	-37,33%
Dívida Consolidada Líquida	-15.234.786,99	(15.554.079)	2,10%	31.937.199	-305,33%	1.051.884	-96,71%	(92.788)	-108,82%	(1.165.129)	1155,68%

ESPECIFICAÇÕES	VALOR CONSTANTE										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	106.130.599	115.737.129	9,052%	228.864.105	97,74%	265.666.354	16,08%	256.130.814	-3,59%	249.029.473	-2,773%
Receitas Primárias (I)	100.563.902	111.159.524	10,536%	196.248.325	76,55%	263.702.765	34,37%	254.167.249	-3,62%	247.065.925	-2,79%
Despesa Total	98.783.485	121.817.717	23,318%	228.864.105	87,87%	265.666.354	16,08%	256.130.814	-3,59%	249.029.473	-2,77%
Despesas Primárias (II)	98.088.158	120.473.820	22,822%	227.515.503	88,85%	264.343.265	16,19%	254.947.007	-3,55%	247.967.743	-2,74%
Resultado Primário (I - II)	2.475.744	(9.314.296)	-476,222%	(31.267.178)	235,69%	(640.500)	-97,95%	(779.758)	21,74%	(901.818)	15,65%
Resultado Nominal	(1.196.230)	(34.142.622)	2754,186%	(31.656.351)	-7,28%	1.485.826	-104,69%	1.002.603	-32,52%	890.278	-11,20%
Dívida Pública Consolidada	4.298.084	4.286.498	-0,270%	35.087.199	718,55%	3.235.130	-90,78%	2.161.699	-33,18%	1.284.150	-40,60%
Dívida Consolidada Líquida	(17.069.055)	(16.362.891)	-4,137%	31.937.199	-295,18%	985.833	-96,91%	(81.272)	-108,24%	(967.313)	1090,22%

FONTE: Extraído dos Anexos da LDO dos anos anteriores e as previsões efetuadas dos anos 2013, 2014 e 2015 foi baseado na estimativa de inflação do período

Rua Coronel Aristilano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC □ CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

Anexo I -Tabela 2 - DEMONSTRATIVO II ▢AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**Município de Gaspar****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR****2013**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Metas Previstas em 2011	% PIB	2011	% PIB	Variação	
					Valor	%
Receita Total	228.864.105	0,137	110.016.282,31	0,066	118.847.822,69	0,071
Receitas Primárias (I)	196.248.325	0,117	105.664.946,39	0,063	90.583.378,61	0,054
Despesa Total	228.864.105	0,137	115.796.309,26	0,069	113.067.795,74	0,068
Despesas Primárias (II)	227.515.503	0,136	114.518.840,23	0,068	112.996.662,77	0,068
Resultado Primário	(31.267.178)	-0,019	-8.853.893,84	-0,005	-22.413.284,16	-0,013
Resultado Nominal	(31.656.351)	-0,019	-32.454.964,00	-0,019	798.613,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	35.087.199	0,021	4.074.617,47	0,002	31.012.581,53	0,019
Dívida Consolidada Líquida	31.937.199	0,019	-15.554.078,90	-0,009	47.491.277,90	0,028

FONTE: Extraído a Meta Prevista em relatórios da LDO e as Metas Realizadas de 2011, extraído do Anexo LRF.

Anexo I -Tabela 4 - DEMONSTRATIVO IV ▢EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Município de Gaspar****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****2013**

AMF-Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	-		-		-	
Reservas	-		-		-	
Resultado Acumulado	81.139.041,46	100	74.152.972,49	100	62.602.244,58	100
TOTAL	81.139.041,46	100	74.152.972,49	100	62.602.244,58	100

FONTE:

LinhaResultado Acumulado 2009, extraído do Balanço 2009 arquivado na contabilidade

LinhaResultado Acumulado 2010, extraído do Balanço 2010 arquivado na contabilidade

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
 Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC ▢ CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

Linha Resultado Acumulado 2011, extraído do Balanço 2011 arquivado contabilidade

Anexo I - Tabela 5 - DEMONSTRATIVO V ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2013

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011 (a)	2010 (b)	2009 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	94.176,89	4.614,27	10.565,04
DESPESAS EXECUTADAS	2011 (d)	2010 (e)	2008 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	100.005,73	162.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	100.005,73	162.000,00	
Investimentos	100.005,73	162.000,00	9.423,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	
Regime Geral de Previdência Social		-	
SALDO FINANCEIRO	2011 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2010 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2009 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	307,12	6.135,96	163.521,69

Anexo I - Tabela 06 - DEMONSTRATIVO VI MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Município de Gaspar
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2013

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2013
Aumento Permanente da Receita	4.000.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Praça Getúlio Vargas, Centro, CEP. 89110-000
Fone (47) 3331-6300 - Gaspar /SC - CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

Margem Bruta (III) = (I+II)	4.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.500.000,00
Novas DOCC	2.500.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.500.000,00

FONTE: Secretários Municipais

Anexo I -Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VII □ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Município de Gaspar
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2013

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2013	2014	2015	
IPTU	Mata Nativa	Art. 177, § 3º	34.000,00	38.000,00	40.000,00	Valores previstos no orçamento da receita, dispensado compensação art. 14, I da LRF.
IPTU	Aposentados	Art. 173	75.000,00	80.000,00	85.000,00	
IPTU	Area Rural	art. 171	125.000,00	130.000,00	130.000,00	
IPTU	Remissão	Art. 75	40.000,00	45.000,00	52.000,00	
IPTU	Desconto 15%	Art. 178, § 1º	550.000,00	570.000,00	710.000,00	
IPTU/ISS	Incentivo Fiscal	Lei 2.944/2007	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
TOTAL			944.000,00	983.000,00	1.137.000,00	

FONTE: Setor de Tributação Prefeitura Municipal de Gaspar.

Aviso do Pregão Presencial Nº 178/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 178/2012

O OBJETO é a contratação de serviços para transporte escolar intermunicipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços deverá ocorrer até as 9h do dia 17/01/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 17/01/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 05/12/2012
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 2 do Contrato Nº SAF-104/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-104/2011

Vigência: 20/11/2012. Vencimento: 20/05/2013. Concorrência nº.: 164/2011. Órgão contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prorrogação e acréscimo na construção do viaduto e acessos no centro do município de Gaspar. Contratado: ZAVATTARO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (13.039.418/0001-54). Valor: R\$ 104.274,31 (cento e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos).

Gaspar/SC, 20 de Novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos**SAMAE****Portaria 001/2012**

PORTARIA Nº 01/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Constituir a CPL - Comissão Permanente de Licitação de Acordo com o art. 51 parágrafo 4. da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição.

RENATO DA SILVA
Presidente

EDUARDO ARLI GARCIA
Secretario

LUIZ NAPOLEÃO TELLES
Membro

A presente portaria entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições contrárias.

Governador Celso Ramos, 03 de Janeiro de 2012.
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor do SAMAE

Portaria 002/2012

PORTARIA Nº 02/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Conceder Férias e Licença-Prêmio ao Funcionário do SAMAE, Sr. Jury Jorge dos Santos - Motorista - Matrícula nº 84, direito e conforme requerimento de solicitação e ainda de acordo com a Lei 478/92 - Estatuto dos Servidores Municipais de Governador Celso Ramos - SC.

A presente portaria entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições contrárias.

Governador Celso Ramos, 31 de Janeiro de 2012.
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor do SAMAE

Portaria 003/2012

PORTARIA Nº 03/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Contratar pelo período de 04 (quatro) meses o Sr. Pedro Paulo Fernandes para o cargo de Motorista do SAMAE de acordo com a Lei Municipal 639/99 e de acordo com a necessidade de caráter emergencial em virtude das férias e licença do motorista efetivo do SAMAE.

A presente portaria entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições contrárias.

Governador Celso Ramos, 01 de Fevereiro de 2012.
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor do SAMAE

Portaria 04/2012

PORTARIA Nº 04/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, amparado na Lei Municipal nº 478/91 Estatuto dos Servidores Municipais, no Artigo 100 Parágrafos Primeiro ao Quinto.

RESOLVE:

Conceder Licença sem remuneração para Tratamento de Interesses Particulares, pelo período de 02 (dois) anos, para o Funcionário Efetivo do SAMAE: RONALDO LENIR MARTINS, no cargo de Calçeteiro registrado na matrícula funcional nº 65.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de Maio de 2012.
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 06/2012
PORTARIA Nº 06/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art 1º - Conceder ao Servidor ANTONIO MARCOS TESTONI, matrícula 74, com cargo efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 07/2012
PORTARIA Nº 07/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art 1º - Conceder ao Servidor ALECIR EUTIMIA GARCIA, matrícula 80, com cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 08/2012
PORTARIA Nº 08/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art 1º - Conceder ao Servidor AUGUSTO ARISTO DA SILVA matrícula 94, com cargo efetivo de OFICIAL TÉCNICO, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 09/2012
PORTARIA Nº 09/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e autorizado pela Lei 478/92 artigo 102 (ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS):

RESOLVE

Art 1º - Conceder ao Servidor RAUL PEREIRA, matrícula 87, com cargo efetivo de MOTORISTA, LICENÇA PRÊMIO.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor com data retroativa de 01/06/2012.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 10/2012
PORTARIA Nº 10/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, amparado na Lei Municipal nº 478/91 Estatuto dos Servidores Municipais, no Artigo 100 Parágrafos Primeiro ao Quinto.

RESOLVE:

Interromper a Licença sem remuneração para Tratamento de Interesses Particulares, pelo período de 02 (dois) anos, para o Funcionário Efetivo do SAMAE: RONALDO LENIR MARTINS, no cargo de Calceteiro registrado na matrícula funcional nº 65.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 01 Agosto de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Portaria 11/2012
PORTARIA Nº 11/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais conforme Lei Municipal Nº 369/91 05 de setembro de 1991 que cria o SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. ESAU SILVA do cargo de provimento em comissão de Diretor de Arrecadação, Nível CC4 da Lei nº 627/2009 de 16/02/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 15 de Outubro de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
DIRETOR DO SAMAE

Portaria 12/2012
PORTARIA Nº 12/2012

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos

RESOLVE:

Exonerar o Sr.: Pedro Paulo Fernandes Contratado para o Cargo de Motorista do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de Outubro de 2012.

ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor Geral do Samae

Extaro de Resultado de Licitação Ano de 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAM,AE GOVERNADOR CELSO RAMOS

ESTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO NO ANO DE 2012

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/12

HOMOLOGAÇÃO: 05/01/12

CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Tarifas Bancaria referente a prestação de serviço de recebimento de documentos de arrecadação do SAMAE através da rede de atendimento do Banco do Brasil para o exercício de 2012.
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/12

HOMOLOGAÇÃO: 05/01/12

CONTRATADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Tarifas Bancaria referente a prestação de serviço de recebimento de documentos de arrecadação do SAMAE através da rede de atendimento da Caixa Economica Federal para o exercício de 2012.
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/12

HOMOLOGAÇÃO: 05/01/12

CONTRATADO: EMPRESA BRAS. DE CORREIO E TELEGRAFO

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Serviço de postagem e correspondência e compras de selos, por um período de 12 (doze) meses.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/12

HOMOLOGAÇÃO: 19/01/12

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Locação da licença de uso dos sistemas de Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Contabilidade Publica e Suporte Tecnico na operacionalização desses sistemas para o exercício de 2012
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licit.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/12

HOMOLOGAÇÃO: 10/02/12

CONTRATADO: WV- HIDROANÁLISE LTDA

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Analises de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto na Estação de Tratamento Palmas do Arvoredo para o Exercício de 2012.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.644,00 (sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/12

HOMOLOGAÇÃO: 15/02/12

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Contrato de Locação da licença de uso dos sistemas de Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Contabilidade Publica e Suporte Tecnico na operacionalização desses sistemas para o Exercício de 2012
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitação.

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

CONVITE Nº 1/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/12

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/12

CONTRATADO: POSTI MIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Fornecimento de 80.000 (oitenta mil) Faturas Envelopadas, Coloridas cfe padrão do SAMAE de Governador Celso Ramos para as Emissões mensais das faturas de cobrança de tarifa de agua e esgoto e outros serviços para o exercício de 2012
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais).

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

CONVITE Nº 2/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/12

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/12

CONTRATADO: KROON & CIA LTDA

CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Aquisição de Combustiveis e Lubrificantes para os veiculos do SAMAE de Governador Celso Ramos no Exercício de 2012
VALOR DA DESPESA: R\$ 74.795,00 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais).

DATA: 06/12/12

ARLI ARNALDO GARCIA

Diretor

CONVITE Nº 3/12

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/12

HOMOLOGAÇÃO: 29/02/12

CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL IND DE VEICULO AUTOMOTORES LT
CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Aquisição de 01 Veiculo 0 Km ano 2012 de uso misto para transporte de nove passageiros para o SAMAE de Governador Celso Ramos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.400,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos reais).

DATA: 06/12/12
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor.

CONVITE Nº 4/12
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/12
HOMOLOGAÇÃO: 24/04/12
CONTRATADO: EDMAR COM. MAT. DE CONSTR. LTDA - ME
CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Aquisição de materiais diversos de construção e ferramentas diversas, para manutenção de ramais e redes de água, represas captações de água e estação de tratamento de Água (ETAS) e de Esgoto (ETE) do SAMAE de Governador Celso Ramos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 38.368,86 (trinta e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

DATA: 06/12/12
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor

CONVITE Nº 4/12
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/12
HOMOLOGAÇÃO: 24/04/12
CONTRATADO: SOARES MAT. DE CONSTRUCAO LTDA - ME
CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Aquisição de materiais diversos de construção e ferramentas diversas, para manutenção de ramais e redes de água, represas captações de água e estação de tratamento de Água (ETAS) e de Esgoto (ETE) do SAMAE de Governador Celso Ramos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.054,73 (onze mil e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos).

DATA: 06/12/12
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor

CONVITE Nº 5/12
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/12
HOMOLOGAÇÃO: 03/10/12
CONTRATADO: KAPPEX - ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP
CONTRATANTE: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS

OBJETO: Serviço de Engenharia Consultiva para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento.
VALOR DA DESPESA: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil e reais).

DATA: 06/12/12
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor.

Ibiam

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 029/12

PORTARIA Nº 029, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
"NOMEAR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

SELMO LUIZ LAIDNES, Presidente da Câmara Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a Câmara não dispõe de servidores efetivos suficientes para formar a Comissão,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores Daniel Vinicius Ramos, Elisa Maria Gheno Trevisol e o vereador Joares Trevisol, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 2º - A Comissão terá a incumbência de efetuar aferição do Estágio Probatório da servidora que ingressou através de concurso público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM - SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2012.
SELMO LUIZ LAIDNES
Presidente da Câmara

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos quatro dias do mês de dezembro de 2012 .

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
Secretaria da Câmara

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.120.2012

Lei nº 4.120, de 06 de dezembro de 2012.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Assist. Ambul. e Hospitalar
10.302.0014-2.061
3.3.90.00.00.00.00.0106 (0011) Aplicações Diretas
140.000,00
Total 140.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior

será coberto com recursos provenientes da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Manutenção da Assistência Farmacêutica

10.303.0014-2.120

3.3.90.00.00.00.00.00.0106 (0021) Aplicações Diretas 60.000,00

Assist. Ambul. e Hospitalar

10.302.0014-2.061

3.3.71.00.00.00.00.00.0106 (0017) Transferências a Consórcios

Públicos 80.000,00

Total 140.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.121.2012

Lei nº 4.121, de 06 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Pavimentação de Vias Públicas

15.451.0007-1.010

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0076) Aplicações Diretas 60.000,00

Total 60.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Manutenção da Seinfra

04.122.0007-2.017

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0089) Aplicações Diretas 60.000,00

Total 60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.122.2012

Lei nº 4.122, de 06 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos Agentes Comunitários de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, no ano de 2012, a repassar, em uma única parcela, a título de abono por atuação no combate ao Aedes Aegypti - Dengue, o valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), a cada Agente Comunitário de Saúde com atuação no Município.

Art. 2º O referido valor não incorpora para nenhum efeito na remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 3º O repasse fica condicionado ao recebimento dos recursos.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por Decreto as disposições contidas na presente Lei para regular a sua execução.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de recursos provenientes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS.

Art. 6º A presente lei revoga disposições em contrário, tendo vigência a partir da data de sua publicação.

Imbituba, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.123.2012

Lei nº 4.123, de 06 de dezembro de 2012.

Altera a Lei nº 2.112, de 14 de dezembro de 2000, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a redação do inciso VII do artigo 7º, da Lei nº 2.112, de 14 de dezembro de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O órgão de deliberação máxima é Plenário;

[]

VII - O Presidente do CMS será escolhido entre os membros titulares do mesmo, devendo as regras e critérios para eleição e exercício do cargo de presidente do Conselho Municipal de Saúde - CMS serem estabelecidas através de Regimento Interno.

[]".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário

Imbituba, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

Extrato: PMI SEINFRA 2011/194 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2011/194 A04
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 25/03/2013.

Fundamento: Processo nº. 150/2011 Concorrência 07/2011

Imbituba, 24 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

CASTELO ENGENHARIA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2012/103 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2012/103 A01
Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
C.N.P.J: 07.185.611/0001-09

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 29/03/2013.

Fundamento: Processo nº. 50/2012 Concorrência 02/2012

Imbituba, 27 de novembro de 2012

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA

Representante Legal

Contratada

Iomerê

PREFEITURA

Lei 707/2012

LEI Nº. 707, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA DESPESA QUE ESPECIFICA

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a realizar despesa no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para fazer frente aos dispêndios alusivos ao encerramento das atividades anuais promovidas através do "Programa de Atenção à Terceira Idade".

Parágrafo único. As despesas de que trata esta lei referem a pagamento de almoço festivo a ser servido aos participantes do "Programa de Atenção à Terceira Idade".

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 05 de dezembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Decreto 1362/2012

DECRETO Nº. 1362 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Secretaria de Educação

2021 Aplicação do FUNDEB

31900000 Aplicações Diretas

118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remun. Prof. do Magistério-Educação Básica)

R\$ 60.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 28 de novembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1363/2012

DECRETO Nº. 1363 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 5.900,00 (cinco mil novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2070 Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde
R\$ 5.900,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 28 de novembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1973/2012

PORTARIA Nº 1973 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora VALERIA GRIFANTE, pelo período de 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 06/09/2011 a 05/09/2012 a contar de 01/11/2012 a 20/11/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2012.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 14 de novembro de 2012
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 14 de novembro de 2012

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1974/2012

PORTARIA Nº 1974 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora KETELIN CRISTIANE VEN-DAUSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 12/01/2011 a 11/01/2012 a contar de 30/11/2012 a 29/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 28 de novembro de 2012
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de novembro de 2012

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1975/2012

PORTARIA Nº 1975 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao servidor LUIZ ANTONIO MUGNOL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2011 a 03/01/2012 a contar de 30/11/2012 a 29/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 28 de novembro de 2012
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de novembro de 2012

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1976/2012

PORTARIA Nº 1976 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012
Cessa efeitos da portaria nº 1962

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº 1962, que contratou Aline Pirovano para o cargo de professor em caráter temporário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2012.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 28 de novembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de novembro de 2012

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1977/2012

PORTARIA Nº 1977 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Cessa efeitos da portaria nº 1963

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº 1963, que contratou Ana Sipp para o cargo de professor em caráter temporário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2012.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 28 de novembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de novembro de 2012

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1978/2012

PORTARIA Nº 1978 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Sr. Valcir Afonso Serighelli, nomeado pela portaria nº 1237/2009, do cargo de Secretário de Administração e Finanças a partir de 30 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 30 de novembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 30 de novembro de 2012

Portaria 1979/2012

PORTARIA Nº 1.979, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

PRORROGA PRAZO REFERENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando solicitação da Comissão que atua no Processo Administrativo n. 004/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado em dez dias o prazo para conclusão dos trabalhos referente ao Processo Administrativo nº 004/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1980/2012

PORTARIA Nº 1.980, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 6, Atividade de Nível Operacional a MARIA DE FÁTIMA SAVARIS COLISSI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1328 de 23 de março de 2009.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1981/2012

PORTARIA Nº 1.981, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 4, Atividade de Administração Geral a DORVAL JULIO SAVARIS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1420 de 04 de janeiro de 2010.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1982/2012

PORTARIA Nº 1.982, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições

legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 4, Atividade de Administração Geral I a ELIANE ANSILIERO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1654 de 01 de fevereiro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1983/2012

PORTARIA Nº 1.983, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 3, Atividade de Nível Superior II a ELIZETE BARICHELO BALDO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1249 de 02 de janeiro de 2009.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1984/2012

PORTARIA Nº 1.984, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 4, Atividade de Administração Geral I a JURANDIR CRESTANI NUNES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1532 de 14 de julho de 2010.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1985/2012

PORTARIA Nº 1.985 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 5, Atividade de Administração Geral II a MAURA RENATA TRAGANCIN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1311 de 02 de fevereiro de 2009.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1986/2012

PORTARIA Nº 1.986 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 5, Atividade de Administração Geral II a MOACIR ERNESTO CRESTANI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1348 de 01 de abril de 2009.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1987/2012

PORTARIA Nº 1.987 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 6, Atividade de Nível Operacional a SILVIO MAKSIMAVIC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1500 de 29 de abril de 2010.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1988/2012

PORTARIA Nº 1.988 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 6, Atividade de Nível Operacional a ADIRCE THOMAZI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1766 de 11 de novembro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1989/2012

PORTARIA Nº 1.989 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 5, Atividade de Administração Geral II a RONI MARCELO MENEGUZZI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1757 de 03 de outubro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1990/2012

PORTARIA Nº 1.990 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 6, Atividade de Nível Operacional a HÉLIO MIGUEL DE JESUS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1739 de 01 de setembro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1991/2012

PORTARIA Nº 1.991 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 3, Atividade de Nível Superior II a SÉRGIO LUIZ MUNARO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1668 de 01 de março de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1992/2012

PORTARIA Nº 1.992 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 3, Atividade de Nível Superior II a SOLANGE DE BORTOLI BEAL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1756 de 03 de outubro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1993/2012

PORTARIA Nº 1.993 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 6, Atividade de Nível Operacional a ISABELA RECH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1658 de 14 de fevereiro de 2011.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Portaria 1994/2012

PORTARIA Nº 1.994 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, nível 7, Atividade de Nível Auxiliar a MARINES CRESTANI FRANCO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2012, revogada a portaria nº 1254 de 02 de janeiro de 2009.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 04 de dezembro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria na Secretaria de Administração e Finanças em 04 de dezembro de 2012.

Notificação de Recebimento de Recursos**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS**

O Município de Iomerê/SC, nos termos da Lei Federal nº. 9452 de 20 de março de 1997 notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos conforme segue:

Data de crédito	Origem	DESTINAÇÃO	Valor (R\$)
05/12/2012	FNS	SAMU	12.500,00
04/12/2012	FNDE	PNAE	2.746,00
04/12/2012	FNDE	PNATE	4.513,96
30/11/2012	FNAS	PBF I	27.000,00

Secretaria de Administração e Finanças

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato Processo Licitatorio 72/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 72/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de dezembro de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Irineópolis/SC, de acordo com memorial descritivo, através de contrato de repasse 0389360-70/2012/MAPA/CAIXA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Extrato Homologação PL 92 PP 50/2012 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 92/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 92/2012/PMJ,
- Modalidade: PP 50/2012/PMJ.

Objeto: aquisição de móveis de escritório destinados à sede administrativa do 26º Batalhão de Polícia Militar.

- Empresa Vencedora:

TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. ME.

VALOR: R\$ 2.953,00.

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 03 de dezembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 12/2009 PMJ/FAS TA 04

CONTRATO Nº 12/2009 - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e a Sra. THEA BERTA ELISABETH KLEINE, portadora do CPF nº 294.845.969-91, a seguir denominada simplesmente LOCADORA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2009, celebrado em 07 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 162/2008, instaurado através da Dispensa nº 25/2008, homologado no dia 15 de dezembro de 2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, casa mista, localizado na Rua Quintilhan Morgade, 86, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SENTINELA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 21.164,40 (vinte e um mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Locatário

THEA BERTA ELISABETH KLEINE
Locadora

Aditivo Contrato 285/2006 PMJ/FAS TA 03
CONTRATO Nº 285/2006 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ORLANDO ZAGONEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF Nº 249.835.279-15, e C.I. nº 11/R 226.505, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 285/2006, celebrado em 27 de março de 2006, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2006, instaurado através da Dispensa nº 51/2006, homologado no dia 27 de março de 2006, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Travessa Cesário Silva, nº 245 - Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, do Departamento de Ação Social onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E PAGAMENTO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Locatário

ORLANDO ZAGONEL
Locador

Aditivo Contrato 519/2010 PMJ TA 04
CONTRATO Nº 519/2010/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO CENTER JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.750.045/0001-34, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, 426, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.632.018 e CPF nº 789.305.379-87, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 519/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010, homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

O valor atualizado do contrato fica acrescido, a contar de 01 de janeiro de 2013, em R\$ 1.615,65 (mil seiscentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes a 10,255% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, passando os quantitativos e os respectivos valores a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE. INICIAL	UN	ESPECIFICAÇÃO	QTDE. ATUAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR TOTAL ATUALIZADO
1	600	hrs	Serviço de mecânica geral para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	675	11,72	7.911,00
2	530	hrs	Serviço de mecânica especializada para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	575	11,72	6.739,00
3	180	hrs	Serviço de eletricidade para a categoria de veículos constantes do Lote 1 – veículos leves	195	13,95	2.720,25
						17.370,25

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato original fica prorrogada para 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 45 (quarenta e cinco) meses e 18 (dezoito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante do acréscimo constante na cláusula primeira e da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 17.370,25 (dezessete mil trezentos e setenta reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diante do acréscimo constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, o quadro de distribuição das horas previstas no objeto, passa a vigorar com a seguinte redação:

LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES					
ITEM	MANUTENÇÃO DA FROTA	EDUCAÇÃO	POLÍCIA MILITAR	CIRETRAN	TOTAL
1	250	125	200	100	675
2	150	75	150	200	575
3	50	25	80	40	195
					R\$
TOTAIS	R\$ 5.393,00	R\$ 2.692,75	R\$ 5.218,00	R\$ 7.590,00	17.370,25

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

AUTO CENTER JOAÇABA LTDA

ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 521/2010 PMJ TA 05

CONTRATO Nº 521/2010/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ELOI PAULO PETRY, inscrita no CNPJ sob o nº 79.656.492/0001-28, estabelecida na Rod. SC 303, Km 01, Acesso Sul, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representado pelo Sr. ELOI PAULO PETRY, portador da Carteira de Identidade nº 1.300.533 e CPF nº 484.169-329-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao

contrato nº 521/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010, homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO e a CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

Os valores unitários do contrato original ficam reajustados, a contar de 01 de janeiro de 2013, em 12,1775%, relativo à variação do índice do INPC (IBGE) no período de 01/03/2010 a 29/02/2012, em conformidade com o disposto art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, passando os referidos valores a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO INICIAL	ÍNDICE DE REAJUSTE %	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES	37,00	12,1775	41,50
6	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS.	44,80	12,1775	50,25
7	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS.	46,80	12,1775	52,50
8	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS.	41,00	12,1775	46,00
9	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 – VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS.	39,80	12,1775	44,64

O valor atualizado do contrato fica acrescido, a contar de 01 de janeiro de 2013, em R\$ 16.279,39 (dezesseis mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 17,08% do valor atualizado inicialmente contratado, em conformidade com

o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato original fica prorrogada para 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 45 (quarenta e cinco) meses e 18 (dezoito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante do reajuste e do acréscimo constantes na cláusula primeira e da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 99.623,49 (noventa e nove mil seiscentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos), a partir de 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA QUARTA

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diante do acréscimo constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, o quadro de distribuição das horas previstas no objeto, passa a vigorar com a seguinte redação:

LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES					
ITEM	MANUTENÇÃO DA FROTA	EDUCAÇÃO	POLÍCIA MILITAR	CIRETRAN	TOTAL
4	100	62,5	100	40	302,5
LOTE 3 – CAMINHÕES E ÔNIBUS					
ITEM	MANUTENÇÃO DA FROTA	EDUCAÇÃO	POLÍCIA MILITAR	CIRETRAN	TOTAL
6	300	325	50	20	695
7	300	287,5	50	40	677,5
8	37,5	59	20	10	126,5
9	75	106	50	10	246
TOTAIS	R\$ 40.048,00	R\$ 41.464,59	R\$ 12.439,50	R\$ 5.671,40	R\$ 99.623,49

CLÁUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

ELOI PAULO PETRY

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 522/2012 PMJ TA 02 CONTRATO Nº 522/2010/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa MIRANDA & MIRANDA COM. PEÇAS SERV. MAQ. PES. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.193.860/0001-41, estabelecida na BR 282, Km 399, Distrito Industrial, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representado pelo Sr. RAUL DE MIRANDA, portador da Carteira de Identidade nº 547.135-4 e CPF nº 425.682.349-20, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 522/2010/PMJ, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2010,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

homologado no dia 12 de março de 2010, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional de outras esferas do governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor original do contrato fica reajustado, a contar de 01 de janeiro de 2013, em 12,1775%, relativo à variação do índice do INPC (IBGE) no período de 01/03/2010 a 29/02/2012, em conformidade com o disposto art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, passando a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR TOTAL INICIAL	ÍNDICE DE REAJUSTE %	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR TOTAL ATUALIZADO
10	500	hrs	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 – MÁQUINAS PESADAS	72,60	36.300,00	12,1775	81,44	40.720,00
13	60	hrs	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 – MÁQUINAS PESADAS	58,80	3.528,00	12,1775	65,96	3.957,60
								44.677,60

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 45 (quarenta e cinco) meses e 18 (dezoito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante do acréscimo constante na cláusula primeira e da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 44.677,60 (quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), a partir de 01 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE
PREFEITO

MIRANDA & MIRANDA COM. PEÇAS SERV. MAQ. PES. LTDA
RAUL DE MIRANDA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 83/2012 FAS TA 01

CONTRATO Nº 83/2012/FAS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1074, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.886 e CPF nº 168.129.729-91, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 83/2012/FAS, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2011/FMAS, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 23 (vinte e três) meses e 14 (quatorze) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 05 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

AUTO VOLKS LTDA

Valdir Patzlaff

Testemunhas:

SIMAE

Pregão JHL 0058/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0083/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2012

PROTOCOLO JHL 3051/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0058/2012 - Licitação 0083/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO EM ROCHA DE FORMA PARCELADA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/01/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/01/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/12/2012 a 10/01/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 07 de Dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Pregão JHL 0065/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0091/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065/2012

PROTOCOLO JHL 3369/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0065/2012 - Licitação 0091/2012, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTAS EM FERRO PARA ADEQUAÇÃO DAS VRP'S DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 19/12/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/12/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/12/2012 a 19/12/2012.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 07 de Dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Revogação Edital TP 09/2012 - SIMAE

REVOGAÇÃO DE EDITAL

A DIRETORA PRESIDENTE DO SIMAE DE JOAÇABA/ HERVAL DO OESTE E LUZERNA, no uso das atribuições do seu cargo, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, "REVOGA" o processo licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 0009/2012, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIO CIRCULAR EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM CAPACIDADE PARA 1.930M3, com credenciamento e abertura de propostas a ser realizado em 07/12/2012, às 14 horas, na: Rua Tiradentes, 123. A revogação se deu baseada em fundamentação técnica, preservando o interesse da administração. Informações poderão ser obtidas por email compras@simae.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3551-8200.

JOAÇABA - SC, 06 de Dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE



www.ciga.sc.gov.br

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 115/2012

DECRETO Nº 115/2012 - de 6 de dezembro de 2012.

Estabelece Período de Recesso nos Órgãos Públicos do Município de Lebon Régis/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado recesso para os órgãos públicos do Município de Lebon Régis/SC no período compreendido entre 18/12/2012 a 06/01/2013, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial, cujo atendimento continuará sendo prestado.

Art. 2º. Fica suspenso o atendimento externo na Prefeitura Municipal de Lebon Régis no período de 07/01/2013 a 04/02/2013.

Art. 3º. Os horários especiais fixados anteriormente permanecem inalterados.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 6 de dezembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 539/2012

PORTARIA Nº 539 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ANDREI LUCAS ALVES, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 05/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de dezembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de dezembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

Portaria Nº 540/2012

PORTARIA Nº 540 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, JOSE ADEMIR GRANEMANN DE MELO, do cargo de Motorista, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 05/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de dezembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de dezembro de 2012 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Homologação das Inscrições do Processo Seletivo N.º 006/2012

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital de Processo Seletivo Nº 006/2012

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 006/2012.

Professor de Educação Infantil			
Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
005	Diovana De Freyn	091.208.439-17	002
006	Dalvana Regina Knaul	052.683.799-33	002
010	Iana Martina Knaul	093.174.879-80	002
011	Magda Fernanda Knaul	080.380.559-30	002
015	Vanessa Regina Scheidt	081.971.179-93	002
018	Marlize Aparecida Motta	009.817.079-12	002
021	Aliandre Luzia Lohn	049.422.209-39	002
035	Marlete Schappo Leal	005.875.669-81	002
052	Daniela Schappo	091.616.159-51	002
053	Adenice Terezinha dos Passos	082.898.439-50	002
056	Patrícia Aparecida Krauze	080.089.079-59	002

016	Sueli de Oliveira	494.931.839-04	003
003	Eduarda Piotrowski	083.613.979-81	004
014	Viviane Miguel	047.176.049-89	004
024	Luana Maria Kreusch da Silva	060.415.459-37	004
028	Lucemar Nacir Guchert	465.084.909-82	004
029	Janete Aparecida França	039.962.449-08	004
036	Stefanni Mary da Silva Franzen	085.088.619-82	004
037	Mayara Terezinha Francisco	097.968.489-70	004
058	Marlou Yara de Souza	010.264.669-46	004
059	Andreza Aparecida Sens	087.811.239-14	004
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			21

Professor de Séries Iniciais

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
023	Irivaldo Jesus Knis	020.536.149-86	005
031	Michele Carla Marian Hoffmann	043.275.809-70	005
032	Marisete Maria de Souza Marian	867.993.049-00	005
040	Sílvia Maria Petri Heerd	800.128.099-34	005
044	Euza Regina de Souza Gonçalves	987.585.359-34	005
048	Maria Albertina Hoffmann	221.570.429-20	005
050	Sílvia Paul Franz	032.805.099-71	005
001	Rosilene Krauze	038.390.489-74	006
002	Maristela Lopes	098.316.389-80	006
004	Eliza Leal	091.104.129-05	006
008	Joel Leal	098.177.379-69	006
012	Makelly Garcia	085.088.599-02	006
020	Djeni Knis	085.024.429-37	006
022	Beatriz Clasen	095.029.879-42	006
025	Marlene Kreusch	069.284.369-80	006
027	Eliza Henckel Kreusch	045.151.789-03	006
030	Janira Hoffmann	049.487.409-00	006
041	Elaine Flávia Marian	038.505.309-65	006
055	Arázia Eliane Eli Garcia	022.803.639-92	007
007	Franciele Aparecida Beppler	098.230.419-62	008
009	Eliandra Hugen	086.960.309-40	008
013	Joelcio Mikaliski	082.249.289-00	008
017	Débora Mayara Steinbach	097.972.369-86	008
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			23

Professor de Educação Física – 20 horas

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
026	Cláudia Becker da Cunha	044.184.409-09	009
043	Vinicius Guchert	053.636.939-92	009
039	Vorli José Guchert Junior	080.865.459-46	010
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			03

Professor de Educação Física – 40 horas

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
034	Jackson Luiz Berk	072.852.339-60	011
038	Cleyton José França	077.784.119-38	011
057	Franciele Sezerino	066.779.749-10	011
042	Cássia Beppler	058.572.029-06	012
060	Roberto Otto	055.239.149-24	012
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			05

Professor de Matemática

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
051	Djonata José de Souza	074.285.339-02	013
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			01

Professor de Ciências

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
049	Vorlei Luiz Guchert	052.802.129-03	029
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			01

Professor de Artes / Ensino Religioso

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
046	Carolina Patrícia da Cunha	067.515.759-55	033
054	Josi Hoffmann	030.158.249-10	033
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			02

Professor de Inglês

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
033	Camila Coelho	066.779.739-48	040
047	Patrícia Carmisini Franzen	054.304.829-27	040
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			02

Professor de Educação Especial

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
019	Rubia Regina Kreusch	987.585.439-53	048
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			01

Professor Substituto

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	CPF	Código do Cargo
045	Roberta Otto	066.271.839-94	052
TOTAL DE CANDIDATOS INSCRITOS			01

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 13h30min do dia 09 de dezembro de 2012, tendo como local o Auditório da Escola de Educação Básica Bertino Silva, situada no Centro, na cidade de Leoberto Leal / SC.

Leoberto Leal, em 05 de dezembro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato PR 06/2012 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012 FMS

GENIR LOLI - Secretário de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de serviços de exames laboratoriais para o ano de 2013, as 14:00 horas, do dia 20 de dezembro de 2012, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2012.

GENIR LOLI

Secretário de Saúde e Ação Social

Extrato PR 57/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição conforme a necessidade de combustíveis (óleo diesel, gasolina comum e álcool), e recargas de gás de cozinha para fornecimento no ano de 2013, no dia 20 de dezembro de 2012, as 08:30 horas com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato Pregão 58/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição de tubos de concreto, e conjunto de fossas sépticas, para fornecimento no ano de 2013, a abertura dos envelopes será no dia 28 de dezembro de 2012, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio

da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 05 de dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal.

Ratificação de Dispensa de Licitação 08/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. V, da Lei nº 8.666/93, para aquisição de árvores naturais e materiais para ornamentação natalina, todos novos, tendo em vista que o pregão presencial nº 53/2012, que contemplava os itens objeto desta dispensa de licitação, foi declarado deserto

Fornecedores contratados:

FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA ME

VALOR: R\$ 644,97 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

MULTILAR COMÉRCIO DE UTILIDADES PARA O LAR LTDA

VALOR R\$ 1.079,26 (um mil e setenta e nove reais e vinte e seis centavos).

FRANCIELE GROSS COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS LTDA ME

VALOR R\$ 938,10 (novecentos e trinta e oito reais e dez centavos).

GIRASSOL COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA

VALOR R\$ 2.807,79 (dois mil oitocentos e sete reais e setenta e nove centavos).

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Lindóia do Sul, SC, 04 de dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Processo Seletivo Publico Nº 09/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

EXTRATO DO EDITAL DE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 09/2012

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova de títulos para o cargo de Médico da Estratégia de Saúde- ESF - junto à Unidade de Saúde do Município de Lindóia do Sul, SC.

Das inscrições: Estarão abertas nos dias 17 a 21 de Dezembro de 2012, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, no Departamento de Recursos Humanos no Centro Administrativo, situado na Rua Tamandaré, 98, centro, Lindóia do Sul, SC.

Do número de vagas: A vaga será para o cargo de Médico da Estratégia Saúde da Família - ESF, 40 (quarenta) horas semanais. A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal e no site WWW.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul SC, 07 de Dezembro de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato de Processo Seletivo Publico Nº 10/2012
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
EXTRATO DO EDITAL DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 10/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO: Prefeito do Município de Lindóia do Sul, torna Público que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo Público, objetivando a contratação de estagiários para o exercício de 2013.

Das inscrições: Estarão abertas nos dias 10 à 14 de dezembro de 2012, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, situado na Rua Tamandaré, 98, centro, Lindóia do Sul, SC.

Prova: A prova será na modalidade de Redação no dia 18 de Dezembro de 2012.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno e externo da Prefeitura Municipal e no site WWW.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul SC, 07 de Dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Adendo 01 ao Edital de Processo Seltivo Publico Nº 08/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2012 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 08/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso de suas atribuições legais, e diante da necessidade de adequação dos termos do edital do certame público, informa a ocorrência de alteração no Item 08 - 08.1 do Edital de Processo Seletivo Público nº 08/2012, que passa a vigorar com a seguinte informação:

8.1. A escolha de vagas para as vagas de Educação Infantil ocorrerá no dia 02 de Janeiro de 2013, às 14 Horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Este Adendo e o Edital original poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço: www.lindoiadosul.sc.gov.br e www.clicksolucoesinteligentes.com.br. Demais informações também poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 06 de Dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna**PREFEITURA****Extrato de Portaria Nº 106.12 a**

EXTRATO DE PORTARIA
2012

Portaria nº 106/12 A de 24/10/12 - "Nomeia comissão permanente de avaliação de bens móveis do Município de Luzerna(SC)" (MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT; RÉGIS VALTER WEISER; FÉLIX BRANDALISE)

Extrato de Portaria Nº 115.12

Portaria nº 115/12 de 27/11/12 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (CRISTIANE LORENZET, Auxiliar de Sala, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de especialização de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2013)

Extrato de Portaria Nº 116.12

Portaria nº 116/12 de 28/11/12 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (VALI CAROLINA SPIER, Agente Administrativo, Classe "D", Nível 02, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de especialização de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2013)

Extrato Alteração PML.045.2012 - Trator

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL

Pregão Presencial nº 045/2012

AVISO DE ALTERAÇÃO

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, comunica aos interessados que Edital de Pregão Presencial nº 046.2012, cujo objeto é "aquisição de 01 (um) Trator Agrícola novo, em conformidade com as especificações do Anexo I e demais condições do Edital." sofreu ALTERAÇÕES NA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

Diante disso, fica alterada a data para o processamento do pregão para o dia 20/12/2012 às 08h, com abertura no dia 20/12/2012 às 08h10min.

Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.

Extrato Alteração PML.046.2012 - Escavadeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL

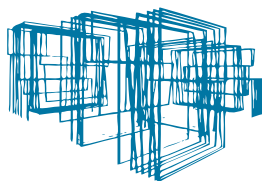
Pregão Presencial nº 046/2012

AVISO DE ALTERAÇÃO

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, comunica aos interessados que Edital de Pregão Presencial nº 046.2012, cujo objeto é "aquisição de 01 (uma) Escavadeira hidráulica nova, em conformidade com as especificações do Anexo I e demais condições do Edital." sofreu ALTERAÇÕES NA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

Diante disso, fica alterada a data para o processamento do pregão para o dia 21/12/2012 às 08h, com abertura no dia 21/12/2012 às 08h10min.

Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Macieira

PREFEITURA

Compras Diretas Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	2060	1,000	105,0000	105,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Colarinho	2060	1,000	27,0000	27,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	CONCERTO DE PNEU	2061	1,000	25,0000	25,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		10,000	4,1000	41,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		12,000	4,1000	49,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		21,000	4,1000	86,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		4,000	4,1000	16,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		1,000	4,1000	4,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acelga.		2,000	2,5900	5,18
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	9,8500	9,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	9,8500	9,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	9,8500	9,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	9,8500	9,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.		1,000	4,4900	4,49
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		2,000	6,2100	12,42
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		2,000	2,4000	4,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chuchu.		8,000	1,5900	12,72
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chuchu.		6,000	1,5900	9,54
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	1,9200	23,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	1,9200	23,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	1,9200	23,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	1,9200	23,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	1,9200	23,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Maça fuji.		2,000	2,1900	4,38
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		3,000	3,1900	9,57
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,1900	6,38
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pó para preparo de gelatina.		1,000	6,5900	6,59
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Suco de uva 100% natural;		20,000	3,1000	62,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Suco de uva 100% natural;		9,000	3,1000	27,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Suco de uva 100% natural;		16,000	3,1000	49,60
MACIOESTE LTDA ME	Caneta azul cx c/ 50 unidades		1,000	30,0000	30,00
MACIOESTE LTDA ME	Clips nº 3 c / 500 g		1,000	9,9000	9,90
MACIOESTE LTDA ME	Cola branca 40g c/ 12 unidades		1,000	7,9000	7,90
MACIOESTE LTDA ME	Destaca texto		2,000	1,3000	2,60
MACIOESTE LTDA ME	Fita adesiva transparente 12mmx10m pacote c/10 rolos		1,000	3,8000	3,80
MACIOESTE LTDA ME	Fita crepe 3m amadeirada 25mmx50		2,000	12,5000	25,00
MACIOESTE LTDA ME	Folha de eva colorida 40x50		2,000	2,0000	4,00
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartão colorido		47,000	1,0000	47,00
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartolina colorido		3,000	0,6000	1,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACIOESTE LTDA ME	GRAMPEADOR		1,000	15,5000	15,50
MACIOESTE LTDA ME	Lápis preto nº 2 - cx com 144 unidades		1,000	42,9000	42,90
MACIOESTE LTDA ME	Massa de modelar - cx grande com 12 unidades		17,000	3,6000	61,20
MACIOESTE LTDA ME	Papel crepom colorido		1,000	0,8000	0,80
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 - cx com 10 resmas		2,000	155,0000	310,00
MACIOESTE LTDA ME	Percevejo - cx com 100 unidades		4,000	2,2000	8,80
MACIOESTE LTDA ME	Pincel p/ quadro branco		5,000	6,2000	31,00
NITROSEMEN PROD. AGROP.	Nitrogênio líquido	2059	62,800	4,9000	307,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abóbora moranga.		15,000	2,0900	31,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		4,000	2,9400	11,76
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		3,000	2,9400	8,82
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água mineral- 20 l.	2094	7,000	5,9400	41,58
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral.		3,000	3,4500	10,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		2,000	7,6900	15,38
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	7,6900	7,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	7,6900	7,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	7,6900	7,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra.		20,000	1,0800	21,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra.		20,000	1,0800	21,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra.		20,000	1,0800	21,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra.		15,000	1,0800	16,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Inglesa.		2,000	1,3900	2,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Inglesa.		4,000	1,3900	5,56
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Beterraba.		16,000	2,0400	32,64
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		4,000	3,1800	12,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		4,000	3,1800	12,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Brócolis.		30,000	2,3900	71,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui.		14,200	3,4900	49,56
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui.		6,500	3,4900	22,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		1,000	46,9800	46,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de maçã.		2,000	2,4500	4,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de maçã.		1,000	2,4500	2,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá mate.		2,000	2,1900	4,38
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		15,000	3,9800	59,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		15,000	3,9800	59,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		2,000	5,4400	10,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		1,000	5,4400	5,44
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de trigo especial,		1,000	6,8400	6,84
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Feijão preto tipo 1.		17,500	2,7400	47,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola.		0,330	63,9800	21,11
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola.		1,000	63,9800	63,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		20,000	1,6900	33,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		5,000	1,6900	8,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		5,000	1,6900	8,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral.		1,000	9,3900	9,39
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral.		1,000	9,3900	9,39
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	2094	2,000	2,7400	5,48
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mel de abelha.		8,800	7,8400	68,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melancia.		175,000	1,1400	199,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melancia.		7,000	1,1400	7,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Ponkan ou vergamota.		6,500	2,0900	13,59
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		4,000	9,8700	39,48
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		3,100	9,8700	30,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		2,000	9,8700	19,74
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		4,000	14,3900	57,56
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		2,000	14,3900	28,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Radiche.		25,000	1,2900	32,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sagu, classe pérola, tipo 1.		4,000	2,3800	9,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sagu, classe pérola, tipo 1.		3,000	2,3800	7,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado.		3,000	1,2400	3,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha).		1,000	1,0900	1,09
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha).		7,000	1,0900	7,63
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.		7,000	2,1900	15,33
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tomate.		6,000	2,1900	13,14
Total Geral do Mês ---->					3.032,88

Compras Diretas Saúde**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BELLENZIER PNEUS LTDA	Pneu 185 R14 - Liso	891	4,000	176,0000	704,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Atenolol 50 mg	935	5.000,000	0,0300	150,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Captopril 25 mg	935	5.000,000	0,0250	125,00
CENTERMEDI COM DE PROD HOSPITALARES LTDA	Maleato de Enalapril 10 mg	935	5.000,000	0,0600	300,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra	948	4,000	1,5000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa de Bombons	948	4,000	39,9975	159,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixas de lenço	948	12,000	6,4800	77,76
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CANETA	948	6,000	3,8333	23,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caneta + lapiseira	948	3,000	5,0000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Condicionador ácido 37% 2,5 ml	948	1,000	7,2000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo de vidro médio	948	1,000	19,0000	19,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Creme dental 50 gramas	948	5,000	4,9900	24,95
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desodorante	948	10,000	3,7500	37,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Gel	948	1,000	9,9900	9,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lanterna	948	1,000	10,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Laranja lima	948	13,000	2,0000	26,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Mamão	948	9,000	3,2000	28,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Meia curva	948	17,000	3,9000	66,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Melão	948	1,000	7,0000	7,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel ofício A4 - cx com 10 resmas	948	2,000	140,0000	280,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pente	948	1,000	1,5000	1,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pilha 1,5v	948	8,000	2,9500	23,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pincel	948	5,000	7,0000	35,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Presto-Barba	948	5,000	5,3000	26,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rolo de barbante 6 fios 700gs	948	1,000	16,8000	16,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabonete 90 Gr	948	8,000	1,9000	15,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Schampo	948	1,000	5,5000	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	T	948	1,000	4,6000	4,60
JOACABA PNEUS LTDA	Pneu Goodyear 205/75/ R16	892	2,000	395,0000	790,00
PRAX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	Execução de obra para ampliação da Unidade Básica de Saúde		1,000	58.540,5700	58.540,57
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Açúcar 5kg	936	3,000	12,9900	38,97
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária	936	5,000	2,2900	11,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante embalagem de 2 litros	936	1,000	4,9900	4,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	CAFÉ	936	10,000	8,4900	84,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá	936	6,000	2,9900	17,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio	936	30,000	3,4900	104,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante	936	10,000	2,9900	29,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	DETERGENTE	936	10,000	1,7900	17,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	936	9,000	5,9900	53,91
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova com cabo	936	2,000	3,9900	7,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja aço	936	1,000	1,9900	1,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de aço Tipo Bombril	936	2,000	1,9900	3,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja verde amarela	936	15,000	1,4900	22,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2012**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	936	1,000	3,4900	3,49
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fósforo	936	2,000	1,9900	3,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidro	936	6,000	3,9900	23,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	936	1,000	45,9900	45,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha para suporte c/ 1.000 folhas	936	2,000	35,9900	71,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó embalagem 1 Kg	936	3,000	6,5900	19,77
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	936	8,000	1,9900	15,92
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades	936	10,000	1,9900	19,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sapólio em pó	936	5,000	3,4900	17,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sifão	936	1,000	9,9900	9,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho	936	10,000	8,4900	84,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon	936	4,000	9,4900	37,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vinagre branco	936	7,000	1,6900	11,83
TECNICARD LTDA ME	FILTRO	888	1,000	20,0000	20,00
TECNICARD LTDA ME	Geometria	889	1,000	30,0000	30,00
TECNICARD LTDA ME	MÃO DE OBRA	889	1,000	120,0000	120,00
TECNICARD LTDA ME	Óleo	888	3,500	22,0000	77,00
TECNICARD LTDA ME	Regulador	888	1,000	420,0000	420,00
Total Geral do Mês ---->					62.971,82

Maracajá

PREFEITURA

Lei 912/2012

LEI Nº 912 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

FIXA O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fixa a Unidade Fiscal Municipal - UFM, no valor unitário de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 05 de Dezembro de 2012.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Dezembro de 2012.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Resultado Licitação 39/2012 CV

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 39/2012 - Carta Convite

Objeto: Ampliação e reforma da praça pública - Praça Antenor Apolinário de Oliveira, localizada na Vila Beatriz, no município de Maracajá/SC

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 39/2012 - Carta Convite, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO das empresas participantes em 1º lugar, a proposta da empresa MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o preço global de R\$ 149.700,00 (cento e quarenta e nove mil e setecentos reais), em 2º lugar, a propostas da empresa ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, com o preço global de R\$ 149.835,00 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais), em 3º lugar, a proposta da empresa CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA, com o preço global de R\$ 149.865,00 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

Maracajá, 04 de dezembro de 2012.

MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES

Presidente da Comissão de Licitação

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2610 de 03 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 2610 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Pontos Facultativos

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal em Exercício de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Ficam DECRETADOS Pontos Facultativos os dias 24 e 31 de Dezembro de 2012, nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria.

Parágrafo único: o presente ponto facultativo não será estendido aos servidores que desempenham as suas atribuições no Pronto Atendimento (P.A.) do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 03 de Dezembro de 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2609 de 03 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2609 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências Convênio do Estado da Saúde

R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminadas:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências Convênio do Estado da Saúde

R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete Financeiro Novembro 2012

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Balanço Financeiro

Anexo AN - 5

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Novembro /2012

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	0,00	ORÇAMENTÁRIA	92.721,29
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	91.621,29
Receitas Correntes	0,00	31 - Pessoal e Encargos Sociais	57.304,94
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	33 - Outras Despesas Correntes	34.316,35
Receitas Patrimoniais	0,00	Despesas de Capital	1.100,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	1.100,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	0,00
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	105.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	105.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	7.614,22	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.031,49
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	11.017,89	Depósitos	10.031,49
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos em Diversas Origens	11.017,89	Depósitos em Diversas Origens	10.031,49
Restos a Pagar	(3.403,67)	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	(3.403,67)	Obrigações a Pagar	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	227.631,72	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	237.493,16
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	227.631,72	Bancos Conta Movimento	237.493,16
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	340.245,94	TOTAL	340.245,94

Fonte:

Meleiro

PREFEITURA

Aditivo N.º 001/2012 - Contrato N.º. 102/2011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2012 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)
Contrato n.º. 102/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: Prestação de serviço de engenharia na construção de módulos sanitários e sistema de tratamento de esgoto, com fornecimento de materiais e mão de obra conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo no edital.

Vigência: Início: 11/12/2012 Término: 11/04/2013
Data da assinatura: 03 de dezembro de 2012

Monte Carlo

PREFEITURA

Editais do Pregão Presencial N.º 28/2012

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO N.º 46/2012
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2012
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 19/12/2012 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR item, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo para exercício de 2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 18:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

MONTE CARLO, 05/12/2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Portarias de Contratação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 4194 DE 13 DE SETEMBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR o senhor ALEXANDER ROSA RUDOLPH para exercer a função de Médico ESF ACT, com 40 horas semanais, no período de 05/09/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 05/09/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Setembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de setembro de 2012.
GRACY KELLY LUCINDO
Secretária de Administração e Logística Interina

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 4263 DE 20 DE SETEMBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 003/2012, o senhor VITOR AZULAY CAMILO MONTEIRO para exercer a função de Médico Dermatologista, com 20 horas semanais, no período de 11/09/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 11/09/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 de Setembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2012.
GRACY KELLY LUCINDO
Secretária de Administração e Logística Interina

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 4264 DE 20 DE SETEMBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 002/2011, o senhor GIOVANE DRABCZYNSCHI VENTURA para exercer a função de Médico Ginecologista, com 20 horas semanais, no período de 05/09/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 05/09/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 de Setembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de setembro de 2012.
GRACY KELLY LUCINDO
Secretária de Administração e Logística Interina

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 4277 DE 26 DE SETEMBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR o senhor ODIRLEI JOANIR BRANDT para exercer a função de Médico ESF, com 40 horas semanais, no período de 17/09/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 17/09/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 de Setembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de setembro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 4393 DE 26 DE OUTUBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR o senhor FELIPE SANTOS GALVES para exercer o cargo de Médico ESF ACT com 40 horas semanais no período de 19/10/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 19/10/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE OUTUBRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N° 4423 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 002/2012, a senhora LUZIANY DA SILVA para exercer a função de Técnica em Enfermagem, com 40 horas semanais, no período de 1º/11/2012 a 31/12/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/11/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 6 DE NOVEMBRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de novembro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

Portarias de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 4276 DE 26 DE SETEMBRO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora PRISCILA FERRAZ DE MELLO MURARA para exercer o cargo de Médica Otorrinolaringologista com 10 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/09/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 14/09/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 de Setembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de setembro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N.º 4322 DE 9 DE OUTUBRO DE 2012
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2012, a senhora ELIZIANE EHLERS KAIPPER para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem ESF, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/10/2012.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/10/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 9 DE OUTUBRO DE 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de outubro de 2012.
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 115/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2012 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NOS TRATAMENTOS DE PATOLOGIAS ESPECÍFICAS E ALERGIAS ALIMENTARES DURANTE O ANO DE 2013, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:20 hs do dia 19/12/2012. Abertura envelopes: às 14:30 hs do dia 19/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 116/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2012 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO PARA USO NAS UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE (AMBULÂNCIAS SAMU) E PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, DURANTE O ANO DE 2013. Data da entrega dos envelopes: até às 10:30

hs do dia 19/12/2012. Abertura envelopes: às 10:40 hs do dia 19/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 117/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2012 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE GRAU (LENTE E ARMAÇÃO) PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O ANO DE 2013, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 19/12/2012. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 19/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 03 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 118/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2012 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO GUIA FARMACÊUTICO BRASINDICE, PARA ATENDIMENTO À FARMÁCIA BÁSICA E ÀS DETERMINAÇÕES JUDICIAIS DURANTE O ANO DE 2013, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 20/12/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 20/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 07 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 119/2012 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2012 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DIÁRIO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) E PACIENTES DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO (CAPS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 20/12/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 20/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 07 de dezembro de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Termo Aditivo Contrato Nº 222/2012

Contrato Nº.: 222/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/11/2012 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 147/2010

Recursos : Dotação: 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 e
2.054.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2011, CUJO OBJETO É A RENOVAÇÃO DA VIGÊNCIA E O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO, QUE PERFAZ O VALOR DE 11,15% (ONZE VÍRGULA QUINZE POR CENTO). NAVEGANTES, 06 de dezembro de 2012.

NAVEGANTESPREV

Portaria N º 003 de 07 de Dezembro de 2012

PORTARIA N º 003 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6 da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora TANIA MARA BENTO, portador da cédula de identidade n.º 878.243-1, inscrito no CPF sob o n.º 030.238.649-18, efetiva no cargo de Professora, lotado na Secretaria de Educação, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2012.04.00012, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 07 de dezembro de 2012.

Nova Trento

PREFEITURA

Chamamento Público - Fundo de Saúde

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
Secretaria Municipal de Saúde
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS

O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que necessita contratar com urgência, 03 (um) médico clínico geral para o pronto atendimento do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 46,46 reais à hora insalubridade R\$ 106,94
- b) Carga horária: à combinar
- c) Prazo do contrato: até 31 de dezembro de 2012.
- d) Regime Jurídico: Estatutário;
- e) Regime previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- f) Forma de seleção: Títulos e entrevista.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 18 horas do dia 12/12/2012, munido dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal da Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-3267 ou (47) 9963-4443.

Nova Trento, 6 de dezembro de 2012.

VILSON DALBOSCO

Secretário Municipal de Saúde

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto Nº 1.992, de 05 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1.992, de 05 de Dezembro de 2012.

Abre crédito adicional Suplementar e dá outras providências
SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa 3.1.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 55.500,00
Elemento de Despesa 3.1.91.03.0003 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.02 - IPAM-INST. DE PREVIDENCIA MUNICIPAL
Atividade 2.008 - Manutenção do IPAM.
Elemento de Despesa 3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 73.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).

60 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa 3.3.71.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Elemento de Despesa 3.1.71.03.0003 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00
Elemento de Despesa 3.3.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 18.500,00
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.02 - IPAM-INST. DE PREVIDENCIA MUNICIPAL
Atividade 2.008 - Manutenção do IPAM.
Elemento de Despesa 3.1.90.00.0015 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 73.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Em 05 de Dezembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 1.992, de 05 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1.992, de 05 de Dezembro de 2012.

Abre crédito adicional Suplementar e dá outras providências
SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais), relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa 3.1.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 55.500,00
Elemento de Despesa 3.1.91.03.0003 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.02 - IPAM-INST. DE PREVIDENCIA MUNICIPAL
Atividade 2.008 - Manutenção do IPAM.
Elemento de Despesa 3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 73.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais).

60 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento de Despesa 3.3.71.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Elemento de Despesa 3.1.71.03.0003 - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00
Elemento de Despesa 3.3.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 18.500,00
Elemento de Despesa 4.4.90.01.0003 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

30 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.02 - IPAM-INST. DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

Atividade 2.008 - Manutenção do IPAM.

Elemento de Despesa 3.1.90.00.0015 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 73.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Em 05 de Dezembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 193/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

193/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através de Registro de preços, que tem como objeto aquisição de utensílios para atender às necessidades das cozinhas das unidades Escolares do Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 15, 19, 20, 21, 22, 26 e 28 totalizando R\$ 268.885,00 (Duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 03, 09, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 27 e 29 totalizando R\$ 101.317,50 (cento e um mil trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Palhoça, 06 de dezembro de 2012

CÂMARA MUNICIPAL

Ata de Anulação CC Nº 09/2012

ATA DE ANULAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 009/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO PORTAL/SITE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

DATA: 04/12/2012 HORÁRIO: 11horas LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA COMISSÃO

Na data e no horário acima indicado, a Comissão de Licitação se reuniu para proceder a reanálise do presente certame em face do equívoco ocorrido quando do julgamento da habilitação das empresas, especificamente tocante a habilitação da empresa NACIONAL VOX, a qual, de fato não apresentou a CNDT (certidão negativa de débito trabalhista), e, sim Certidão do Distribuidor da Justiça do Trabalho, que não substitui aquela, como inicialmente haviam entendido os membros desta Comissão, levando a retificar a ata inicial que estava correta. Diante desse quadro, o presente procedimento seguiu ao jurídico para apreciação. O entendimento exarado através do Parecer Jurídico encartado aos autos é que esta Comissão proceda a anulação da retificação do julgamento da habilitação, para considerar a empresa Nacional Vox inabilitada ao Certame, em face da ausência da CNDT. Razão pela qual, esta Comissão adota em razão de decidir o Parecer Jurídico para anular a retificação feita a ata de julgamento, via de consequência, considerar inabilitada a empresa NACIONAL VOX inabilitada ao certame, diante da não apresentação da CNDT, ratificando integralmente a ATA DE JULGAMENTO da fase de habilitação. Proceda-se a publicação e dê-se ciência aos interessados identificados. Decorrido o prazo recursal, será aprazada data para sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas. Esta Comissão dá por encerrado os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

MARIA JOSÉ DA SCHUTZ

Presidente

MARCIANE LOHN

1º Membro

IVANETE CLARICE MARTINS

2º Membro

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1538 de 06 de Dezembro de 2012

LEI Nº. 1538 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Amplia a extensão da Rua João Carlos Pereira e dá outras providências.

EVANDRO JOAO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica Ampliada a extensão da Rua: João Carlos Pereira, criada pela Lei Municipal nº 1294 de 12 de agosto de 2008, em 130 metros até encontrar a Rua Ladislau de Souza, no bairro Centro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 06 de dezembro de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 07 de dezembro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Errata Portaria Nº 371/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
ERRATA
PORTARIA Nº 371/2012

Na portaria nº 371/2012, publicada no dia 04/12/2012, onde se lê "portaria nº 371/20112", Leia-se "PORTARIA Nº 371/ 2012", e onde se lê 2013, Leia-se "2012" permanecendo o restante do texto sem alteração.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 48/2012

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite nº 10/2012. Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 48/2012 - Carta Convite 10/2012, julgamento Menor Preço por Item.

Objeto:
Aquisição de materiais de construção para melhoria e reforma do barracão I da Área Industrial.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 14 de Dezembro de 2012, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h45min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 06 de Dezembro de 2012.
TARCISIO REINALDO BERVIAN
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1047/2012

DECRETO Nº 1047/2012
"Revoga o Decreto nº 041/2001 e dá outras providências."

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando os princípios inerentes à Administração Pública, dentre eles o da autotutela,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 041/2001, de 1º de fevereiro de 2001.

Art. 2º Fica terminantemente proibida a concessão de férias aos servidores pelos Secretários e Presidentes de Fundações sem a autorização expressa do Prefeito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de novembro de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Decreto Nº 1045/2012

DECRETO Nº 1045/2012
"Atualiza o valor da UFM-PB, conforme específica."

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, com uma correção negativa de 0,03% (zero, zero três por cento), considerando o IGP-M do mês de novembro de 2012, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,9896.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de novembro de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Decreto Nº 1046/2012

DECRETO Nº 1046/2012
"Revoga o Alvará de Funcionamento que menciona e dá outras providências."

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o parecer do Setor de Fiscalização de Tributos, que entendeu por cassar o alvará de funcionamento da empresa Russi & Russi Taxi Aéreo Ltda.,
Considerando os princípios inerentes à Administração Pública, dentre eles o da autotutela, pela qual a Administração Pública pode corrigir os seus atos, revogando os irregulares e inoportunos,
Considerando ainda, que os responsáveis pela empresa cortaram várias árvores no referido local, sem autorização,
DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Alvará de Funcionamento da empresa Russi & Russi Táxi Aéreo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.872.099/0001-63, domiciliada na Av. Nereu Ramos, nº 3977, Bairro Meia Praia, Itapema - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de novembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.061/2012

LEI Nº 4.061, de 05 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre a verba de representação do Presidente da Câmara Municipal de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A verba de representação do Presidente da Câmara Municipal será no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o subsídio dos vereadores e será recebida na mesma data do pagamento do subsídio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Porto União (SC), 05 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 1.036/2012

DECRETO Nº 1.036, de 03 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO LUIZ SÉRGIO BUCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Indústria, Comércio e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 1.037/2012

DECRETO Nº 1.037, de 05 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Conselheiro Tutelar em caráter temporário, em substituição ao Conselheiro Tutelar ERLON SOARES SLOMP, que encontra-se em atestado médico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei nº 3.113, de 24 de outubro de 2005 e com as Resoluções nºs 006/2012, de 31 de agosto de 2012 e 011/2012, de 26 de novembro de 2012, ambas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA DENISE GULECZ DAL' BÓ (suplente de Conselheiro Tutelar), ao cargo de Conselheiro Tutelar em substituição a ERLON SOARES SLOMP, nomeado coletivamente através do Decreto nº 827, de 03 de maio de 2012.

Art. 2º A presente nomeação é para atender caráter temporário, haja vista o Conselheiro Tutelar (titular), encontrar-se em atestado médico.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 035/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 023/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de microcomputador completo e impressora. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 19 de Dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 074/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 074/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda.

Objeto: aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 02,06,07,11,18,23,27 e 28 do edital.
Valor total R\$ 28.638,98 (Vinte e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e noventa oito centavos).
Vigência: será até 28 de fevereiro de 2013
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 075/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 075/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda - ME.

Objeto aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 19, 20, 26, 37,38 e 44, do edital.
Valor total R\$ 14.731,20 (Quatorze mil setecentos e trinta e um real e vinte centavos.).
Vigência: será até 28 de fevereiro de 2013
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 076/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 076/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Ade Comércio de Frutas e Verduras Ltda - ME.

Objeto aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 01, 04, 08, 13, 14, 17, 25, 31,34 e 43 do edital.
Valor total R\$ 11.261,20 (Onze mil duzentos e sessenta um real e vinte centavos)
Vigência: será até 28 de fevereiro de 2013
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ADE COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 077/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 077/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Logvem Comercial Ltda - ME

Objeto aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 09, 29, 30 e 36, do edital.
Vigência: será até 28 de fevereiro de 2013
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

LOGVEM COMERCIAL LTDA - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 078/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 078/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab - ME

Objeto aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 03,05,10,15,16,21,22,32,33,39,40,41 e 42, do edital.
Vigência: será até 28 de fevereiro de 2013
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 079/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 079/2012 EDU
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

Objeto aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar, referente aos itens 12,24 e 35 do edital
Base legal: Pregão Presencial 019/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA..
Contratada

Termo de Homologação do Pregão Presencial 019/2012 Edu

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 034/2012 EDU
Pregão Presencial 019/2012 EDU
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Ade Comércio de Frutas e Verduras Ltda;
Cleide Bahniuk Schwaab ME;
Jackiw e Jackiw Ltda;
Logvem Comercial Ltda ME;
Mercado Kosera Ltda ME;
Supermercado Dukelli Ltda;

Porto União SC, 03 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 1275/RH PORTARIA N. 1275/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor RENE FRANCISCO RAUH, matrícula 29190/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de dezembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1276/RH PORTARIA N. 1276/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, matrícula 28320/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de novembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1295/RH PORTARIA N. 1295/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, e considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 13 a 15, dos autos da Sindicância Administrativa n. 020/2012, instaurado pela Portaria n. 1161/RH de 22 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de outubro de 2012 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 18 e 19 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação do denunciado,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 020/2012, instaurada para apuração de responsabilidade pelo furto de dois blocos de luz de emergência, ocorrido entre os dias 07 e 09 de setembro de 2012, nas dependências do pavilhão de eventos Hermann Purnhagen.

Art. 2º Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1296/RH PORTARIA N. 1296/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, e considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 13 a 16, dos autos da Sindicância Administrativa n. 021/2012, instaurado pela Portaria n. 1162/RH de 22 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de outubro de 2012 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 19 e 20 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação do denunciado,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 021/2012, instaurada para apuração de responsabilidade pelo furto de uma furadeira, marca BOSCH, patrimônio n. 20082, ocorrido no dia 11 de setembro de 2012, nas dependências do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Pregão Presencial 168/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 168/2012

OBJETO: Registro de preço para aquisição de óleo diesel comum para frota municipal.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 19/12/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 19/12/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 06 de dezembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 169/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 169/2012

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gasolina comum para manutenção dos veículos da frota rodoviária da Prefeitura Municipal.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 19/12/2012, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões..

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 19/12/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 06 de dezembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 171/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NÃO EXCLUSIVA, QUE DEVERÁ ESTAR DESENVOLVIDA EM AMBIENTE WINDOWS, SOB A ARQUITETURA CLIENTE/SERVIDOR OU WEB, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL E COMUNICAÇÃO TCP/IP, INCLUINDO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA E SUPORTE TÉCNICO

CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NOS ANEXOS CONSTANTES NO EDITAL

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/12/2012, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões..

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 20/12/2012, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 06 de dezembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Errata do Extrato Pregão Presencial Nº 06/2012

ERRATA DO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2012

A Câmara Municipal de Rio do Sul torna Público que por erro na publicação do extrato do Pregão Presencial nº 006/2012 publicado neste meio de comunicação em 30 de novembro de 2012, Edição nº 1129, onde se lê Processo Licitatório 07/2012, leia-se Processo Licitatório 08/2012.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3100/12

LEI Nº 3100, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DENOMINA DE ARTINO EDGAR NEUMANN, RUA DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Artino Edgar Neumann, rua localizada no Bairro Cruzeiro, sendo do Loteamento Residencial Emília, com extensão de 95,00 metros e largura de 12,00 metros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3101/12

LEI Nº 3101, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.48.00.00.00.00.0152 - Outros Aux. Financ. a PF R\$ 12.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 237.518,27 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.306.0011.2.000 - Alimentação Escolar

3.3.90.30.00.00.00.00.0160 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 101.287,91

Atividade: 08.243.0013.2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 8.100,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita R\$ 49.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.079 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social "Especial" de Média Complexidade

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Distrib. Gratuita R\$ 23.000,00

Atividade: 08.244.0013.4.081 - Manutenção dos Serv. de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 2.187,36

3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.782,73

3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Atividade: 08.242.0013.6.041 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - Port. de Deficiência

3.3.50.43.00.00.00.00.0352 - Subvenções Sociais R\$ 160,27

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados como fontes de recursos os excessos de arrecadações nas

fontes: 0152 - Outras Transf. de Recursos do Fundo de Assistência Social, no valor de R\$ 130.358,00 (cento e trinta mil e trezentos e cinquenta e oito reais) e na fonte 0160 - Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE, no valor R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e às anulações parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00.0152 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 15.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Material Permanente R\$ 9.000,00

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 18.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0152 - Equip. Mat. Permanente R\$ 2.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0352 - Equip. Mat. Permanente R\$ 160,27

Atividade: 08.244.0013.6.079 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social "Especial"

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 17.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3102/12

LEI Nº 3102, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LEILOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a leiloar os bens móveis inservíveis constantes do Anexo Único, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

LOTE 01		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMONIO	ORIGEM
EQUIPO C/ 1 ALTA ROTACAO	110238	SEMUS
PECA DORIT OTTO P/ EQUIPO	110238	SEMUS
COMPRESSOR OM STD 400	110212	SEMUS
COLCHONETE PARA MESA CLINICA	310286	SEMUS
TAMBOR INOX 16 X 14 CM.	100080	SEMUS
TAMBOR INOX 16 X 14	100081	SEMUS
REGUA ANTOPOMETRICA	100118	SEMUS
CARRINHO P/ CURATIVOS	310380	SEMUS
TAMBOR INOX 16 X 14	100223	SEMUS
BALANCA PEDIATRICA FILIZOLA	100264	SEMUS
BALANCA PARA BANHEIRO	100077	SEMUS
BALANCA PARA BANHEIRO	100178	SEMUS
NEBULIZADOR	100391	SEMUS
MESA DE EXAMES GINECOLOGICOS	320483	SEMUS
MACA TIPO PADIOLA	320485	SEMUS
DETECTOR FETAL (SONAR) ELETRICO	110816	SEMUS
CADEIRA DE RODA DOBRAVEL (EM LONA)	330517	SEMUS
CADEIRA DE RODA DOBRAVEL (EM LONA)	330520	SEMUS
ESCADINHA DE ACO C/ 2 DEGRAUS P/ MESA	10609	SEMUS
ARMARIO VITRINE DE ACO P/ CONSUL-TORIO	37220	SEMUS
ARMARIO VITRINE DE ACO	37209	SEMUS
OTOSCOPIO METAL	100876	SEMUS
DETECTOR FETAL	111561	SEMUS
OTOSCOPIO	100911	SEMUS
SONAR PORTATIL	112575	SEMUS
MOTOCOMPRESSOR DE AR MSV-6,0/30L 220V	113096	SEMUS
MESA EXAMES CLINICOS ESTOFADA	318787	SEMUS
CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS	319010	SEMUS
EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO DE RX MARCA DABI	114264	SEMUS
MOCHO A GÁS	323793	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114940	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114941	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114942	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114943	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114944	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114945	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114950	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114952	SEMUS
MONITOR DE TEMPERATURA C/ COLETOR	114954	SEMUS
BALANÇA DIGITAL P/ BANHEIRO	116275	SEMUS
BALANÇA CAUMAQ ANTOPOMÉTRICA ADULTO	117182	SEMUS
SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INST.	117786	SEMUS
SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INSTAN	117790	SEMUS
SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INSTAN	117791	SEMUS
SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INSTAN	117792	SEMUS

SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INSTAN	117793	SEMUS
SELADORA DE MESA DE AQUECIMENTO INSTAN	117794	SEMUS
MESINHA CURATIVOS	3954	SEMUS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 01		R\$ 500,00
LOTE 02		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMONIO	ORIGEM
ENCERADEIRA ELETR.	110493	SEMED
AQUECEDOR BRITANIA	14	SEMUS
VENTILADOR BRITANIA	26	SEMUS
AQUECEDOR ENXUTA STANDARD	110856	SEMUS
LAVADORA PRESSÃO	111196	SEMED
AQUECEDOR VENTILADOR	111891	C. INTERNO
AQUECEDOR DESUMIFICADOR NK 1500 (NILKO)	111955	C. VEICULO
LIQUIDIFICADOR WALITA RI 1764	50642	SEMED
VENTILADOR BRITANIA	112613	CAMARA
PURIFICADOR DE AGUA MARCA LATINA MOD. PA 4.0	112765	SEMUS
FOGAO DAKO 2 BCS AREIA	50691	SEMED
VENTILADOR DALTA MOD. VENTI-DELTA 50CM	113178	DEF. CIVIL
BEBEDOURO DE AGUA	113383	SEMED
FREEZER HORIZONTAL 510L	113546	P. MILITAR
FERRO ELETRICO	115228	SEMED
FOGAO IND 4 BOCAS	50831	SEMED
VENTILADOR TETO VENTIDELTA	115826	SEMED
AQUECEDOR A ÓLEO 1500W MARCA BRITÂNIA	115786	CAMARA
LIQUIDIFICADOR BRITANIA SILENCIUN III	50852	SEMED
BATEDEIRA BELLAGIO BRITANIA	115455	SEMED
LIQUIDIFICADOR BRITÂNIA SILENCIUN	5887	SEMED
LIQUIDIFICADOR ELETROLUX CUIENSE	5891	SEMED
FOGÃO INDUSTRIAL DAKO 4 BOCAS	5892	SEMED
TERMOVENTILADOR 220V AQC403	114490	SEMUS
AQUECEDOR NILKO NK 564	114633	SEMUS
TORNEIRA ELÉTRICA ARTICULADA	114639	SEMED
TORNEIRA ELÉTRICA ARTICULADA	114640	SEMED
TORNEIRA ELETRICA ARTICULADA	114661	SEMED
VENTILADOR IND. PAR V. VAR 60CM CR VENTIS	114836	SEMED
FORNO MICROONDAS PANASONIC	5931	SEMED
MULTI PROCESSADOR C/ BOTÕES PRÉ-PROG.	114848	SEMED
MULTI PROCESSADOR C/ BOTÕES PRÉ-PROG.	114849	SEMED
AQUECEDOR AQC 408 220V	116300	SEMUS
CAFETEIRA ELÉTRICA	116502	SEMUS
AR CONDICIONADO SPLIT 9000	116872	CPD
LIQUIDIFICADOR EXPERT BLACK MALLORY	118542	SEMED
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 02		R\$ 800,00

LOTE 03		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMONIO	ORIGEM
COFRE DE ACO W- 080	10709	CAMARA
COFRE W-60 BOCA LOBO INTER	11205	SEMUS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 03		R\$ 500,00
LOTE 04		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMONIO	ORIGEM
MAQUINA DE ESCREVER	16	CAMARA
RADIO GRAVADOR PHILLIPS	110168	SEMED
CALCULADORA 111 MPV DISMAC MPO	20115	SEMED
MIMEOGRAFO A ALCOOL COPIATIC	20222	SEMED
CALCULADORA DE BOLSO DISMAC,	20267	SEMUS
IMPRESSORA 132 COLUNAS 350 A	110827	J. MILITAR
RECEPTOR ANTENA PARABOLICA	110963	SEMED
RADIO TOCA FITAS	110999	SEMOB
MAQUINA DE CALCULAR C/ VISOR	20326	SEPLU
CAIXA ACUSTICA	111504	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111505	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111506	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111512	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111513	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111514	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111515	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111516	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111517	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111518	T. RODDOV.
CAIXA ACUSTICA	111519	T. RODDOV.
RADIO TOCA FITA,	111470	SEMOB
KIT ALTO FALANTES	111470	SEMOB
IMPRESSORA HP 695C JATO DE TINTA	111523	C. VEICULO
MONITOR SVGA	111724	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	111726	CAMARA
IMPRESSORA EPSON FX	111727	CAMARA
IMPRESSORA HP 660C COLR	111731	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111744	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111745	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111746	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111747	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111748	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111749	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111750	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111751	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111752	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111753	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111754	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111755	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111756	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111757	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111758	CAMARA
SUPORTE MICROFONE LE- SON	111759	CAMARA
TELEVISOR 20	111848	T. RODDOV.
RELOGIO PROTOCOLO MARCA HENRY	111828	CAMARA

VIDEO CASSETE	111838	SEMED
RETROPROJETOR COM 02 (DUAS) LAM-PADAS H	111836	SEMED
MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI PRAXIS 201-	20501	RH
MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI PRAXIS 201-	02.364	ALMOX
APARELHOS TELEFONICOS PADRAO INTELBRAS	111765	SEPLU
APARELHO MD PORTATIL C/ FONE	112056	CAMARA
MAQUINA DE CALCULAR BOLSO	20616	SEMUS
ESTABILIZADOR TENSAO 1KVA	112156	SEMED
ESTABILIZADOR COMPUT	112165	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112270	TELEFON.
HUB 08 PORTAS	112324	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112321	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112322	CAMARA
ESTABILIZADOR 1 KVA BIVOLT	112325	CAMARA
ESTABILIZADOR 1 KVA BIVOLT	112326	CAMARA
CALCULADORA ELETRICA SHARP MODELO EL-2192P	20378	SEFIN
MONITOR LG 775N	112407	SEPLU
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112440	RH
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112446	C. VEICULO
ESTABILIZADOR 1 KVA BIVOLT	112454	CAMARA
MAQUINA FOTOGRAFICA	112455	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112456	CAMARA
SCANNER GENIUS 200 DPI	112457	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112453	PROTOCOLO
ESTABILIZADOR 1 KVA BIVOLT	112608	CAMARA
IMPRESSORA DE CHEQUES BEMATECH DP20 PLUS C/TECLADO	112609	CAMARA
IMPRESSORA EPSON 480 USB	112610	CAMARA
NOBREAK	112755	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112756	CAMARA
IMPRESSORA HP 3820	111257	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112758	CAMARA
IMPRESSORA LASER JET	112798	RECEITA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113054	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113056	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113057	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113058	SEMED
VIDEO CASSETE PANASONIC	112712	SEMED
APARELHO DE SOM	112912	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113006	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112939	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112942	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112943	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112946	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112947	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112948	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	112952	SEMED
IMPRESSORA HP 3420	112875	SEMED
APARELHO DE FAX SIMILE C/ PAPEL TRE	113098	RECEITA
APARELHO CELULAR NOKIA 1221	113154	CAMARA
IMPRESSORA HP DESKJET 3550	113163	SEFIN
IMPRESSORA HP DESKJET 3550	113164	RECEITA

MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.462	SEFIN
MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.476	SEFIN
MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.480	SEFIN
MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.483	SEFIN
MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.485	SEFIN
MAQUINA DE CALCULAR ELGIN VIS	02.492	SEFIN
MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL	113324	CAMARA
MODEM IMPRESSÃO	113326	CAMARA
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113328	SEMUS
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113330	SEMUS
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113333	SEMUS
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113334	SEMUS
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113335	SEMUS
APARELHO TELEFONICO CP 20 INTEL-BRAS	113336	SEMUS
APARELHO DVD	113450	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113196	SEFIN
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113201	SEFIN
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113210	SEFIN
TECLADO ABNT2 PS-2 105 TECLAS	113337	SEMUS
TECLADO ABNT2 PS-2 105 TECLAS	113338	SEMUS
FRAGMENTADORA DE PAPEIS, AURORA	113467	SEFIN
IMPRESSORA HP DES	113414	GABINETE
IMPRESSORA HP DES	113415	GABINETE
IMPRESSORA HP DESK	113417	GABINETE
NOTEBOOK 14"	113420	C. INTERNO
APARELHO FAX -	113353	SEMED
ESTABILIZADOR SMS	113482	RECEITA
APARELHO TELEFONICO INTEL B	113559	SECAD
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113622	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113623	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113624	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113625	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113626	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113627	SEMUS
APARELHO DE TELEFONE CP 20 INTEL-BRAS	113628	SEMUS
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113448	SEPLU
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113713	DEF. CIVIL
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113714	RH
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113715	RH
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113722	JURIDICO
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113723	JURIDICO
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113839	SEMUS
SCANNER HP	113817	SECAD
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113818	C. INTERNO
APARELHO TELEFONE TC500 PEROLA	113989	SECAD
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113932	SEMED
SWITCH 24P	115576	CPD

NOTEBOOK 14"	115651	SEFIN
IMPRESSORA XEROX PHASER	115747	SEMUS
IMPRESSORA XEROX	115754	SEMUS
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115769	SEMAG
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	113945	RH
APARELHO DE DVD	115067	SEMED
APARELHO DVD NKS	115332	SEMED
SWITCH 8P	115151	SEMED
APARELHO FAX PANASONIC 127V KXFT 9028BRG	115211	SEMED
IMPRESSORA EPSON LX 300	115275	SEMED
NO BREAK	115041	CAMARA
ESTABILIZADOR FORCELINE	115044	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115052	CAMARA
FRAGMENTADORA DE PAPEIS 220V	115788	CAMARA
ESTABILIZADOR FORCE LINE	115928	SEMOB
ESTABILIZADOR FORCELINE	115949	CAMARA
ESTABILIZADOR FORCELINE	115950	CAMARA
GRAVADOR DE DVD-RW	116005	CAMARA
GRAVADOR DE DVD-RW	116006	CAMARA
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115977	JURIDICO
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115903	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114061	SEMUS
MONITOR 15" COLOR	114077	SEMUS
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114227	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115893	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	115971	C. INTERNO
TELEFONE S/ FIO	114335	SEFIN
APARELHO DE TELEFONE PLENO INT	114302	SEMUS
APARELHO DVD RECORD PANASONIC DMR ES10	114383	SEMED
APARELHO TELEFONE S/ FIO	114252	SEMUS
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114527	SEMUS
IMPRESSORA LEXMARK JAT	114587	SEMED
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114605	RH
ESTABILIZADOR 300VA	114722	SEMUS
RÁDIO GRAVADOR	114776	SEMED
RÁDIO GRAVADOR	114777	SEMED
RÁDIO GRAVADOR	114811	SEMED
APARELHO TELEFONE	114870	SEMUS
TELEFONE PADRÃO	114874	SEMUS
MICROCOMPUTADOR C/ MONITOR	114912	SECON
IMPRESSORA LEXMARK JAT	116019	SEMED
MAQUINA FOTOGRAFICA	114993	DEF. CIVIL
TELEVISOR 20	114937	SECAD
ESTABILIZADOR	116232	SEFIN
TELEFONE TC500 PEROLA INTELBRÁS	116142	PORTARIA
ESTABILIZADOR	116404	SEMED
FONE C/ MICROF. MULT. VOICER LIGHT C3TECH	116607	SECON
FONE C/ MICROF. MULT. VOICER LIGHT C3TECH	116614	SECON
CARREGADOR PILHAS	116843	DEF. CIVIL
ESTABILIZADOR 600VA	116940	RECEITA
ESTABILIZADOR 600VA	116942	RECEITA
ESTABILIZADOR 600VA	116955	JURIDICO
RÁDIO PORTATIL	117512	SEMED

RÁDIO CD	117513	SEMED
RÁDIO CD	117514	SEMED
RÁDIO CD	117515	SEMED
RÁDIO CD	117516	SEMED
APARELHO TELEFONE TC500 PEROLA/ GRAFITE	117617	PROCON
MONITOR SANSUNG	117354	SEFIN
ESTABILIZADOR ENERMAX	117651	SEMUS
HD EXTERNO P LUG & PLAY USB	118275	CPD
CAIXA DE SOM COLETEK P/ COMP.	118043	GABINETE
IMPRESSORA MATRICIAL	118465	SEMED
APARELHO DVD	118563	SEMED
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 04	R\$	R\$ 500,00
LOTE 05 MOBILIÁRIOS		
ORIGEM: ÓRGÃOS DIVERSOS E ESCOLAS		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMÔNIO	
MESA PARA TENIS DE MESA	310873	
MESA ESCRIVANINHA 1,25M., CEREJEIRA	310275	
CADEIRA VERDE ESTOFADA	30207	
CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314109	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316047	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316063	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316072	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316078	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316081	
CADEIRA ESTOFADA FIXA EM TECIDO	316088	
ESCRIVANINHA IMBUÍDA 6 GAVETAS	30419	
BIOMBO 1,32 X 0,90	310885	
CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUÍDA	320909	
POLTRONAS GIRATORIAS ESTIL, MODE- LO: 330/12	318648	
ESCRIVANINHA 2 GAVETAS, MODELO: 2 GAVETAS	30505	
FICHARIO KIRST 6X9	10003	
FICHARIO DE ACRILICO 6X9	01.87	
CARRINHO P/ FICHARIO KIRST	10065	
POLTRONA ESTOFADA PEQUENA	30273	
ESTANTE DE MADEIRA	30085	
FICHARIO ACRILICO KIRST 6X9	10098	
FICHARIO ACRILICO 6X9, MODELO: 6X9	10052	
MESA CLINICA (EXAMES SIMPLES)	310267	
ESCADA RICCI 4 DEGRAUS	10210	
POLTRONA GIRATORIA C/ BRACOS, MO- DELO: 1002	310942	
BALCAO 1,65 X 0,85 X 0,57	310604	
CUBA INOX REDONDA C/ 1 CUBA	310604	
BALCAO 1,43 X 0,85 X 0,57	310608	
PIA INOX 1,20 C/ 1 CUBA	310608	
PANELEIRO 3 PORTAS 2 GAVETAS	50391	
ARQUIVO ACO 4 GAVETAS	10010	
FICHARIO ARQUIVO 6 X 9	10218	
BAU MADEIRA C/ TAMPA 30X40X50	32004	
CADEIRA ESTOFADA	30458	
SUPORTE DE FERRO P/ MAPAS	310988	

CADEIRA GIRATORIA PRETA ESTOFADA	320409	
CADEIRA GIRATORIA C/ RODIZIOS, ESTO- FADA -PROGRAMA DE SAUDE A FAMILIA- MESA P/ COMPUTADOR C/ SUPORTE REGULAVEL	320486	
CADEIRA COMUN DE MADEIRA MOD. M-203, MODELO: M-203	320497	
CADEIRA COMUN DE MADEIRA MOD. M-203, MODELO: M-203	320599	
CARTEIRA ESCOLAR FORMICA VERDE	320706	
CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUÍDA	320856	
CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUÍDA	320891	
CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUÍDA	320906	
CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUÍDA	320949	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330089	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330117	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330129	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330062	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330072	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330085	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330086	
CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	330132	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330187	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330211	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330215	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330219	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330236	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330238	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330241	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330242	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330253	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330269	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330270	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330278	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330286	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330290	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330294	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330302	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330309	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330310	

CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330312	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	330314	
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA COM BRACOS	330568	
CADEIRA BRANCA ESMALTADA	330649	
CADEIRA BRANCA ESMALTADA	330650	
ARQUIVO DE ACO COM SEIS GAVETAS	10423	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33952	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33955	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33960	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33961	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33962	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33963	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33964	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33966	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33967	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33968	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33970	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33971	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33972	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33973	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33974	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33977	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33978	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33980	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33981	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33982	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33983	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33984	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33985	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33986	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33988	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33990	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33992	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33993	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33994	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33995	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33996	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33997	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33998	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	33999	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34000	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34001	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34002	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34004	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34006	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34007	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34008	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34011	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34012	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34013	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34014	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34016	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34022	

CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34023	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34024	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34025	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34028	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34029	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34030	
CADEIRA PARA CARTEIRA ESCOLAR	34031	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34280	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34281	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34282	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34283	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34285	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34287	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34288	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34289	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34291	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34292	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34294	
CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34296	
CADEIRA SIMPLES	34544	
CADEIRA SIMPLES	34547	
CADEIRA SIMPLES	34550	
CADEIRA PARA ALUNO	34895	
CADEIRA PARA ALUNO	34898	
CADEIRA PARA ALUNO	34899	
CADEIRA PARA ALUNO	34901	
CADEIRA PARA ALUNO	34902	
CADEIRA PARA ALUNO	34907	
CADEIRA PARA ALUNO	34908	
CADEIRA PARA ALUNO	34909	
CADEIRA PARA ALUNO	34911	
CADEIRA PARA ALUNO	34913	
CADEIRA PARA ALUNO	34915	
CADEIRA PARA ALUNO	34922	
CADEIRA PARA ALUNO	34945	
CADEIRA PARA ALUNO	34951	
CADEIRA PARA ALUNO	34954	
CADEIRA PARA ALUNO	34958	
CADEIRA PARA ALUNO	34961	
CADEIRA PARA ALUNO	34983	
CADEIRA PARA ALUNO	34989	
CADEIRA PARA ALUNO	34990	
CADEIRA PARA ALUNO	34991	
CADEIRA PARA ALUNO	34993	
CADEIRA PARA ALUNO	34996	
CADEIRA PARA ALUNO	35002	
CADEIRA PARA ALUNO	35013	
CADEIRA PARA ALUNO	35018	
CADEIRA PARA ALUNO	35025	
CADEIRA PARA ALUNO	35036	
CADEIRA PARA ALUNO	35038	
CADEIRA PARA ALUNO	35043	
CADEIRA PARA ALUNO	35049	
CADEIRA PARA ALUNO	35056	
CADEIRA PARA ALUNO	35064	
CADEIRA PARA ALUNO	35070	

CADEIRA PARA ALUNO	35075	
CADEIRA PARA ALUNO	35076	
CADEIRA PARA ALUNO	35078	
CADEIRA PARA ALUNO	35086	
CADEIRA PARA ALUNO	35091	
CADEIRA PARA ALUNO	35093	
CADEIRA PARA ALUNO	35096	
CADEIRA PARA ALUNO	35098	
CADEIRA PARA ALUNO	35106	
CADEIRA PARA ALUNO	35112	
CADEIRA PARA ALUNO	35113	
CADEIRA PARA ALUNO	35121	
CADEIRA PARA ALUNO	35122	
CADEIRA PARA ALUNO	35134	
CADEIRA PARA ALUNO	35135	
CADEIRA PARA ALUNO	35140	
CADEIRA PARA ALUNO	35143	
CADEIRA PARA ALUNO	35156	
CADEIRA PARA ALUNO	35164	
CADEIRA PARA ALUNO	35167	
CADEIRA PARA ALUNO	35181	
CADEIRA PARA ALUNO	35183	
CADEIRA PARA ALUNO	35196	
CADEIRA PARA ALUNO	35202	
CADEIRA PARA ALUNO	35222	
CADEIRA PARA ALUNO	35226	
CADEIRA PARA ALUNO	35237	
CADEIRA PARA ALUNO	35238	
CADEIRA PARA ALUNO	35244	
CADEIRA PARA ALUNO	35250	
CADEIRA PARA ALUNO	35254	
CADEIRA PARA ALUNO	35260	
CADEIRA PARA ALUNO	35269	
CADEIRA PARA ALUNO	35270	
CADEIRA PARA ALUNO	35278	
CADEIRA PARA ALUNO	35279	
CADEIRA PARA ALUNO	35281	
CADEIRA PARA ALUNO	35295	
CADEIRA PARA ALUNO	35299	
CADEIRA PARA ALUNO	35300	
CADEIRA PARA ALUNO	35311	
CADEIRA PARA ALUNO	35317	
CADEIRA PARA ALUNO	35325	
CADEIRA PARA ALUNO	35329	
CADEIRA PARA ALUNO	35336	
CADEIRA PARA ALUNO	35354	
CADEIRA PARA ALUNO	35355	
CADEIRA PARA ALUNO	35363	
CADEIRA PARA ALUNO	35387	
CADEIRA PARA ALUNO	35388	
CADEIRA PARA ALUNO	35392	
CADEIRA PARA ALUNO	35395	
CADEIRA PARA ALUNO	35400	
BANCOS DE REFEITORIO	35681	
BANCOS DE REFEITORIO	35682	
MESA CAIC	35914	

CADEIRA ADULTA CAIC	35920	
CADEIRA ADULTA CAIC	35927	
CADEIRA ADULTA CAIC	35931	
CADEIRA ADULTA CAIC	35937	
CADEIRA ADULTA CAIC	35946	
CADEIRA ADULTA CAIC	35955	
CADEIRA ADULTA CAIC	35957	
CADEIRA ADULTA CAIC	35958	
CADEIRA ADULTA CAIC	35959	
CADEIRA ADULTA CAIC	35962	
CADEIRA ADULTA CAIC	35972	
CADEIRA ADULTA CAIC	35975	
CADEIRA ADULTA CAIC	35979	
CADEIRA ADULTA CAIC	35980	
CADEIRA ADULTA CAIC	35984	
CADEIRA ADULTA CAIC	35988	
CADEIRA ADULTA CAIC	35991	
CADEIRA ADULTA CAIC	35992	
CADEIRA ADULTA CAIC	35994	
CADEIRA ADULTA CAIC	36005	
CADEIRA ADULTA CAIC	36006	
CADEIRA ADULTA CAIC	36008	
CADEIRA ADULTA CAIC	36010	
CADEIRA ADULTA CAIC	36011	
CADEIRA ADULTA CAIC	36015	
CADEIRA ADULTA CAIC	36032	
CADEIRA ADULTA CAIC	36037	
CADEIRA ADULTA CAIC	36038	
CADEIRA ADULTA CAIC	36039	
CADEIRA ADULTA CAIC	36044	
CADEIRA ADULTA CAIC	36060	
CADEIRA ADULTA CAIC	36063	
CADEIRA ESCOLAR	36121	
CADEIRA ESCOLAR	36125	
CADEIRA ESCOLAR	36126	
CADEIRA ESCOLAR	36127	
CADEIRA ESCOLAR	36129	
CADEIRA ESCOLAR	36130	
CADEIRA ESCOLAR	36131	
CADEIRA ESCOLAR	36133	
CADEIRA ESCOLAR	36135	
CADEIRA ESCOLAR	36136	
CADEIRA ESCOLAR	36137	
ARQUIVO DE ACO	10503	
ESTANTE DE ACO	10524	
ESTANTE DE ACO	10529	
ESTANTE DE ACO	10538	
ESTANTE DE ACO	01.547	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37664	
MESA P/ MICRO COMPUTADOR	37327	
MESA DE MADEIRA JACARANDA (ESCRIVANINHA)	38240	
MESA DE MADEIRA JACARANDA (ESCRIVANINHA)	38241	
CADEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE,2T	37759	
CADEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE,2T	37760	

CADEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE,2T	37761	
CADEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE,2T	37762	
CADEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE,2T	37763	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	38150	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	38174	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	38185	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	38214	
CADEIRA AD.F/VERDE,2T	38215	
CADEIRA METALFRANCA UNIVERS. FORMICA	38406	
ESCADA DE MADEIRA PEDAÇOS	01.643	
ESTANTE COM 05 PRATELEIRAS 1,20 X 2,00	38499	
POLTRONA C/ ENCOSTO ALTO ESTIL	38624	
MESA MARCA TUBULAR COR OVO/	38649	
MESA MARCA TUBULAR COR OVO	38650	
MESA MARCA TUBULAR 1,00 X 0,65 X 0,75	38652	
MESA MARCA TUBULAR 1,00 X 0,65 X 0,75	38653	
GAVETEIRO FIXO MARCA TUBULAR	38665	
GAVETEIRO FIXO MARCA TUBULAR	38666	
GAVETEIRO FIXO MARCA TUBULAR	38667	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC	39297	
CADEIRA GIRATORIA DIGITADOR	38706	
CADEIRA GIRATORIA DIGITADOR	38711	
ESTANTE COM (TRES) PORTAS TIPO BP NA	38689	
ARQUIVO 04 GAVETAS VERTICAL MOD	10815	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39217	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39222	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39226	
ESTANTE EM ACO PEDAÇOS	10678	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39544	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39545	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39546	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39547	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39548	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39549	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39550	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39551	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39552	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39553	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39554	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39555	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39556	

CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39557	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39558	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39559	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39560	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39561	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39562	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39563	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39564	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39565	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39566	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39567	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39568	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39569	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39570	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39571	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39572	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39573	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39574	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39575	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39576	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39577	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39578	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39579	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39580	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39581	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39582	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39583	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39584	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39585	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39586	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39587	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39588	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39589	

CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39590	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39591	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39592	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39593	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39594	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39595	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39596	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39597	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39598	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39599	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39600	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39601	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39602	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39603	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39604	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39605	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39606	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39607	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39608	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39609	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39610	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39611	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39612	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39613	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39614	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39615	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39616	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39617	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39676	
CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS E ANATOMI- COS	39681	
CADEIRA PLASTICA	310104	
CADEIRA PLASTICA	310105	
CADEIRA PLASTICA	310106	
CADEIRA PLASTICA	310107	
CADEIRA PLASTICA	310108	

MESA DE TENIS OFICIAL	311004	
CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8 SPOO 00 SPL INTERAT	310972	
MESA MARCA OVO RESISTE, DE 1,20X0,60 COR OVO	311520	
GAVETEIRO FIXO MARCA RESISTE C/ 02 GAV. E CHAVES	311521	
CADEIRA ESC IMB 00 MET 03 7/8 01 SP 00 00 SPL	312275	
CADEIRA ESC IMB 00 MET 03 7/8 01 SP 00 00 SPL	312276	
ESTANTE DE ACO 2,93 X 0,60 X 0,92/24X8	10760	
CADEIRA INFANTIL-MV-22	311901	
CADEIRA SECRETARIA INJ R51 EST FIXA	312955	
CADEIRA ROMA BR/AS ESTAMPADO	50681	
CADEIRA ROMA BR/AS ESTAMPADO	50682	
CADEIRA GIRAT. SECRET. ESP. INJ. TEC. CINZA	314643	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313549	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313550	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313551	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313552	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313553	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313554	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313643	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313644	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313645	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313646	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313647	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313648	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313649	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313650	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313651	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313652	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313653	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313654	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313655	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313656	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313657	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313658	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313659	

CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313660	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313661	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313662	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313663	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313664	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313665	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313666	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313667	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313668	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313669	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313670	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313671	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313672	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313673	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313674	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313675	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313676	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313677	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313678	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313679	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313680	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313733	
CADEIRA ESC POL 05 EST 7/8 03 SP 00 00 SPL CLEAN	313738	
CADEIRA ESCOLAR ADULTO	315017	
CADEIRA FIXA C/ BRACO TIPO CORSA ULIFLEX 20BR	314774	
POLTRONA PRESIDENTE GIRATORIA BELLO MOD. 9001 CR	314755	
CADEIRA GIRATORIA CINZA ULIFLE 210	314732	
CADEIRA GIRATORIA CINZA ULIFLE 210	314734	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	316617	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	316618	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	316619	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	

CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	14	
CADEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERME- LHA OBS. CADEIRAS E CARTEIRAS COM O MESMO NUMERO	316670	
CADEIRA INFANTIL MV-22	316534	
CADEIRA INFANTIL MV-22	316536	
CADEIRA INFANTIL MV-22	316540	
CADEIRA INFANTIL MV-22	316541	
CADEIRA INFANTIL MV-22	316560	
CADEIRA MARCA ULIFLEX MOD. 201 PES EM S TUBO 2 DE1 REVESTIMENTO TECI- DO CINZA MESCLA	315289	
ATLAS DO DESENV. SBS	16	
CADEIRA EXECUTIVA SKY	318722	
BALCAO PIA 120 CEREJ. 0160 GOLO UNI PIA 120X52 PS430 AGLOM CR100 ST GHELPLUS	50808	
CADEIRA SECRETARIA FIXA	318960	
MESA P/ COMPUTADOR MED. APROX.1,00X0,62X0,75	318961	
BANCO P/MESA DE REFEITORIO	320601	
BANCO P/MESA DE REFEITORIO	320610	
CADEIRA PRE-ESCOLAR TUBO 3/4	320647	
MESA COLETIVA QUADRADA	320696	
MESA COLETIVA QUADRADA	320702	
ESTANTE P/BIBLIOTECA DUPLA	11195	
MESA CENTRAL INFANTIL	319283	
CADEIRA GIRATORIA ESPUMA EXPAND. TECIDO CINZA	321226	
MOCHO ALTO 72CM (60CM)	319619	
CADEIRA GIRATÓRIA BASE A GÁS 5 RODIZIOS	321864	
CADEIRA GIRATÓRIA BASE A GÁS 5 RODIZIOS	321865	
CADEIRA GIRATÓRIA BASE A GÁS 5 RODIZIOS	321866	
SUORTE TV/VÍDEO	322984	
ARMÁRIO 2 PORTAS CEREJEIRA MED 0,90 X 0,40 X 1,60	323243	
CADEIRA CAIXA VERDE	323307	

LIXEIRAS COLETA SELETIVA CONJ. C/ 4 FORMATO DE LÁPIS	323983	
BANQUETA MAD 44CM ALT 25 LARG	324825	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330323	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330328	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330330	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330331	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330336	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330345	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330355	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330361	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330377	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330379	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330381	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330382	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330389	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330400	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330403	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330406	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330429	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330438	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330445	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330448	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FOR- MICA VERDE	330456	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34188	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34192	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34195	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34197	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34200	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34201	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34203	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34204	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34210	
CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34211	
CARTEIRA DUPLA	35453	
CARTEIRA DUPLA	35454	
CARTEIRA DUPLA	35455	
CARTEIRA DUPLA	35456	
CARTEIRA DUPLA	35457	
CARTEIRA DUPLA	35458	
CARTEIRA DUPLA	35459	

CARTEIRA DUPLA	35462	
CARTEIRA DUPLA	35463	
CARTEIRA DUPLA	35464	
CARTEIRA DUPLA	35466	
CARTEIRA DUPLA	35468	
CARTEIRA DUPLA	35469	
CARTEIRA DUPLA	35470	
CARTEIRA DUPLA	35471	
CARTEIRA DUPLA	35473	
CARTEIRA DUPLA	35478	
CARTEIRA DUPLA	35480	
CARTEIRA DUPLA	35486	
CARTEIRA DUPLA	35488	
CARTEIRA DUPLA	35489	
CARTEIRA DUPLA	35493	
CARTEIRA DUPLA	35494	
CARTEIRA DUPLA	35496	
CARTEIRA DUPLA	35500	
CARTEIRA DUPLA	35504	
CARTEIRA DUPLA	35506	
CARTEIRA DUPLA	35513	
CARTEIRA DUPLA	35523	
CARTEIRA DUPLA	35525	
CARTEIRA DUPLA	35527	
CARTEIRA DUPLA	35529	
CARTEIRA DUPLA	35535	
CARTEIRA DUPLA	35538	
CARTEIRA DUPLA	35539	
CARTEIRA DUPLA	35542	
CARTEIRA DUPLA	35545	
CARTEIRA DUPLA	35547	
CARTEIRA DUPLA	35548	
CARTEIRA DUPLA	35549	
CARTEIRA DUPLA	35551	
CARTEIRA DUPLA	35552	
CARTEIRA DUPLA	35556	
CARTEIRA DUPLA	35565	
CARTEIRA DUPLA	35566	
CARTEIRA DUPLA	35571	
CARTEIRA DUPLA	35573	
CARTEIRA DUPLA	35576	
CARTEIRA DUPLA	35583	
CARTEIRA DUPLA	35584	
CARTEIRA DUPLA	35585	
CARTEIRA DUPLA	35587	
CARTEIRA DUPLA	35591	
CARTEIRA DUPLA	35592	
CARTEIRA DUPLA	35596	
CARTEIRA DUPLA	35597	
CARTEIRA DUPLA	35602	
CARTEIRA DUPLA	35603	
CARTEIRA DUPLA	35604	
CARTEIRA DUPLA	35605	
CARTEIRA DUPLA	35607	
CARTEIRA DUPLA	35612	
CARTEIRA DUPLA	35613	

CARTEIRA DUPLA	35615	
CARTEIRA DUPLA	35626	
CARTEIRA DUPLA	35629	
CARTEIRA DUPLA	35634	
CARTEIRA DUPLA	35639	
CARTEIRA DUPLA	35642	
CARTEIRA DUPLA	35646	
CARTEIRA DUPLA	35647	
CARTEIRA DUPLA	35649	
CARTEIRAS DUPLAS	35849	
CARTEIRAS DUPLAS	35851	
CARTEIRAS DUPLAS	35852	
CARTEIRAS DUPLAS	35855	
CARTEIRA ESCOLAR	36108	
CARTEIRA ESCOLAR	36114	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37795	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37796	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37797	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37798	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37799	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37800	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37801	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37802	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37803	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37804	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37805	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37806	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37807	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37808	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37809	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37810	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37811	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37812	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37813	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37814	
CARTEIRA AD.F/VERDE	37815	
CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	38065	
CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	38097	
CARTEIRA METALFRANCA MODELO FORMICA	38328	
CARTEIRA METALFRANCA MODELO FORMICA	38342	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39239	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39242	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39245	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39247	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39249	

CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39255	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39257	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39258	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39360	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39367	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39386	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39387	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39388	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39389	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39390	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39391	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39392	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39393	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39394	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39395	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39396	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39397	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39398	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39399	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39400	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39401	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39402	

CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39470	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39471	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39472	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39473	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39474	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39475	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39476	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39477	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39478	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39479	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39480	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39481	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39482	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39483	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39484	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39485	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39486	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39487	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39488	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39489	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39490	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39491	

CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39492	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39493	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39494	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39495	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39496	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39497	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39498	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39499	
CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO BE-GE C/ GRADIL PARA LIVROS EM ACO	39500	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311294	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311307	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313751	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313752	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313753	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313754	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313755	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313756	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313757	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313758	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313759	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313760	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313761	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313762	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313763	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313764	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313765	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313766	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313767	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313768	

CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313769	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313770	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313771	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313772	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313773	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313774	
CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313831	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314879	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314890	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314910	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314934	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314975	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	314989	
CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	315010	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA OBS. CARTEIRA COM O MESMO NUMERO DAS CADEIRAS	0	
CADEIRA DE PROFESSOR C/ ESTRUTURA EM TUBO DE ACO -INDUSTRIAL C/ APROX. 7/8 PINTURA EPOXI PO VERDE -ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM IMBUIA Balfar	39749	
TECLADO REBAIXADOS MARCA TUBULAR COR OVO/GR	38656	
TECLADO REBAIXADOS MARCA TUBULAR COR OVO/GR	38658	
TECLADO REBAIXADOS MARCA TUBULAR COR OVO/GR	38676	

CONEXAO TRIANGULARES MARCA TUBULAR COR OVO/GR	38664	
CONEXAO 90 MARCA RESISTE	311522	
CONEXAO 90 MARCA RESISTE	313535	
CONEXAO 90 MARCA RESISTE	313536	
CONEXAO 90 MARCA RESISTE	313537	
CONEXAO EM MDF 60X60 C/PES CINZA/CINZA	315984	
CONEXAO EM MDF 60X60 C/PES CINZA/CINZA	315987	
CONEXAO EM MDF 60X60 C/PES CINZA/CINZA	315990	
PERSIANA VERTICAL COM SANEFA	38644	
CONJUNTO DE MESA COLETIVA ESCOLAR, COMPOSTO POR 1 MESA E 04 CADEIRAS COLORIDAS MOVESCO MR 01	315780	
BALCAO TANQUE 40L MARMORITE AGAVE EXC14 AGAVE	318511	
CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA ESCOLAR	320171	
CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA ESCOLAR	321180	
CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA DO PROFESSOR	321167	
CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA DO PROFESSOR	321168	
CONJUNTO ESCOLAR C/CARTEIRA E CADEIRA	320062	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321371	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321373	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321376	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321378	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321379	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321381	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321382	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321383	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321384	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321385	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321386	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321387	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321388	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321391	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321393	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321395	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321396	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321398	

CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321399	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321401	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321403	
CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA INFANTIL	321404	
TENDA PEDAÇOS 3 X 3	320974	
TENDA PEDAÇOS 3 X 3	320975	
TENDA PEDAÇOS 3 X 3	320976	
TENDA PEDAÇOS 3 X 3	320977	
TENDA PEDAÇOS 3 X 3	320978	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES EM FORMICA	14	
CARTEIRAS INDIVIDUAIS	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRAS ESCOLARES BAOPA	14	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310934	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310935	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310942	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310947	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310953	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310954	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310955	
CARTEIRA ESCOLAR STALLO	310956	
ARMARIOS	14	
ARMARIOS	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	

CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES IMBUIA	14	
CADEIRAS ESCOLARES	14	
CADEIRAS ESCOLARES	14	
CADEIRAS ESCOLARES	14	
CADEIRAS ESCOLARES	14	
CADEIRAS ESCOLARES	14	
CADEIRA ESCOLAR	315760	
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 05		R\$ 700,00
LOTE 06		
DESCRIÇÃO DO BEM	PATRIMÔNIO	ORIGEM
PA CARREGADEIRA ARTICULADA CASE MOD. W-18		
MOTOR DIESEL. 6953406 ANO 1985	06.85	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 06		R\$ 18.000,00
LOTE 07		
CAMINHAO BASCULANTE VOLKSWAGEN 13.130		
ANO 1986 PLACA LZW1082	06.91	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 07		R\$ 3.000,00
LOTE 08		
ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO MULLER MOD.		
VAP55A DIESEL ANO 1989	06.45	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 08		R\$ 15.000,00
LOTE 09		
CAMINHAO BASCULANTE VOLKSWAGEN 24.220		
ANO1994 CHASSI 9BWYAKTXRDB782 PLACA MAJ1687	06.54	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 09		R\$ 10.000,00
LOTE 10		
CAPOTA MODELO F-1000 VERMELHA	06.28	BOMBEIROS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 10		R\$ 100,00
LOTE 11		
VIATURA RESGATE LEVE MERCEDES BENS		

SPRINTER 310D ANO 1997 PLACA LYQ 3046	06.149	BOMBEIROS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 11		R\$ 4.000,00
LOTE 12		
PICK-UP CORSA GL 1.6 ANO 1999 PLACA MAU5712		
CHASSI 9BGSE80NOXC735608	06.169	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 12		R\$ 2.000,00
LOTE 13		
CORSA HATCH GLS 4P 1.6 BRANCO ANO 1999		
PLACA MAO0243 CHASSI 9BGSJ68NO-XC758810	06.159	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 13		R\$ 1.000,00
LOTE 14		
RETROESCAVADEIRA PA CARREGADEIRA ANO 1999		
PERGUSON MOD MF86 HS	06.161	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 14		R\$ 10.000,00
LOTE 15		
VEICULO FORD/FIESTA STREET 1.6, COR BRANCO		
ANO 2002 PLACA MB8683	06.196	SEMUS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 15		R\$ 6.000,00
LOTE 16		
VEICULO FURGAO MERCEDES BENZ MOD. 311		
ANO 2003 DIESEL COR VERMELHA	06.205	BOMBEIROS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 16		R\$ 8.000,00
LOTE 17		
FURGÃO MICROONIBUS MERCEDES BENZ MOD 311		
B5RZ SPRINTER DIESEL ANO 2004	06.214	SEMED
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 17		R\$ 25.000,00
LOTE 18		
VEICULO CORSA CLASSIC SPIRIT GASOLINA BRANCO		

ANO 2004 CHASSI 9BGSNC9N05B130806	06.223	POL.MILITAR
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 18		R\$ 7.000,00
LOTE 19		
RETROESCAVADEIRA MARCA JCB MOD 214E 4X4		
MOTOR PERKINS ANO 2005	06.238	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 19		R\$ 15.000,00
LOTE 20		
VEICULO FIAT DUCATO COMBINATO ANO 2005		
BRANCO MEJ 1529	06.260	SEMUS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 20		R\$ 20.000,00
LOTE 21		
VEICULO VW GOL 1.6 POWER 4P BRANCO ANO 2007		
CHASSI 9BWC05W17T160231	06.263	POL.MILITAR
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 21		R\$ 4.000,00
LOTE 22		
VEICULO VW PARATI 1.6 ,ANO 2007 BRANCA		
PLACA MDQ0283	06.265	POL.MILITAR
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 22		R\$ 5.000,00
LOTE 23		
SUCATA CELTA HATCH (BATIDO) 1.0 ANO 2011/2012		
VERMELHO CHASSI 9BGRP48FOCG193461	06.310	BOMBEIROS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 23		R\$ 1.000,00
LOTE 24		
VEÍCULO FIAT PICK-UP STRADA , ANO 1999 BRANCO		
PLACA MAK 6915 CHASSI 9BD278025Y2712003	06.352	SEMAG
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 24		R\$ 2.000,00
LOTE 25		
MOTOCICLETA HONDA NXR150 BROZ ANO 2008		

PLACA MGW2511 CHASSI 9C2KD03108R012491		POL.MILITAR
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 25		R\$ 2.500,00
LOTE 26		
APROXIMADAMENTE 1.500 KG SUCATA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (cosip) CONTENDO : REATORES POSTE SÓDIO E MERCURIO, RELES FOTOELÉTRICOS POSTE,		
LUMINÁRIAS ALUMÍNIO POSTE, ETC	S/N	COSIP
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 26		R\$ 800,00
LOTE 27		
APROXIMADAMENTE 2.000 KG SUCATA DE FERROS,		
E PEÇAS OFICINA OBRAS, ETC	S/N	OBRAS
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 27		R\$ 600,00

LOTE 28 – MOTORES, MATERIAIS ELÉTRICOS, EQUIPAMENTOS, CAPOTAS -(SAMAE)

Itens não tombados:

01 PÇ - APARELHO DOSADOR DE CLORO GAS, MOD. CVR- 50, TIPO VACUO REMOTO, C/CAPACIDADE MAX. DE DOSAGEM DE 50 KG/DIA,

01 PÇ – AUTOCLAVE VERTICAL;

01 PÇ - MOTOR TRIFÁSICO 100 CV;

01 PÇ - CONJUNTO AGITADOR, MOTOR REDUTOR COM HE LICE EM INOX 304 COMPLETO;

15 PÇ – CONJUNTO MOTOBOMBA HORIZONTAL;

02 PÇ – CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL;

03 CX – CONEXÕES DIVERSAS EM FERRO FUNDIDO E MATERIAL GALVANIZADO;

09 PÇ – MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO EM FERRO FUNDIDO – DIVERSAS POTÊNCIAS;

01 PÇ – CAIXA PADRÃO CELESC MONOFÁSICA EM ALUMÍNIO;

06 PÇ – AUTOTRANSFORMADOR PARA MOTOR;

01 PÇ - CONJUNTO EXAUSTOR DE AR;

06 PÇ - QUADROS DE COMANDO – TAMANHOS DIVERSOS;

01 PÇ – PROTETOR DE CAÇAMBA PARA VEÍCULO FORD/ RANGER, CABINE DUPLA , ANO 1999;

01 PÇ - CAPOTA ESTENDIDA DE FIBRA PARA VEÍCULO PICK-UP FIAT/STRADA, ANO 1999;

01 PÇ – BOMBA RETROESCORVANTE MARCA IMBIL;

01 PÇ – CONJUNTO MOTOBOMBA 50CV MOTOR TRIFÁSICO (MARCA TEBE)

03 CX – PORCAS, PARAFUSOS, ISOLADORE ELÉTRICO, CINTA E CABO TELEFÔNICO;

01 PÇ – BANCO DE CAPACITOR;

01 PÇ – DOSADOR PARA CLORO GÁS;

02 PÇ - BOMBA DOSADORA DE CABEÇOTE;

Itens tombados:

01 PÇ (PAT 720) CONJUNTO AGITADOR, MOTOR REDUTOR COM HE- LICE EM INOX 304, CONTENDO 01 MOTOR DE 1 CV VI POLOS, 01 REDUTOR DE VELOCIDADE MO DELO GR-30/60, 01 SUPORTE PARA FIXAR O REDUTOR, 01 SUPORTE PARA MOTOR COM ESTI- CADOR DE CORREIA, 01 EIXO DE ACO INOX 304, VALOR AVALIAÇÃO LOTE 28 R\$ 1.200,00

LOTE 29 – ITENS DE INFORMATICA, MÓVEIS, COMUNICAÇÃO E

EQUIPAMENTOS (SAMAE)

Itens não tombados:

- 01 PÇ – ESTUFA INCUBADORA MARCA BIOMATIC;
 03 PÇ – MICROFONE PORTÁTIL PARA RADIOCOMUNICADOR MOTOROLA;
 24 PÇ – RADIO COMUNICADOR MÓVEL MOTOROLA;
 01 PÇ – IMPRESSORA HP DESKJET 1660;
 01 PÇ – IMPRESSORA MATRICIAL EMÍLIA;
 01 PÇ – MONITOR LG;
 01 PÇ – TELEFONE SEM FIO MARCA PANASONIC;
 01 PÇ – ENÇERADEIRA;
 01 PÇ – MÁQUINA DE ESCREVER OLIVETTI LINEA 98;
 04 PÇ – CAPACETE DE MOTOCICLISTA;
 01 PÇ – NOBREAK;
 01 PÇ - FONTE PARA MICRO;
 01 PÇ – GELADEIRA 01 PORTA, COR AZUL, MARCA CONSUL;

Itens tombados:

- 01 PÇ (004) MÁQUINA DE ESCREVER MANUAL, OLIVETTI;
 01 PÇ (093) FICHARIO DE ACRILICO 5 X 8 FIRST;
 01 PÇ (239) GEOFONE MECATRONICO MOD. F-7;
 01 PÇ (259) EXAUSTOR AR-15 COM MOTOR WEG 1/5 CV II POLOS;
 01 PÇ (335) POLTRONA FIXA CASTOFAR COM BRACOS / TECIDO CINZA;
 01 PÇ (389) CADEIRA GIRATORIA CASTOFAR MODELO 5103, EM TECIDO;
 01 PÇ (391) CADEIRA GIRATORIA CASTOFAR MODELO 5103, EM TECIDO;
 01 PÇ (393) TRACADOR GRAFICO HP DESKJET 350C;
 01 PÇ (411) RELOGIO MICRO POINT, MODELO 8506 LCD COM CABO DE COMUNICACAO, 60 HZ, 110-220 V DIMEP;
 01 PÇ (412) CONDICIONADOR DE AR QUENTE/FRIO COM TERMOSTATO P/ CONTROLE DE TEMPERATURA, 220V 7500 BTUS, MARCA CONSUL AIR MASTER;
 01 PÇ (414) IMPRESSORA JATO DE TINTA HP DESKJET 720C 110 V SUBSTITUIDA POR IMP.HP.DESKJET 3420 EM 15.05.2003, CONF.NOTA FISCAL N.000441;
 01 PÇ (678) VALVULA PULSADORA EMISSORA DE GOLPES DE ARIETE COM REGULAGEM DE PRESSAO, EM CORPO DE BRONZE/ALUMINIO, DIAMETRO 1/2", COM FREQUENCIA OPERACAO DE 100 A 600 PULSOS POR MINUTO;
 01 PÇ (709) 2X MICROPROCESSADOR PENTIUM III 866 MHZ (133MHZ LIM.2 MICROPROC.), MARCA IBM, CACHE L2 256KB P/ PROCESSADOR, 2X 128 MB ECC SDRAM RDIMM EXPANSIVEL 4 GB, VIDEO SVGA AGP 8MB, MONITOR COLOR A51 15" FST COR PRETO, CONTROLADOR ULTRA SCSI 1 CHANNEL, 2X HD;
 01 PÇ (726) MICROCOMPUTADOR PENTIUM COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS, 1 PROCESSADOR COM CLOCK DE 866MHZ, MEMORIA RAM DE 64MB, 1 UN. DE DISCO RIGIDO DE 20GB ULTRA, MONITOR DE VIDEO PADRAO SVGA POLICROMATICO, COM CONTROLE DE BRILHO DE CONTRASTE, RESOLUCAO;
 01 PÇ (730) GEOFONE ELETRONICO COM FILTROS DE RUÍDOS MODELO FD-10 COM 1 SENSOR COM CABO 2M, 1 BASE PARA ACOPLAMENTO EM SUPERFICIES SEM CALCAMENTO, 1 FONE DE OUVIDO STEREO, 1 PRE-AMPLIFICADOR, BATERIA RECARREGAVEL DE 10,5V, 1 CARREGADOR DE BATERIA 220VAC;
 01 PÇ (731) HASTE DE ESCUTA DIGITAL MODELO FUJI FSB-7D COM DISPLAY DIGITAL COM INDICACAO DA INTENSIDADE DO RUÍDO E INDICADOR DE BATERIA, AMPLIFICACAO 66DB, BANDA DE FREQUENCIA 155HZ~2200HZ (-3DB), ATENUACAO: -18DB, TEMPO DE MANUTENCAO DO PICO: MINI-MO 10;
 01 PÇ (758) DATA LOGGER DE DIFERENCIAL DE PRESSAO ELETRONICO (REGISTRADOR DE PRESSAO) MODELO LM1DP1PI NUMERO DE SERIE P2846 MARCA POLIMER RANGE - 200 A 1300 COM CABO INFRA VERMELHO INTILP P2491.
 01 PÇ (765) BALANCA HIDROSTATICA DE PESO MORTO COM CERTIFICADO DE CALIBRACAO, CAPACIDADE DE AFERICAO MINIMA DE 0 A 3 MPA;
 01 PÇ (766) MÁQUINA TIPO MULLER PARA FURAR, ABRIR RO

- SCA E INSTALAR TAPS EM TUBOS METALICOS SEM BROCAS COM SELAS. SUPORTA PRESSAO MINIMA DE 1,8MPA;
 01 PÇ (767) ARMARIO DE IMBUÍA COM 7 PORTAS E FECHADURAS, 4 METROS QUADRADOS;
 01 PÇ (769) MANOMETRO METALICO INDICADOR MOSTRADOR DN 150MM, CLASSE A3, PRECISAO 0,25 POR CENTO, FAIXA DE OPERACAO DE 0-10MCA.
 01 PÇ (770) MANOMETRO METALICO INDICADOR MOSTRADOR DN 150MM, FAIXA DE OPERACAO DE 0-20MCA CLASSE A3, PRECISAO 25 POR CENTO.
 01 PÇ (771) MANOMETRO METALICO INDICADOR MOSTRADOR DN 150MM, FAIXA DE OPERACAO DE 0-50MCA, CLASSE A3, PRECISAO 25 POR CENTO
 01 PÇ (772) MANOMETRO METALICO INDICADOR MOSTRADOR DN 150MM, FAIXA DE OPERACAO DE 0-100MCA, CLASSE A3, PRECISAO 25 POR CENTO;
 01 PÇ (773) MANOMETRO METALICO INDICADOR MOSTRADOR DN 150MM, FAIXA DE OPERACAO DE 0-200MCA, CLASSE A3, PRECISAO 25 POR CENTO.
 01 PÇ (883) HIDROTESTE PORTÁTIL ELETRÔNICO;
 01 PÇ (814) RÁDIO COMUNICADOR MÓVEL MOD.SM50 40W-UHF - 02 CANAIS C/KIT DE ALIMENTAÇÃO E MICROFONE PTT E SUPORTE DE FIXAÇÃO E ANTENA WIP ODB;
 01 PÇ (815) RÁDIO COMUNICADOR MÓVEL MOD.SM50 40W-UHF - 02 CANAIS C/KIT DE ALIMENTAÇÃO E MICROFONE PTT E SUPORTE DE FIXAÇÃO E ANTENA WIP ODB;
 01 PÇ (646-001) KIT DE CONVERSÃO DE GÁS NATURAL VEICULAR;
 01 PÇ (882) RÁDIO DE COMUNICAÇÃO INTERNA, C/04 CANAIS, KIT ALIMENTAÇÃO, SUPORTE DO RADIO E DO MICROFONE, C/MANUAL;
 01 PÇ (899) SERVIDOR DE INTERNET;
 01 PÇ (961) MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, AUTOMÁTICA, CAPACIDADE DE 05 KG, 220 V, MARCA CONSUL; COR BRANCA;
 01 PÇ (974) COMPUTADOR 2.13GHZ - MARCA INTEL, SANSUNG;
 01 PÇ (977) COMPUTADOR INTEL CELERON 2.8Ghz;
 01 PÇ (978) COMPUTADOR INTEL CELERON 2.8Ghz;
 01 PÇ (995) CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA EXECUTIVA, BASE GÁS, CINZA MESCLA;
 01 PÇ (1002) LONGARINA COM ESTRUTURA EM AÇO, C/ 04 LUGARES, ESPUMA CINZA MESCLA, ANATÔMICA;
 01 PÇ (1082) MICROCOMPUTADOR, MARCA TITANIUM, MODELO E2160;
 01 PÇ (1087) RELOGIO PONTO ELETRÔNICO, Nº SÉRIE 858634;
 01 PÇ (1132) CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA EXECUTIVA, BASE À GÁS, ESPUMA INJETADA, TECIDO SERRANO, COR CINZA MESCLA;
 01 PÇ (1167) IMPRESSORA DESKJET PROFISSIONAL MARCA: HP MODELO 8000 DN SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS: PRONTO PARA MICROSOFT®, WINDOWS® 7. WINDOWS® XP PROFESSIONAL X64 (SP1), WINDOWS® XP HOME (SP1) E PROFESSIONAL (SP1) (32 E 64 BIT), WINDOWS® 2000 (SP4. CONECTIVIDADE PADRÃO: 8000DN: USB 2.0, ETHERNET; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO TIPO RASCUNHO PRETO: 35PPM; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO TIPO RASCUNHO COR: 34PPM; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO NORMAL PARA COLORIDO E PRETO: 19PPM; VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 384 MHZ, MEMORIA PADRÃO: 32MB; BANDEJA DE ENTRADA PARA 250 FOLHAS; TIPO DE SUPORTE E SUPORTADO: PAPEL (FOLHETOS, JATO DE TINTA, NORMAL) FOTOGRAFICO, ENVELOPE, CARTÕES;
 01 PÇ (1228) SOPRADOR E ASPIRADOR DE FOLHAS - Marca:KAWASHIMA, MODELO KWB26(390101) 25,4 CILINDRADAS, COM MOTOR A GASOLINA, TANQUE DE COMBUSTIVEL COM CAPACIDADE PARA 500 ml, E BOLSA PARA O RECOLHIMENTO DE FOLHAS;
 VALOR AVALIAÇÃO LOTE 29 R\$ 1.300,00
 LOTE 30 – VEÍCULO PICK-UP CORSA (SAMAE)
 01 PÇ (810) VEÍCULO PICK-UP CORSA, 1.6 L MPFI, 4 CILINDROS, 2 LUGARES, ANO 2003.

VALOR AVALIAÇÃO LOTE 30 R\$ 3.500,00
LOTE 31 – VEÍCULO FIAT DOBLO (SAMAE)
01 PÇ (812) VEÍCULO FIAT DOBLO ELX, MOTOR 1.6, 16 VÁLVULAS, 4 CILINDROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2003/MODELO 2003, COR BRANCO BANCHISA, PORTA LATERAL DESLIZANTE, RENAVAM 204726, CHASSI Nº 9BD11975631013850
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 31 R\$ 10.000,00
LOTE 32 – VEÍCULO TEMA TERRA: (SAMAE)
01 PÇ VEÍCULO RETROESCAVADEIRA TEMA TERRA 700 PS, ANO 1994.
VALOR AVALIAÇÃO LOTE 32 R\$ 8.000,00
VALOR TOTAL DO LEILÃO R\$ 186.600,00

Lei Nº 3103/12

LEI Nº 3103, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.
ALTERA A LEI Nº 1942 DE 05 DE SETEMBRO DE 2007 QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO PELA CULTURA - SIMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. A Lei 1942 de 05 de setembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

I - 5 a 10% (cinco a dez por cento) para cobrir os custos administrativos do SIMDEC, junto à FCSBS;

II - 15% (quinze por cento) para projetos da FCSBS e de suas unidades;

III - 75 a 80% (setenta e cinco a oitenta por cento) para financiamento a fundo perdido de outros projetos, inscritos e aprovados no Edital de Apoio à Cultura, específico para esse fim.

Art. 10. O FMIC financiará até 100% (cem por cento) do custo total de cada projeto aprovado, limitado até 3% (três por cento) do montante global de recursos do SIMDEC.

Art. 11.

Parágrafo Único - A aplicação em projetos culturais é caracterizada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte:

I - diretamente ao proponente do projeto aprovado pelo MMIC;

II - em favor do FMIC.

Art. 15

I - Música, compreendendo shows, festivais, bandas, orquestras, concertos, gravação de CD, etc.;

II - Artes cênicas, compreendendo teatro, dança, circo, ópera, etc.;

III - Literatura, compreendendo edição e publicação de livros, pesquisas de caráter científico no âmbito literário, contação de histórias, produção literária, etc.;

IV - Artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design e artes gráficas tecnológicas, etc.;

V - Audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão, rádio, etc.;

VI - Patrimônio histórico, artístico e cultural material e imaterial;

VII - Folclore, artesanato e demais manifestações culturais tradicionais;

Art. 16.

Parágrafo Único - A CAP será responsável pela avaliação e aprovação de todos os projetos encaminhados ao SIMDEC, bem como da apreciação da prestação de contas da aplicação dos recursos, após análise contábil da área técnica da Fundação Cultural e Departamento de Controle Interno.

Art. 17.

§ 2º As comissões julgadoras, referidas no parágrafo anterior, serão nomeadas por Portaria expedida pelo Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, após aprovação pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 18 A Comissão de Análise de Projetos - CAP, nomeada por Decreto do Prefeito Municipal, será composta por dez membros, de comprovada idoneidade e conhecimento na área cultural, distribuídos da seguinte forma:

II - cinco membros indicados pelo Conselho Municipal de Política Cultural, dentre os representantes de instituições de classe com atuação no meio cultural;

Art. 19. Os membros da CAP, com exceção de seu presidente nato, terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos para mais um período, respeitando-se a manutenção de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros do exercício anterior.

Art. 20. Os membros da CAP atuarão de forma voluntária, sem perceber remuneração por sua atividade.

Parágrafo único. É lícito ressarcir os membros das comissões julgadoras, das despesas de transporte e estadia que tenham sido efetuadas no exercício da função noutro município, desde que previamente limitadas pela autoridade competente.

Art. 22. Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em Portaria expedida pelo Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

§2º A autorização para captação de recursos junto aos contribuintes terá validade até 31 de dezembro do ano de aprovação do projeto.

Art. 28. Constituem infrações:

I - não apresentar, o proponente, as informações adicionais ou não adotar providências solicitadas pela Fundação Cultural, e, ainda, não justificar o descumprimento da exigência, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado a partir da data em que for regularmente notificado.

Pena: advertência por escrito;

II - descumprir as especificações técnicas do projeto aprovado, quando de sua execução.

Pena: impedimento de figurar como participante, a qualquer título, de novos projetos, pelo prazo de até 1(um) ano, e multa de 1% (um por cento) a 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do projeto.

III - utilizar indevidamente os recursos destinados ao projeto cultural, praticando desvio de finalidade, ressalvadas as hipóteses previstas neste decreto.

Pena: impedimento de figurar como participante, a qualquer título, de novos projetos, pelo prazo de 12 (doze) a 18 (dezoito) meses e multa de 1,5% (um e meio por cento) a 2% (dois por cento) sobre o valor do projeto.

IV - não realizar ou ter reprovada a prestação de contas relativa ao projeto aprovado;

Pena: impedimento de figurar como participante, a qualquer título, de novos projetos, pelo prazo de 2 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, e multa de 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto.

V - desviar, para outra finalidade os recursos financeiros obtidos para a execução de projeto apoiado ou incentivado;

Pena: impedimento de figurar como participante, a qualquer título, de novos projetos, pelo prazo de 4 (quatro) anos e multa de 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto.

VI - praticar, dolosa ou culposamente, ato que, mesmo não tipificado nos incisos anteriores, comprometa a execução do projeto aprovado.

Pena: impedimento de figurar como participante, a qualquer título, de novos projetos, pelo prazo de até 12 (doze) meses e/ou multa de 1,5% (um e meio por cento) a 2% (dois por cento), sobre o valor do projeto.

§ 1º Para aplicação das penalidades anteriormente previstas, serão observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, adotando-se procedimento específico da Lei Federal nº 9784 de 29 de janeiro de 1999.

§ 2º Além das penalidades acima especificadas, será o proponente obrigado a restituir a totalidade dos recursos repassados ao projeto aprovado, corrigidos monetariamente, na hipótese de ocorrência das infrações descritas nos incisos II, III, IV, VI.

§ 3º Quando verificada reincidência de parte do proponente no cometimento das infrações anteriormente previstas, as multas incidentes poderão ser majoradas até o dobro dos limites máximos estabelecidos.

§4º Ocorrendo reincidência da infração do inciso I, a pena de advertência será convertida em multa a ser fixada entre 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do projeto;

§5º Não se configurará a infração nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e autorizada pela comissão competente.

Art. 28-A. Serão originariamente competentes para aplicar as penalidades estabelecidas neste decreto, o Presidente da Fundação Cultural e a Comissão de Análise de Projetos, após deliberação plenária.

Parágrafo único. Quando caracterizada a ocorrência de ilícito penal, o Presidente da Fundação Cultural informará os fatos à Procuradoria do Município, visando à adoção dos procedimentos cabíveis."

Art. 2º. Ficam revogados os incisos VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do art. 15 da Lei nº 1942 de 05 de setembro de 2007.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3104/12

LEI Nº 3104, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Atividade: 17.512.0020.2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água
3.3.90.39.00.00.00.00.0600 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 30.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
Atividade: 17.512.0020.2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário
3.3.90.47.00.00.00.00.0200 - Obrigações Trib. e Contributivas R\$ 8.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados como fonte de recursos as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Atividade: 17.512.0020.2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água
4.4.90.51.00.00.00.00.0600 - Obras e Instalações R\$ 30.000,00

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
Atividade: 17.512.0020.2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia
3.3.90.36.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. - PF R\$ 8.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3105/12

LEI Nº 3105, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício financeiro de 2013, as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em consonância com o Plano Plurianual 2010/2013;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas respectivas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições sobre política tarifária; e

VIII - as disposições finais.

Art. 2º. A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, e compreenderá:

I - a estimativa da receita será a preços de julho de 2012 e serão consideradas as tendências de arrecadação e os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objeto de Projeto de Lei específico, a ser encaminhado à apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, até 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício legislativo;

II - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas a preços de julho de 2012, considerando as competências estabelecidas em LEI;

III - o pagamento do serviço da dívida, de pessoal e de encargos, incluídas as contribuições ao IPRESBS - Instituto de Previdência do Município de São Bento do Sul, terão prioridade sobre as demais despesas;

IV - os projetos em execução não poderão ser paralisados e terão prioridade sobre os novos projetos.

Art. 3º. O Poder Executivo, no exercício de 2013, poderá realizar:

I - operações de crédito em longo prazo, com destinação específica e vinculada;

II - operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente.

Parágrafo único: A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo orientando a contratação de operações de crédito por antecipação da receita.

Art. 4º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2013 são as estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013, devendo observar os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela Administração Municipal, além das diretrizes e prioridades contidas no Plano Diretor do Município, instituído pela Lei nº 1675 de 10 de outubro de 2006, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas são os seguintes:

I - desenvolvimento sustentável, com inclusão social;

II - democratização da gestão pública; e

III - defesa da vida e respeito aos direitos humanos.

§ 2º. Os objetivos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

I - contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no Município, bem como promover a igualdade racial e de gênero, mantendo e procurando ampliar o apoio às ações que visem preservar as tradições, em todas as suas formas de manifestação;

II - promover a universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental com qualidade;

III - ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;

IV - promover ações preventivas de segurança e de incentivo à cultura da paz, integrando-se às demais esferas de governo nas ações de segurança pública;

V - estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população

aos produtos e equipamentos culturais do Município;

VI - estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas;

VII - viabilizar, no que for possível, o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital;

VIII - promover o desenvolvimento do potencial econômico do Município de São Bento do Sul, a partir da identificação de atos e ações que visem a melhoria de suas potencialidades, para o desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo;

IX - promover a articulação e estimular a integração de políticas públicas municipais no âmbito das macro regiões estaduais, bem como em associações municipais;

X - promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando a formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no Município;

XI - fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação das tradições e ao patrimônio histórico do Município;

XII - estimular as empresas, em especial as micro e pequena empresa, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no Município;

XIII - promover a qualidade ambiental e urbanística do Município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano;

XIV - promover a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida da população moradora das áreas de ocupação espontânea;

XV - promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos;

XVI - propiciar condições favoráveis à circulação e deslocamento de pessoas, priorizando o pedestre, o ciclista e o usuário de transporte coletivo;

XVII - promover a participação da população na gestão pública e estimular o controle social a partir da transparência das ações da Administração Municipal;

XVIII - promover a valorização dos servidores municipais oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho;

XIX - garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; e

XX - fortalecer as finanças públicas municipais e expandir a capacidade de financiamento e investimento público.

§ 3º. Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Os Orçamentos discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º. A classificação funcional - programática seguirá o disposto na Portaria n.º 42 e alterações, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/1999

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes da Lei do Plano Plurianual 2010-2013.

§ 3º. Na indicação do grupo de natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163/01 e alterações, e Portaria Conjunta nº 02/2012, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V- inversões financeiras; e

VI - amortização da dívida.

§ 4º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 26 desta Lei, será identificada pelo código 9.9.99.99.99, no que se refere à natureza da despesa.

Art. 6º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, aos quais se vinculam.

Art. 9º. As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 10. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

Art. 11. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como da empresa pública que recebam recursos do Tesouro Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. O Orçamento do Município para o exercício de 2013 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

§ 1º. Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2013 e sua respectiva execução, deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônico, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

§ 3º. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, na conformidade dos Anexos que dispõem sobre as Metas Fiscais.

§ 4º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a adição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal; e

V - a atualização do cadastro mobiliário fiscal.

§ 5º. As taxas administrativas, do poder de polícia e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 6º. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal municipal, sendo a mesma indexada pelo IGP-M, Índice Geral de Preços - Mercado, da Fundação Getúlio Vargas.

§ 7º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação do desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

§ 8º. A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

§ 9º. A receita poderá ser acrescida mediante atualização da base de cálculo e revisão das alíquotas dos tributos municipais.

§ 10. No caso de ocorrer queda ou insuficiência na arrecadação, em relação à orçada, a Secretaria Municipal de Finanças informará às unidades orçamentárias, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, às entidades da Administração Direta, Indireta, Fundacional e os Fundos instituídos pelo Município, para que promovam a adequação em seus orçamentos, visando manter o princípio do equilíbrio financeiro.

Art. 13. No projeto de lei orçamentário anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2013.

Art. 14. Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

I - nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II - não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15. A Lei Orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

§ 1º. A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

§ 2º. Igualmente não se inclui nessa vedação a cessão para outros entes federados, mediante convênio, de servidores do quadro efetivo do Município.

Art. 16. A transferência de recursos a qualquer título por parte do Tesouro Municipal, quando destinados a entidades públicas ou privadas obedecerá ao seguinte:

I - quando públicas, dependerá de convênio autorizado por Lei específica;

II - quando associativas, federativas, confederativas, ou congêneres, somente após a propositura e aprovação de lei específica; e

III - quando entidades privadas, somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, assistencial, cultural, desportiva ou de cooperação técnica e que sejam obrigatoriamente sem fins lucrativos, declaradas por Lei de utilidade pública e que comprovadamente existam, tenham sede, administração e atividade regular.

Parágrafo Único: São excetuadas do disposto no presente artigo, as transferências financeiras realizadas à administração do Poder Legislativo e ao IPRESBS - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, já reguladas por legislação específica.

Art. 17. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira, aos seguintes entes integrantes da Administração Municipal:

I - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE;

II - Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul-FMD;

III - Empresa Municipal de Habitação-EMHAB; e

IV - Fundação Cultural de São Bento do Sul-FC.

Art. 18. O Município, de acordo com a Lei 4.320/64, poderá repassar recursos ao Fundo Municipal de Saúde.

Art.19. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por ato próprio e específico as suplementações orçamentárias, quando houver:

I - insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por Lei orçamentária, desde que limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

c) da reserva de contingência, até o limite total de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como risco fiscal, de emergência ou calamidade pública.

II - insuficiência de recursos relativos aos grupos de natureza de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", objetos da suplementação, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações dos mencionados grupos de natureza de despesa;

III - do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada projeto ou atividade; e

IV - para incorporar aos Orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática.

Art. 20. Durante a execução orçamentária do exercício de 2013, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 21. Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas por Lei específica.

Art. 22. Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I - novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II - somente serão incluídos, na Lei Orçamentária, os investimentos para os quais tenham sido previstas, na Lei do Plano Plurianual de 2010-2013, ações que assegurem sua manutenção; e

III - os investimentos deverão, quando for o caso, apresentar sucessivamente, meios, formas ou métodos que comprovem sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 23. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual de 2010-2013, que tenham sido objeto de Projetos de LEI.
Art. 24. A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2013, terá como limite máximo, a folga resultante da

combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória nº 2.185-35/01, e suas alterações.

Art. 25. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26. A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a até 5% (cinco por cento), da receita corrente líquida estimada.

Art. 27. As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD, em nível de elemento de despesa, observados os mesmos grupos de natureza de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pelo Secretário Municipal de Finanças.

Parágrafo Único: As alterações, para os efeitos do caput deste artigo, compreendem exclusivamente, a transferências de saldos orçamentários.

Art. 28. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Único: As dotações insuficientemente dotadas, ou as com excesso de previsão, somente poderão ser alteradas ou transferidas de uma unidade orçamentária para outra, por ato específico e exclusivo do Chefe do Poder Executivo, cuja publicação na imprensa oficial é obrigatória.

Art. 29. A destinação de recursos do Município a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/00.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 30. No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a serem efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, § 1º, do art. 31, da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada aos Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária anual, no conjunto de "outras despesas correntes", de "investimentos e de inversões financeiras".

Parágrafo Único: O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 31. Fica excluída da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora - extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 32. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E

ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33. No exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20 e 71, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 34. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 35. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora - extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 36. No exercício de 2013, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33, desta Lei, somente poderão ser nomeados servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 37. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 10, inciso II, da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16, 17 e 71 da Lei Complementar no 101/00.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2012, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) para o Poder Executivo e 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos de pontos percentuais) para o Poder Legislativo, da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, V, do mesmo diploma legal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - dispensa de funcionários de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o Município;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - eliminação das despesas com horas - extras;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário; e

VI - rescisão dos contratos de terceirização de mão - de - obra de que trata o artigo 42.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão - de - obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Pessoal e Encargos Sociais", elemento do elemento de despesa - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei

Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, deduzidos os valores inerentes a utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, desde que especificados em contrato.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício fiscal contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 44. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 45. O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101/00.

Parágrafo Único: Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Art. 46. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 47. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muito próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 48. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

- I - indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em

idêntico valor, que serão anuladas;

II - definam os limites de prazo e valor; e

III - tenham período de vigência igual ao da Lei que aprovar o Plano Plurianual.

Art. 49. A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

I - cobertura dos custos de operação e manutenção, com justa remuneração do capital investido;

II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio - econômico de usuários; e

III - concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo Único: Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em Lei específica.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Parágrafo Único: A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária - financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 52. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2013 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2012, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§ 1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º. Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§ 3º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência do Município;

III - serviço da dívida;

IV - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação, assistência social e prestação de serviços essenciais;

V - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da União e do Estado;

VI - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no

inciso anterior;

VII - conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2013 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2013; e

VIII - pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 53. O Poder Executivo disponibilizará no site www.saobento-dosul.sc.gov.br, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminando a despesa por elementos, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação.

Art. 54. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2012 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2013 conforme o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 55. O Poder Executivo promoverá o desenvolvimento de estudos visando à definição e implantação de sistemas de custos e avaliação de resultados de ações de governo.

Art. 56. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 57. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração dos orçamentos municipais.

Art. 58. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 59. O Executivo Municipal enviará no prazo definido pela Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2012.

Parágrafo Único: A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 60. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estadual e ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de sua competência, ou de competência transferida.

Art. 61. O Poder Executivo no exercício de 2013 poderá realizar:

I - operações de Crédito de longo prazo, com destinação específica e vinculação ao projeto;

II - operações de Crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;

III - celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objetivo de desenvolver programas prioritários, que atendam interesses da população do Município, nas áreas de ação da administração pública municipal; e

IV - os recursos recebidos de operações de crédito de longo prazo e de convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para

a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 62. O Poder Executivo, através da administração direta e indireta, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos e declaradas por Lei de Utilidade Pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que deverá obrigatoriamente participar, a suas expensas com no mínimo 20% (vinte por cento), do valor de cada projeto específico.

Parágrafo Único: Somente está desobrigado da participação mínima de 20% (vinte por cento), àquela entidade ou pessoa que for declarada isenta em Lei específica.

Art. 63. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar por Decreto as dotações de pessoal civil e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedidos por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, do superávit financeiro do exercício anterior, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 64. Os Secretários Municipais, Gestores de Fundos Municipais, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, ficam autorizados e obrigados a ordenarem as despesas de suas unidades orçamentárias respectivas, passando a ter as prerrogativas e responsabilidades de ordenadores primários destas.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3106/12

LEI Nº 3106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Fiscal do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2013, estima a Receita da Administração Direta em R\$ 160.071.460,00 (cento e sessenta milhões, setenta e um mil e quatrocentos e sessenta reais), e da Administração Indireta em R\$ 73.796.505,19 (setenta e três milhões, setecentos e noventa e seis mil e quinhentos e cinco reais e dezenove centavos), destas Receitas R\$ 11.890.018,94 (onze milhões, oitocentos e noventa mil, dezoito reais e noventa e quatro centavos), são Receitas Correntes Intra-Orçamentárias, e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) são Receitas de Capital Intra-Orçamentárias; e fixa a Despesa da Administração Indireta e do Legislativo em R\$ 68.164.537,19 (sessenta e oito milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e sete reais e dezenove centavos), e R\$ 165.703.428,00 (cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais) para a Administração Direta.

Art. 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas, correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações

constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte dobramento:

I - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	Valor R\$	%
Receita Tributária	29.722.200,00	16,96
Receita de Contribuições	2.650.000,00	1,52
Receita Patrimonial	1.631.800,00	0,93
Receita de Serviços	1.252.300,00	0,71
Transferências Correntes	113.785.640,00	64,94
Outras Receitas Correntes	10.782.215,00	6,15
Receitas de Capital	15.399.800,00	8,79
TOTAL	175.223.955,00	100,00
II – RECEITA DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (INDIRETA)		
Receita Tributária	300.000,00	0,48
Receita de Contribuições	3.397.563,57	5,49
Receita Patrimonial	21.101.424,95	34,11
Receita de Serviços	13.103.131,56	21,18
Transferências Correntes	19.153.500,00	30,96
Outras Receitas Correntes	1.290.616,17	2,10
Receitas de Capital	3.515.250,00	5,68
SUB-TOTAL	61.861.486,25	100,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	11.890.018,94	
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	45.000,00	
TOTAL	11.935.018,94	
TOTAL GERAL	73.796.505,19	

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária, Transferências Financeiras e Superávit Orçamentário RPPS-IPRESBS:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Valor R\$	%
Gabinete do Prefeito	3.083.700,00	1,86
Procuradoria	1.577.900,00	0,95
Secretaria de Finanças	1.767.900,00	1,07
Secretaria de Administração	6.303.700,00	3,80
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	16.207.347,00	9,78
Secretaria de Educação	50.567.203,70	30,52
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	14.900.800,00	8,99
Secretaria de Assistência Social	6.757.566,00	4,08
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	3.430.550,00	2,07
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	2.439.500,00	1,47
Encargos Gerais	14.661.112,30	8,85
Fundos Especiais		
Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul	44.006.149,05	26,56
Total - Administração Direta	165.703.428,00	100,00
II - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Autarquias e Fundações		
Fundação Cultural-FC	2.433.500,00	3,71
Fundação Municipal de Desportos-FMD	3.793.724,51	5,78
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE...	14.066.098,00	21,42
Instituto de Previdência do Município de São Bento do Sul-IPRESBS	38.841.364,68	59,15
Empresa Municipal de Habitação-EMHAB	6.529.850,00	9,94
Total - Administração Indireta	65.664.537,19	100,00
SUB-TOTAL	231.367.965,30	
Legislativo Municipal	2.500.000,00	
TOTAL GERAL	233.867.965,19	

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente;

Art. 5º. Fazem parte integrante desta Lei os anexos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada fonte de recursos, projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas realizadas extraordinariamente só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3107/12

LEI Nº 3107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA OS ANEXOS DA LEI Nº 2448 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009 - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2010 A 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo seguinte LEI:

Art. 1º. Ficam alterados os anexos que compõem o Plano Plurianual para o quadriênio 2010 a 2013, especialmente para o exercício de 2013.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3108/12

LEI Nº 3108, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.
DENOMINA DE JOÃO ROESLER, O COMPLEXO DOS ESPORTES E DA CULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominado de João Roesler, o Complexo dos Esportes e da Cultura, localizado no Bairro de Serra Alta, a ser construído com recursos provenientes do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3109/12

LEI Nº 3109, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.1.90.11.00.00.00.00.0200 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 58.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 58.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Lei Nº 3110/12

LEI Nº 3110, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.3.90.46.00.00.00.00.0001 - Auxílio-Alimentação. R\$ 7.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.766.300,00 (hum milhão, setecentos e sessenta e seis mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 32.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 9.000,00

Atividade: 12.365.0011.2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 238.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 57.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 60.300,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 230.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 12.361.0011.4.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 280.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 860.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar abertos, serão utilizadas como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte: 0019 - Transferências do FUNDEB/FUNDEB - 40%, no valor de R\$ 492.671,30 (Quatrocentos e noventa

e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos) e as anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.306.0011.2.000 - Alimentação Escolar

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 322.000,00

Atividade: 12.364.0011.6.025 - Subvenções ao Ensino Superior

3.3.50.43.00.00.00.00.0100 - Subvenções Sociais. R\$ 20.000,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 7.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

3.3.90.31.00.00.00.00.0001 - Prem. Cult., Artíst, Científ. Outras R\$ 10.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00.0001 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 33.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 94.000,00

3.3.91.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 7.300,00

4.5.90.61.00.00.00.00.0001 - Aquisição de Imóveis. R\$ 100.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 12.365.0011.4.023 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 309.500,00

3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 54.700,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patronais. R\$ 79.740,96

3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais. R\$ 48.554,97

3.1.91.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 5.909,66

3.3.90.18.00.00.00.00.0018 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 10.861,51

3.3.90.18.00.00.00.00.0019 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 8.762,58

Atividade: 12.361.0011.4.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patronais. R\$ 61.394,39

3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais. R\$ 28.804,92

3.1.91.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 21.443,87

3.3.90.18.00.00.00.00.0018 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 14.364,84

3.3.90.18.00.00.00.00.0019 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 3.291,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3111/12

LEI Nº 3111, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.102.789,60 (hum milhão, cento e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo, que criará e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.365.0011.4.027 - Manutenção de Convênios da Educação

3.3.90.30.00.00.00.00.0162 - Material de Consumo R\$ 16.500,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0162 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 86.289,60

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3.1.90.11.00.00.00.00.0002 - Venc. Vant. Fixa - Pessoal Civil R\$1.000.000,000

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte 0162 - Outros Recursos do FNDE - Programa Brasil Carinhoso, no valor de R\$ 102.789,60 (Cento e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 15.451.0007.1.030 - Pavimentar São Bento

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 252.000,00

Projeto: 15.451.0007.1.033 - Passeio Seguro

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 98.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 17.512.0012.1.005 - Saneamento Ambiental

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Projeto: 15.451.0012.1.010 - Revitalização do Calçadão Central

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

Atividade: 15.452.0012.2.028 - Manutenção dos Cemitérios Municipais

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto: 22.661.0008.1.007 - Investimentos para Incentivos Econômicos

4.5.90.61.00.00.00.00.0100 - Aquisição de Imóveis R\$ 150.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto: 27.812.0017.1.029 - Construção, Reforma e Ampliação de espaços físicos para práticas esportivas

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 300.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3112/12

LEI Nº 3112, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura, constante do documento anexo, com duração de quinze anos.

Art. 2º. Caberá ao Conselho de Política Cultural, juntamente com os servidores públicos da Fundação Cultural, o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Cultura, devendo proceder às avaliações periódicas, no que se refere à implementação deste.

Parágrafo Único. A primeira avaliação realizar-se-á anualmente vistas à redefinição de Metas e Diretrizes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL
2012****Créditos**

Prefeitura de São Bento do Sul

Prefeito

Magno Bollmann

Vice-Prefeito

Flávio Ervino Schuhmacher

Presidente da Fundação de Cultura de São Bento do Sul

Pedro Machado de Bitencourt

Diretora de Patrimônio Histórico

Ivana Maria Lampe

Diretor Cultural

Márcio Brosowsky

Conselho Municipal de Política Cultural

Presidente

Pedro Machado de Bitencourt

Conselheiros Titulares

Poder Público:

Marcelo Hubel

Cristiane Nenevê da Silva

Vera Alice Arnholdo

Neide de F. B. C. Vargeniak

Eliane Pfeiffer Fontana

Marilaine Mueller Xavier

Sociedade Civil:

Robson Rodrigues

Mariano Soltys

Antonio Dias Mafra

Isabel de Lacerda Hantschel

Soeli Schmidt

Monica Malewschik

Priscila A. P. Heiden

Conselheiros Suplentes

Poder Público:

Ivana Maria Lampe

Jonas Engel

Rafaela Goulart

Carlos Augusto Campestrini

Renata B. T. da Silva Spitzner

Andreia Blaskovsky

Antonio Fagundes

Sociedade Civil:

Alessandra Nascimento

Milton Hurpia da Rocha

Sandra Byaobok Brayer

Irene Maria Beltrame

Delci Tremil

Joaci Liz dos Santos

Marcio Brosowsky

Comissão Técnica – Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul

SENAC

Palestrantes dos eixos e subeixos

Ilana Golstein

Marta Cesar

Mariane Fiel

Leone Silva

Luis Fernando Keller Albalustro

Thiago Skarnio

Flávia Janiaski Vale

Paula Borges Lins

Silvio Sousa

Henrique Schucman

Alfredo Manevy

Jefferson Lewis Velasco

Lena Peixer

Marco Aurélio Oliveira

Coordenação Geral

Ivana Maria Lampe

APRESENTAÇÃO

Objetivando enquadrar São Bento do Sul na legislação relativa ao Sistema Nacional de Cultura e, com isso, facilitar o acesso a recursos do Ministério da Cultura, elaboramos este Plano Municipal de Cultura.

O trabalho teve seu início em 25 de maio de 2012 e foi concluído em outubro de 2012. No decorrer desse período, servidores municipais das áreas da cultura, educação e turismo, juntamente com vários representantes do trade cultural são-bentense, realizaram cinco seminários e cinco fóruns, acrescidos de inúmeras oficinas, em que foram tratados temas como Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura, Cidade e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa; Gestão e Institucionalização da Cultura.

Sob a coordenação do SENAC SC, técnicos especializados nos temas citados conduziram as atividades do grupo, gerando, dessa forma, o Plano Municipal de Cultura ora apresentado. Este Plano definirá, para os próximos dez anos, as ações do município no que se refere à cultura. Por outro lado, ele possibilita que o município possa se articular com os Planos Estadual (em confecção) e Federal, fazendo de São Bento do Sul um dos poucos municípios brasileiros equipados com um Sistema Municipal de Cultura, como solicita o Governo Federal.

Registre-se o empenho do Executivo Municipal e o apoio do Legislativo para viabilizar este Plano, bem como a dedicação e o trabalho do grupo que participou desta elaboração.

Pedro Machado de Bitencourt – Diretor-Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

INTRODUÇÃO

Apesar de diversas tentativas em criar um modelo de gestão compartilhada para cultura brasileira, poucas tiveram sucesso ou sequer foram instituídas. Em 2003, uma nova forma de tratamento para cultura no Brasil começou a ganhar força ao se visar à institucionalização da cultura no país, institucionalização que se iniciou com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do primeiro mandato de Lula, o Ministro Gilberto Gil, no comando do Ministério da Cultura (MinC), definiu para cultura a palavra “abrangência”.

Uma nova concepção do modelo de gestão cultural foi implantada no Brasil, e a restituição do papel ativo do Estado perante o setor começou a ser articulada. Deu-se início a um processo de um Estado mais presente e participativo, que propôs novas diretrizes para o desenvolvimento de políticas culturais. Pensa-se, a partir de então a cultura como parte e essência da construção de um Brasil de todos. Gilberto Gil esclarece que a tarefa do MinC é formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas, que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza entre as nações e que singulariza, na nação, as comunidades que a compõem. Políticas públicas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumento da dívida social que o Brasil tem com a maioria de seu povo.

Gilberto Gil, como ministro, reforça: “Quero sublinhar o esforço que está sendo feito diariamente, por todos nós, para redirecionar o Ministério em função de seus novos conceitos, planos e objetivos, no contexto do novo projeto nacional que hoje mobiliza a sociedade brasileira”.

Esse “novo projeto nacional”, citado por Gilberto Gil, para a área da cultura é o Sistema Nacional de Cultura e seus elementos constitutivos. Depois, com o novo ministro, Juca Ferreira (2008-2010), ganhou forças e, no governo de Ana de Hollanda (2011-2012), tal projeto conseguiu a aprovação. Agora, com Marta Suplicy (2012-atual), está pronto para ser colocado no roll das grandes ações do Ministério da Cultura.

O novo modelo de gestão compartilhada com os entes federados do setor é constituído de ferramentas de planejamento estratégico, de duração decenal, responsáveis por organizar, regular e nortear a execução de suas metas e diretrizes. O Sistema busca consolidar institucionalmente a área da cultura com base em políticas de Estado que superem as mudanças de governos.

Também, a abrangência da palavra cultura, buscando ampliar o seu sentido, passa a compreender a cultura não como algo mensurável e fixo, mas em constante transformação e cujo movimento dialético necessita de políticas que a contemplem integralmente, e não somente em um aspecto.

Segundo a filósofa Marilena Chauí, a necessidade de dar aos direitos culturais uma nova dimensão acontece a partir da apropriação da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação.

Importante citar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 416/2005, que acrescenta o art. 216-A da Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. NOVA EMENTA: Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Explicação: Altera a Constituição Federal de 1988. O Sistema Nacional de Cultura foi aprovado, em segundo turno, com a proposta de emenda à constituição nº 416, de 2005 com 326 votos a favor e um voto contra em 26/06/2012.¹

Salientamos, igualmente, que, para executar essa nova política, seus programas e projetos, tornou-se necessário obter mais recursos financeiros. Dentre as medidas realizadas, destacam-se a

1 <http://www.cultura.gov.br/site/2012/06/26/camara-aprova-pec-que-cria-snc/>

elaboração da PEC nº 150/2003. Ainda em tramitação no Congresso Nacional, ela estabelece um piso mínimo de 2% do orçamento federal; 1,5% do orçamento estadual e 1% do orçamento municipal para a cultura, e que em 2012 aguarda para ser votada. E, além disso, a criação de critérios e normas para melhor distribuição dos recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) no segundo mandato do governo Lula, iniciou-se o processo de sua reconfiguração e disponibilização para consulta pública.

O Plano Nacional de Cultura (PNC) já tramitou, foi aprovado e sancionado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

A esse processo sucedeu a criação de um novo Projeto de Lei, nº 6722/2010, ainda em tramitação, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura) e revoga a legislação vigente. Tal projeto está apensado ao Projeto de Lei nº 1139/2007, que garante a distribuição dos recursos da nova ferramenta de incentivo à cultura para todas as cinco regiões do Brasil.

Observa-se que o Estado tem seu papel ativo e de forma efetiva para a construção da cidadania do país, incluindo socialmente o cidadão, bem como valorizando e garantindo a pluralidade cultural existente no país, dando acesso universal aos bens e serviços culturais e criação e produção destes. Esses são deveres do Estado e direitos de todos os cidadãos brasileiros, assegurados pelos seguintes documentos: art.s 215 e 216 da Constituição Federal, de 1988; e Declaração da UNESCO, 1976, da qual o país é signatário, documento baseado na Declaração dos Direitos Humanos, de 1948.

O Sistema Nacional de Cultura entende a cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos. Adotar essa dimensão possibilita instituir uma política cultural que enfatiza, além das artes consagradas, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira. A concepção simbólica permite ampliar a ação pública para abranger todos os campos da cultura – artes populares, eruditas e de massas são colocadas num mesmo patamar político, merecendo igual atenção do Estado, embora com programas, ações e projetos específicos e respeito ao comando constitucional que protege, de forma especial, as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (art. 215).

Igualmente é superada a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção ao patrimônio cultural, pois ambas se referem ao conjunto da produção simbólica da sociedade.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais. O mundo contemporâneo está fazendo emergir fatores de ordem política, social e econômica que estão conduzindo as questões culturais ao centro das atenções. Nessa conjuntura, definir e colocar em prática os direitos culturais é vital para o desenvolvimento humano e para a promoção da paz.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura é hoje considerada elemento estratégico da chamada nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. A economia da cultura não pode mais ser desconsiderada pelas políticas governamentais, não só pelo que representa no fomento ao próprio setor, mas também por sua inserção como elemento basilar do desenvolvimento econômico geral.

A partir do entendimento das três dimensões da cultura, e por compreendê-la como um setor dinâmico, a cultura necessita que seu sistema de gestão também o seja, caso contrário, não conseguirá acompanhar o seu desenvolvimento e será ineficiente. Por

isso, o Sistema Nacional de Cultura é um princípio misto composto por duas partes:

- 1) Um núcleo estático, instituído por uma legislação – Projeto de Emenda Constitucional e Lei Ordinária.
- 2) Uma dimensão dinâmica, disciplinada por pactos formalizados pelas devidas instâncias de negociação, com período de tempo determinado, decorrentes das necessidades impostas pela organização e implementação das políticas culturais, nos entes federados. O município de São Bento do Sul aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, bem como à instância fundamental do Sistema Municipal de Cultura, instituída pela Lei Municipal nº 3078, de 19 de outubro de 2012.

O Sistema Municipal de Cultura orienta a instituição em bases legais e instâncias de participação social, o desenvolvimento de processos de planejamento, implementação e a avaliação de políticas públicas culturais.

Mecanismo similar ao previsto no § 3º do art. 215 da Constituição Federal, o Plano Municipal de Cultura é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com a previsão de metas de curto, médio e longo prazo.

Com a duração decenal (2012 a 2022), o Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul foi elaborado no decorrer de 2012 com a parceria do SENAC SC, Conselho Municipal de Política Cultural, Fundação Cultural de São Bento do Sul, pelos grupos e instituições governamentais e não governamentais, e sociedade civil, artistas, educadores e produtores culturais.

No total, foram cinco eixos temáticos com seus respectivos subeixos, os quais foram discutidos com palestrantes convidados. Dessa formação, surgiram o debate e o encaminhamento de metas e diretrizes.

Em conferências e fóruns, foram deliberadas e aprovadas metas e diretrizes que compõem este documento.

Consideramos para as metas (curto, médio e longo prazo) o seu equivalente a seguir: curto prazo – dois anos; médio prazo – cinco anos; e longo prazo – dez anos. Tais metas devem ser cumpridas nesse tempo, que foi votado em plenário durante os fóruns.

Capítulo I

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Histórico

Em 5 de setembro de 1873, o transatlântico Zanzibar, partindo das divisas da Boêmia (parte da histórica Áustria – Baviera), com cinco famílias, ancorou nas proximidades de uma ilha ao longo do Rio São Francisco, em Santa Catarina. Contratados ainda em terra natal pela Companhia Colonizadora Hanseática, esses autênticos bandeirantes destinaram-se a civilizar um planalto, cujas florestas muito se pareciam com as da Europa Central.

Na primavera de 1873, um pequeno grupo de homens seguiu da Colônia Dona Francisca à Serra Geral. Eles subiram a pé em direção ao planalto, com mantimentos e ferramentas no lombo de mulas. Após dois dias de caminhada, chegaram às margens do Riacho São Bento. Ali construíram o primeiro rancho e de lá partiram para abrir os primeiros caminhos na mata, sempre ao longo do riacho São Bento. Os primeiros habitantes vieram da Áustria, Bavária, Prússia, Polônia, Saxônia e República Tcheca. Enfrentaram uma realidade dura: mata virgem, floresta densa, povoada por inúmeros animais e pássaros.

Trouxeram sua história, usos e costumes, idiomas e a identidade cultural rural europeia. Cultivaram os campos e buscaram expressão na música e literatura. A determinação de vencer a saudade compensava as imensas dificuldades e impulsionou as tradições ao legado das novas gerações. Os colonizadores de São Bento do Sul descobriram na transformação da madeira sua vocação.

Antes das indústrias, vieram as serrarias, carpintarias e marcenarias. As rodas d'água e a tração animal moviam serras e furadeiras.

Utilizando a madeira das Araucárias, Imbuías, Cedros e Canelas, produziram móveis, cabos de ferramentas, equipamentos para agricultura e carroças. As primeiras fábricas artesanais partiram da iniciativa de pequenos agricultores em montar sua própria produção e começaram, então, a delinear o futuro de São Bento do Sul, como uma das cidades de maior produção moveleira do Brasil, além de se destacar nos setores industriais cerâmico, plástico, metalúrgico, de fiação e tecelagem.

Em 1876, a colônia recebeu a visita do Dr. Alfredo Taunay, na época Presidente da Província de Santa Catarina. Nesse ano, pela Lei Providencial nº 801, de 6 de abril 1876, foi criado o distrito de São Bento do Sul. Dez anos foi o tempo necessário para que os frutos amadurecessem; em 21 de maio de 1883, pela Lei Provincial nº 1.030, foi criado o Município de São Bento do Sul, instalado em 30 de janeiro de 1884. Francisco Bueno Franco foi o primeiro Administrador Municipal eleito, juntamente com a primeira Câmara de Vereadores. Ainda no século XIX, a Cia. Colonizadora, com sede em Hamburgo, mesmo não mais possuindo terras na região da antiga Colônia Dona Francisca (atual Joinville), continuava a embarcar colonos para a região norte de Santa Catarina. O número de colonos alojados no rancho da Companhia, em Joinville, aumentava. Sem que houvesse terras para eles, surgia a possibilidade de migrar para São Bento do Sul, aumentando ainda mais o fluxo migratório que estabeleceu as características europeias no município.

Muitas vezes, as leis são criadas acima das vontades dos cidadãos. Em 30 de dezembro de 1943, São Bento mudou de nome: pelo Decreto-Lei nº 941, passou a denominar-se Serra Alta. Cinco anos depois, voltou a ter direito à sua denominação inicial: São Bento. Para melhor localizar a cidade, um ponto geográfico foi acrescentado (Sul): passou a denominar-se, então, São Bento do Sul.

População

	1970	2009	2010	2011
Nº de habitantes	16.650	76.514	75.520	74.797

Fonte: Estatística IBGE (2009)

Em 2007, a população, segundo o sexo, era de 50,1% homens e 49,9% de mulheres. Por grupos de idade, também dados de 2007: 0 a 10 = 12.760; 11 a 20 = 12.591; 21 a 30 = 14.110; 31 a 40 = 11.516; 41 a 50 = 9.695; 51 a 60 = 5.311; 61 a 70 2.731; 71 a 80 = 18 a 61; 81 ou mais = 140. Crescimento populacional: entre 1970 e 1980 = 7,8% (taxa média) e entre 2000 e 2009 = 1,9 %.

Divisão Política e Geografia

O município de São Bento do Sul está localizado na região sul do Brasil e norte do estado de Santa Catarina, no Alto Vale do Rio Negro, a 259 km da capital, Florianópolis. Possui uma área total de 496 km², sendo 418 km² de área rural e 78 km² de área urbana. O clima é temperado, com temperatura média de 18 °C e o índice pluviométrico de 1.500 mm/ano. A altitude é de 838 metros acima do nível do mar (centro), e o ponto culminante a 1.118 metros acima do nível do mar (Rio Vermelho Povoador).

São Bento do Sul limita-se: ao norte: com o estado do Paraná, pelo Rio Negro e com o município de Campo Alegre; ao leste: com o município de Jaraguá do Sul; ao sul: com o município de Corupá; a oeste: com o município de Rio Negrinho. Possui vinte bairros: Alpino, Bela Aliança, Boehmerwald, Brasília, Centenário, Centro, Colonial, Cruzeiro, Dona Francisca, Industrial Sudoeste, Lençol, Mato Preto, Oxford, Progresso, Rio Negro, Rio Vermelho Estação, Rio Vermelho Povoador, Schramm, Serra Alta e 25 de Julho; e nove localidades: Ano Bom, Fundão, Humboldt, Pedreira, Ponte dos Vieira, Rio Antinha, Rio Mandioca, Rio Natal e Sertãozinho.

A paisagem natural de São Bento do Sul apresenta relevo 50% suavemente ondulado (planalto) e 50% entre fortemente ondulado e

montanhoso, podendo ser dividido em três áreas distintas: área de encosta formada pelas montanhas e vales da Serra do Mar, onde se encontram as comunidades de Ano Bom, Rio Natal, Humboldt, Bomplant, Estrada dos Bugres e Rio Mandioca; área intermediária entre o planalto e a serra, onde se encontram as comunidades de Rio Vermelho Estação, Rio Vermelho Povoado e Rio Antinha e área de planalto onde está situada a sede do município e as demais comunidades. Atualmente, o município possui 48% de sua área verde preservada.

Aspectos Econômicos

São Bento do Sul tem na base de sua economia 628 indústrias instaladas no município, destacando-se o setor moveleiro. É o maior parque fabril do estado na área moveleira, com 183 fabricantes de móveis. Outros setores industriais, como produtos de higiene e limpeza, louças, cerâmicas, produtos têxteis, escapamentos automobilísticos, tubos e plásticos também têm grande destaque. Recentemente (outubro 2011), São Bento do Sul foi apontado pela revista Exame como a terceira cidade brasileira com o melhor índice de responsabilidade fiscal, social e de gestão dos últimos sete anos.

A economia de São Bento do Sul é essencialmente industrial e, no passado recente, o destaque era o ramo moveleiro, que respondia pela maior fatia de exportações do setor no Brasil. Desde 2005, com a queda na cotação do dólar e o aumento da concorrência internacional, sobretudo dos países asiáticos, o setor moveleiro vem perdendo espaço na participação da produção industrial da cidade. Fato esse acentuado após a crise no mercado internacional iniciada em 2008, aliada ao alto crescimento dos outros setores industriais predominantes na economia local, com destaque para os setores metal-mecânico, plástico, cerâmico e têxtil.

Hoje em dia, a economia da cidade recuperou-se graças ao processo de diversificação industrial ocorrido nos últimos anos e a evolução das indústrias já instaladas na cidade. As exportações do município em 2010 foram de aproximadamente US\$ 140 milhões, cujo destino principal é o mercado europeu e o americano, que respondem por mais de 50% das importações, tendo como principais países: Estados Unidos, França e Espanha. Empresas nacionalmente conhecidas encontram-se instaladas em São Bento do Sul, dentre as quais se destacam o grupo Tuper, a cerâmica Oxford, a Condor, a Rudnick e a Buddemeyer, sendo todas de origem no próprio município.

Atividade econômica	2008	2009
Indústria	2.792	2.917
Comércio	1.741	1.772
Serviços	2.235	2.385
Autônomos	1.070	1.122
TOTAL	7.838	8.196

Aspectos Sociais

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2000

Município	Renda	Longevidade	Educação	IDH	Lugar em SC
São Bento do Sul	0,738	0,848	0,929	0,838	22º

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil – PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Alguns Indicadores Socioeconômicos de São Bento do Sul:

1. Uma das cem melhores cidades do Brasil para fazer carreira, conforme publicação da revista Você S/A (julho 2007).
2. Município mais dinâmico de Santa Catarina e 21º na posição nacional, segundo pesquisa da Gazeta Mercantil (maio 2007).
3. Quarto município em Santa Catarina e 31º na colocação do

país, no que se refere à responsabilidade fiscal, social e gestão, segundo pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (maio 2007).

4. IDH: 0,838

5. PIB: R\$ 1.504.342.446,00

6. Leitos na rede hoteleira por habitante: 11/1000

7. Leitos hospitalares por habitante: 1,4/1000

8. Abastecimento de água: 98% dos domicílios

9. Energia elétrica: 99% dos municípios

10. Esgoto tratado: 18,7% dos domicílios (outubro/2012)

11. População economicamente ativa: 45,5 %

12. Potencial de consumo: 65,4 % nas classes A e B, e 93,1% nas classes A, B e C.

13. Automóveis por domicílio: 92/100

14. Expectativa de vida: 75,9 anos.

Fonte: Perfil Socioeconômico de São Bento do Sul (2010)

Aspectos Educacionais

O município de São Bento do Sul possui atualmente 71 Instituições de Ensino de Educação Básica e oito Instituições de Ensino Superior. A taxa de alfabetização da população é da ordem de 96,6%, sendo o percentual um dos mais altos do Brasil.

A educação no município de São Bento do Sul contempla Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Ensino Médio, Ensino Técnico, Profissionalizante e Ensino Superior. O ensino é ofertado nas redes municipal, estadual e particular.

A educação do município de São Bento do Sul passa por várias transformações, implantando ações que visam melhorar a qualidade do atendimento na Educação Infantil e Ensino Fundamental, baseado em um currículo que promova o desenvolvimento humano em período integral, Ensino Médio inovador e integral, Ensino Técnico, Profissionalizante e Superior facilitados a todos.

A Prefeitura de São Bento do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Educação, construiu em 2011 o Plano Municipal de Educação. Plano elaborado coletivamente, envolvendo as redes pública e privada, tendo sua legitimidade aprovada pela sociedade civil organizada.

Conforme dados do Censo 2010, o município possui 21.580 alunos matriculados nas redes de ensino.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de São Bento do Sul*

Anos iniciais	
2009	2011
5,4	5,9
Anos finais (até 8º ano)	
2009	2011
4,7	5,2

*Fonte: Plano Municipal de Educação de SBS (2011)

Quadro Indicativo da Educação em São Bento do Sul*

Níveis de Formação	Alunos Matriculados	Rede Pública	Rede Privada
Educação Infantil	3.893	3.286	607
Ensino Fundamental	12.277	11.375	902
Ensino Médio	4.183	3.566	617
Educação Profissional	472	-	472
Ensino Superior	2.476	378	2098

*Fonte: Plano Municipal de Educação de SBS (2011)

Percebe-se que o ensino de educação básica pública no município de São Bento do Sul atinge uma grande parcela da população, em contraste com a educação profissional e a formação acadêmica, que sofre com os diminutos números da rede pública. Além disso, as médias percentuais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas escolas de São Bento do Sul, estão muito acima da média nacional registrada. Isso indica que o município possui um aspecto educacional muito positivo para a valorização da cultura pelos estudantes. Outros dados também bem positivos são as parcerias de projetos realizados entre a Secretária de Educação e a Fundação Cultural, que promovem juntas grandes eventos, como a Feira do Livro e o Festival de Dança Escolar.

Capítulo II

DIAGNÓSTICO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

O diagnóstico cultural é peça fundamental dentro do Sistema Municipal de Cultura, pois integra o campo da cultura que nutre de informações claras, confiáveis e atualizadas o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Essas informações são fundamentais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão referente às políticas públicas culturais e gerar informações e estatísticas da realidade da cultura brasileira.

O diagnóstico cultural tem como base de informações todos os dados colhidos durante o processo de inventário dos setoriais da cultura do município. Tais informações são fundamentais para uma análise crítica e situacional, que posteriormente servirá de subsídios para um concreto mapeamento da cultura são-bentense.

Políticas Públicas Culturais

O histórico recente das políticas públicas culturais de São Bento do Sul é marcado pela Lei nº 27, de 22 de agosto de 1977, que criou dez escolas para o atendimento de alunos do ensino Fundamental. Escolendo um gesto corriqueiro e necessário, o então Prefeito Odenir Osni Weiss deu um grande passo dentro do contexto social do município, que refletiu na trajetória cultural da cidade. O interesse das políticas públicas no desenvolvimento do sistema educacional refletiu no setor cultural, por consequência. Anteriormente, em 1967, a Lei nº 78 já havia criado o Museu Municipal, e o Decreto nº 151, de 1968, criou a Biblioteca Municipal Luiz de Vasconcellos.

Em 28 de junho de 1983, a Lei nº 10 (regulamentada pelo Decreto nº 246/1985) cria o Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul e, finalmente, em 23 de junho de 1987, a Lei Municipal nº 202 cria o órgão responsável pela cultura – a Fundação Cultural.

Outras iniciativas das políticas públicas culturais são a Lei nº 1.566, de 24 de abril de 2006, que cria o “Espaço Cultura da Gente”. Espaço destinado, na Câmara dos Vereadores, a informar quinzenalmente aos vereadores e aos cidadãos presentes as atividades culturais desenvolvidas no município; a Lei nº 307, de 30 de novembro de 1998, cria a Feira de Artesanato, considerando que as atividades e produtos artesanais são fontes de renda e manutenção cultural; e a Lei nº 2.858, de 12 de agosto de 2011, que cria o dia da Cultura e da Paz, a ser comemorado em data no mês de outubro.

O Decreto nº 651, de 12 de abril de 2011, nomeia os Membros do Conselho Curador da Fundação Cultural.

Órgão Gestor da Cultura

A Fundação Cultural de São Bento do Sul foi criada pela Lei Municipal nº 202/87, de 23 de junho de 1987, e é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Bento do Sul, e responsável por todas as atividades e ações relacionadas à Arte e Cultura do poder público.

Competências Estatutárias

O estatuto da Fundação Cultural de São Bento do Sul foi aprovado pelo Decreto nº 665, de 24 de junho de 1987. A Fundação Cultural tem como finalidades:

- a) incentivar, difundir, promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística;
- b) conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de São Bento do Sul;
- c) administrar, organizar e enriquecer o patrimônio dos seguintes órgãos:

- 1) Museu Municipal Dr. Felipe Maria Wolf.
- 2) Arquivo Histórico Municipal.
- 3) Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos.
- 4) Escola de Música Municipal Donaldo Ritzmann.
- 5) Teatro Municipal São Bento do Sul.
- 6) Orquestra Municipal de Espetáculos.
- 7) Outras instituições que vierem a ser criadas.

d) Manter escolas de arte e de música, e promover cursos nos diversos ramos da arte e da cultura, em todos os graus;

- e) promover e patrocinar pesquisas;
- f) receber e conceder bolsas de estudos;
- g) instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no município de São Bento do Sul.

A Fundação Cultural de São Bento do Sul compõe-se de:

I – Conselho Curador

II – Diretoria

III – Conselho Fiscal

O Conselho Curador será constituído de sete membros, a saber:

I – Prefeito Municipal.

II – Diretor do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal.

III – Um representante do Poder Legislativo.

IV – Um representante da Comissão Municipal de Cultura.

V – Um representante do Conselho Municipal de Educação.

VI – Diretor da Fazenda da Prefeitura Municipal.

VII – Um representante da Secretaria Estadual de Educação do Município.

O Prefeito Municipal e o Diretor de Educação e Cultura serão membros natos do Conselho Curador, como seu Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, tendo os demais membros mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; serão nomeados por Decreto do Prefeito, após serem indicados pelas entidades que representem.

Desafios para as Políticas Culturais

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, o órgão municipal específico para Cultura, criada em 1987, que, ao longo dos anos vem estruturando o setor, encontra desafios e estabelece metas e diretrizes para figurar perante as políticas públicas estaduais e federais. O Conselho Municipal de Cultura, criado em 1981, passa a ter participação mais ativa a partir das Conferências Culturais Municipais realizadas em 2006, 2007, 2009 e 2010, com representação de três delegados, na Conferência Estadual, e participação como ouvinte na Conferência Nacional, tendo como principais deliberações a criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, criação de mais espaços públicos para abrigar as manifestações culturais, promoção de cursos e oficinas principalmente na área de artes e artesanato, identificação de imóveis tombados pela Fundação Catarinense de Cultura no município. Com a sua Lei de Incentivo, democratiza o acesso aos recursos para projetos culturais, por meio de editais anuais, desde 2008.

São Bento do Sul procura participar de todas as discussões sobre cultura no estado e região. Em maio de 2012, firmou convênio com o SENAC SC para a construção do Plano Municipal de Cultura. Ao mesmo tempo, assinou o Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Cultura e enviou à Câmara Municipal de Vereadores, em setembro de 2012, o Projeto de Lei do seu Sistema Municipal de Cultura (SMC).

Possui um levantamento de dados superficial e ainda não instituiu um Sistema Municipal de Indicadores Culturais, que poderá delinear o setor cultural do município, auxiliando o desenvolvimento de cada setor cultural.

Programas, Projetos e Ações da Fundação Cultural

A Fundação Cultural de São Bento do Sul promove eventos e ações que estimulam as atividades culturais do município, destacando-se entre elas a Retretas de Verão, o Festidança – festival de dança escolar, a Feira do Livro, o Desfile Alegórico de 23 de Setembro, Mostra de Artes e Artesanato, e o Festival Bienal de Folclore. Além dos cursos oferecidos pela Escola Donald Ritzmann, a Fundação Cultural proporciona cursos de desenho artístico; pintura em tecido, vidro e madeira; pintura óleo sobre tela; pintura em porcelana; tricô, crochê, bordado e tapeçaria. Desde 2008, a Fundação Cultural mantém convênio com o Serviço Social do Comércio (SESC) visando à execução de quatro projetos de autoria do SESC em apresentações no município: "Circuito Catarinense de Música", "Circuito em Cena Catarina", projeto "Baú de Histórias" e projeto "Palco Giratório".

Sistema Municipal de Cultura

O Sistema Municipal de Cultura de São Bento do Sul tornou-se lei a partir da Lei Municipal Ordinária nº 3.078, de 19 de outubro de 2012.

O Sistema Municipal de Cultura de São Bento do Sul estipula em seu art. 1º, referente ao papel do poder público na gestão da cultura, que é de responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do município de São Bento do Sul, e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Cabe à Fundação Cultural de São Bento do Sul a coordenação do Sistema Municipal de Cultura cujas principais competências e atribuições são: Formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura (PMC), executando as políticas e as ações culturais definidas; Implementar o Sistema Municipal de Cultura (SMC), integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação; Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local; Valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do município; Preservar e valorizar o patrimônio cultural do município; Pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município; Manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura; Promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional; Assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC) e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município; Descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais; Estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas

de criação, produção e gestão cultural; Estruturar o calendário dos eventos culturais do município; Elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo; Captar recursos para projetos e programas específicos em órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais; Operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e dos Fóruns de Cultura; Realizar a Conferência Municipal de Cultura (CMC), colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

O Sistema Municipal de Cultura é formado pelo órgão gestor Fundação Cultural subordinado à Prefeitura Municipal. A fundação agrega o Museu Histórico Municipal Dr. Felipe Maria Wolff, o Arquivo Histórico Municipal, a Biblioteca Pública Municipal, a Casa do Artista e a Escola de Música Donald Ritzmann.

Conselho Municipal de Política Cultural

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou em 4 de abril de 2006 (vide Decreto nº 310/2010) a Lei nº 1.542, que altera e consolida a Lei nº 332, de 30 de setembro de 1981, que criou o primeiro Conselho Municipal de Cultura. A Lei nº 3.078, de 19 de outubro de 2012, revogou a Lei nº 1.542 e estabeleceu o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) como um órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, vinculado à Fundação Cultural, que se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura (SMC).

Compete ao Conselho Municipal de Cultura: Propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura (PMC); Estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura; Colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural; Aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas; Definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura (FMC) no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais; Estabelecer as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura (PMC); Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura (FMC); Apoiar a descentralização de programas, projetos e ações, e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização; Contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC); Apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura; Apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução; conforme determina a Lei nº 9.790/99, poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC; Acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo município de São Bento do Sul para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura (SNC); Promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional; Promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial; Incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas é composto por sete representantes do Poder Público Municipal, com seus sete respectivos suplentes, e por sete representantes da Sociedade Civil, com seus sete respectivos suplentes. Os membros da Sociedade

Civil representam a classe artística cultural nos setoriais das Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Patrimônio Histórico, Literatura, Artesanato e Folclore.

Sistema de Financiamento Cultural

O financiamento da cultura tem de ser pensado em razão dos objetivos da política cultural, pois cada objetivo vai definir uma estratégia diferente para a injeção de recursos, que podem ser de fontes diversas. O financiamento deve ser determinado pela política e não ser seu determinante.

Em 5 de setembro de 2007, a Lei nº 1.942 (regulamentada pelo Decreto nº 4.550/2007) institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC) vinculado à Fundação Cultural de São Bento do Sul. O SIMDEC tem como objetivo estimular a produção e execução de projetos nos seguintes mecanismos culturais considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade: O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC) e o Mecanismo Municipal de Incentivo à Cultura (MMIC). O FMIC destina-se ao financiamento direto de projetos culturais apresentados por pessoas físicas, jurídicas de direito público, ou de direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, e o MMIC é destinado ao financiamento de projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público e privado, por meio de captação de recursos e renúncia fiscal autorizada, junto aos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O incentivo a projetos apresentados por pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos está condicionado à oferta de produtos culturais gratuitos ou com preços acessíveis a maior parcela da população. Em contrapartida, o Decreto nº 1.012, de 28 de fevereiro de 2012, nomeia os membros da Comissão de Análise de Projetos (CAP) para o ano de 2012.

Sistema Municipal de Financiamento à Cultura de São Bento do Sul

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor do orçamento do município	108 milhões	160 milhões	126 milhões	177,8 milhões	188,9 milhões	214,9 milhões
Valor do orçamento da cultura no município	1,4 milhões	1,4 milhões	1,4 milhões	1,4 milhões	1,9 milhões	2,5 milhões
Orçamento da cultura em relação ao orçamento do município	1,36%	0,93%	1,15%	0,79%	1,01%	1,17%
Recursos anuais do Fundo Municipal de Cultura	0,00	75 mil	86,6 mil	67,4 mil	89,6 mil	70,5 mil
Projetos contemplados no Fundo Municipal de Cultura	0	19	14	11	14	10

Recursos anuais para projetos contemplados por meio de renúncia fiscal	0	129,7 mil	175,9 mil	151 mil	151 mil	145 mil
Projetos contemplados por meio de renúncia fiscal	0	13	15	13	12	11

Identidade Cultural

Identidade é a igualdade completa. Cultural é um adjetivo de saber. Logo, a junção das duas palavras produz o sentido de saber se reconhecer. Muitas questões contemporâneas sobre cultura se relacionam com questões sobre identidade. A discussão sobre a identidade cultural acaba influenciada por questões sobre lugar, gênero, raça, história, nacionalidade, orientação sexual, crença religiosa e etnia. Nesse sentido, a ideia de enxergar ou entender a cultura sob os aspectos de três dimensões – simbólica, cidadã e econômica – permite uma visão global da importância da preservação da Identidade Cultural. As três dimensões culturais abordadas pelo Sistema Nacional de Cultura – Dimensão Simbólica: produção tendo como foco a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; – Dimensão Cidadã: com foco na universalização do acesso à cultura e nas ações de inclusão social por intermédio da cultura; – e a Dimensão Econômica: geração de emprego e de renda, no fortalecimento de cadeias produtivas –, visam a uma concepção ampla de cultura e implicam considerar todos os indivíduos, e não apenas os artistas, como sujeitos e produtores de cultura. Esse entendimento sugere em reconhecer a cultura como fenômeno plural e programar uma política capaz de responder às ações provenientes das suas diversas manifestações, desde as artes tradicionais até os mais elaborados produtos culturais da alta tecnologia. Fundamentando-nos nos pressupostos, estaremos prontos como cidadãos para a participação e elaboração das políticas públicas do município.

A Identidade Cultural do município de São Bento do Sul sob a proteção de um Sistema Municipal de Cultura poderá seguir livre, sem riscos de processos de aculturação ou falta de preservação, dando condições às futuras gerações de também legitimarem o legado são-bentense.

Formação Étnico-Cultural

As etnias colonizadoras de São Bento do Sul, na maioria, possuem origem no norte ou leste europeu – Áustria, Bavária, Prússia, Polônia, Saxônia, República Tcheca e Eslováquia. As etnias latinas – italianos e portugueses – também compuseram a formação étnica primária que caracteriza a identidade cultural do município até hoje. O município de São Bento do Sul, na sua diversidade cultural, tem na música o seu maior símbolo e nas danças folclóricas a sua maior identidade. Com uma população média de 75.000 habitantes em uma área de 495 Km², São Bento do Sul pode se orgulhar de ser um município com uma densidade populacional (150,9 habitantes Km²) equilibrada.

Inventário Cultural Setorial

Conforme as orientações do Sistema Nacional de Cultura e a II Conferência Nacional de Cultura, o inventário cultural de São Bento do Sul, seguiu a classificação das áreas ou categorias da

cultura, denominadas pelo Minc com setoriais da cultura.

1 Música

A música parece ter sido, ao longo de toda a história de São Bento do Sul, uma das expressões artísticas mais regularmente cultivadas e que fornece a maior parcela na identidade cultural do município. Em números, o setor da música em São Bento do Sul é muito grande, em se tratando de música tradicional, erudita, popular ou contemporânea. O setorial da música é o mais desenvolvido principalmente por possuir uma Escola de Música fundada há mais de cinquenta anos e, desde os anos 1970, integrada à Fundação Municipal de Cultura. Entre os grupos cadastrados na Fundação Cultural, destacam-se orquestras, uma banda típica centenária, corais, bandas de rock e produtoras de áudio com espaço e equipamentos para gravação de áudios e CDs. As escolas municipais incentivam, em suas unidades, a prática musical por meio de fanfarras, bandas marciais e oficinas de coral e flauta doce.

São Bento do Sul Musical em Números

Formação Musical

Entidade	Característica
Academia da Música	Aprendizagem de vários instrumentos.
CIA das Notas Musicais	Aprendizagem de vários instrumentos.
Escola de Música Donaldo Ritzmann	Mantida pela Fundação Cultural, oferece uma grande número de aprendizagem de instrumentos.
Total	3

ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN

A Escola de Música Donaldo Ritzmann foi fundada em 31 de março de 1954, em Assembleia Geral da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento, permanecendo como Departamento de Cultura até 1970, quando foi integrada à Fundação de Educação e Cultura. Em 1974, a Fundação foi extinta, e a Escola de Música foi subordinada ao Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal e, atualmente, está integrada à Fundação Cultural.

Escola de Música Donaldo Ritzmann*

	2009	2010	2011
ALUNOS MATRICULADOS	360	340	374
ALUNOS FORMADOS NO FUNDAMENTAL	36	22	21

*A Escola de Música possui o registro na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina sob o nº 1.484, por meio da Portaria E/166/SED de 27 de outubro de 1999.

Os cursos oferecidos são: acordeão, bateria, clarinete, contrabaixo acústico, flauta doce, piano, teclado, técnica vocal, teoria musical; trompete; violão, violino tradicional, violino Suzuki, violoncelo, viola clássica, trombone, tuba, saxofone e flauta transversal.

Professores de Música

Categoria	Quantidade
Professores de Percussão	4
Professores de Piano	9
Professores de Violão	13
Professores de Contrabaixo	4
Professores de Violino	6

Professores de Saxofone	3
Professores de Flauta	3
Professores de Teoria Musical	3
Professores de Guitarra	8
Professores de Técnica Vocal	3
Professores de Canto	14
Professores de Trompete	2
Professor de Clarinete	1
Professor de Tuba	1
Professores de Acordeom	8
Professor de Gaita de Boca	1
Professor de Violoncelo	1
Professor de Trombone	1
Total	83

Grupos e Bandas Musicais

Bandas Tradicionais (música germânica, polonesa e italiana)	Trio Edelweiss; Banda Tremli; Grupo Musical Sonatas.
Grupos de Música Regional (sertaneja e gaúcha)	Grupo Fogaça; Trem Sertanejo; Farrancho; Grupo Caldeirão; Rafael Mello e Banda; Rafa & CIA; Tchê Manos.
Grupos Musicais especializados em eventos	Artemix; Banda Inovação, Juliana & Judite; Odirlei Ropelato; Banda Nação 7.
Grupos de Punk Rock	
Grupos de Heavy Metal, Trash Metal e Hard Rock	Arcanus; Violent Curse; Fried Host; Made In School.
Grupos de Punk Rock	Dodox DC; The Fake; Rejects S.A.; Bad Apples; Surto Psicótico; Deny Six; The Crusher.
Grupos de Alternative Rock e Covers	Hutzpah; Cães de Aluguel; Amélias; Lizards X 4; Chumbo Grosso; Jack Berry; Tequila Baby.
Grupos de Rock n'Roll	Sr. Rock; FreeFour; Sopa de Ferrugem; Área 51; Jardim Elétrico; Monolito; Monthana; MPB Rockfellers; Zopalas; De Beras; Chapagroove.
Total	44

Orquestras e Grupos Sinfônicos

Banda Sinfônica da Escola de Música Donaldo Ritzmann	Maestro Regente Julio Cesar Vargas
Orquestra Sinfônica da Escola de Música Donaldo Ritzmann	Maestro Regente Julio Cesar Vargas
Grupo de Flautas Doce	Coordenadora Marcia Kamienski Lobermayer
Grupo de Trompetes	Coordenador Luis Carlos Grossl
Grupo de Violinos Suzuki	Coordenadora Marcesil Silene Ziebarth Maahs
Orquestra Som Brasil	Maestro Regente Laercio Marcelo Liebl
Conjunto de Câmara Donaldo Ritzmann	Regente Emanuel Martinez
Grupo de Metais	Coordenador Julio Cesar Vargas
Orquestra de Câmara São Bento do Sul	Maestro Regente Emanuel Martinez
Total	9

Bandas Marciais (Fanfarras)

Banda Marcial Rodolfo Berti	Escola Básica Municipal - EBM Rodolfo Berti	Responsável José Sluminski
-----------------------------	---------------------------------------------	----------------------------

Banda Marcial Baselisse Virmond	EBM Baselisse De Virmond	Responsável Cláudio Fagundes
Banda Marcial Coronel Osny	EBM Coronel Osny Vasconcellos	Responsável Anderson Furtado
Banda Marcial Dalmir Cubas	EBM Dalmir Pedro Cubas	Responsável Anderson Furtado
Banda Marcial Denise Harms	EBM Denise Christiane Harms	Responsável Ricardo Espindola
Banda Marcial Hercilio Malinowski	EBM Dr. Hercilio Malinowski	Responsável Alex Sandro Ramos
Banda Marcial Castelo Branco	EBM Presidente Castelo Branco	Responsável Edison Soncine
Banda Marcial Adélia Lutz	EBM Professora Adélia Lutz	Responsável Calan Woehl
Total		8

Corais

Coral Ritorno alle Origin (Círculo Italiano)	Coordenador Luiz Sevigani
Coral da Univille Campus São Bento do Sul	Regência Calos Grossl
Coral Filadélfia	Regência Maria Conceição Azedo
Coral da Sociedade de Cantores 25 de Julho – Sängershalle	Regência Detlev Bahr
Santo Estanislau	Coordenadora Emilia Muchau
Igreja Evangélica Luterana	Regência Edeltraud Rückl
Coral Infanto-Juvenil Edelweiss, da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento do Sul	Regência Leones Rudnick
Grupo Coral e Musical Edelweiss, da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento do Sul	Regência Leones Rudnick
Coral da Comunidade Evangélica Luterana de Oxford	Regência Leones Rudnick
Grupo Coral e Musical "Edelweiss", da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento de São Bento do Sul	Coordenadora Liane Malewschik Mafra
Coral Infanto-Juvenil Escola de Música Donaldo Ritzmann	Regência Marília Scheffer
Camerata Vocal da Escola de Música Donando Ritzmann	Regência Marília Scheffer
Coral da Escola de Música Donaldo Ritzmann	Regência Denise Mohr
Coral Girassol (APAE)	Regência Marces S. Z. Maahs
Total	14

DJs

DJs	Robinson Ploszai; Push Pull; Ney Maia; Diogo Monich; Bronw; Joel; Gerci; Marcelo; Ronaldo, Sidnei. Victor
Total	11

Cantores Solo

João Vitor Munhoz	
Johnny Schier	
Ivana Lampe	
Rafael Buchmann	
Mauro Adada	
Reinaldo Voltolini	

Patrick Celeski	
Total	7

Produtores Musicais

Push Pull	
Ney Maia	
Total	2

A musicalidade de São Bento do Sul está marcada pelos elevados números de músicos, bandas e corais do município. Inevitável não relacionar essa produção simbólica como um ícone cultural são-bentense. Percebe-se que, tanto na formação quanto na prática musical, o setorial é muito abrangente se relacionarmos com o número de habitantes do município. Inevitável também não associar São Bento do Sul como a Cidade da Música, como já fazem tantas pessoas. A música faz parte das festividades de celebrações da cidade de forma muito intensa, assumindo grande propriedade técnica e artística. Todavia, apesar de tantas manifestações musicais, ainda falta algo fundamental para o processo cultural abrangente: os registros de gravações musicais são muito poucos. A falta de um maior número de produtores e técnicos musicais e estúdios de gravação fornece carência para a crônica musical são-bentense. Outro fator pertinente de ser apontado é a ausência de um espaço multimídia com uma acústica de excelência para as muitas apresentações musicais que acontecem anualmente. Essas duas ocorrências são passíveis de serem consideradas para uma grande atenção por parte das políticas públicas que deem manutenção e incremento ao setor, dando maior possibilidade para o desenvolvimento econômico de São Bento do Sul, como acontece nos grandes centros urbanos.

2 Artes Cênicas

O setorial das artes cênicas vem experimentando, nos últimos anos, pequenos avanços na composição de uma política para o setor em contraste com anos anteriores, quando o Setorial Cênico praticamente não possuía manifestações de apoio. No âmbito do Governo Municipal, a oferta do curso de oficina de teatro pela Fundação Cultural e de algumas parcerias e projetos do Fundo Municipal, aprovados com grupos locais, representa uma abertura para o teatro amador e contemporâneo, e as apresentações do projeto palco itinerante, promovido pelo SESC, tem apresentado sinais de aumento de público interessado.

Porém, o surgimento de um novo cenário estimulante ainda está longe de transparecer, pelo reduzido número de atores e produtores teatrais residentes no município – cinco no total, e pela falta de instrumentos culturais, como teatros ou palcos multiuso; além disso, a inexistência de um curso formador profissionalizante na área torna-se um limitador de novas produções.

GRUPOS TEATRAIS

Grupos	Responsável
Grupo de Pesquisa Teatral Panaceaia	Robson Rodrigues da Silva
CIA Caravana do Sonhar	Alessandra Tonin
Trupe Teatral Tribo Pierrot	Alessandra Tonin
Total	3

Atualmente, o município conta com três grupos teatrais: Trupe Teatral Tribo Pierrot, CIA Caravana do Sonhar, Grupo de Pesquisa Teatral Panaceaia; contudo, os grupos revezam os mesmos atores entre si, e o histórico desses grupos é de muita luta e persistência de montagem de novas produções genuinamente locais. A Fundação não possui grupos de teatro, e as oficinas e cursos oferecidos não são contínuos, por se tratarem de projetos anuais apresentados por proponentes à Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

A Fundação Cultural de São Bento do Sul mantém convênio com o SESC SC, que proporciona espetáculos teatrais em espaços alternativos e Contação de Histórias nas escolas.

Entre os espaços para apresentações são significativos o Centro Cultural Dr. Genésio Tureck, com 436 lugares, e a Sociedade Desportiva Bandeirantes, com até seiscentos lugares. Ambos os espaços são deficientes no que diz respeito à acústica, equipamentos de iluminação e sonorização. Existem ainda espaços alternativos ao ar livre, como a Praça Getúlio Vargas e o Calçadão. Em muitas ocasiões, as apresentações teatrais são realizadas em palcos improvisados ou sem estrutura para atender às montagens. Torna-se evidente que a carência de produtores locais e de uma mídia ou plano de marketing, aliados ao desinteresse dos cidadãos pelas produções locais e a inexistência de um teatro, torna o setorial de Artes Cênicas um segmento em situação emergencial para que ações e políticas públicas venham a ser tomadas para a edificação de um cenário mais promissor e estimulante às novas gerações. Por hora, sabe-se que a insistência quase didática dos grupos locais, juntamente com seus atores e produtores, não deixou morrer a centelha da dramaturgia e da comédia em São Bento do Sul, que foi iniciada pelos primeiros colonizadores que praticavam as artes cênicas em atos litúrgicos e folclóricos.

3 Artes Visuais

As Artes Visuais em São Bento do Sul estão muito distantes de uma situação ideal. Não se percebe no município um movimento integrado de artistas visuais, nem manifestações por parte da comunidade, de um interesse pelas artes plásticas de um modo geral. Há alguns artistas visuais – pintores, escultores, mosaicistas, ceramistas, desenhistas e fotógrafos – na cidade, mas não existe um coletivo de artistas organizado que se mobilize para agitar o setor.

É evidente a dificuldade para a sobrevivência profissional dos artistas visuais na cidade. Constata-se que os artistas visuais têm de assumir outras atividades profissionais para sobreviver, o que lhes tira o tempo de participação nos movimentos culturais do município. Ao mesmo tempo, deve ser por tal motivo as baixas participações de projetos no SIMDEC. Tal assunto parece apontar para uma contradição: a falta de espaços para a atividade profissional no setor parece inibir as participações em movimentos artísticos e se faz ainda mais necessária a criação de espaços formativos e expositivos.

Nas manifestações de artes visuais de interferência urbana, há alguns indícios de produções no município. Apesar de não ter tradição de pinturas grafite em muros e paredes, houve um curso oferecido pelo SENAC de São Bento do Sul que originou uma pequena interferência do grupo em um muro autorizado, gerando um belo exemplar de pintura coletiva, que pode ser o germinador de futuras intervenções urbanas.

4 Audiovisual

Entre os setoriais da cultura, o de audiovisual, em São Bento do Sul, talvez seja o que mais necessite de atenção das políticas públicas culturais. No município, não há produções audiovisuais, nem salas de exibição abertas ao público. Existe um número considerável de locadoras de DVD no município. Mas quase que totalmente seus acervos são de produções comerciais, não havendo notícias de DVD de produções locais. No município, também não há cineclubes ou associações que cultivem o hábito do cinema voltado à arte ou à crítica social.

No entanto, São Bento do Sul já figurou entre os principais municípios catarinenses a possuírem salas de cinema de alta qualidade na primeira metade do século XX. O Cine Brasil, inaugurado em 19 de janeiro de 1946, foi considerado na sua época como um dos melhores e mais modernos cinemas de Santa Catarina, pelo seu excelente equipamento de projeção e sua sala de exibição com novecentas confortáveis poltronas. Sua arquitetura é merecedora

de destaque por ser um belíssimo exemplar da arquitetura Art Decó Streamline Internacional, típica de edificações como teatros, cinemas e hotéis. O Cine Brasil possui além da peculiaridade do frontão escalonado de sua fachada o desenho do mapa do Brasil sobre ornamentos geométricos, ícone de uma celebração ao nacionalismo após a segunda guerra mundial. Há alguns anos, o cinema foi desativado e tornou-se o Centro Cultural Doutor Genésio Tureck. Foi restaurado recentemente, para abrigar atividades culturais.

Percebe-se que São Bento do Sul precisa investir no desenvolvimento do setorial não apenas na esfera de expressão artística, mas como possibilidade de geração de emprego e renda como espaço de desenvolvimento. O cinema é considerado pelos estetas contemporâneos como a produção simbólica de maior apelo e incentivo à crítica e análise sociocultural, e uma população que registra a sua identidade e memória cultural lega às futuras gerações o direito de se reconhecer, de se identificar e se promover por meio da cultura. Para isso, é necessário que essa população tenha a sua própria produção simbólica audiovisual a fim de que possa dialogar de igual para igual com as demais localidades e com o mundo, pois o cinema, como produto simbólico finalizado, passa a ser do mundo.

Sabendo-se que é preciso investimentos para o setorial de Audiovisual, quanto a espaços especializados para exposições, espaços voltados para a formação de recursos humanos para o setor e também para o cultivo, pelo público, da arte de assistir aos filmes, registra-se que as políticas públicas devem privilegiar e dar atenção especial para o fortalecimento e fomento do cinema e vídeo são-bentense.

5 Literatura e Bibliotecas

Desde o início da colonização, São Bento do Sul tem sido importante celeiro de poetas e escritores que vêm desempenhando papel fundamental na Literatura Catarinense. Prova disso é o número alto de escritores no município e o número elevado dos itens nos acervos das bibliotecas e Sociedade Literária, além do número considerável de bibliotecas no município – 26 bibliotecas escolares. Na área de comercialização, são três livrarias com acervos diversificados e um sebo de livros usados.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL LUIZ DE VASCONCELLOS

	2010	2011
Empréstimo domiciliar	17.044	17.596
Novas inscrições	608	609
Renovações de inscrições	-	778
Arrecadação referente a inscrições, renovações e multas por atraso, revertidas em aquisição de acervo	R\$ 7.419,73	R\$ 10.199,74
Títulos adquiridos	272	402

A Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos foi criada pelo Decreto Municipal nº 151, de 5 de novembro de 1968, pelo prefeito da época Sr. Otair Becker. Atualmente, é um órgão incorporado à Fundação Cultural de São Bento do Sul. Em setembro de 2006, inaugurou a sucursal de Oxford. Seu acervo é bastante diversificado, e a biblioteca atende desde crianças, até idosos e deficientes visuais para os quais dispõe de um setor específico, assim como uma sala com acervo direcionado para o público infanto-juvenil. Conta atualmente com 31.630 itens em seu acervo. Desde janeiro de 2011, a Biblioteca Pública Municipal está fazendo empréstimo informatizado do acervo.

O Arquivo Histórico Municipal foi criado pela Lei nº 010, de 28 de junho de 1983. É subordinado à Fundação Cultural de São Bento do Sul e possui um acervo composto de documentos textuais, jornais encadernados e fotografias, além dos livros que contam a

história do município e da região. O Arquivo Histórico tem a finalidade de guardar e preservar documentos em caráter definitivo, os quais podem ser consultados no próprio Arquivo. O processo de digitalização do Arquivo Histórico teve seu início em 2007, com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura, quando foram digitalizados aproximadamente 10% do acervo. Em 2011 e 2012, por meio de Edital da Caixa Econômica Federal, foi possível angariar os recursos financeiros para a digitalização de mais de 10.000 documentos, entre fotografias, livros, jornais, que foram indexados no sistema E2DOC, para consulta aos usuários, correspondendo à cerca de 50% do acervo.

O acervo bibliográfico da Sociedade Literária São Bento do Sul conta com 47 mil publicações, sendo 24 mil em língua alemã.

União São-Bentense de Escritores (USB), fundada em 9 de maio de 2000, tem por finalidade congrega os seus membros, incentivar e promover as manifestações da arte literária, assim como prestigiar e apoiar as atividades culturais. Participa de diversos eventos culturais, como Manifestos, Feiras do Livro, Encontro de Escritores, Sarau literário, além de promover oficinas literárias.

Até o fim de 2012, deve ser inaugurada a Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) no bairro de Serra Alta, que abrigará, além da biblioteca, um auditório para 64 pessoas e uma quadra de esportes. Presentemente, há 24 autores em São Bento do Sul, e o registro de 122 obras literárias publicadas no município. A vocação literária de São Bento do Sul vai além de seus autores e publicações. A Feira do Livro, promovida anualmente em parceria com a Secretaria de Educação e Fundação Cultural, é um enorme sucesso de público, já estando consolidada no calendário de eventos do município. Desde 2010, a Prefeitura Municipal realiza a Feira do Livro, por meio da Secretaria de Educação, Fundação Cultural e Departamento de Turismo. São quatro dias de evento envolvendo toda a rede de ensino do município, além do público que aproveita o horário do almoço e após o trabalho para visitar os estandes. Lançamentos de livros, mesas redondas com autores locais, teatro, maratona de contos, contação de história, festival cultural das oficinas pedagógicas e venda e exposição de livros são os destaques da feira.

6 Dança

Bienalmente é realizado o Festival de Folclore que reúne, além de grupos locais, grupos convidados, envolvendo crianças, jovens e idosos. Alguns grupos estão organizados em Associações, facilitando, dessa forma, o acesso a recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. O município possui ainda academias de dança, cursos livres e oficinas. Nas décadas de oitenta e noventa do século XX, houve muitos grupos folclóricos, principalmente germânicos, o que gerou o título da Cidade do Folclore. Hoje esse número se resume a quinze grupos, entre germânicos, poloneses, italianos, gaúchos e de capoeira. O Grupo Hip-Hop X-Style que surgiu a partir de uma iniciativa extracurricular da maior escola municipal, tem se destacado nacionalmente e influenciado outras escolas e alunos a investirem na dança de rua. A dança em São Bento do Sul segue a tradicionalidade das cidades do norte catarinense – no número considerável dos grupos de dança folclórica e da abrangência da dança de rua contemporânea. São muitos os grupos de dança folclóricos e tradicionais no município. Há um orgulho municipal em “dançar no folclore alemão”. Esta expressão é sinônima de valorização da identidade cultural e carinho com as heranças dos ancestrais. O culto ao folclore rural medieval, principalmente o germânico, está espalhado pela cidade e está sempre em visibilidade durante os eventos e festividades da agenda cultural anual de São Bento do Sul. As danças folclóricas estão asseguradas e muito bem preservadas, pois, mesmo na contemporaneidade, as novas gerações continuam se estimulando na prática e disseminação desse legado. Percebe-se igualmente uma convivência bem

harmônica com os demais estilos de dança.

DANÇA FOLCLÓRICA

Grupos de Dança Folclórica	Especificação
Grupo Folclórico Bergstrasse	Danças germânicas
Grupo Folclórico Blumental	Danças germânicas
Grupo Folclórico Böhmerwald	Danças germânicas
Grupo Folclórico da EBM São Bento	Danças germânicas infantis
Grupo Folclórico Holstein	Danças germânicas
Grupo Folclórico Schwarzwald	Danças germânicas
Grupo Folclórico Hercílio Malinowsky	Danças polonesas infanto-juvenis
Grupo Folclórico Bonna Gente	Danças italianas
Grupo Folclórico Maximiliano Kolbech	Danças polonesas infanto-juvenis
Invernada Artística CTG Querência	
Do Tio Bento	Danças gaúchas
Jäger Volkstanzgruppe	Danças germânicas
	Danças germânicas na Terceira Idade
Grupo Folclórico Lustig Tanzgruppe	
	Danças germânicas na Educação Especial
Grupo Folclórico Sonnen Blumen	
Volkstanzgruppe Sängershalle	Danças germânicas
Total	15

DANÇA CONTEMPORÂNEA

Grupos de Dança	Especificações
X-Style	Dança de Rua Hip Hop
Soldados de Cristo	Dança de Rua
Total	2

FORMAÇÃO EM DANÇA

Academias e associações de dança	Especificações
Academia de Danças Tradição	Dança gaúcha
Associação de Capoeira de São Bento do Sul	Capoeira
	Ballet, Jazz, Hip Hop, Axé e Contemporânea
Studio de Dança Suelyn de Andrade	
Total	3

A dança em São Bento do Sul apresenta-se atualmente em ascensão. O sucesso do Festival Municipal de Dança Escolar, com a participação de mais de 1.500 alunos por edição, promovido pela Fundação Cultural em parceria com a Secretaria de Educação, e o Festival de Folclore, que acontece bienalmente no mês de outubro, já estabeleceram uma rotina de preparação e aperfeiçoamento por parte dos grupos de dança. O Festival de Folclore reúne, além de grupos locais, grupos convidados, envolvendo crianças, jovens e idosos. Alguns grupos estão organizados em Associações, facilitando, assim, o acesso a recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. E o destaque do setorial da dança é o grupo de Hip-Hop X-Style, que tem se destacado nacionalmente pela participação em programas televisivos e concursos nacionais e internacionais. De modo geral, pode-se perceber que o setorial da dança em São Bento do Sul vem se desenvolvendo num ritmo estável, necessitando, entretanto, de investimentos para ampliar e melhorar a formação profissional, e também de maior envolvimento e mobilização política do setor com vistas ao seu próprio fortalecimento e qualificação.

7 Design

O Design são-bentense tem uma qualidade reconhecida nacionalmente, desde a metade do século XX, por meio das indústrias moveleiras. O Design moveleiro de São Bento do Sul atualmente é referência nacional de qualidade. O município conta exatamente

com onze empresas moveleiras; algumas delas mantêm um comércio internacional consolidado, são elas:

ARTEFAMA MÓVEIS
 ESPAÇO OPORTUNIDADES WEIHERMANN
 MÓVEIS NEUMANN
 MÓVEIS J. COSTA
 MÓVEIS WEIHERMANN
 ORIGEM INOX DESIGN
 QUALITTÁ INTERIORES
 RUDNICK MÓVEIS
 SÓ PAINEL
 VINTAGE MOVÉIS & JARDIM
 VIP JOLIFLEX

Além da indústria moveleira, outro destaque para o setorial do Design é a cerâmica utilitária de mesa, sendo a Cerâmica Oxford a maior fabricante latino-americana de louças. Tanto a indústria moveleira quanto a de cerâmica tornam São Bento do Sul um polo industrial importante e seguro para novos designs de tais segmentos. Formações específicas para esta área precisam ser oferecidas e intensificadas para consolidar a produção com um produto diferenciado e digno de influenciar o mercado, além de oportunizar novas iniciativas de produções.

8 Cultura Popular

A cultura popular é atemporal e especificamente um manifesto da identidade de um povo. Independentemente do tipo de indivíduos ou local de origem, está sempre em transformação. A cultura popular reflete especificamente os itens ou a produção simbólica, bem como os tipos de apreciações, gostos e sentidos estéticos de um povo. O conteúdo da cultura popular é determinado em grande parte pelas indústrias que disseminam o material cultural, como por exemplo, as indústrias do cinema, televisão e editoriais, bem como os meios de comunicação. Porém, sistematicamente a cultura popular engloba um gênero cultural de suma importância para a preservação da identidade cultural e da valorização da diversidade cultural: o Folclore.

Diante desses pressupostos relacionados à cultura popular, cabe neste momento um detalhado esclarecimento conceitual de folclore, pois numa das situações emergências diagnosticadas, no sentido de risco de aculturação, está justamente incluído o artesanato folclórico são-bentense.

Folclore

Folclore é um gênero de cultura de origem popular, constituído pelos costumes e tradições populares transmitidos de geração em geração. Todos os povos possuem suas tradições, crenças e superstições, que se transmitem por meio de lendas, contos, provérbios, canções, danças, artesanato, jogos, religiosidade, brincadeiras infantis, mitos, idiomas e dialetos característicos, adivinhações, festas e outras atividades culturais que nasceram e se desenvolveram com um povo. Deve-se lembrar de que o folclore não é um conhecimento cristalizado, embora se enraíze em tradições que podem ter grande antiguidade, mas transforma-se no contato entre culturas distintas, nas migrações, e por intermédio dos meios de comunicação, em que se inclui recentemente a internet. Parte do trabalho cultural da UNESCO é orientar as comunidades no sentido de bem administrar sua herança folclórica, sabendo que o progresso e as mudanças que ele provoca podem tanto enriquecer uma cultura como destruí-la para sempre. Atualmente, o folclore está bem estabelecido e é reconhecido como uma ciência, a ponto de tornar seu objeto, a cultura popular, instrumento de educação nas escolas e em um bem protegido genericamente pela UNESCO e especificamente por muitos países, que inseriram muitos de seus elementos constituintes em seus elencos de bens de patrimônio histórico e artístico a serem protegidos e fomentados.

FOLCLORE BRASILEIRO – A Carta do Folclore Brasileiro, em sintonia com as definições da UNESCO, declara que folclore é um segmento da cultura popular e representa a identidade social de uma comunidade por intermédio de suas criações culturais, coletivas ou individuais, e é também uma parte essencial da cultura de cada nação.

Fato Folclórico

Para se determinar se um fato é folclórico, segundo a UNESCO, ele deve apresentar as seguintes características:

Tradicionalidade - A partir de sua transmissão geracional, entendida como uma continuidade, em que os fatos novos se inserem sem ruptura com o passado e se constroem sobre esse passado. Dinamicidade - Sua feição é mutável, ainda que baseada na tradição. "Uma tradição que sempre se renova. Uma novidade que sempre se preserva." (Carlos Brandão, 1982).

Aceitação Coletiva - Deve ser uma prática generalizada, implicando uma identificação coletiva com o fato, mesmo que ele derive das elites. Esse critério não leva em conta o anonimato que muitas vezes caracteriza o fato folclórico e tem sido considerado um indicador de autenticidade, pois mesmo se houver autor, desde que o fato seja absorvido pela cultura popular, ainda deve ser considerado folclórico.

Regionalidade - Deve ser regional, ou seja, localizado, típico de uma dada comunidade ou cultura, ainda que similares possam ser encontrados em países distantes, quando serão analisados como derivação ou variante.

Espontaneidade - O fato folclórico não nasce de decretos governamentais nem dentro de laboratórios científicos; é antes uma criação surgida organicamente dentro do contexto maior da cultura de certa comunidade. Mesmo assim, em muitos locais já estão sendo feitos esforços por parte de grupos e instituições oficiais no sentido de se recriar inteiramente, nos dias de hoje, fatos folclóricos já desaparecidos, o que deve ser encarado com reserva, dado o perigo de falsificação do fato folclórico.

Universo Folclórico

1. Linguagem – Maneira de falar típica de uma região; provérbios e expressões que se conservam no linguajar.
2. Literatura – Literatura oral; poesia popular; desafios ao som da viola; literatura de cordel.
3. Crenças – As devoções, os sinais e pressentimentos, os maus-augúrios e as lendas e mitos.
4. Usos e Costumes – São os fatos folclóricos mais difundidos e mais visíveis. A alimentação, culinária e os pratos típicos; os meios de caçar, pescar, transportar; As cerimônias (nascimento, casamento, ritos de passagem).
5. Jogos e Brincadeiras – Diversão e jogos de entretenimento; jogos infantis, torneios, brinquedos e brincadeiras.
6. Festas Religiosas e Populares – Festas devocionais e tradicionais; procissões, cultos e cerimônias.
7. Música e Dança – Danças típicas; folguedos; coreografias; cantigas de roda; instrumentos populares; ritmos musicais; autos e dramas populares.
8. Artesanato – Produção manual de artefatos.

ARTESANATO – Artesanato é essencialmente o próprio trabalho manual ou produção de um artesão (de artesão + ato). Mas, com a mecanização da indústria, o artesão é identificado como aquele que produz objetos pertencentes à chamada "cultura popular". O artesanato é tradicionalmente a produção de caráter familiar, na qual o produtor (artesão) possui os meios de produção (sendo o proprietário da oficina e das ferramentas) e trabalha com a família em sua própria casa, realizando todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento final; ou seja, não havendo divisão do trabalho ou especialização para a confecção de algum produto. Considera-se artesanato todo trabalho manual, em que mais de 80% da peça foi fruto da transformação da matéria-prima pelo próprio artesão. Além disso, esse

produto normalmente reflete a relação desse artesão com o meio onde vive e a sua cultura. Artesanato pode ser com ou sem ajuda de ferramentas e mecanismos caseiros, que as pessoas dão às matérias brutas, sobras e lixo do consumo industrial, visando produzir peças utilitárias, artísticas e recreativas, com ou sem fim comercial.

MESTRE-ARTESÃO – O Conceito de mestre-artesão estabelece, na condição de seu trabalho, possuir uma coerência temático-filosófica e uma pretensão criativa cristalizada em uma série de compromissos consigo mesmo, de buscar sempre ir mais além do conhecimento adquirido. O mestre-artesão é aquele que, tendo conquistado as condições descritas na seção anterior, decide produzir artigos acessíveis a um grande número de pessoas, sem perder a permanente experimentação. Seu compromisso é consigo mesmo e não com o mercado; diferentemente do artesão, cujo maior compromisso é o sustento familiar. O mestre-artesão é muitas vezes interpretado pelos críticos pelas suas experimentações e a relação estética com os produtos que produz.

CLASSIFICAÇÃO DE ARTESANATO – O artesanato pode ser classificado em razão de suas finalidades, podendo ser categorizado em:

- 1) Utilitário – São em geral ferramentas e utensílios desenvolvidos para suprir carências e necessidades de usos e costumes, substituindo produtos industriais.
- 2) Decorativo – São artefatos cuja finalidade principal é a busca da integração entre o produto e o ambiente ou espaço construído, valorizando a beleza e a harmonia.
- 3) Litúrgico – São produtos com finalidades ritualísticas destinadas à prática religiosa ou mística que reforçam os sentimentos de fé e elevação espiritual.
- 4) Lúdicos – São em geral produtos destinados ao entretenimento de adultos e crianças, intimamente relacionados com a prática folclórica, tradicionais ou populares, incluindo, nesta categoria, brinquedos, instrumentos musicais, entre outros.
- 5) Conceituais – São produtos cuja finalidade principal é de externar uma reflexão, discurso ou conceito próprio de quem o produz. Em geral, esses produtos são ligados a um contexto social e cultural.

Diante dessa contextualização conceitual, pode-se concluir uma sequência de evidências que diagnosticam o artesanato de São Bento do Sul em situação crítica, perante o imenso potencial registrado em sua identidade cultural.

Atualmente, conforme dados do DETUR São Bento do Sul há 45 artesãos registrados atuantes no município. Tal número deve duplicar, considerando que a maioria dos artesãos não se cadastrou ainda ou não comercializa seus produtos. Além dos registros dos artesãos pelo DETUR, há no município três associações de artesãos conhecidas: a Associação Amigos do Artesanato (AMA) – que expõe e comercializa produtos em quiosque de referência arquitetônica germânica na Praça Getúlio Vargas; a Associação Sabor e Arte (ASA) – Feira de Artesanato e Gastronomia típica que se realiza toda quarta-feira na Praça Getúlio Vargas; e a CASA DO ARTISTA – que expõe e comercializa seus produtos em uma loja na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro. Esta associação, CASA DO ARTISTA, foi criada para que o associado pudesse expor e comercializar seus produtos desde que feitos manualmente e sendo morador do município. A nomenclatura utilizada pela associação decorre de uma discussão nacional em torno da função/conceito do artesanato como arte. A questão de definir artesanato como arte foi superada e esgotada há muito tempo. Entretanto, equívocos dessa natureza ainda são comuns e acabam dificultando todo um processo de entendimento e valorização. No caso da referida associação, mesmo que o objetivo tenha sido manter uma “neutralidade” a fim de uma maior abertura, para também comercializar obras de arte, a nomenclatura “ARTISTA” confunde os visitantes. Assumir o ofício de “artesão” é um ato de valorização da dimensão cultural cidadã,

além de dar credibilidade aos mestres artesãos detentores dos saberes e técnicas populares folclóricos ou eruditos.

Todavia, o problema diagnosticado mais emergencial a ser tratado é a tipologia de artesanato comercializado no município. Este sim, inevitavelmente, já sofreu um processo de aculturação. Esse processo é praticamente uma consequência natural na contemporaneidade. Realça principalmente a questão da fragilidade da identidade cultural diante da dimensão econômica da cultura – a geração de renda no mercado informal acaba sendo uma necessidade. E o artesanato popular de fácil aceitação comercial, sem as referências de identidade cultural e muito próximo ou igual ao que é ensinado o passo a passo em publicações e em programas de televisão, passa a ser como qualquer outro de qualquer outra região do país. Esse gravíssimo diagnóstico recai em questões fundamentais da preservação do folclore são-bentense. A maior preciosidade de um local é a sua identidade cultural, ainda mais quando manifestada pelos genuínos fatos folclóricos que expressam a tradição, a espontaneidade e a regionalidade única. Somente São Bento do Sul, e nenhum outro local, possui as características que lhe conferem a autenticidade de seu folclore e, por mais que se busque um crescimento econômico cultural por parte de um setorial, a preservação deve ser considerada primordial a ponto de jamais negligenciar peculiaridades. Sabendo que o Folclore é vivo e dinâmico, e sempre sujeito a mudanças, o que se sugere não é um radicalismo que faça banir o artesanato popular sem referências e sim uma acomodação em que ambos, artesanato popular e folclórico, possam coexistir sem conflitos, dando um ao outro, força para se estabelecer como dimensão simbólica e econômica. O artesanato popular produzido no município poderia continuar com as funções de sua finalidade, porém trazendo sutilmente na sua técnica ou apresentação citações das referências culturais da região. Tomando o mais simples exemplo do artesanato produzido nas “cidades criativas”, em vez de uma abordagem, como de uma pintura em tecido com temas florais “estrangeiros”, utilizar como tema a flora da região. Por outro lado, o artesanato folclórico precisa novamente ganhar lugar e destaque nesse rol. Tendo tido tantos mestres-artesãos na prática do ofício do entalhe em madeira, marchetaria e luthiers, São Bento do Sul necessita resgatar tais manifestações mediante políticas públicas culturais.

Se por um lado evidenciam-se problemas tão graves relacionados ao folclore, com a questão do artesanato, há aspectos muitos positivos relacionados ao universo folclórico de São Bento do Sul, principalmente na dança, música e usos e costumes folclóricos. Dentre as manifestações folclóricas, há o destaque dos grupos de dança folclórica de São Bento do Sul que se sobressai por sua espontaneidade, dinamicidade e autenticidade. Há certo orgulho municipal em dizer “Eu danço no folclore alemão!” Esta frase é extremamente comum e abrangente no município. Torna-se evidente que tal aspecto positivo pode se tornar favorável e influenciar as outras categorias folclóricas que atualmente apresentam diagnóstico menos favorável. Outras manifestações folclóricas de extrema importância étnico-culturais para o município são os ainda muito bem preservados e bem mantidos Clubes de Tiro, tendo a Sociedade Atiradores 23 de Setembro como a mais antiga ainda em atividade, fundada em 1895. Essa Sociedade é um verdadeiro patrimônio são-bentense.

9 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

O patrimônio material e imaterial este relacionado aos espaços construídos de relevância histórica e artística, aos equipamentos culturais de valorização a memória e aos saberes e fazeres que constituem a herança cultural do município.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

O patrimônio arquitetônico de São Bento do Sul talvez seja o maior legado de sua cultura. Define e marca todo o processo de colonização e o quanto foi e é significativa a herança de seus ancestrais.

A arquitetura de valor histórico e artístico são-bentense constitui-se num conjunto integrado eclético de variações múltiplas em bom estado de preservação.

Os bens patrimoniais arquitetônicos históricos consistem em um conjunto de 48 imóveis. Esse conjunto foi tombado pelos decretos estaduais nº 29.080, de 24 de junho de 1998, e nº 5.922, de 21 de novembro de 2002. Nesse conjunto arquitetônico, sobressai o estilo Eclético, Art Decó, Neoclássico e Arquitetura Teuto-brasileira:

ECLETISMO – Com variação de elementos arquitetônicos românticos, está bem representado nas edificações dos períodos entre as primeiras décadas do século XX, marcando a influência da Belle Époque em São Bento do Sul, bem representado em construções como o Salão Zipperer, o Residencial Hildebrand, a Residência Buschle, Hotel Stelter e a Residência Schwarz.

ART DECÓ – O estilo Art Decó foi intensamente adotado no Brasil entre os anos 30 e 50 do século XX como um estilo internacional, principalmente em edificações públicas e para soluções mais econômicas sem estar fora da tendência internacional. O Art Decó é caracterizado pelas composições de linhas geométricas, fachadas com aspecto escalonado, elementos decorativos referentes às novas linhas aerodinâmicas da Modernidade. Outras características Art Decó são as tipologias de aberturas e as marquises. Em São Bento do Sul, este último grande estilo arquitetônico internacional se apresenta de forma muito visível como na monumentalidade da Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria construída no final da década de 1950 e que se destaca na paisagem da cidade. As linhas arquitetônicas da Igreja Matriz ressaltam as combinações de linhas retas, formando um plano de facetas que fornecem um aspecto aerodinâmico à construção. O Cine Brasil é merecedor de destaque por ser um belíssimo exemplar da arquitetura Art Decó Streamline Internacional (São Paulo, Paris, Buenos Aires, Miami), típica de edificações como teatros, cinemas e hotéis. O Cine Brasil possui, além da peculiaridade do frontão escalonado de sua fachada, o mapa do Brasil em destaque sobre um plano geométrico, ícone de uma celebração ao nacionalismo. Outro destaque também muito precioso é a antiga Fábrica de Chocolate Buschle.

NEOCLÁSSICO – Em São Bento do Sul, o estilo neoclássico está representado principalmente nas edificações públicas do fim do século XX, em referência a “arquitetura oficial” da então nova República Federativa do Brasil. Caracterizadas pelos frontões triangulares e pelas decorações de inspiração Barroca e Renascentista, essas construções figuram como um marco na cidade em virtude de sua imponência simétrica. O Edifício Prefeito Manoel Tavares (antiga prefeitura, atual sede da Secretaria de Turismo), o Museu Dr. Felipe Wolf e as Estações Ferroviárias de Rio Vermelho e Rio Natal, são os melhores exemplos da arquitetura Neoclássica no município.

ARQUITETURA TEUTO-BRASILEIRA – A arquitetura de inspiração germânica espalha-se pela cidade como um jardim afirmando a essência europeia da cidade. Suas edificações embelezam e dão um aspecto muito peculiar ao conjunto justamente tombado pelo Patrimônio Estadual. Por muitas vezes, as construções de influência germânica possuem uma livre interpretação do estilo, resultando em exemplares muito peculiares e charmosos, e em outros casos seguem com rigidez as características construtivas do estilo, mas em ambas as situações, há sempre a clara percepção da adaptação do estilo à região quanto aos materiais e proporções. Nesse conjunto, destacam-se o estilo Enxaimel, com seus contrastes entre as vigas escuras e paredes claras; o estilo Alpino, com seus destacados caimentos de telhados; e o estilo Romântico Germânico, com a delicadeza dos elementos decorativos neobarrocos, como arabescos e lambrequins.

Além desse conjunto arquitetônico tombado, o município exhibe tantos outros, com igual ou maior significância histórica e artística,

ainda à mercê de ações que visem à sua proteção, manutenção e preservação. Vale destacar a beleza da Igreja Evangélica Luterana, da Rua Marechal Floriano, com suas influências arquitetônicas Neogótica e o seu valioso e belíssimo órgão com 1.155 tubos; o Coreto Afonso Tremel, localizado na Praça Getúlio Vargas; e a Estrada Dona Francisca, incluída no Roteiro Nacional de Imigração por suas construções singulares e seu cenário bucólico, representando a identidade da colonização no município, por meio dos saberes e fazeres, bem como de sua relação com o desenvolvimento local. O patrimônio arquitetônico de São Bento do Sul tem de ser definitivamente considerado pelos seus cidadãos como uma relíquia a ser apresentada ao mundo. Precisa ser tratado com muito esmero e devidamente celebrado como um grande potencial econômico que torna o município uma localidade agradável e consciente em face dos seus monumentos históricos preservados, coexistindo em harmonia com as construções modernas. Prova que isso já vem acontecendo são o recém-lançado Guia dos Patrimônios Históricos Materiais e o projeto de Sinalização de Patrimônios Históricos Materiais. Ambos são iniciativa do JCI – Junior Chamber Internacional de São Bento do Sul que seguiram a tendência internacional de valorização do patrimônio arquitetônico local. O guia destaca os 45 imóveis tombados pelo Patrimônio Estadual, revelando a história e os detalhes de cada construção, e o projeto de sinalização complementa a valorização desses ícones culturais, revelando para a população e aos turistas o contexto histórico do município. Ambas as iniciativas têm o apoio do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura e da Fundação Cultural de São Bento (SIMDEC).

MONUMENTOS E MARCOS

A qualidade de vida em uma cidade pode ser medida pela sua urbanização. Em São Bento do Sul, essa medida parece estar se estabelecendo com a valorização das praças e parques. São Bento do Sul pode se orgulhar do seu parque urbano 23 de Setembro no centro da cidade, que preserva um pedaço da mata nativa de araucárias e cedros centenários e, ao mesmo tempo, é o respiro para a natureza que os cidadãos podem usufruir. A Praça Getúlio Vargas igualmente pode ser considerada um bom exemplo de uma convivência harmônica entre natureza e urbanização, pois em seus 5.500 metros quadrados possui uma arborização centenária e é o palco principal de muitos eventos realizados o ano inteiro, tornando-se um verdadeiro marco do município.

Os Monumentos também funcionam como sinais de preservação e celebração à memória da cidade. Devem, sempre que possível, ser lembrados e enaltecidos em conjunto com os demais bens simbólicos materiais de São Bento do Sul. Entre os principais estão:

Monumento ao Centenário da 1ª Missa – Rua Wolfgang Ammon – Centro.

Monumento aos 130 anos de fundação de São Bento do Sul – Rua Cap. Ernesto Nunes.

Monumento Centenário de São Bento do Sul – Praça do Centenário, Rua Henrique Schwarz.

Clave de Sol – Praça Getúlio Vargas – Centro.

Monumento a Donald Ritzmann – Largo Hugo Fischer, em frente à Fundação Cultural.

Monumento aos Ex-Combatentes – Praça Getúlio Vargas, Centro.

Monumento ao Expedicionário Luiz Stoeberl Filho – Rua Manoel Tavares, nº 105, Centro.

Monumento em homenagem a João Tremel – Praça João Tremel, Centro.

Monumento a Leopoldo Rudnick – Praça Leopoldo Rudnick, Bairro Oxford.

Monumento Lions Clube – Praça Getúlio Vargas, Centro.

Monumento Paul Harris – Praça Paul Harris, Centro.

Monumento aos Imigrantes – Praça Getúlio Vargas, Centro.

Monumento Rotary Club SBS – Ruas Nereu Ramos com Felipe Schmidt, Centro.

ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Os equipamentos culturais relacionados ao setor museológico de São Bento do Sul encontram-se em desenvolvimento. Percebe-se que os acervos museológicos ainda não transcenderam os aspectos expositivos da modernidade, faltando ainda adaptar-se com aspectos interativos e usufruir das tecnologias que tornam atualmente os acervos mais atraentes para as novas gerações. O hábito de frequentar museus no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, ainda é muito pouco praticado em relação a outros países ou estados. O papel que o museu exerce é compreendido em muitas ocasiões pela comunidade como um reservatório de antiguidades e curiosidades, que na maioria das vezes somente cabe às crianças visitarem-nos a título de cumprimento do currículo escolar. Isso torna os museus espaços pouco visitados e usufruídos. Sendo os museus as instituições responsáveis por manter a memória e as produções simbólicas, cabem, muito bem, novas políticas públicas que deem perspectivas de incremento e dinamismo aos museus de São Bento do Sul.

MUSEU AUGUSTO EMÍLIO KLIMMEK (Museu da Condor).
MUSEU MUNICIPAL DR. FELIPPE MARIA WOLFF.
MUSEU NATURAL ENTOMOLÓGICO ORNITH BOLLMANN.
MEMORIAL FIAÇÃO SÃO BENTO.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL DR. FELIPPE MARIA WOLFF

	1971 (Inaugurado em setembro)	2009	2010	2011
Nº de visitantes	1.935	6.276	5.922	6.762

Conta atualmente com 3.687 peças em seu acervo

O Arquivo Histórico Municipal tem a finalidade de guardar e preservar documentos em caráter definitivo. Seu acervo é composto de documentos textuais, jornais encadernados e fotografias, além dos livros que contam a história do município e região. Possui aproximadamente 15.000 documentos digitalizados que podem ser acessados no terminal de consulta, no próprio Arquivo. Criado por intermédio da Lei nº 010, de 28 de junho de 1983, o Arquivo Histórico é subordinado à Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Em comparação aos setoriais da cultura, o setor museológico ainda é privado de uma tipologia museográfica inexistente em São Bento do Sul: um museu que resguarde toda a tipologia dos trajes típicos utilizados nas danças folclóricas; ou um museu destinado à preservação de um acervo do artesanato são-bentense e, principalmente, um museu destinado às artes visuais.

PATRIMÔNIO IMATERIAL

Em relação ao patrimônio imaterial, São Bento do Sul possui festas religiosas e populares que denotam sua singularidade quanto aos saberes e fazeres: o Festival de Outono, a Schlachtfest, Stammtisch, Schützenfest e as Retretas de Verão, que procuram preservar os usos e costumes das manifestações populares dos antepassados.

A tradição da gastronomia típica, como o coscorão, linguças e embutidos, strudel, pães e cucas, é preservada; porém, a industrialização dos produtos é cada dia mais evidente, e alguma atitude emergencial precisa ser tomada para a manutenção da preservação desses saberes gastronômicos. As fábricas de chocolate merecem igual destaque pela tradição deixada pela Fábrica de Chocolates Buschle, fundada em 1933 e que encerrou suas atividades em 1992.

ESPAÇOS CULTURAIS

Associações E Clubes Culturais

Tipo	Especificação
Sociedade Atiradores 23 de Setembro	Clube de Atiradores
JCI – São Bento do Sul	Clube de Voluntariado
Clube de Radioamadores de São Bento do Sul (CRASC)	Radioamadores
Sociedade Warsóvia	Clube Social
Sociedade Desportiva Guarani	Clube Esportivo
Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento – Serra Alta	Clube Social Esportivo
Circolo Italiano di São Bento do Sul	Clube Étnico
Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento	Clube Social Esportivo
CTG Querência do Tio Bento	Centro de Tradição Gaúcha
CTG Tropeiros da Serra	Centro de Tradição Gaúcha
Sociedade Desportiva Bandeirantes	Clube Social Esportivo
Total	11

10 Cultura Digital

Como atividade, pouco se conhece do seu uso potencial para o desenvolvimento da cultura no município. São Bento do Sul possui rede de internet gratuita à população na praça central, que poderia ser ampliada para outros bairros. O acesso gratuito à internet é oferecido ainda em algumas escolas municipais

DESAFIOS E OPORTUNIDADES - ECONOMIA DA CULTURA

A herança europeia deixou marcar únicas no município relacionadas às três dimensões culturais. São Bento do Sul possui uma singularidade e história muito particular entre a economia da cultura e tem o desafio de incorporar a cultura na agenda de políticas públicas, sem esquecer a dimensão econômica do setor. Diante de uma realidade econômica a qual a herança cultural da marcenaria rural e da talha em madeira transformou em uma indústria forte e consolidada que alavanca o PIB municipal, o desafio maior é agregar à economia as demais produções simbólicas significativas da identidade cultural do município.

A definição de uma sociedade mais democrática e participativa está relacionada à economia cultural, sobretudo, no âmbito da dimensão cidadã. Os recentes casos bem-sucedidos dos exemplos das “cidades criativas” vêm mostrando que o envolvimento da população no exercício da cidadania de obrigações e direitos assegurados tem feito a diferença. O município de São Bento do Sul possui destacadamente um diferencial e um potencial relacionados ao conjunto de manifestações que integram os laços étnicos culturais, claramente latentes, porém não assumidos integralmente pelos cidadãos. Percebe-se uma lacuna quanto à organização sistemática de grandes eventos que integrariam praticamente todos os setoriais da cultura. O município possui uma aproximação grande com as festividades relacionadas à música, dança, artesanato e gastronomia. Existe uma evidente identidade cultural adormecida ou esquecida, mas ainda latente, que pode tornar-se um enorme potencial econômico. Observando os grandes eventos culturais da cidade, nota-se uma peculiaridade ímpar: Desfile Alegórico de 23 de Setembro, em comemoração ao aniversário do município; Festival de Folclore, evento bienal que agrega os vários grupos do município e atrai tantos outros de outras regiões, promovendo um estímulo e uma supervalorização da identidade cultural; e a Retretas de Verão – um dos mais tradicionais eventos culturais do município, que ocorre todas as quartas-feiras durante os meses de janeiro e fevereiro, na Praça Getúlio Vargas, com animação da Banda Treml, a partir das 20h30. Tais eventos

bem-sucedidos devem ter o seu potencial econômico estudado e poderiam estar somando e agregando os demais setoriais da cultura com menor expressividade, integrando a dimensão simbólica e cidadã. Mesmo sem ações diretas de políticas públicas relacionadas ao Plano Municipal de Cultura, esses eventos seguirão o seu curso independente; no entanto, são potencialmente estratégicos para uma argumentação com possíveis patrocinadores privados locais, estaduais e nacionais, criando planejamentos que ampliem ao máximo o potencial.

Outro setor que possui um enorme potencial e necessita de uma ampliação no sentido de foco na identidade cultural é a gastronomia.

São Bento do Sul possui uma tradicionalidade culinária latente de muito valor cultural referente aos usos e costumes dos colonizadores europeus. Não há como negar tal potencial econômico, principalmente quando vivenciamos um período de grande interesse mundial pelo setor em seus vários aspectos, desde a comercialização e formação, passando pelas interfaces entre gastronomia e os demais setoriais da cultura do município.

Outro aspecto relacionado à economia cultural que ainda permanece latente e precisa imediatamente de ações das políticas públicas é o turismo cultural. Há no município uma potencialidade enorme relacionada ao turismo ecológico, turismo de aventura e principalmente as rotas de cicloturismo (grande tendência mundial), já estabelecidas e organizadas pela iniciativa privada. Os Passeios de Maria Fumaça (roteiro intermunicipal – Rio Negrinho e São Bento do Sul) já estão consagrados e fazem parte do roteiro de charme das cidades de colonização europeia. Contudo, há tantos outros que podem e precisam ser incluídos pelo seu potencial de atrativo e interesse turístico, como a antiga estrada Dona Francisca. É certo que esses potenciais naturais e culturais necessitam de muito zelo em sua incorporação como atrativos turísticos no sentido de sua preservação. Por outro lado, há provas e resultados imensamente positivos que apontam como uma saída e estratégia de desenvolvimento econômico, além de resultar em benefícios para a manutenção e preservação desses potenciais atrativos turísticos.

Capítulo III

EIXOS E SUB EIXOS

Palestra de Abertura: A Cultura como Identidade de uma Sociedade

CULTURA E DESENVOLVIMENTO, de ILANA GOLDSTEIN 2

I – A Visão das Ciências Sociais: não existem homens sem cultura

Alguns biólogos e médicos tendem a interpretar nossas atitudes como sendo ditadas principalmente pelos instintos e pela fisiologia. As pessoas se casariam e teriam filhos para permitir a reprodução da espécie, e o amor seria um artifício da natureza para aproximar macho e fêmea. Sempre existiram e ainda existem aqueles que priorizam o lado “animal” dos homens, explicando guerras, por exemplo, com base no instinto de defesa de território e justificando as diferenças entre os grupos humanos com base em argumentos genéticos: certos grupos seriam mais ou menos capazes que outros de acordo com os seus genes, com a sua “raça”.

É importante lembrar que esse tipo de argumento deu origem a movimentos racistas: no Brasil, os cientistas do fim do século XIX sustentavam que os negros seriam “debilitados mentalmente” e que os mestiços nasceriam com deformações de caráter independentemente de sua educação. Nina Rodrigues, um dos principais

nomes da Faculdade de Medicina da Bahia nessa época, chegou a propor medidas drásticas: confinamento em manicômios, dos índios e afrodescendentes, leis diferenciadas para cada sub-região do país de acordo com suas composições étnicas, esterilização de mulheres e isolamento dos “inferiores” em locais distantes como a Amazônia, por exemplo.

Felizmente, tais projetos não saíram do papel, mas revelam o perigo de considerarmos as características dos grupos étnicos e sociais como imutáveis e geneticamente determinadas. Foi para combater essa visão que, no início do século XX, a Antropologia e a Sociologia conquistaram espaço nas Universidades. A luta dos cientistas sociais era – e, em parte, continua sendo – no sentido de mostrar que o Homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social, quer dizer: entre as respostas que dá a estímulos externos, algumas dependem de sua natureza, mas muitas outras são determinadas pelo contexto social em que vive e pela cultura em que foi educado.

Sem dúvida, é muito difícil separar o que é natural do que é cultural em nosso comportamento. Comer, por exemplo, é uma necessidade natural orgânica; mas comer sentado numa cadeira, apoiado numa mesa, com talheres, sem falar de boca cheia – e de preferência sem arrotar – é algo imposto pela cultura ocidental (os chineses comeriam sentados no chão, com pauzinhos e os árabes arrotariam para mostrar que saborearam). O que a Antropologia vem enfatizando desde o início do século é que, nos seres humanos, necessidades e motivações culturais interagem sempre com as naturais – e, geralmente, sobrepõem-se a elas.

O Homem não é um animal como os outros, que já nascem programados para reagir aos estímulos do meio e para satisfazer suas necessidades básicas sem auxílio de outros. No caso do Homem, entre o que o corpo diz – informação genética – e o que ele deve saber para sobreviver, existe uma lacuna enorme que precisa ser preenchida por informações fornecidas pela cultura. Ao contrário de uma formiga ou de um hipopótamo, o Homem precisa aprender com seus semelhantes a utilizar os instrumentos inventados por seus antepassados, precisa adquirir a linguagem para se comunicar, deve conhecer as regras sociais para ser aceito e poder viver em grupo. Assim, as manifestações culturais, em seu sentido mais amplo – lendas, livros, músicas, rituais, técnicas artesanais e assim por diante – são peças-chave na transmissão de saberes e práticas de uma geração a outra e são constitutivos de nossa humanidade.

Isso fica claro quando pensamos nos casos dos “meninos-lobos” – abandonados na floresta e crescidos entre animais ou trancados num porão durante anos – como Kaspar Hauser, encontrado em 1828 e cuja história foi adaptada para o cinema por Werner Herzog³. No filme, no momento em que é encontrado, Kasper não parece humano: anda de quatro, morde, não articula sons (só grunhidos), não manipula instrumentos. De um modo geral, os relatos mostram que os meninos-lobos encontrados ao longo da história pareceram monstruosos para os “civilizados”, mesmo sem apresentarem nenhuma doença ou deformidade anatômica de nascença, pelo simples fato de que cresceram longe de qualquer cultura, privados de qualquer socialização. Em resumo, um Homem não é completo sem ser lapidado, formado e informado por uma cultura específica.

II – Consequências da Ampliação do Conceito de Cultura para os Profissionais da Cultura

Ao contrário do que prega o senso-comum, não se pode falar que alguém “não tem cultura” ou que uma determinada instituição “leva a cultura para uma cidade”. Todos os indivíduos e coletividades vivem, leem o mundo e se comportam de acordo com determinados padrões, regras, hábitos alimentares, valores morais, 3 O título do filme é “O Enigma de Kaspar Hauser”. Pesquisas recentes comprovaram, por testes de DNA, que o protagonista da história era um filho bastardo do Rei da Baviera, e esse foi o motivo de seu confinamento.

2 Publicado na Revista Mosaico Teatral. São Paulo: SESCOOP, 2005.

crenças, significados, práticas e saberes acumulados e transmitidos dentro de seus grupos de pertencimento. E é justamente esse universo simbólico, esse rico repertório que nos antecede e que sobrevive a nós que as Ciências Sociais definem como cultura. Em sua acepção científica, a cultura é algo bem mais amplo e complexo do que um conjunto de livros, discos, espetáculos, quadros, esculturas, etc. Do ponto de vista antropológico, os produtos, criações e eventos artísticos de cunho erudito constituem apenas uma parcela da cultura, que engloba, ainda, receitas, vestimentas, mitos, festas populares, objetos históricos e tradições artesanais, entre outros. Além disso, para os antropólogos e sociólogos, a cultura não é algo estável e duradouro: é dinâmica, transforma-se, incorpora sempre novos elementos.

Para fugir de um longo e fastidioso debate acadêmico, que cansaria o leitor, fiquemos com a definição atual da UNESCO, ao mesmo tempo abrangente e pragmática:

A cultura pode ser entendida, para efeito de aplicação de políticas públicas, como um conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e afetivas distintas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Este conceito abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. 4

As implicações da adoção de um conceito mais amplo de cultura, por parte dos agentes gestores culturais, são enormes:

Atenua a arrogância de pensarmos que alguns privilegiados “possuem cultura” e que, generosamente, irão partilhá-la com os menos afortunados.

Abre o caminho para trocas e transformações culturais, entre regiões e grupos sociais distintos, já que todas as culturas e sub-culturas são dinâmicas e abrigam riquezas materiais e simbólicas específicas.

Convida à valorização de saberes e criações locais, distante dos polos de produção da chamada cultura erudita.

Estimula o respeito à diversidade de interpretações e especificidades de cada país, cidade ou grupo social.

Eleva as manifestações artísticas, de mero entretenimento, a fator de desenvolvimento e integração social.

Considera os processos tão ou mais importantes que os produtos artístico-culturais concretos, de forma a não somente democratizar o acesso a livros, espetáculos, exposições, etc., mas, sobretudo, a instrumentalizar as pessoas para que fruam melhor das obras, para que tenham olhar crítico sobre as criações culturais e para que se tornem, elas mesmas, multiplicadoras culturais.

Tende a multiplicar as oportunidades de interação e troca entre artistas e comunidade e entre artistas eruditos e populares e, ao mesmo tempo, a fomentar práticas de iniciação artística junto ao público, por meio de oficinas, debates, cursos, fomento a grupos amadores, monitores, etc.

III – As Armadilhas da Lógica de Mercado

Se concluirmos que a cultura é essencial para a transmissão de conhecimentos, valores e técnicas, que as práticas culturais permitem a integração das pessoas, o desenvolvimento de senso crítico e da criatividade, torna-se inegável seu papel no desenvolvimento social regional e nacional.

Portanto, o patrimônio e as criações culturais deveriam ser tratados como bens preciosos, merecedores de verbas e políticas públicas dignas. No entanto, muitas vezes as produções artístico-culturais são tratadas como mercadorias quaisquer, à mercê das indústrias fonográfica, audiovisual e editorial – que pautam suas escolhas pelo critério da rentabilidade – ou então como espaço publicitário para que empresas privadas divulguem suas marcas.

4 Síntese baseada na Conferência da UNESCO em Estocolmo, em 1998.

Não que o patrocínio privado não seja muito bem-vindo para complementar a oferta artística e gerar renda para criadores e intérpretes. Só que os principais objetivos do marketing cultural são o ganho de imagem institucional para o patrocinador, a agregação de valor à sua marca, o retorno de mídia e a aproximação com seus clientes. Em grande parte, trata-se de propaganda corporativa veiculada por meio de eventos culturais. E, em muitos casos, os projetos e eventos incentivados são financiados pelo dinheiro público, pois as empresas que patrocinam projetos aprovados pela Lei Rouanet podem deduzir praticamente todo o investimento feito em cultura de seu imposto de renda. Do ponto de vista da política cultural, caberia ao Estado coordenar, trabalhar com cultura significa muito mais do que realizar projetos e eventos aqui e ali. O planejamento cultural, portanto, deveria compreender:

a) Pesquisas e diagnósticos sobre as necessidades e demandas dos diversos públicos e regiões.

b) Viabilização de financiamentos que garantam a pesquisa e a inovação, sem depender da aceitação imediata do público.

c) Subsídios que permitam o funcionamento contínuo de companhias de teatro e dança, orquestras, coletivos artísticos, organizações da sociedade civil, bem como a manutenção e atualização permanente de bibliotecas, arquivos e museus.

d) Critérios e prioridades que norteiem a canalização de recursos públicos.

e) Uma visão sistêmica e integrada do conjunto de processos e equipamentos culturais existentes no país.

f) Estímulos à diversidade cultural nacional.

Infelizmente, em nosso país, sempre houve certa timidez nas políticas públicas voltadas à cultura⁵. O principal mecanismo de financiamento, até pouco tempo atrás, vinha sendo as leis de incentivo fiscal e o patrocínio pontual das empresas, sem diretrizes nacionais amplas e integradas. O orçamento do Ministério da Cultura, aliás, é um dos menores, assim como são tucinhos os recursos das secretarias municipais e estaduais de cultura.

Cabe a nós, profissionais e simpatizantes da arte e da cultura, lembrar que a essência da criação cultural não está nem na bilheteria gerada por um filme, nem na quantidade de pessoas que visualizaram a logomarca do patrocinador em um festival de rock, mas no fato de que, sem a cultura, simplesmente não seríamos humanos.

IV – O Conceito Antropológico de Cultura

As definições antropológicas de cultura são variadas e complexas. Eis três exemplos representativos de períodos e linhas de pensamento diferentes:

“A cultura é aquilo que liga os homens, são as idéias e padrões que têm em comum, a organização coerente de seu comportamento.” (Ruth Benedict, 1933).

“A cultura substitui o acaso pela organização, introduz a ordem e os princípios de classificação necessários ao pensamento humano” (Claude Lévi- Strauss, 1960).

5 Há que se admitir que, durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, houve avanços em direção a uma verdadeira política cultural nacional. Em primeiro lugar, a Lei Rouanet foi parcialmente reformulada em 2006, passando a exigir ações de democratização cultural dentro do projeto aprovado. Em segundo lugar, foi lançado o Programa Cultura Viva, que institucionalizou uma rede de pequenos centros culturais pelo país, dando estrutura e subsídios a grupos e manifestações que já existiam espontaneamente no seio da comunidade. Surgiram também editais específicos para cada modalidade cultural, por meio do qual os aprovados recebem verbas públicas para o desenvolvimento de seus projetos.

"É um universo simbólico, com sistemas de significados, definições, sentidos e orientações, sem os quais se torna impossível a existência de grupos sociais." (Clifford Geertz, 1980).

De acordo com Benedict, a cultura é uma espécie de cimento que une os membros do grupo e que pode ser apreendida em seus padrões de comportamento; já conforme Lévi- Strauss, a cultura é a maneira pela qual cada sociedade classifica e ordena o caos do universo; por fim, segundo Geertz, a cultura existe no plano simbólico, como uma espécie de mapa mental ou código que permite aos membros de uma sociedade compartilharem significados e interpretações das coisas. Como se vê, o conceito antropológico de cultura não é consensual e pode se revelar bastante amplo e complexo, especialmente, quando se trata de definir o escopo de ação da gestão cultural. Mesmo assim, é fundamental para o profissional da área cultural conhecer as diferentes formas de conceber e estudar a cultura dentro das diversas disciplinas – não somente na antropologia, mas também na sociologia, na história e nos estudos culturais.

V – O Conceito de Cultura nas Políticas Públicas

Isaura Botelho⁶ destaca duas dimensões que permitem formular estratégias diversificadas de políticas culturais – a dimensão antropológica, mais ampla, que situa a cultura no plano do cotidiano, e a dimensão sociológica, mais restrita, que compreende apenas a cultura que circula no circuito organizado. A escolha por uma ou outra dessas dimensões estabelece determinados parâmetros para a formulação de políticas culturais, além de orientar seus programas e ações. Neste ponto de vista, a dimensão sociológica da cultura ocorre em instituições ou sistemas organizados, fomentando uma produção especializada que visa alcançar algum tipo de público, por meios específicos de expressão, como dança, música, teatro, etc. A fim de que essa intenção se realize, é necessário criar condições para que os indivíduos (artistas) possam desenvolver e aperfeiçoar seus talentos, além de garantir canais que lhes permitam expressá-los. Por outro lado, na dimensão antropológica, a cultura se produz no plano do cotidiano, por meio da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores e estabelecem suas rotinas, constituindo "pequenos mundos de sentido" com base em suas origens regionais, de seus interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas ou de geração, entre outros.

Embora as duas dimensões sejam importantes sob o ponto de vista de uma política pública, elas envolvem estratégias distintas e determinam diferentes tipos de investimento governamental na área. Sendo assim, há países que delimitam o universo específico das artes como objeto de atuação, enquanto outros trabalham com um conceito abrangente de cultura. No segundo caso, é importante ressaltar que uma política cultural que parta do pressuposto de que "cultura é tudo" não consegue dar conta da amplitude dessa noção nem gerar mecanismos capazes de viabilizá-la na prática; dessa forma, para evitar que os projetos limitem-se apenas às boas intenções, é imprescindível reconhecer os limites de seu campo de atuação, adotando-se um conceito operacional de cultura.

VI – Identidade Cultural

Um dos temas mais discutidos no âmbito das políticas culturais e também nos estudos culturais é o da identidade. A identidade cultural é a ideia que um grupo social faz de si mesmo, a imagem que oferece para dentro e para fora do grupo. Se por um lado a identidade cultural bebe na história local e na tradição, por outro ela depende do contraste simbólico e político com outros grupos ou nações e está em constante processo de transformação

6 BOTELHO, Isaura. "As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas". São Paulo em Perspectiva, 15 (2), 2001.

e reinvenção. As identidades não são um decalque exato da realidade; os elementos representados são triados e transformados. Além disso, não existe uma identidade cultural homogênea, nem definitiva, pois se trata de um processo dinâmico de construção de fronteiras. Enfim, o processo de construção identitária é um embate entre elementos tradicionais de um repertório cultural e novos valores e práticas que vão surgindo.

Existem autores que criticam o excesso de ênfase dada à questão da identidade, no âmbito da gestão cultural e das políticas culturais. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior⁷, por exemplo, a promessa embutida no conceito de identidade é a de que existiriam certas práticas, manifestações, ideias, visões, modos de vida puros e fechados em si mesmos, capazes de caracterizar um determinado grupo social de forma definitiva. Mas sabemos que, em qualquer sociedade, o que caracteriza a produção cultural são as misturas, os hibridismos, as hegemonias, as trocas, as "antropofagias". O autor questiona: se queremos dar visibilidade ou preservar algo por seu valor simbólico à coletividade, não seria mais interessante preservar a capacidade do grupo de diferir, de não ser idêntico a si mesma, em vez de preservar o que seria a sua identidade "autêntica"? Ora, as identidades são fabricações sociais e históricas, não são originais, não vêm "da origem". O carnaval carioca, por exemplo, hoje um símbolo nacional, não existia até o fim da década de 1930, sendo os batuques no quintal prática restrita aos descendentes de africanos. O futebol, que hoje consideramos tão associado à identidade brasileira, surgiu na Inglaterra e começou entre nós como um esporte branco e de elite. Assim, embora a questão da identidade seja central, especialmente nas discussões sobre patrimônio cultural, ela deve ser abordada com cuidado e senso crítico.

VII – Diversidade Cultural e Pluralismo Cultural

A variedade de manifestações culturais em todos os continentes tem sido comparada a um arco-íris, pelo seu caráter plural, mas também a um rio, dada a evolução contínua desses elementos, a sua dimensão histórica. Essa diversidade em movimento – um desafio para o analista – é expressão da inventividade do espírito humano. Devemos, portanto, respeitá-la; é preciso aceitá-la com orgulho, porque ela acrescenta matizes locais, regionais e nacionais à unidade fundamental do gênero humano, enriquecendo-a, sem prejudicá-la. (Jorge Wertheim, 2004).

É sob esse mote, poeticamente formulado por Jorge Wertheim, que se pode pensar sobre a ideia de diversidade cultural.

Em 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural⁸ foi aprovada por unanimidade na 31ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, primeiro grande encontro ministerial após os acontecimentos de 11 de Setembro. Nessa reunião, os Estados-Membros reafirmaram a convicção de que o diálogo intercultural é a melhor garantia para a paz e rechaçaram categoricamente a teoria de um inevitável choque de culturas e civilizações. Esse instrumento internacional eleva a diversidade cultural à categoria de patrimônio comum da humanidade, "tão necessária como a biodiversidade biológica para a natureza" e cuja defesa é um imperativo ético indissociável do respeito à dignidade individual. Defende a preservação da diversidade cultural, entendida como o processo capaz de garantir a sobrevivência da humanidade. Além disso, busca evitar toda segregação ou fundamentalismo que ocorra em

7 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil". NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 13-23.

8 UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

nome das diferenças culturais e que desvirtue a mensagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O texto destaca ainda que cada indivíduo deve reconhecer não apenas a alteridade em todas as suas formas, mas também o caráter plural de sua própria identidade dentro de sociedades plurais. Somente assim é possível “conservar a diversidade cultural em sua dupla dimensão de processo evolutivo e fonte de expressão, criação e inovação”.

A Declaração define pluralismo cultural como a resposta política à realidade da diversidade cultural. Segundo essa caracterização, o pluralismo cultural é inseparável de um contexto democrático e é “propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública”. Além disso, o instrumento situa a diversidade cultural como uma das fontes do desenvolvimento, dada a sua capacidade de ampliar o leque de escolhas que se oferecem a todos.

A garantia da diversidade cultural passa pela liberdade de expressão, pelo pluralismo dos meios de comunicação, pelo multilinguismo, pela igualdade de acesso às expressões artísticas, pelo acesso ao conhecimento científico e tecnológico, além da possibilidade de que todas as culturas estejam presentes nos meios de expressão e difusão, tornando-se conhecidas umas às outras. A Declaração defende a preservação do patrimônio cultural como testemunho da experiência de um grupo e legado a ser transmitido às gerações futuras; mas também como fonte de criatividade e diálogo entre as culturas. Diante de diversidade da “oferta criativa”, toma-se o cuidado de diferenciar os bens e serviços culturais de outras mercadorias ou bens de consumo, na medida em que são “portadores de identidade, de valores e sentido”.

A recomendação da UNESCO é que as políticas culturais busquem assegurar a livre circulação de ideias e obras, além de criar condições para a produção e difusão de bens e serviços culturais diversificados, por meio de indústrias culturais que possam desenvolver-se nos planos local e mundial. Vale ressaltar que, no Brasil, a atual gestão do Ministério da Cultura tem a diversidade cultural como uma de suas bandeiras.

V – Mediação Cultural

Nos anos 1960, o sociólogo Pierre Bourdieu⁹ entrevistou visitantes de museus em vários países e constatou, entre outras atividades, que um professor vai trezentas vezes mais ao museu que um trabalhador manual e que a taxa de frequência a equipamentos culturais cresce com a escolaridade, a camada social, a região de moradia e a ocupação profissional. Sua conclusão, naquela época pioneira, foi que o interesse pela arte depende diretamente da aprendizagem e das oportunidades e mediações que temos ao longo da vida. Quem possui maior familiaridade com as práticas culturais e maior nível de instrução terá maior facilidade em compreender e fruir uma exposição, um festival de cinema ou um concerto, por exemplo.

Para amenizar as diferenças de acesso à produção e ao consumo cultural na sociedade, surge a ideia de mediação cultural, cujo objetivo é promover a aproximação entre indivíduos (ou coletividades) e obras culturais, tanto para facilitar a compreensão destas, como para iniciar o público em novas práticas. A mediação cultural demanda do agente cultural a capacidade de traduzir e adaptar informações e linguagens e também de amenizar conflitos, quando necessário. Ela é praticada, por exemplo, por monitores de exposições, museólogos, curadores, arte-educadores, programadores de centros culturais e festivais, entre outros profissionais da cultura. Rubens Bayardo chega a definir a própria gestão cultural como uma forma de mediação entre os atores, disciplinas, especificidades e domínios envolvidos nas diversas fases dos processos produtivos culturais. Conforme assinala o autor, “essa mediação torna possível a produção, a distribuição, a comercialização e o

9 BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seus públicos. São Paulo: ZouK, 2005. Edusp/Zouk, 2003.

consumo dos bens e serviços culturais, articulando os criadores, os produtores, os promotores, as instituições e os públicos, conjugando suas diversas lógicas e compatibilizando-as para formar o circuito no qual as obras se materializam e adquirem sentido na sociedade”.¹⁰

VI - Cultura e Desenvolvimento

Em resposta ao agravamento das crises financeiras dos países pobres e diante da constatação da insuficiência de um modelo de desenvolvimento baseado essencialmente em critérios de rentabilidade econômica e racionalidade técnica, nas últimas três décadas vêm crescendo o interesse pelas relações entre cultura e desenvolvimento. Esse reconhecimento tem se traduzido em conferências, colóquios e publicações dedicadas ao assunto, além de inspirar grandes instituições internacionais como a UNESCO, que desde a década de 1970 já destacava a importância da cultura como finalidade do desenvolvimento.

Na década de 1950, prevalecia a ideia de desenvolvimento ligado prioritariamente ao processo de crescimento econômico. A cultura, por sua vez, era considerada como um obstáculo que podia desacelerar os ritmos do progresso. Mais tarde, as conferências da UNESCO de Veneza (1970) e do México (1982) afirmaram o valor da cultura como componente estratégico para alcançar um desenvolvimento integral, no qual as diferenças culturais deixam de ser consideradas como obstáculo e passam a ser vistas como oportunidades.

Com a instalação do Decênio Mundial de Desenvolvimento Cultural (1987-1997), foram expressos os pressupostos básicos para se repensar as relações entre cultura e desenvolvimento humano. A cultura passou a ser reconhecida não apenas como um componente estratégico do desenvolvimento. Nesse momento, incorporou-se a ideia de que o desenvolvimento, além de sustentável, deve ser cultural. A cultura passa a ser vista como meta e objetivo do desenvolvimento; e este como realização da existência humana em todas as formas e em toda sua plenitude. ¹¹

As iniciativas culturais podem se relacionar com o desenvolvimento de três maneiras principais: podem trazer ganhos econômicos, quando possibilitam a geração de renda e emprego a artistas, produtores e intermediários ou quando atraem turistas e visitantes para determinado bairro ou cidade; podem acarretar avanços sociais, quando colaboram, por exemplo, para tirar jovens das ruas por meio de oficinas culturais, ou para integrar melhor uma comunidade; mas, acima de tudo, e independentemente de qualquer utilização instrumental da cultura para fins econômicos e sociais, as iniciativas artístico-culturais são fundamentais para o desenvolvimento humano, pois estimulam a criatividade, a sensibilidade e o senso crítico dos cidadãos. A cultura tem um caráter transversal, que atravessa todas as outras esferas da vida social e, por isso mesmo, está diretamente vinculada a qualquer forma de desenvolvimento que se deseje atingir.

VII - Direitos Culturais

Em grande parte, as políticas culturais estão embasadas na ideia de direito à cultura, ou seja, no direito de ter acesso a bens e atividades artístico-culturais, para que o cidadão possa estabelecer suas opiniões, para que participe do repertório simbólico coletivo e para que, por meio da arte e da cultura, encontre opções de

10 BAYARDO, Rubens. “A gestão cultural e a questão da formação”. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 6, jul./set. 2008. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008, p. 57-65.

11 CUÉLLAR, J. P. (Org.). Nossa diversidade criadora. Campinas: Papirus, Brasília: Unesco, 1997, p. 33.

lazer e de satisfação pessoal. Quem fica privado de seus direitos culturais tem maiores dificuldades de formação de vínculos sociais e de comunicação.

Levando em conta os direitos culturais, duas linhas de ação bastante comuns nas políticas culturais são a promoção da democratização cultural e da democracia cultural. A democratização cultural consiste na tentativa de popularizar obras eruditas (ópera, balé, teatro, etc.), com o objetivo de aumentar o acesso das pessoas à cultura legítima, criando novos consumidores para os produtos e atividades culturais em médio prazo. Já a promoção da democracia cultural consiste em oferecer espaço para todas as manifestações (grafite, dança de rua, etc.), tendo como foco estimular não apenas o consumo, mas a também a criação cultural plural, em suas diversas linguagens e produzida por várias camadas sociais. No entanto, segundo uma publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), das cinco categorias de direitos humanos – civis, políticos, culturais, econômicos e sociais –, a que vem recebendo menos atenção é a cultural¹². A colocação dos direitos culturais em segundo plano costuma ser sustentada pelo argumento de que seria suficiente assegurar os direitos civis e políticos dos indivíduos (como liberdade de credo religioso, expressão e associação) para que eles possam exercer livremente suas crenças e práticas. Em contraposição a essa perspectiva, está a ideia de que os direitos culturais vão além dos direitos civis e políticos, constituindo uma dimensão própria e autônoma, embora relacionada às demais.

Já se falava em direitos culturais na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001, ampliou esses direitos e estabeleceu, no art. 5, o seu próprio conceito de direitos culturais:

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. [...] Toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. 13

O quadro a seguir apresenta detalhamentos ainda mais precisos, com base nos livros Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo, de Hamilton Faria e Maria Ercília do Nascimento, e em uma publicação sobre a gestão de Marilena Chauí, na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (1989-1992)¹⁴.

12 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, “900 milhões de pessoas são discriminadas”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

13 UNESCO, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – Art. 5: “Os direitos culturais, marco propício da diversidade cultural”.

14 FARIA H.; SOUSA, V. (Org.). Cidadania cultural – Leituras de uma política pública, p. 12.

Direitos culturais	
Direito de participar ativamente na vida cultural, por meio da criação, fruição e divulgação de bens da cultura	Acesso aos bens da cultura. Democratização de espaços e ofertas culturais de qualidade. Revalorização ou refuncionalização de espaços em centros culturais. Apropriação cultural do espaço da rua. Direito à informação em geral e sobre os serviços culturais da cidade. Direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e humanidades. Direito a expressar-se, criar e difundir suas obras na língua desejada. Equidade e não discriminação. Acesso a uma formação cultural capaz de garantir o aprendizado das linguagens artísticas, a sensibilização para a arte e a ampliação do repertório dos indivíduos. Participação no progresso científico e de seus benefícios. Proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística (direitos de autor). Liberdade para criar e contribuir para a vida cultural.
	Direito a uma educação e a uma formação de qualidade. Direito de participar na vida cultural que se escolher e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõem o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Direito de sentir-se pertencente a uma cidade ou a grupos. Direito a participar da vida cultural do outro.
Direito de escolher de que cultura e vida cultural se quer participar	Direito de usufruir de espaços para debater, refletir e criticar. Liberdade para participar na definição e implementação de políticas culturais. Criação e/ou fortalecimento de instâncias de participação nas decisões de políticas culturais.
Direito de participar das decisões quanto às políticas culturais	Valorização da diversidade cultural. Desenvolvimento de uma diversidade criativa. Valorização da memória das culturas locais. Direito de conhecer a própria história.
Direito à ecologia cultural	Direito e dever de todos os povos de compartilhar o seu saber e seus conhecimentos. Liberdade para cooperar internacionalmente. Valorização da interculturalidade, da interação entre diferentes culturas, sem imposição de uma cultura sobre as outras.
Direito à cooperação cultural	

Dessa forma, o Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul foi construído, com um coletivo forte e engajado, para que os direitos culturais sejam respeitados.

EIXO I

Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Segundo Marta Cesar, debatedora do Eixo Produção Simbólica e Diversidade Cultural, que trata da produção simbólica e diversidade cultural, objetivou discutir a cultura brasileira nos seus múltiplos aspectos, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões dentro do trabalho de elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul.

A dimensão simbólica fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Tomando essa abordagem de forma mais abrangente, que retoma o sentido etimológico original do termo “cultivo” das manifestações de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças, valores, práticas e identidades propostos no Plano Nacional de Cultura, assumimos a incumbência de refletir aqui sobre os símbolos que orientam este município de acordo com a proposta formulada pela UNESCO, conforme citado.

Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas no plural e para além das Belas Artes e do Patrimônio Material. As artes e as culturas não devem ser pensadas como inalteráveis ou puras, pelo contrário, são pertencentes a um processo contínuo e ininterrupto de incontáveis diálogos e confluências. Além do que, lembremos que esta mestiçagem, característica genuinamente brasileira, sempre foi deflagradora de movimentos os mais criativos, dotados de inigualáveis diversidades e amplitudes.

No que se refere aos aspectos legais, entende-se que a nova constituição traz a visão antropológica da Cultura e foi fundamental para a base da criação do Sistema Nacional de Cultura.

A Constituição Federal, em seus art.s 215 e 216, diz que o acesso à arte e à cultura, à memória e ao conhecimento é um direito constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania, e para a formação da subjetividade e dos valores sociais.

Primeiro marco regulatório: Plano Nacional de Cultura PNC – Lei Federal nº 12.343/2010 estabelece que os entes da federação que aderirem ao PNC deverão elaborar os seus Planos Municipais de Cultura decenais após a assinatura de termo de adesão voluntária.

No âmbito internacional, a Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO, de 20 de outubro de 2005, está no centro das políticas de Estado (elo de articulação entre segmentos populacionais e comunidades locais atendendo à Agenda 21 da Cultura).

A Agenda 21 diz que as políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre o interesse público e o privado, a vocação pública e a institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou a excessiva prevalência do mercado como único distribuidor de recursos culturais, comporta riscos e impõe obstáculos ao desenvolvimento dinâmico dos sistemas culturais. A iniciativa autônoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais, é a base da liberdade cultural e segundo a Agenda 21 devem constar:

Diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade. Ela é tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.

Analogias entre as questões culturais e ecológicas, pois tanto a cultura como o meio ambiente são bens comuns da humanidade. Direitos culturais são parte indissociável dos direitos humanos e, nesse sentido, a liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é condição essencial da democracia.

Os governos locais constituem-se como agentes mundiais de

primeira ordem, como defensores e promotores do avanço dos direitos humanos.

O desenvolvimento cultural apoia-se na multiplicidade dos agentes sociais. Os princípios de um bom governo incluem a transparência informativa e a participação cidadã na concepção de políticas culturais, nos processos de tomada de decisões e na avaliação de programas e projetos.

A necessidade de criar as condições para a paz deve caminhar em conjunto com as estratégias de desenvolvimento cultural.

O patrimônio cultural, tangível e intangível, é o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos.

O acesso ao universo cultural e simbólico em todos os momentos da vida, desde a infância até a velhice, constitui um elemento fundamental de formação da sensibilidade, da expressividade, da convivência e da construção da cidadania. A identidade cultural é dinâmica.

O compromisso que assumimos diante da diversidade cultural é de estabelecer políticas que fomentem a diversidade cultural, a fim de garantir a amplitude da oferta e a presença de todas as culturas, especialmente das minoritárias ou desprotegidas, nos meios de comunicação e de difusão, incentivando as coproduções e os intercâmbios, e evitando posições hegemônicas.

1 Produção de Arte e Bens Simbólicos

Em comparação as políticas públicas culturais anteriores, o modelo de gestão cultural implantado em 2003, no que se refere à política pública cultural do país, foi o que trouxe grandes avanços à arte e cultura. Esse foi um momento muito importante da história e do papel do Estado na dinâmica cultural brasileira, quando o diálogo com a sociedade civil se instaurou. Ao término deste trabalho, que resultou no encaminhamento de metas e diretrizes na produção de artes e bens simbólicos para o Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul, foram identificadas as carências e potencialidades do município.

No livro O poder da Cultura de Leonardo Brant, há uma leitura clara do pensamento de T. S. Eliot sobre a definição de cultura:

O poeta T.S Eliot inter-relacionava cultura sob a ótica do indivíduo, de um grupo e de toda a sociedade, o presente estudo aponta para a necessidade de compreendermos cultura como um plasma invisível entrelaçado entre as dinâmicas sociais, tanto como alimento da alma individual, quanto elemento gregário e político, que liga e significa as relações humanas. Perceber a presença desse plasma – ou seja, de uma matéria intangível altamente energizada, reativa e que permeia todo o espaço da sociedade – é fundamental para a compreensão dos fenômenos do nosso tempo. Cultura é algo complexo. Não se limita a uma perspectiva artística, econômica ou social. É a conjunção de todos os vetores. Daí a sua importância como projeto de Estado e sua pertinência como investimento privado. Uma política cultural abrangente, contemporânea e democrática deve estar atenta às suas várias implicações e dimensões.

No texto base do Ministério da Cultura - MinC, a “arte pode ser compreendida como um dos subsistemas simbólicos da cultura” – o sistema estético – em que estão refletidos os significados subjacentes à vida social, presentes também em outros campos: na religião, no trabalho, nas relações de parentesco e poder. Da mesma forma, entende que a cultura faz parte da dinâmica de inovação social, econômica e tecnológica. Da complexidade do campo cultural, derivam distintos modelos de produção e circulação de bens, serviços e conteúdos, que devem ser identificados e estimulados, com vistas na geração de riqueza, trabalho, renda e oportunidades de empreendimento, desenvolvimento local e responsabilidade social. Nesse ponto de vista, a cultura é um vetor importante para a construção e qualificação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Nos anos 50 e 60 do século XX houve uma ampliação do conceito de cultura, como produção de arte, de modo a incluir a noção de identidade cultural. Durante esse período, a UNESCO buscou defender culturas em resposta a situações específicas, tais como os contextos de descolonização, ao reconhecer a igual dignidade das culturas. Por intermédio da convenção definida pela UNESCO (2001, p. 20), a cultura abrange um campo muito mais amplo:

A cultura deve ser considerada como um conjunto distinto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social. Além da arte e da literatura, ela abarca também os estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças.

Arte é um termo que vem do latim e significa técnica ou habilidade. A transformação da palavra igualmente se redefine no decorrer dos tempos. Heráclito (535-475 a. C.), por exemplo, define a arte de uma forma bastante poética; segundo ele, “a arte é uma das pontes que possibilitam o ser humano viver a utopia, a dimensão do sonho”. Dessa maneira, a variação ocorre de acordo com a época e a cultura, por ser arte rupestre, artesanato, arte da ciência, da religião e da tecnologia. Atualmente, arte é usada como a atividade artística ou o produto da atividade artística. A arte é uma criação humana com valores estéticos, que representam um conjunto de procedimentos utilizados pelos seres humanos para transformar materiais em ressignificações de seu universo simbólico.

Entende-se que a arte é a atividade humana ligada a manifestações de ordem estética, feita por artistas com base em percepção, emoções e ideias, com o objetivo de estimular esse interesse de consciência em um ou mais espectadores, e cada obra de arte possui um significado único e diferente.

A arte apresenta-se de diversas formas, como a plástica, música, escultura, cinema, teatro, dança, arquitetura, moda e design, cultura popular.

Para os povos primitivos, a arte, a religião e a ciência estavam completamente relacionadas e, originalmente, a arte poderia ser entendida como o produto ou processo em que o conhecimento é usado para realizar determinadas habilidades. Para os gregos, havia a arte de se fazer esculturas, pinturas, sapatos ou navios.

As tensões existentes entre cultura e arte são destacadas em diversos momentos, no livro Dicionário Crítico de Política Cultural de Teixeira Coelho. Na concepção de Teixeira Coelho, quando uma política cultural promove determinada forma de arte como valor cultural ou ideia civilizatória, diz-se que esse procedimento é mais propriamente intelectual (ou símbolo, sujeito às lógicas, à argumentação racional, na definição de Charles S. Peirce) do que estético (ou icônico, próprio da intuição da emoção e da sensação, ainda nos termos da semiótica peirceana), o que daria motivos para denominá-lo secundário em relação ao procedimento artístico propriamente dito. É pelo desenvolvimento da capacidade crítica, entendida faculdade de uma coisa e outra, e do desenvolvimento da reflexão sobre a natureza e possibilidades da arte (estética) que se estimula apreciação artística, a apreciação da arte entendida como arte e não como valor cultural. É necessário entendermos os diferentes olhares sobre a valorização simbólica da produção artística. Na definição de Pierre Bourdieu, um bem simbólico se revela quando a um bem artístico ou cultural é atribuído um valor mercantil (aceito pelas leis do mercado ao status de produto ou mercadoria). Para esses objetos, é formado um grupo consumidor específico, bem como dos produtores de bens simbólicos.

O que seria de nós se a memória se apagasse a cada ação e a cada passo dado sobre a terra? Se fossem desfeitos assim nossos ritos de passagem, nossa voz e nossa história? Se o percurso de cada um é o roteiro de um filme, de uma cena, de uma expressão escrita no próprio caminhar e no destino de todos, a isso podemos chamar de criação. E a esta criação, de produção

e projeção de conhecimentos, assimilados durante a trajetória. A criação seria apenas um registro inócuo se não fosse simbólico, se não compreendesse signos e códigos para serem interpretados por outros, cada um à sua maneira, conforme sua cultura, seus sistemas pessoais de leitura – a comunicação interpessoal, base da comunicação de massas, um sistema midiático. Pressupõe-se, assim, a existência de um meio, de um veículo capaz de transmitir essas informações para o outro. O indivíduo, como meio, pode utilizar-se de um instrumento para se comunicar, fazer-se representar e assim transmitir seus pensamentos e emoções, o que poderia sistematizar um conjunto de comportamentos e signos formadores de uma produção simbólica, impregnada de memória e conhecimento, identidade e diversidade de mensagens.

Na construção de diretrizes e metas para a sustentação dos processos de criação, produção, distribuição, difusão, consumo e preservação dos bens simbólicos, e principalmente uma forma de mobilizar a construção do futuro é necessário ter um rumo preciso. Assim como escreveu Lewis Carroll, em Alice no País das Maravilhas: “Para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve”.

PRODUÇÃO DE ARTE E BENS SIMBÓLICOS DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Capacitar técnicos e artistas nas diversas áreas culturais, como música; dança; artesanato; artes visuais; teatro; circo; audiovisual; literatura; moda e design; folclore; cultura afro-brasileira e indígena; cultura popular; cidadania cultural; gestão e produção cultural para preservar, fortalecer, inovar e proteger a diversidade cultural, garantindo a multiplicidade de seus valores e formações.
2. Capacitar especialistas de restauro para patrimônio cultural material, como museus e prédios tombados, com a finalidade de preservar o patrimônio histórico e cultural de São Bento do Sul.
3. Garantir, fortalecer, ampliar políticas de fomento, investimento e financiamento já existentes, como o Fundo Municipal de Cultura e Mecenato (SIMDEC), para proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais.
4. Criar novas políticas de fomento para pesquisa, desenvolvimento, produção e circulação dos bens simbólicos culturais que contemplem os diversos segmentos artísticos e culturais.
5. Construir um espaço multiuso com estrutura para ensaios, produção de arte, oficinas, workshops, feiras, apresentações artísticas e culturais de acesso a todos os artistas.
6. Estabelecer parcerias para aproveitar espaços ociosos (casarões, fábricas e outros) para criação de um condomínio cultural.
7. Realizar e incentivar intercâmbio cultural e artístico com profissionais locais, regionais, nacionais e internacionais por meio de festivais, mostras e feiras (como oficinas, workshops, cursos direcionados), fóruns, intervenções urbanas, estabelecendo um calendário anual que interligue as regiões do estado de Santa Catarina e do país, com ampla divulgação.
8. Revisar a Lei municipal nº 742, de 20 de dezembro de 1996, para que assegure o direito ao artista de rua, hippies, artesãos, performers de rua, que façam livre exposição, comercialização de seus produtos, garantidas na Constituição Federal, art. 5º, art.s 215, 216 e 220.
9. Fortalecer iniciativas e ações na área de literatura e leitura por meio de novos mecanismos para o crescimento intelectual e cultural da população.
10. Promover o resgate, a documentação, a valorização e a continuidade das origens musicais, gastronômicas, arquitetônicas, artesanais e folclóricas da sociedade de São Bento do Sul.
11. Estimular a produção e o resgate do artesanato da cidade de São Bento do Sul, fortalecendo a união dos artesãos e das artes visuais.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Capacitar anualmente profissionais das áreas de música, dança, artesanato, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, literatura, moda e design, folclore, cultura afro-brasileira, cultura popular, cidadania cultural, cultura indígena, gestão e produção cultural.	x		
2	Promover cursos, oficinas, palestras, workshops, fóruns e seminários de cultura com baixo custo ou gratuitos para a população.	x		
3	Incentivar parceria com as instituições de ensino superior para promover cursos de extensão, graduação e especialização para as áreas culturais: música, dança, artesanato, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, literatura, moda e design, folclore, cultura afro-brasileira, cultura popular, cultura indígena, cidadania cultural, gestão e produção cultural.		x	
4	Promover e incentivar a realização de palestras e cursos de produção e gestão cultural para artistas locais e interessados.	x		
5	Incentivar e custear a capacitação de profissionais para conservação e restauro de obras artísticas e arquitetônicas.	x		
6	Ampliar de 2 para 5%, da receita de ISS e IPTU (art. 8º, da Lei 1.942/07), a verba destinada para o Fundo Municipal de Cultura e Mecenato do sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC).		x	
7	Incentivar a promoção de eventos culturais.	x		
8	Estimular e organizar a promoção de projetos de leitura nos bairros e em domicílios.	x		
9	Incentivar por meio de campanhas o acesso à diversidade artística cultural, para a conscientização da importância e consumo da cultura local.	x		

10	Promover festivais de bandas de garagem e outras existentes em São Bento do Sul.	x		
11	Promover festivais e/ou mostras de teatro em São Bento do Sul.	x		
12	Incentivar, aprimorar e ampliar feiras de livro, o cantinho do escritor, polo filosófico, leitura e contação de histórias na Biblioteca Municipal, polo de historiadores, encontros de leituras e cursos literários.	x		
13	Promover projetos que estimulem a leitura em locais públicos e nas empresas, incentivando o hábito da leitura.	x		
14	Preservar a arquitetura histórica da cidade por meio de tombamento, com a utilização dos imóveis públicos em benefício da cultura municipal.		x	
15	Fortalecer e apoiar as associações das diversas áreas artísticas do município.	x		
16	Divulgar obras de artistas do município.	x		
17	Desenvolver projetos para a descoberta de novos talentos.	x		
18	Estimular a criação de cooperativas das diversas áreas artísticas, com apoio público e privado.	x		
19	Incentivar a participação de livrarias e editoras de outras cidades e regiões a participar de eventos culturais no município.	x		

2 Convenção da Diversidade e Diálogos Interculturais

No mundo contemporâneo – onde a cultura e as identidades culturais estão na base de inúmeros conflitos –, respeitar a diversidade cultural significa, antes de tudo, garantir a paz e a segurança internacionais. Para tanto, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada pela UNESCO em 2005 e já ratificada pelo Brasil, convoca os povos e nações ao diálogo e à cooperação. O diálogo intercultural será eficaz se tiver como ponto de partida o respeito mútuo e o reconhecimento da dignidade inerente a todas as culturas. O Brasil, por sua diversidade e tradição diplomática em defesa da paz, agora elevada a princípio constitucional (art. 4º, VI e VII), pode e deve tornar-se um ator relevante na promoção desse diálogo, contribuindo para a solução de conflitos que eclodem a toda hora no cenário internacional.

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada em 16 de novembro de 1945, logo após a segunda guerra mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Atualmente, a UNESCO conta com mais de 190 Estados Membros que se reúnem a cada dois anos,

em sua Conferência Geral. Além disso, ela promove inúmeros estudos, reflexões e reuniões com os governos, dirigentes e especialistas dos países que a integram com o objetivo de aprofundar o exame de temas vitais para o futuro das sociedades, buscando consensos e definindo estratégias de ação.

Passaram-se doze anos do início da discussão até a ratificação pelo Brasil da Convenção:

1995 – A UNESCO publica o relatório denominado Nossa Diversidade Criadora. Esse documento trouxe à tona estudos que concluíram que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta à própria cultura.

1998 – Em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (UNESCO) permitiu transformar essas ideias em políticas e práticas de desenvolvimento humano.

2000 – A adoção sobre eventual acordo internacional começou a ganhar força na agenda internacional quando o assunto apareceu de forma explícita nos documentos finais da reunião ministerial anual da Rede Internacional sobre Política Cultural (RIPC), rede liderada pelo Canadá, atualmente formada por setenta ministros da Cultura do mundo.

2001 – A 31ª Conferência Geral da UNESCO adotou a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, que, além de afirmar a diversidade cultural como um “patrimônio comum da humanidade”, reitera o papel da UNESCO como ponto de referência e fórum no qual os estados, a sociedade civil e o setor privado podem unir-se para elaborar conceitos, objetivos e políticas em favor da diversidade cultural.

2002 – A UNESCO organizou, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um Seminário com o objetivo de enfatizar a importância da inserção da cultura no processo de desenvolvimento, propondo uma agenda de compromissos que visasse à criação de um sistema brasileiro de informações sobre a Cultura. Como resultado imediato, foi publicado o livro Políticas Culturais para o Desenvolvimento, disponível na página da UNESCO. Com Gilberto Gil, o Brasil passa a participar das negociações internacionais para aprovação da Convenção.

2003 – Ocorreram três reuniões do Grupo de Trabalho Diversidade Cultural e Globalização da RIPC que divulgou o Rascunho da Convenção Internacional sobre Diversidade Cultural, para a sua apresentação na reunião dos Ministros da Cultura, em Opatije (Croácia), entre 16 e 18 de outubro. Nesse ano, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável enfatizou os vínculos entre a diversidade cultural, a diversidade biológica e o desenvolvimento.

2004/5 – Houve três reuniões intergovernamentais de peritos na UNESCO que elaboraram o texto da Convenção.

2005 – A UNESCO adotou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Os países membros da ONU, reunidos em Conferência geral, aprovaram em 20 de outubro de 2005 a Convenção. Dos 154 países, 148 votaram a favor, tendo havido dois votos contra (Estados Unidos e Israel) e quatro abstenções (Austrália, Nicarágua, Honduras e Libéria).

2006 – A Convenção da UNESCO sobre Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais foi aprovada pelo Senado brasileiro, menos de um mês após sua aprovação na Câmara Federal.

2007 – O Brasil ratifica a Convenção em 2007. Atualmente, 45 Estados Membros da UNESCO já são partidários da Convenção, mediante depósito de seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. A legitimação da Convenção será diretamente proporcional ao número de países que manifeste sua opção – o conjunto de países já pronunciados inclui, além do Brasil, Panamá, Uruguai, Noruega, Grécia, Irlanda, África do Sul, Canadá, Espanha, França, Suécia, Dinamarca, Índia, Peru, Equador, Croácia, Bolívia, México e outros.

Os aspectos legais da Convenção para a Proteção e Promoção da

Diversidade se destacam a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) e da Convenção Sobre A Proteção e Promoção da Diversidade (UNESCO, 2005), ainda com aporte dos art.s na Constituição Brasileira de 1998 que fazem a proteção da cultura e da diversidade são:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver; [...]

Art. 242, § 1º, prescreve: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.”

No Brasil, a nossa diversidade cultural é um dos maiores patrimônios e, por isso, o diálogo intercultural deve estabelecer-se também no âmbito interno, entre os diversos grupos de identidade existentes. Para tanto, a Convenção reafirma o direito soberano dos Estados de implantar as políticas e medidas que julgarem apropriadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais existentes em seus territórios, tendo presente que cabe proteção especial aos grupos mais vulneráveis às dinâmicas excludentes da globalização.

CONVENÇÕES DA DIVERSIDADE E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Promover a integração entre todas as áreas artísticas do município.
2. Realizar mapeamento e pesquisa dos bens culturais e valores materiais e imateriais.
3. Promover reforma administrativa no quadro de funcionários da Fundação Cultural, ampliando o número de cargos.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Implementar, nos eventos já existentes, outras potenciais manifestações em destaque na cultura.	x		
2	Incentivar e potencializar eventos multiculturais.	x		
3	Promover debates e palestras sobre a diversidade e diálogos interculturais para os agentes culturais e comunidade.	x		
4	Incentivar a criação de grupos de danças folclóricas de crianças, jovens e adultos.	x		
5	Promover cursos e eventos de interesse dos diversos grupos de danças.	x		
6	Incentivar a criação de documentos do patrimônio material e imaterial.		x	
7	Criar programas de incentivo para projetos de continuidade.	x		

3. Cultura, Educação e Criatividade

As estratégias, os investimentos em conjunto e uma agenda comum da Educação com a Cultura constituem as principais necessidades para estímulo e a interação das expressões culturais e o sistema educativo. A promoção entre as políticas culturais e a educação para instigar e qualificar a Arte-Educação e realçar a criatividade como estratégias pedagógicas e ferramentas educacionais contribui para que os diálogos interculturais definam a identidade e a diversidade cultural como o maior patrimônio nacional. Em termos de política cultural, trata-se de um relacionamento intrínseco e necessário para que o universo de bens simbólicos e valores artísticos continuem promovendo a cultura brasileira.

A estreita relação entre educação e cultura nos processos de formação da cidadania ressalta o caráter indispensável das ações de integração das manifestações intelectuais e artísticas nas práticas pedagógicas de ensino formal e informal. O conhecimento da Arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para a aprendizagem. O ministério da Cultura a partir da II Conferência Nacional de Cultura propôs estratégias, investimentos em conjunto e uma agenda comum da Educação com a Cultura necessária para estimular a interação das expressões culturais e sistema educativo. A promoção entre as políticas culturais e as educacionais para instigar e qualificar a Arte-Educação e a criatividade como estratégias pedagógicas e ferramentas educacionais iniciou uma extensa discussão que segue até os dias atuais, numa tentativa conjunta de fortalecimento da cultura a partir das bases educacionais. No presente momento, o MinC encontra-se empenhado na formulação de uma política intersetorial que articule Cultura e Educação com uma parceria com a ONG Casa da Arte de Educar, do Rio de Janeiro, para a realização de uma pesquisa-ação que auxilie na formulação de princípios capazes de orientar políticas de cultura voltadas para a educação. O objetivo é envolver professores, educadores populares, artistas e outros agentes da educação e da cultura na formação de um sistema educacional que integre as experiências de Educação Formal e as de Educação não Formal, realizadas por organizações da sociedade civil, bibliotecas e museus.

Nesse sentido, cabe a Arte-Educação dentro das proposições do Plano Nacional de Cultura – Parâmetros Curriculares Nacionais e Plano Municipal de Cultura – estabelecer os links entre as áreas, fortalecendo e encurtando a distância entre os saberes e fazeres populares e a escola. Essa conscientização e mobilização passam então a serem definidas e dar significados no contexto social de São Bento do Sul a partir das ações conjuntas entre o Plano Municipal de Educação e o Plano Municipal de Cultura.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, iniciam-se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que seria sancionada apenas em 1996. Com a Lei LDB nº 9.394/96, a Arte passa a ser conhecimento obrigatório na educação básica: “O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Art. 26, parágrafo 2).

Já a Lei nº 10.639/03 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, alterou e ampliou a Lei nº 10.639/03, e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. No Brasil, há necessidade de desenvolvimento de políticas culturais e educacionais que permitam aos indígenas e aos negros uma interação mais simétrica

com a sociedade brasileira em seu conjunto, bem como programas curriculares que levem em consideração as características étnico-raciais e culturais dessas populações. Em São Bento do Sul, essa importante questão para o Plano Municipal de Cultura pode ser relacionada com os encaminhamentos que o Plano Municipal de Educação de 2011 assegurou no seu Eixo Temático Diversidade e Educação Étnico-Racial e Indígena:

1. Assegurar que a diversidade cultural, considerando as dimensões de gênero, cultura e etnia, é um valioso elemento para o avanço e bem-estar da sociedade brasileira e deve ser valorizada, desfrutada, genuinamente aceita e adotada, como característica permanente de seu enriquecimento.
2. Assegurar o reconhecimento da liberdade de consciência e expressão cultural e religiosa e respeito às culturas e às religiões de todas as matrizes étnico-raciais nas práticas educativas e escolares.
3. Reconhecer as políticas de ações afirmativas, de reparação e de valorização da história, cultura e identidade das populações historicamente discriminadas, como as populações afrodescendentes, os povos indígenas e demais etnias.

A Lei GRIÔ Nacional propõe uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos GRIÔS – mestres da tradição oral. O projeto é acompanhado por uma proposta de um programa nacional, a ser instituído, regulamentado e implantado no âmbito do Ministério da Cultura e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). “Estamos construindo uma política pública de transmissão dos saberes e fazeres orais”, explica o coordenador da Ação GRIÔ Nacional, Márcio Caires. A realidade cultural de São Bento do Sul, quanto aos saberes e fazeres populares, também se adapta à Ação GRIÔ, justamente quando se defrontam as necessidades de salvaguardar e proteger o patrimônio imaterial das referências étnico-culturais de bases alemãs, polonesas, ucranianas, entre outras.

Após constituir um ambiente de reflexão, conhecimento e reconhecimento referente à necessidade da cultura são-bentense de estabelecer uma atitude de transversalidade diante do cenário de diversidades culturais percebido, e quanto a educação poderia favorecer as questões culturais, foram levantados e discutidos os desafios prioritários para uma política cultural atrelada à de educação.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Assegurar a continuidade das orquestras, bandas e corais que fazem parte da identidade cultural são-bentense e que correm o risco de perder seus condutores pela falta de formação específica no município.
2. Garantir a capilarização dos multiplicadores do setorial da música nos bairros, a fim de oportunizar a formação de um maior número de cidadãos, bem como aumentar a oferta de vagas desta formação específica.
4. Fomentar a constituição de uma Banda Marcial Municipal para a representatividade e incentivo à musicalidade no ensino fundamental.
5. Garantir a continuidade das edições anuais da Feira do Livro Municipal, promovida em conjunto com a Secretaria de Educação e Fundação Cultural, a fim de incentivar a transversalidade cultural do município.
6. Garantir um espaço público apropriado para acolher ensaios, oficinas, apresentações e cursos de grupos teatrais, bandas, corais, orquestras, grupos de dança e demais segmentos, visando promover e firmar as manifestações culturais do município.

7. Fomentar a criação de uma "extensão móvel sobre rodas" da Biblioteca Municipal, levando a leitura e os contadores de histórias a todas as regiões do município.
8. Garantir a continuidade de oficinas de artesanato de referência cultural, com apoio da Fundação Cultural, e promover o surgimento de novas oficinas do gênero.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Realizar a formação de regentes de orquestras, bandas e corais que representem a identidade cultural são-bentense, garantindo a continuidade deles, quando da impossibilidade de seus condutores não mais poderem trabalhar.		x	
2	Promover formação técnica em manutenção e conserto de instrumentos musicais, por meio de parcerias com instituições de ensino profissionalizantes, suprimindo a carência deste profissional.		x	
3	Criar postos livres de empréstimo e doação de livros (totens em formato de estantes com portas de vidro) em pontos estratégicos de grande circulação na cidade, para fomentar a leitura dos cidadãos.		x	
4	Estimular a formação e capacitação de contadores de história, por meio de parcerias e convênios com instituições privadas e do Sistema S.		x	
5	Garantir pesquisa, investigação e visibilidade dos mestres da oralidade e dos saberes e fazeres dos usos e costumes, arte e artesanato da cultura popular de São Bento do Sul, para que possam ser reconhecidos e contemplados com projetos para a Lei GRIÔ Nacional. Dessa forma, seus conhecimentos se tornarão perpetuados por pesquisas, mapeamentos ou documentários.	x		
6	Incentivar que os Mestres artesãos e escultores da talha em madeira e da marchetaria repassem seus saberes, ofícios e técnicas. Dessa maneira, será assegurada a preservação da identidade artística e artesanal folclórica, garantindo o repasse dessas artes às futuras gerações, a qual simboliza a representatividade dos colonizadores.	x		
7	Fomentar a criação de um Museu da Música, para garantir e assegurar a memória e a identidade cultural musical centenária de São Bento do Sul.			x

Cultura, Comunicação e Democracia

A abordagem da oficina "cultura, comunicação e cidadania" usou como ponto de partida a problemática da difusão da cultura local nos meios de comunicação de massa além do impacto da tecnologia digital na produção artística, inclusive no que tange aos direitos autorais na sociedade da informação.

Foram apresentados dados estatísticos e informações sobre a legislação das áreas da cultura e comunicação além da exibição de vídeos para ilustrar os principais conceitos tratados na oficina Cultura, Comunicação e Democracia: a comunicação como um Direito Humano e a Cultura Digital enquanto toda relação social mediada por dispositivos digitais.

A concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa no país afeta diretamente a diversidade cultural brasileira por meio da distorção do grande gargalo midiático do eixo Rio-São Paulo. Essa situação compromete a transmissão e manutenção dos bens imateriais, costumes e valores das comunidades afastadas dos grandes centros urbanos.

Nos últimos vinte anos (principalmente na primeira década deste século), a sociedade civil organizada obteve algumas conquistas tanto na área da comunicação quanto na da cultura, como Editais específicos para a produção audiovisual e a criação da Lei do Cabo, na qual os canais de acesso público oferecem um espaço mínimo de escoamento da produção local.

Os esforços das últimas gestões do Minc para popularizar o conceito de Cultura Digital e a sua importância política é outra boa referência na esfera federal.

Embora importantes tais conquistas ainda não são suficientes para que a cultura brasileira esteja presente em sua plenitude na comunicação social do país. Para tanto, é necessário espalhar para todos os entes da federação a necessidade de políticas públicas voltadas para a questão da comunicação para a cultura.

Quais os aspectos positivos que podemos apontar em relação aos trabalhos desenvolvidos no que diz respeito a este tema? Essa pergunta fez que pudéssemos identificar um diagnóstico na cultura de São Bento do Sul. A participação da sociedade nesse processo está evoluindo constantemente, propiciando um debate e um conhecimento maior entre os participantes sobre a sua própria cidade. Inclusive, o vislumbre de alternativas agregadoras e com potencial turístico pouco explorado, como as Retretas. Seguindo com as perguntas nesse processo de criação, foram destacados desafios, dentro das maiores dificuldades no âmbito cultural local. A mudança de paradigmas de um conservadorismo e a pouca interação entre os produtores culturais se tornou evidente, e essa superação foi apontada como um desafio coletivo.

A falta de espaço para a agenda cultural da cidade na mídia local foi outro problema apontado com frequência; ao mesmo tempo, foi um item agregador que surgiu como um importante elemento debatido até chegarmos às metas e diretrizes.

As soluções discutidas vão desde o aumento de 4% da arrecadação para o fundo de cultura da cidade à criação de programas de manutenção para grupos artísticos e, principalmente, a necessidade de se fazer um mapeamento dos recursos e iniciativas culturais do município.

A apresentação de panoramas de políticas públicas culturais nacionais, estaduais sobre a questão da difusão da cultura e o impacto da tecnologia na sociedade para que os participantes trouxessem exemplos de São Bento do Sul para debater problemas e soluções. As soluções passam necessariamente pela criação desses espaços por parte da municipalidade, assim como a participação social de toda a comunidade, já que a superação do corporativismo e isolacionismo entre as áreas artísticas foi também uma demanda gerada pela autocritica dos próprios participantes. No texto base do Ministério da Cultura, entende-se que as atividades relacionadas à informação estão adquirindo importância crescente no mundo atual. A produção, difusão e acesso às informações são requisitos básicos para o exercício das liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. O monopólio dos meios de comunicação

(mídias) representa uma ameaça à democracia e aos direitos humanos, principalmente no Brasil, onde a televisão e o rádio são os equipamentos de produção e distribuição de bens simbólicos mais disseminados e, por isso, cumprem função relevante na vida cultural.

As políticas culturais só recentemente começam a dar importância aos meios de comunicação de massas e ao seu papel de produtores e difusores da cultura. Tão necessário quanto reatar o vínculo entre cultura e educação é integrar as políticas culturais e de comunicação. Nessa direção, os fóruns de cultura e de comunicação devem unir-se na luta pela regulamentação dos arts da CF/88 relativos ao tema. Entre eles estão o que obriga as emissoras de rádio e televisão a adaptar sua programação ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, bem como o que estabelece a preferência que deve ser dada às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, à promoção da cultura nacional e regional e à produção independente (art. 221). Da mesma forma, cabe regulamentar o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de rádio e TV (art. 223).

As emissoras comerciais se organizam com base nas demandas do mercado, que são legítimas. Contudo, essas demandas não podem ser as únicas a dar o tom da comunicação social no país. Aqui entra o papel das emissoras públicas, que devem dar visibilidade às ideias e expressões culturais minoritárias, que não têm aptidão para tornarem-se “campeãs de audiência” nem encontram lugar nas emissoras comerciais. Exercendo funções complementares – não opostas –, as emissoras públicas e comerciais, cada uma no seu campo, fortalecem a saúde da democracia.

As TVs e rádios comerciais vendem sua audiência (o público) para os anunciantes. Sua estratégia dirige-se à captação de público e à manutenção da atenção desse público. Elas vivem disso, que é o que tem valor em seu modelo de negócio. Desse modo, sua programação visa, basicamente, ao entretenimento. As TVs e rádios públicas devem caminhar em outra direção. Não podem ser caixas de ressonância das demandas do mercado e tampouco sujeitar-se a promover os governantes. Precisam ser independentes dos governos e do mercado. Sua programação deve basear-se na experimentação de linguagens, na discussão de ideias e na busca da autonomia e da emancipação de ouvintes e telespectadores. Em suma, o negócio da televisão e das rádios públicas não é o entretenimento, é cultura, educação, informação e liberdade.

Para avançar nessa direção, é necessária uma maior articulação interna do setor. Hoje, no país, há inúmeros canais públicos, mas eles não dialogam nem cooperam entre si e por vezes se consideram concorrentes. Conjugadas, essas emissoras podem estabelecer redes capazes de produzir e transmitir conteúdos ricos e diversos, funcionando em bases articuladas democraticamente, que respeitem suas especificidades, mas cuja resultante seja a constituição de malhas de troca e conexão de programações.

As TVs e rádios públicas são estratégicas para que a população tenha acesso aos bens culturais e ao patrimônio simbólico do país em toda a sua diversidade. Para tanto, elas precisam aprofundar a relação com a comunidade, o que se traduz no maior controle social sobre sua gestão, no estabelecimento de canais permanentes dedicados à expressão das demandas dos diversos grupos sociais, na adoção de um modelo aberto à participação de produtores independentes e na criação de um sistema de financiamento que articule o compromisso de Municípios, Estados e União. Organicamente ligadas à sociedade, podem ampliar seu leque de prestação de serviços, conjugando programações para diferentes meios (como a telefonia celular e a internet) e espaços educativo-culturais, como escolas, universidades, centros culturais, sindicatos e associações comunitárias.

**CULTURA, COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA
DIRETRIZ E METAS APROVADAS NO FÓRUM**

Diretriz:

1. Fomentar e ampliar a comunicação dos eventos culturais do município, promovendo a visibilidade destes, em âmbito local, nacional e internacional.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Fomentar e estimular a cultura por meio de veículos de comunicação, tais como rádios e TVs públicos e privados, jornais, redes sociais e internet.	x		
2	Criar um espaço virtual e presencial permanente de debates sobre a cultura em São Bento do Sul.	x		
3	Promover transmissões on-line de eventos consolidados da cidade.		x	
4	Criar um portal público e colaborativo de comunicação, específico para divulgação cultural, no qual os dados estejam na página principal. O portal estará disponibilizado em praças e terminais da cidade.	x		
5	Criar circuitos de audiovisual no município.	x		

EIXO II

Cultura, Cidade e Cidadania

A cidade como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais é o foco do tema Cultura, Cidade e Cidadania, um processo debatido por Flávia Janiaski,

A palavra “cidadania” vem do latim civitas, que quer dizer cidade. Na antiguidade clássica, o cidadão era aquele que residia nas cidades e suas relações sociais se fundamentavam em direitos e deveres compartilhados. Ao longo dos séculos, a cidadania foi sendo compreendida como um conjunto de direitos. A ideia de direitos iguais revolucionou a sociedade anterior, fundada justamente na ideia da desigualdade de status, e a liberdade e a diversidade presentes nas cidades possibilitaram expandir esses direitos.

Essas considerações mostram como os três conceitos – Cultura, Cidade e Cidadania – estão intimamente relacionados. Mas, nem todos aqueles que vivem nas cidades usufruem igualmente do direito à cidade, entendido como uma vida digna e com acesso a tudo aquilo que ela proporciona, como o direito à liberdade de ir e vir, de manifestar opiniões, de poder trabalhar, educar-se, de morar dignamente e de ter acesso à cultura nas suas mais diversas formas.

A cidadania teria sido constituída de forma hierárquica, um contrassenso à ideia de igualdade que ela pressupõe, dando origem à ‘subcidadãos’ ou ‘hipercidadãos’, a cidadania regulada, a ‘cidadãos em negativo’, a estadania. Embora sejam estranhos, eles se fazem necessários para a compreensão de nossas persistentes desigualdades. Pois, se estas permanecem, a cidadania não pode ser plena, até porque o exercício de um direito pressupõe o exercício de outros. Para que os direitos sejam exercidos de maneira plena, é imprescindível que sejam instituídos legalmente, como também ser praticados: os cidadãos precisam ter conhecimento e condições de exercê-los.

Daí que o fato de a cidade reunir os produtores e agentes da

cultura e também as suas principais instituições não significa que todos tenham pleno acesso à cultura. Garantir esse acesso passa por um processo de transformação social e política. No âmbito político, é fundamental que as decisões sobre a vida cultural contem com a participação dos diversos atores sociais. No campo social, as nossas cidades precisam ser mais democráticas no seu espaço, de modo a promover a interação em vez da segregação. A segregação espacial que marca as nossas cidades é um entrave físico e social ao exercício de vários direitos, além de ser uma forma de reprodução das desigualdades.

Em uma democracia participativa, a cultura deve ser encarada como uma das expressões da cidadania. A cidadania cultural tem o poder de superar as desigualdades e reconhecer as reais diferenças entre os sujeitos em sua dimensão cultural e social.

O diálogo entre identidade e diversidade, indivíduo e coletividade revela-se como ferramenta necessária para garantir tanto uma cidadania cultural planetária quanto a sobrevivência e o desenvolvimento das culturas.

É fácil demonstrar que investimentos em cultura não só produzem bens e serviços, geram empregos e arrecadação tributária, como, do mesmo modo, criam as condições necessárias para desenvolvimento econômico-social sustentável – criatividade, imagem positiva, bem-estar, sentimento de pertença.

Em cidades com forte atrativo cultural ou ambiental, ou com algum diferencial, as diárias de hotéis têm preços diferenciados, conforme a vista oferecida pela janela do quarto. Ou ainda, em uma cidade, hotéis classificados na mesma categoria cobram diárias com grande variação de preço, dependendo da localização do imóvel, por exemplo, se ele se situa no centro antigo de Roma ou mais afastado. O apelo cultural do próprio edifício – castelo, mosteiros medievais, etc. – também pode influenciar o preço que o hóspede está disposto a pagar. Em última instância, paga-se pela experiência, pelo prazer de hospedar-se em um local com um atrativo cultural especial.

Se analisarmos bem nossa realidade, é possível perceber que nem todos aqueles que vivem nas cidades usufruem igualmente do direito à cidade, entendido como uma vida digna e com acesso a tudo aquilo que ela proporciona, como o direito à liberdade de ir e vir, de manifestar opiniões, de poder trabalhar, educar-se, de morar dignamente e de ter acesso à cultura nas suas mais diversas formas.

A cidadania entre nós se constituiu de forma hierárquica um contrassenso à ideia de igualdade que ela pressupõe. O direito à cultura pressupõe o gozo dos direitos civis, que têm a ver com a manifestação livre do pensamento, com o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade. Esse, por sua vez, pressupõe o direito à vida digna e à inclusão na cidade. Já o direito à participação política se beneficia e se completa com o direito à educação e à informação. Ou seja, além de o direito ter de ser constituído legalmente, ele tem de ser praticado: os cidadãos precisam ter conhecimento e condições de exercê-lo. A garantia legal é um passo que precisa ser completado com o exercício, com a prática do direito.

Daí que o fato de a cidade reunir os produtores e agentes da cultura e também as suas principais instituições não significa que todos tenham pleno acesso à cultura, que muitas vezes é dependente exclusiva de um único espaço. Garantir esse acesso passa por um processo de transformação social e política. Por isso, a importância de se fazer um Plano Municipal de Cultura, pois as decisões sobre a vida cultural precisam ser tomadas com a participação dos diversos atores sociais.

Por fim, o espaço é um elemento fundamental da identificação dos cidadãos com as cidades, seja nos seus espaços públicos, como as praças e os parques, nas suas construções referenciais das várias formas de viver, nos espaços do bairro ou mesmo nas suas moradias. Na construção da nossa identidade, vários sentidos desempenham o papel de nos ligar às pessoas, às coisas e aos acontecimentos, mas o espaço é um dos principais. É por meio da lembrança dos lugares que as nossas experiências se fixam

na memória e na nossa sensibilidade, gerando o sentimento de pertencer. Pertencer a uma cidade, a um estado ou a uma nação não é apenas uma condição legal, mas é, principalmente, o compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares. Disso decorre a importância de se preservar os lugares mais significativos da cidade como forma de consolidar a relação de identificação e envolvimento dos cidadãos com a cidade. Identidade, autoestima, sentimento de pertencimento, tudo isso está intimamente ligado aos pontos de referência que as pessoas têm de sua própria cidade.

Cidade como Fenômeno Cultural

Atualmente, 80% das pessoas vivem nas cidades. Cidade como fenômeno cultural é tema em destaque quando tratamos da cidade e natureza onde vivemos, e percebemos essa dicotomia entre urbano e rural.

A importante discussão se faz necessária, pois percebemos que a cidade de São Bento encontra-se em latente processo de transformação, buscando subsídios para que o município evolua culturalmente sem perder as suas raízes e seus princípios.

No texto base do Ministério da Cultura, salienta-se que, em 2004, cidades e governos locais de todo o mundo, comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a democracia participativa e a criação de condições para a paz aprovaram a Agenda 21 da Cultura, documento orientador das políticas culturais locais. Entre os princípios desse documento, destacam-se:

1. Diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade; não obstante, ninguém pode invocá-la para atentar contra os direitos humanos;
2. Relação entre patrimônio cultural e patrimônio ambiental, que constituem bens comuns da humanidade;
3. Liberdade cultural dos indivíduos e das comunidades é uma condição essencial da democracia;
4. Cidades e espaços locais são ambientes privilegiados de realização da cultura, onde o encontro de tudo o que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano integral;
5. Patrimônio cultural, tangível e intangível, é testemunho da criatividade humana e substrato da identidade dos povos;
6. Afirmação das culturas e o conjunto de políticas postas em prática para seu reconhecimento e viabilidade constituem fator essencial ao desenvolvimento das cidades e territórios em todos os planos: econômico, político, social e humano;
7. Políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesses públicos e privados; uma excessiva institucionalização ou a excessiva prevalência do mercado comportam riscos e levantam obstáculos ao desenvolvimento dos sistemas culturais; Acesso sem distinções aos meios de expressão, tecnológicos e de comunicação e a constituição de redes horizontais fortalece e alimenta a dinâmica das culturas locais e enriquece o acervo coletivo;
8. Espaços públicos são bens coletivos, e nenhum indivíduo ou grupo pode ver-se privado de sua livre utilização, dentro do respeito às normas adotadas em cada cidade.

Sabe-se que a população brasileira, entre 1940 e 1980, passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana, sob o impulso da migração de um vasto contingente de pobres. Nessas cidades, por muito tempo a população pobre permaneceu excluída das condições básicas de vida, sem acesso à infraestrutura urbana e às oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Em geral, os equipamentos culturais ficavam situados no centro urbano ou nas regiões mais ricas da cidade.

Com a redemocratização do país, muitas administrações municipais implantaram o Orçamento Participativo, e essa população passou a ser consultada e a reivindicar a instalação de Centros Culturais. As expectativas em torno desses espaços são de três tipos:

1. Ser um lugar de lazer, recreação e cultura localizado próximo ao

local de residência;

2. Servir como antídoto à sedução que o crime organizado exerce sobre crianças e jovens, por meio da ocupação do tempo livre (extraescolar);

3. Abrir oportunidades de inclusão social (emprego e renda) via atividades artesanais e artísticas.

Constata-se, assim, que a cultura está sendo chamada a cumprir papel complementar às políticas educacionais, de segurança e trabalho, o que impõe grandes responsabilidades. Os equipamentos culturais igualmente são utilizados para reabilitar áreas urbanas atingidas pela degradação e pelo esvaziamento. Nesse ponto, o desafio é revitalizar sem discriminar, já que muitos projetos desse tipo implicam a expulsão da população pobre para áreas distantes e mais desvalorizadas.

A instalação de espaços culturais constitui o ponto culminante dos programas de descentralização da cultura, que têm um caráter, ao mesmo tempo, geopolítico e socioeconômico, porque resultam na implantação de equipamentos em regiões da cidade ainda marcadas pela exclusão. Ao avaliar os resultados dos programas de descentralização cultural, é possível constatar que a perspectiva dicotômica – centro/periferia – deve ser substituída por uma nova visão das cidades, que identifica no território urbano uma variedade de regiões, com seus próprios centros e periferias.

São Bento do Sul é uma cidade muito rica em produção cultural e em produtos culturais. O que falta então para o desenvolvimento da economia da cultura e transformá-la em uma cidade reconhecida nacionalmente por suas tradições artísticas? Encontramos como resposta apontada, “falta de público, falta formalização e a valorização da classe”.

Sobre a formalização de artistas, foram explicitados alguns exemplos de cursos de aperfeiçoamento, além de propostas para a qualificação e profissionalização desses profissionais.

Tanto valorização dos artistas quanto a falta de público permeiam a ideia da necessidade de incentivar o fomento e a construção de parcerias para que juntos seja possível criar na cidade a prática do consumo.

Para crescer culturalmente, é necessário ter um plano estratégico. São Bento do Sul está criando esse Plano de forma que ficou claro que o estado deve oferecer o desenvolvimento; no entanto, crescer não basta, é preciso crescer com qualidade e planejamento, de modo que a própria população não espere apenas as transformações vindas do poder público, mas sim de forma coletiva e participativa, em que cada cidadão passa a ser um agente transformador e multiplicador.

A economia criativa tem o poder de transformar, de mudar, de dividir, de repartir e de incluir. A cidade criativa é aquela que estimula os talentos, a diversidade e dá condições para que se agregue valor econômico e se dê vazão à geração de negócios a partir disso, conectando-se atores sociais, como governos, empreendedores e empresários, instituições, escolas e universidades.

CIDADE COMO FENÔMENO CULTURAL DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Criar mídia que envolva a opinião e participação popular, de forma a conscientizá-la sobre o desenvolvimento responsável, oportunizando cadastro de atividades exercidas, disponibilidade de mercado e interesses, submetida ao Conselho Municipal de Cultura.

2. Assegurar a formação de uma associação de gestores culturais que viabilize meios de desenvolver projetos e parcerias, fomentando o envolvimento relacional de todas as áreas artísticas em suas respectivas responsabilidades.

3. Desenvolver propostas de parcerias com locais que já possuam públicos existentes, como escolas, universidades, igrejas, espaços públicos e alternativos, entre outros, para a criação de uma agenda de apresentação artística periódica.

4. Fomentar a conscientização e sensibilização da população local

quanto ao valor de suas manifestações culturais e de sua participação na crescente e constante necessidade de divulgação.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Instigar as empresas e organizações privadas a investirem em ações culturais.	X		
2	Criar um centro de capacitação de gestores aptos a atuarem em uma associação de gestores e representantes culturais, bem como na comunidade.		X	
3	Mapear e formalizar os setores artísticos, viabilizando um inventário de potenciais parceiros.		X	
4	Criar espaços para apresentações culturais de forma contínua e em crescente desenvolvimento cultural.	X		
5	Fomentar ações que envolvam o público jovem e crianças na apreciação e valorização da cultura local, apontando seu potencial de envolvimento e contribuição artística.	X		
6	Criar e desenvolver o projeto do Museu da Memória Artística, para registro de obras e conceitos locais, resgatando, valorizando, estimulando o desenvolvimento cultural e reafirmando a identidade cultural da cidade.			X
7	Investigar a potencialidade museológica do município, propondo projetos para a criação de novos museus.			X

Memória e Transformação Social

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devem ser preservados, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado.

A sociedade de um modo geral tem se preocupado cada vez mais com a poluição e degradação do patrimônio cultural e ambiental. Embora num primeiro momento a noção de meio ambiente seja relacionada diretamente ao aspecto físico-biológico, a realidade é que o entendimento do que seja meio ambiente ultrapassou esse universo puramente naturalístico para alcançar outra dimensão da relação homem-natureza, abarcando assim o aspecto cultural.

Do exposto, chega-se à conclusão de que o conceito de meio ambiente compreende além dos recursos ambientais, tais como o solo, a água, a flora, também as diversas criações do espírito humano, que se consubstanciam em variadas obras, das mais diversas naturezas, como os imóveis históricos, as obras de arte, os saberes, as línguas, enfim, tudo o que possa vir a contribuir para o bem-estar do ser humano.

Todas as coisas, materiais e imateriais, que tiverem valor cultural integram esse conjunto de bens culturais, e, a partir do momento em que esses bens se configuram como relevantes para garantir a sadia qualidade de vida da população de uma comunidade, caracterizam-se também como bens culturais.

Em São Bento do Sul, cujo centro histórico é formado por construções significativas, a população é passiva quanto ao conhecimento desse rico acervo.

O patrimônio cultural abre um leque de campos de saberes e de instituições que passam a se envolver, direta ou indiretamente, com a produção, gestão e promoção desse patrimônio. No mesmo sentido, as novas questões levam a sociedade a uma compreensão mais rica da noção de patrimônio cultural e, certamente, mais próxima de seus interesses.

Para finalizar, o processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica, sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e de promoção. Perante esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se formulem e se programem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação.

O segundo tema do eixo memória e transformação social trabalha com a ideia de que o mais importante se refere às políticas de proteção ao patrimônio cultural. Em geral, as referidas políticas visam constituir uma identidade única de determinado lugar, determinado território: uma cidade, um estado ou mesmo a União. E essa identidade única tende a ocultar, a esconder, a não dar vazão à expressão das diversidades das expressões culturais.

A pergunta que se estabelece é: como o poder público pode promover a diversidade cultural se os gestores produzirem apenas uma identidade única, que tenda a unificar a todos? É este, então, o desafio: que as políticas de patrimônio passem agora a promover e a proteger a diversidade das expressões culturais. Obviamente isso não é uma tarefa simples, porque significa operar em um campo que pode haver tensões entre as identidades, conflitos entre grupos e aí as políticas de patrimônio terão de responder a um comando constitucional, que diz no art. 215 que cabe proteção especial àquelas culturas que foram excluídas, que foram historicamente marginalizadas, historicamente oprimidas: culturas indígenas, populares e afro-brasileiras.

É certo dizer que uma tradição só se firma e se mantém como tal na medida em que é capaz de renovar-se, quando ocorrem mudanças históricas que ameaçam sua sobrevivência ou exigem sua transformação. Se não se transforma, a "tradição" está fadada ao desaparecimento. Se a identidade é um sistema de significados que se fundamenta na memória, a criatividade é o processo de produção de novos significados, que sinalizam para o futuro.

É preciso reconhecer que existe unidade na diversidade e diversidade na unidade, a fim de unir os indivíduos em torno de valores que, supostamente, são comuns a todos. Fazer com que cada cidadão se identifique com sua cidade e cultive um sentimento de pertencer a ela, de fazer parte dela como um todo e como indivíduo único. Outra questão, igualmente complexa, refere-se à possibilidade de haver distintas interpretações sobre os significados do patrimônio cultural. A distinção entre patrimônio material e imaterial ajuda a compreender esse fenômeno. É fato que o patrimônio material – particularmente o constituído de "cal e pedra" – tende a ser duradouro, variando pouco através do tempo. O patrimônio imaterial, por sua vez, constituído pelos saberes, celebrações e formas de expressão, tende a modificar-se mais rapidamente e a adquirir novos formatos.

Contudo, o que importa mesmo são os valores e significados atribuídos pelas coletividades a esse patrimônio, seja ele material ou imaterial.

Desse ponto de vista, é possível dizer que todo patrimônio cultural é, em última instância, imaterial, porque afinal significados e valores são coisas imateriais. No entanto, os significados podem variar quando interpretados por um ou outro grupo humano. Todos

concordam que Jerusalém tem uma grande significação para a história da humanidade. Entretanto, os valores ali contidos variam conforme o olhar das diferentes religiões, podendo ser até mesmo antagônicos se interpretados por católicos, muçulmanos ou judeus. A identidade é a base e a essência de quem nós somos. É aquilo que nos faz reconhecer a nós mesmos no espelho e pelos olhos dos outros.

Dessa forma, o importante mesmo é pensar que nosso patrimônio edificado é o corpo simbólico da experiência coletiva que acumulamos ao longo de gerações. Ao preservá-lo, também resguardamos o sentido de habitar de nossas comunidades e sua capacidade de autoria do futuro. Nosso patrimônio imaterial, por sua vez, nossas festas, tradições, nossos tantos saberes e fazeres populares, e toda a sua dinâmica de transmissão, além de compor uma espécie de base orquestral para a sinfonia em que regemos nossas identidades, permitem que desenvolvamos um sentido de pertencimento compatível com a dimensão de ser brasileiro. São eles que nos fazem uma nação excepcionalmente potente e criativa.

MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretriz:

1. Inventariar os bens culturais compostos por bens materiais já tombados e os de interesse histórico e culturais, acervos, coleções particulares, história do desenvolvimento técnico da indústria e da cultura e os imateriais, compostos por saberes, fazeres, crenças, danças e falas.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Criar um grupo que busque mecanismos para estimular os proprietários a conservar os imóveis, reduzindo o impacto patrimonial causado pelo tombamento.		X	
2	Inventariar e estimular a preservação de prédios de interesse histórico, cultural e paisagístico.	X		
3	Solicitar à Fundação Catarinense de Cultura um manual sobre a importância e técnicas de preservação e restauração para bens materiais tombados, acervos e coleções.	X		
4	Instituir estratégias de ensino e técnicas nas áreas de conservação e restauração de bens culturais por meio da educação formal e informal.		X	
5	Disponibilizar à população um registro de inventário permanente dos bens imateriais.	X		
6	Solicitar ao Conselho Municipal de Políticas Culturais a formulação de uma proposta de lei que regulamente o uso de placas de publicidade nas fachadas dos imóveis comerciais da área que compreende o Centro Histórico.		X	
7	Promover o registro em áudio e/ou vídeo da memória da população de São Bento do Sul.	X		

Acesso, Acessibilidade e Direitos Culturais

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal tem, em sua gênese, a ancestralidade da busca pelos direitos ao cidadão do período do Iluminismo, que influenciou a Revolução Francesa no fim do século XVIII, dando início às buscas dos direitos do cidadão e incorporando o patrimônio cultural como bem comum dos cidadãos.

Em 1952, o Direito Autoral foi internacionalmente reconhecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 27) e, mais tarde, na Convenção Universal sobre Direito de Autor. Esse direito permeia a criação, a produção, a distribuição, o consumo e a fruição dos bens culturais, e está na base de todas as cadeias econômicas da cultura. Em 1954, a UNESCO proclama a Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado, documento em que os Estados se comprometem a respeitar os bens culturais situados nos territórios dos países adversários, assim como a proteger seu próprio patrimônio em caso de guerra. E em 1966, a UNESCO aprova a Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional. A cooperação cultural é um direito e um dever de todos os povos e de todas as nações, que devem compartilhar o seu saber e os seus conhecimentos, diz o Art. 5º. Essa Declaração considera o intercâmbio cultural essencial à atividade criadora. E finalmente em 1992 a ONU aprova a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes às Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas, na qual se formula a obrigação dos Estados de proteger a identidade cultural das minorias existentes em seus territórios.

Os aspectos legais relacionados ao acesso, acessibilidade e direitos culturais estão inseridos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 nos Art. 23 e Art. 215 (já citados anteriormente), na Lei 8.313/1991, Art. I, que afirma que uma das finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) é contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais.

Quanto a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos a ABNT NBR – 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Todos esses direitos foram articulados com base nos documentos internacionais, como: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); Convenção Universal sobre Direito de Autor (1952); Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado (1954), pacto sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966); pacto dos direitos civis e políticos (1966); declaração dos princípios da cooperação internacional (1966); convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural (1972); recomendação sobre a participação dos povos na vida cultural (1976); recomendação sobre o Status do Artista (1980); declaração do México sobre políticas culturais (1982); recomendação sobre a Salvaguarda da cultura tradicional e popular (1989); informe da comissão mundial de cultura e desenvolvimento (1996); declaração universal sobre a diversidade cultural (2001); convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das expressões culturais (2005).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 49/2007 que inclui a cultura como um direito social estabeleceu em seu Art. 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. De qualquer forma, é importante frisar que, de acordo com a leitura dos arts 215 e 216 e com todos os acordos internacionais de que o Brasil é signatário, a cultura deve ser entendida pelo Estado como sendo também um direito social. Também é importante ressaltar aqui que o vínculo entre os direitos

à identidade e à cooperação é profundo. Se, por um lado, é reconhecido o direito de cada povo defender seu próprio patrimônio, de outro, esses mesmos povos têm o dever de promover o intercâmbio entre si. Em suma, nenhum país, região, grupo étnico, religioso ou linguístico poderá invocar suas tradições para justificar qualquer tipo de agressão, pois acima dos valores de cada um está o patrimônio comum da humanidade, cujo enriquecimento se dá na mesma proporção em que o intercâmbio cultural é incrementado.

ACESSO, ACESSIBILIDADE E DIREITOS CULTURAIS DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Garantir o cumprimento da Lei Federal nº 1.098/2000, da Lei Municipal nº 1.677/2006 e da NBR 9.050, que trata do acesso de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, quanto às novas construções ou espaços reformados destinados aos equipamentos culturais adaptados à acessibilidade.
2. Buscar amparo legal aos artistas de rua: artesãos, performers, artistas visuais, músicos e designers que produzem e comercializam bens simbólicos em vias públicas, diferenciando-os dos vendedores ambulantes.
3. Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência visual e auditiva a eventos e produtos culturais.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Revisar a Lei Municipal nº 742/96, para regulamentar o comércio legal dos bens simbólicos produzidos pelos artistas de rua, sem cobranças tributárias.	X		
2	Criar uma agenda comum transversal entre a Fundação Cultural, Secretaria de Educação e Departamento de Turismo, a fim de facilitar e garantir tanto a divulgação quanto o acesso aos bens culturais promovidos no município.	X		
3	Fomentar parcerias com as empresas de transporte coletivo para a criação de passe livre cultural ou desconto, uma vez ao mês, aos cidadãos que desejam usufruir da programação artística e cultural realizada no município.		X	
4	Garantir a descentralização de eventos artísticos culturais, permitindo o acesso e a divulgação destes, nos bairros do município.	X		
5	Buscar parcerias com entidades ou profissionais que atuem com pessoas com deficiência visual e auditiva, para promover a inclusão cultural.		X	

Eixo III

Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Em 2 de dezembro de 2010, foi instituído o PNC pela Lei 12.343. Segundo o texto, o plano inclui o seguinte: fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico; estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

Nas Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura (Ministério da Cultura, 2007, p. 77), entre as estratégias gerais encontra-se aquela de ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável: "Economia e Desenvolvimento são aspectos da cultura de um povo. [...] O PNC estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento".

O próprio tratamento dispensado pelos gestores culturais em geral ao entendimento do que seja desenvolvimento revela imprecisões e riscos de repetir equívocos já superados em áreas tais como a de meio ambiente e educação. Assim é que, no campo da cultura, raramente se qualifica o desenvolvimento desejado como sendo sustentável, além de raramente se associar essa proposta de desenvolvimento sustentável primordialmente à questão ambiental em seu sentido amplo.

Como consequência, registra-se, ainda, a pouca interlocução produtiva entre as áreas da cultura, meio ambiente, desenvolvimento urbano e outras, tanto no âmbito governamental, como no da sociedade civil. Esse quadro se reflete na unilateralidade e pouca eficácia dos respectivos arranjos institucionais e instrumentos de gestão. Então, a solução, o caminho, ao contrário do que se possa pensar usualmente, não é o local, o particular, o imediato, mas sim o geral, para construir linguagens comuns de onde poderão advir políticas e instrumentos articulados.

A ênfase dada por esses gestores culturais à dimensão econômica da cultura também implica cuidados no sentido de se estar reproduzindo uma subalternidade no interior do próprio entendimento de cultura sugerido pelo MinC. Além disso, as iniciativas de incentivo à indústria cultural em geral têm trazido quase que uma louvação a essa modalidade de capital, fazendo abstração de todos os predicados intrínsecos ao capital como relação social que têm sido objeto de críticas precisamente por aqueles que se ocupam da cultura em suas várias dimensões.

A identificação dos sujeitos que irão planejar, implementar e garantir o desenvolvimento sustentável em nosso país também constitui desafio para todos nós, já que até aqui os esforços que se limitam quase que exclusivamente às esferas governamentais não têm tido o êxito esperado, não apenas no Brasil, não obstante os recentes esforços do MinC, como a Conferência da Cultura, por exemplo.

É conveniente lembrar, no entanto, que "o controle e a regulação da economia apoiam-se cada vez menos em objetivos ou normas estranhas à economia" (TOURAIN, 2006, p. 29). Trata-se de um fenômeno típico da globalização. Essa situação leva à ideia bastante difundida, de que já não era possível nem desejável nenhuma forma de regulação social ou política de uma economia mundial, já que a economia se situava num nível mundial e nesse nível não havia autoridade capaz de impor limites à atividade econômica. Nesse quadro de limitações, como pensar a questão da relação entre cultura, desenvolvimento e geração de riquezas? Acrescente-se a isso o fato de que as instâncias superestruturais (formações políticas e instâncias executivas) não conseguem compreender a crise de civilização contemporânea em sua totalidade e geralmente se limitam aos fatores tecno-científicos. De acordo com Felix Guattari (1997), essa compreensão global só pode ser alcançada numa perspectiva que articule ética e política, ou o que

ele chama de articulação ético-política ou ecosofia, entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana.

Além disso, constata-se que as relações sociais e as formas de subjetividade humana não têm sido suficientemente tratadas nas propostas de desenvolvimento sustentável. Esse aspecto é tanto mais relevante quanto se concorde com a ideia de que a produção de riqueza tende a ser cada vez mais uma "produção biopolítica", que é a produção da própria vida social, onde há uma interação crescente entre o econômico, o político e o cultural (Hardt; Negri, 2001).

Nesse contexto de tratamento da questão em pauta, convém retomar o entendimento de que a ideia de desenvolvimento sustentável, por sua vez, relaciona-se diretamente com a preocupação em resolver impasses globais contemporâneos que são resumidos, geralmente, no conceito de crise ambiental, como exposto a seguir.

De fato, não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem se falar em meio ambiente, crise ambiental e questão ambiental, tendo com base o conceito de ambiente pelo qual se designa uma esfera que transcende a natureza externa ao homem e que inclui, portanto, as condições materiais e culturais da reprodução da vida humana, já que a consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável teve como cenário inicial instigante o grave quadro de crise entre o homem e seu universo na época atual.

Centralidade e Transversalidade da Cultura

A globalização aproximou as identidades culturais no planeta, principalmente no século XX, e essa aproximação gerou conflitos entre as diferentes culturas dos povos. Daí a importância central de se debater e planejar políticas públicas para a cultura como ponto de partida da contextualização do conceito de transversalidade no Brasil e no mundo.

Para concretizar o conceito antropológico de cultura, que se expressa na CF/88 como "todos os modos de viver, fazer e criar" (art. 216), as políticas culturais têm de se articular com todas as outras políticas públicas. Além de necessário, isso hoje é urgente, porque as questões culturais vêm ocupando, de forma gradativa, lugar destacado nos conflitos mundiais.

No mundo atual, pós-guerra fria (particularmente pós-11 de Setembro), são as culturas e as identidades culturais que estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito entre pessoas, povos e nações. As diferenças agora não se definem apenas pelas ideologias, mas principalmente pela religião, idioma, história, valores, costumes, instituições e até mesmo pela identificação subjetiva das pessoas. Além disso, os conflitos políticos (internos e entre as nações) cada vez mais são justificados por argumentos de natureza cultural.

Paralelamente, ocorre uma incessante fragmentação das identidades coletivas, impulsionada pela chamada globalização, na qual o livre fluxo de capitais, mensagens e mercadorias (incluindo as ilegais) ultrapassa as fronteiras e regulamentações dos Estados nacionais que assim se veem limitados em sua influência. Entre as consequências dessa situação, situa-se o enfraquecimento do poder mobilizador das identidades nacionais, sustentadas pelos Estados, e a retomada, por diferentes grupos e comunidades humanas, de identidades pretéritas, fundadas em antigas tradições. A proliferação de identidades coletivas está relacionada também às transformações da economia capitalista, antes focada na produção e recentemente no consumo. Atributos considerados como trunfos dos produtores – lealdade aos costumes, tolerância à rotina e predisposição para adiar desejos – são abominados pelos consumidores, que vivem ansiosos por adquirir a última novidade e descartar a penúltima. Nesse ambiente, novas identidades são constituídas e dissolvidas, impulsionadas por eventos ou motivos às vezes fúteis, como uma partida de futebol, um crime cruel ou a morte de uma celebridade em evidência.

O acesso às identidades é, contudo, um campo de luta e exclusão

social. No topo da pirâmide global, estão os que constituem e desarticulam suas identidades mais ou menos à vontade. Na base, abarrotam-se os que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar suas preferências e que no fim se veem oprimidos por identidades impostas por outros, que humilham, desumanizam, estigmatizam: "sem teto", "favelado", "jeca", "sem pátria".

Para enfrentar esses novos desafios, as políticas culturais precisam sair da posição periférica em que se encontram para se colocarem no cerne das políticas governamentais. Além de uma base conceitual e institucional mais sólida, têm de relacionar-se estrategicamente com outras políticas.

As interfaces com a Educação e a Comunicação são hoje prioritárias, mas outras conexões também são necessárias. A Cultura deve relacionar-se com as políticas de Ciência e Tecnologia e reforçar a premissa de que o desenvolvimento científico tem de incorporar a diversidade cultural do país, com seus múltiplos conhecimentos e técnicas.

Ao mesmo tempo, é vital articular-se com os programas de inclusão digital, pois os novos aparatos tecnológicos de transferência e armazenamento de informações influenciam as dinâmicas de expressão, fruição e consumo cultural. A convergência digital pode ser o ambiente futuro de circulação da cultura, mas para isso é necessário que as tecnologias de informação e comunicação sejam descentralizadas e democratizadas.

A cultura pode contribuir também com as políticas de Saúde, seja na criação de ambientes lúdicos para o tratamento e socialização de doentes, seja no desenvolvimento de terapias baseadas nas artes (música, dança, artes visuais e outras), adequadas à cura de sofrimentos mentais.

Da mesma forma, a Cultura pode integrar-se com a Segurança Pública e contribuir para a redução da violência, pois maneja símbolos capazes de encantar, humanizar e reconstituir possibilidades de vida.

CENTRALIDADE E TRANSVERSALIDADE DA CULTURA DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Promover ações de parceria entre as áreas da Cultura e Saúde, Cultura e Turismo, Cultura e Educação, Cultura e Segurança, Cultura e Meio Ambiente, e Cultura e Comunicação.
2. Promover ações transversais entre os Conselhos Municipais.
3. Sugerir ao Estado a criação de uma Secretaria de Cultura, com orçamento próprio.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Promover e fomentar apresentações culturais em hospitais (contação de histórias, música, poesias e artesanato para acamados).	x		
2	Elaborar projetos de inserção de atividades culturais nos atrativos turísticos.	x		
3	Promover a integração entre as ações turísticas e culturais na cidade.	x		
4	Capacitar os trabalhadores da educação para a temática da cultura e a divulgação das atividades culturais da cidade.	x		

5	Promover a divulgação das atividades culturais, turísticas e ambientais nos murais e nas páginas iniciais dos computadores dos laboratórios de informática das escolas.	x		
6	Oportunizar a visita dos alunos em atividades artísticas e culturais.	x		
7	Fortalecer o projeto de musicalização na educação infantil.	x		
8	Estimular a inserção de conteúdos e apresentações culturais nas atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).	x		
9	Desenvolver projetos de utilização dos centros comunitários e o envolvimento de associações de moradores em atividades culturais.	x		
10	Capacitar e instrumentalizar (uso de tablets) agentes de trânsito para a orientação de informações culturais da cidade.		x	
11	Incentivar a utilização de restos de materiais de indústrias, comércio e eventos para a produção artística.	x		
12	Criar um setor de comunicação na Fundação Municipal de Cultura.	x		
13	Disponibilizar todas as atas do Conselho Municipal de Cultura no site da Prefeitura.	x		
14	Estabelecer parcerias com o objetivo de ofertar oficinas culturais como parte do tratamento terapêutico e reabilitatório.		x	

Cultura, Território e Desenvolvimento Local

Os territórios da cultura são múltiplos e suas fronteiras flexíveis e superpostas: cidade, campo e floresta; capital e interior; centro e periferia; litoral e sertão; União, Estados e Municípios; Grandes Regiões (Norte/Nordeste/Sudeste/Sul/Centro-Oeste), regiões metropolitanas e outras no âmbito dos Estados; espaços cibernéticos. Os desafios que se colocam para as políticas culturais são os de estarem presentes em todos esses lugares e contribuir para superar os desequilíbrios socioeconômicos e regionais que ainda marcam a organização territorial do Brasil.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que os 10% mais ricos do Brasil são responsáveis por aproximadamente 40% do consumo cultural. A maioria desse público é constituída por pessoas de alta escolaridade e que vive nas regiões metropolitanas, que concentram 41% do consumo cultural. Esse desequilíbrio territorial e social do consumo cultural está relacionado à desigualdade também na distribuição de equipamentos pelo país: 82% dos municípios têm baixo número desses equipamentos (menos de seis entre quinze considerados), sendo que a região Norte apresenta 85% de municípios nessa categoria.

Os empregos culturais formais na área da cultura da mesma forma estão concentrados nas regiões de maior densidade econômica, particularmente no Sudeste e, nessa região, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. A grande maioria desses empregos (98%) está localizada na indústria cultural. O percentual de participação de mulheres e negros no mercado de trabalho cultural é menor do que o de homens e brancos, e a desigualdade salarial entre homens e mulheres e entre brancos e negros ainda é uma realidade. Completando esse quadro, os recursos públicos federais, que já são escassos, chegam a poucos municípios. Em contrapartida, ao

comparar os gastos públicos em cultura, nas três esferas de governo, verifica-se que os municípios respondem por 52,6% dos dispêndios, os estados por 34,6% e o governo federal por 12,8%. Esses dados, de 2003, mostram que os municípios têm papel fundamental na vida cultural do país, embora os de menor porte (até 5.000 habitantes) possuam menos autonomia (porque são dependentes de transferências federais e estaduais) e menor capacidade para alocar recursos.

As desigualdades só podem ser enfrentadas com políticas focadas nas regiões mais carentes. Nesse sentido, o programa Territórios da Cidadania, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, é inovador. Não só porque articula inúmeras políticas setoriais (incluindo a cultura), mas também porque atinge as regiões mais pobres de todos os estados brasileiros.

CULTURA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Estabelecer como princípio das políticas culturais e de turismo, que a distribuição de recursos para promoção do turismo com base no patrimônio cultural respeite a representatividade social local.
2. Ampliar políticas de incentivo à produção artesanal e demais expressões artísticas para geração de empregos e melhoria da economia local (festivals, feiras, cursos, oficinas, etc.).
3. Reconhecer e apoiar a preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural da comunidade local.
4. Estimular a criação de um espaço na entrada da cidade que recepcione o turista com informações salientando a identidade cultural do município.
5. Criar uma lei específica que determine que cada empreendimento construído dentro das zonas do centro Histórico contribua com uma porcentagem do valor total do empreendimento para o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Divulgar e ampliar rotas turísticas, com enfoque nos patrimônios culturais do Estado.	x		
2	Propiciar a interação entre o Poder Público Estadual, Municipal e proprietários de bens tombados, bem como orientação e fiscalização mais rigorosa na proteção legal do patrimônio cultural.	x		
3	Realizar parcerias entre hotéis, grupos folclóricos, guias turísticos com o poder público e privado para realização de atividades culturais.	x		
4	Promover a criação de "selo" específico para o artesanato local e/ou produtos diversos artesanalmente produzidos, de cunho popular/tradicional.	x		
5	Pleitear junto ao Governo Estadual e Federal a restauração e revitalização das estações ferroviárias.			x
6	Integrar as Estações (Rio Natal, Serra Alta e Rio Vermelho) à comunidade local como centro de referência cultural e social.			x

7	Ampliar a agenda Cultural/Turística capaz de gerar uma permanência maior do turista na cidade.	x		
8	Criar um "cardápio" de atrativos culturais.	x		
9	Estimular a criação de um produto artesanal que identifique o município.	x		
10	Criar o Fundo Municipal de Patrimônio Histórico Cultural.	x		

3. Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo

A necessidade de programar políticas de sustentabilidade ambiental que considerem a possibilidade de se construir o desenvolvimento local por meio do trabalho com o patrimônio cultural, gerando empregos propiciados pelo turismo, faz que sejam importantes os estudos que propiciem vincular simbioticamente Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo por intermédio do melhor entendimento do que significam e de como funcionam. O entendimento profundo e motivacional do conceito "sustentabilidade" e do por que do surgimento da sustentabilidade, neste momento da evolução da humanidade no seu habitat, é a chave para o reequilíbrio dinâmico dessa relação.

O subeixo temático Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo objetiva defender uma relação estreita entre as três áreas, seja do ponto de vista da administração municipal, seja do da sociedade civil, como condição para um desenvolvimento sustentável com melhor direcionamento nos rumos das políticas públicas:

1. Incentivar um maior diálogo entre as áreas do turismo de São Bento do Sul e as entidades municipais relacionadas ao patrimônio cultural, para o estabelecimento de ações conjuntas;
2. Aprofundar o entendimento e promover a reflexão sobre o cenário atual da conservação ambiental e as políticas de sustentabilidade;
3. Identificar as carências e possibilidades das parcerias entre patrimônio cultural, turismo e meio ambiente;
4. Elaborar as diretrizes e metas relacionadas ao sub eixo Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo.

A conferência de Estocolmo, realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, foi a primeira atitude mundial em tentar organizar as relações de Homem e Meio Ambiente. Na capital da Suécia, Estocolmo, a sociedade científica já detectava graves problemas futuros por motivo da poluição atmosférica provocada pelas indústrias. Os países no mesmo século pensavam que o meio ambiente era uma fonte inesgotável e que toda ação de aproveitamento da natureza fosse infinita. Problemas foram surgindo, como a seca de lagos e rios, o efeito da inversão térmica e as ilhas de calor.

Tendo em vista esses problemas, percebeu-se a necessidade de organizar uma convenção no qual países se propunham a fazer uma parcela de ajuda ao mundo. Foi quando a ONU decidiu inaugurar a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente.

Décadas antes, cientistas de todos os países começaram a apresentar medidas que revelaram ao mundo uma crise planetária sem precedentes na história da humanidade. Há problema da degradação socioambiental global constatada em todos os níveis de impactos. Essa crise é de escopo civilizatório – uma crise historicamente inédita das relações que mantemos com a natureza e com os nossos semelhantes. Poderíamos caracterizar a gravidade da crise utilizando a metáfora de uma "doença" que ameaça o conjunto da biosfera, diagnosticada por indicadores confiáveis e atualizados (socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos).

Hoje, não temos mais dúvidas de que existe uma mudança em curso, em nível global.

Nossas pegadas, nossos rastros no planeta, deixaram marcas profundas na natureza e no meio ambiente e resultam numa

alteração climática de amplas consequências, bem como num empobrecimento generalizado de tudo o que se refere ao patrimônio natural mundial.

De certa forma, esquecemos que nós, os humanos, também fazemos parte da natureza, e seguimos trilhando nossa marcha para o progresso sem olhar para os lados. Em outras palavras, para o futuro.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, vários capítulos, art.s e parágrafos se referiam ao Patrimônio Cultural Brasileiro e ao Patrimônio Turístico. Os Art. 24, Capítulo VII e VIII e o Capítulo VI – DO MEIO AMBIENTE - Art. 225 em seus vários parágrafos fala dos direitos, responsabilidades e detalha os deveres dos diversos setores da sociedade em relação ao Meio Ambiente. No Brasil, a proximidade entre patrimônio cultural e natural é anterior à eclosão dos movimentos ambientalistas. O Decreto-Lei 25, de 1937, que foi acolhido pela Câmara Federal em 1988 e continua em vigor, prevê a proteção não só de bens do patrimônio histórico e artístico, como também de monumentos naturais e sítios de valor paisagístico, arqueológico e etnológico. É verdade que a trajetória da política de patrimônio priorizou os bens do período colonial, mas hoje essa perspectiva foi ampliada. A política cultural não está alheia à crise ambiental, que se torna mais grave a cada dia. Mesmo porque essa crise decorre de um componente cultural: o modo de vida consumista, que explora exaustivamente os recursos naturais.

Para muitos povos, o vínculo entre natureza e cultura é indissolúvel, e aqueles que o perderam necessitam reatá-lo, sob pena de comprometer todo o ecossistema do planeta. No Brasil, aprendemos pouco com as culturas indígenas; ao contrário, o país ainda está preso ao modelo colonial, extrativista, perdulário e sem compromisso com a preservação dos recursos naturais. Agir com rigor na proteção do patrimônio natural e cultural pressupõe pensar novos modos de vida. Assim como o movimento ambientalista criou o conceito de desenvolvimento sustentável, para conciliar crescimento econômico e preservação da natureza, pode-se falar em "sustentabilidade cultural", que significa erradicar a miséria, a pobreza e o analfabetismo, chegar aos níveis superiores de educação e usufruir dos benefícios da ciência e da tecnologia. Pressupõe respeitar e proteger a diversidade cultural, ter acesso às coisas belas e, no limite, conquistar a paz. Paz não como ausência de conflitos, mas como a possibilidade de solucioná-los por meios não violentos.

Tendo como referência os conceitos de sustentabilidade ambiental e cultural, é possível dialogar positivamente com as políticas de turismo. Somente assim podem ser suprimidas desconfiças mútuas, que resultam de ações equivocadas, como a remoção de moradores pobres de centros históricos reformados e a espetacularização de tradições populares, com objetivos exclusivamente comerciais.

É sabido que os turistas têm predileção pelo que é original e singular, e que por isso os bens culturais e naturais exercem sobre eles forte atração. Essa circunstância pode ser aproveitada para potencializar as expressões culturais locais e conservar as belezas naturais, desde que o turismo também seja sustentável.

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEIO AMBIENTE E TURISMO DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Estabelecer ações coerentes entre o Patrimônio Cultural, o Turismo e o Meio Ambiente municipais com o Plano Estadual de Cultura.
2. Assegurar que todas as Políticas Públicas Municipais que se referem ao Meio Ambiente, Turismo e Patrimônio Cultural estejam relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável.
3. Garantir o cumprimento dos art.s da Constituição Federal que se referem ao Meio Ambiente, Turismo e Patrimônio Cultural.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Buscar a inserção da Programação do Calendário Cultural e do Roteiro Turístico do município no planejamento e programação estadual.	x		
2	Qualificar os trabalhadores das áreas culturais, ambientais e turísticas.	x		
3	Capacitar e credenciar pessoas da comunidade para atuarem como Condutores Culturais.	x		
4	Criar Programa Municipal Permanente de Levantamento de dados sobre as necessidades/carências culturais visando à elaboração de projetos e de outros programas que levem em conta as particularidades locais, objetivando o desenvolvimento sustentável.	x		
5	Aperfeiçoar o Sistema de Orientação Turística Municipal efetivo, que auxilie na identificação dos atrativos turísticos culturais e ambientais, e no acesso a eles.		x	
6	Elaborar um projeto estrutural de um portal com centro de atendimento ao turista.		x	
7	Viabilizar a construção e funcionamento do portal com centro de atendimento ao turista.		x	
8	Propiciar ao Museu e Arquivo Histórico Municipal que efetue estudos para ampliar e complementar a história municipal.	x		
9	Incentivar programas e projetos que organizem oficinas de diversas técnicas artesanais com enfoque na sustentabilidade.	x		
10	Fomentar estudos que verifiquem as possibilidades de a história e acesso ao acervo da sociedade Atiradores 23 de Setembro fazer parte dos atrativos turísticos culturais da cidade.	x		
11	Promover concursos para a elaboração de souvenirs da cidade baseados em símbolos do município.	x		
12	Criar um Programa que faça levantamento e manutenção das rotas e/ou trilhas ecológicas do município, viabilizando e fomentando sua utilização de forma sustentável.	x		
13	Fomentar a elaboração de Edital Municipal de Incentivo a Eventos Culturais, que promovam ações socioambientais.		x	
14	Mapear acervos particulares de interesse cultural e criar catálogo.	x		

Eixo IV

Cultura e Economia Criativa

O conceito de economia da cultura originou na década de 1960 nos EUA por uma demanda da cultura e não da economia e chegou ao Brasil por volta de 2004, com o então Ministro da Cultura

Gilberto Gil. Econômica da Cultura são todas as manifestações culturais com potencial econômico, ou seja, tem o potencial de se concretizar como produto ou como serviço cultural, tem o potencial de gerar riqueza econômica e de sustentabilidade, ou seja, quem trabalha com cultura conseguir pagar suas contas.

Ela difere de Economia Criativa que é um conceito mais novo e ainda em construção que tem despertado atenção por seu potencial de união da econômica e da cultura em prol do desenvolvimento sustentável.

Ela vem de um contexto formado pela convergência de tecnologias, a globalização e a insatisfação com o atual quadro socioeconômico mundial que acaba atribuindo à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais e uma arquitetura institucional que galvaniza setores e agentes econômicos e sociais.

Ela vai abranger, além das manifestações culturais com potencial econômico, os Direitos Autorais, Patentes, Marcas Comerciais, Design, Educação, atividades científicas, pesquisa e desenvolvimento.

Como criativas são as pessoas e não a infraestrutura, ela pode ser aplicada a qualquer segmento da economia, ou seja, ideias, imaginação, criatividade e inovação servem a qualquer atividade econômica, não se restringindo a produtos, serviços e tecnologias, mas englobando processos, modelos de negócios e modelos de gestão. O conceito de economia criativa é ainda bastante recente, especialmente no Brasil; ele é um conceito amplo e em evolução que vem ganhando terreno no novo pensamento econômico. Para definir o que é economia criativa, é preciso levar em conta o contexto cultural, econômico e social de cada lugar.

No século XXI, é crescente o reconhecimento de que a criatividade e o talento humano, mais do que os fatores de produção tradicionais, como o trabalho e o capital, estão se tornando rapidamente um poderoso instrumento para fomentar ganhos de desenvolvimento. Ou seja, a força motriz da sociedade é a criatividade liderada pelo conhecimento e apoiada pela conectividade.

A economia criativa vai propor então a valorização da autenticidade e do intangível cultural único e inimitável, abrindo as comportas das aspirações dos países em desenvolvimento de ter um recurso abundante em suas mãos.

Historicamente falando, o conceito de economia criativa se origina no termo "indústrias criativas" que surgiu na Austrália em 1994 com o lançamento do relatório Nação Criativa que defende a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural. Alcançou maior exposição ao ser adotado como política de Estado no Reino Unido quando em 1997 o primeiro-ministro da Inglaterra Tony Blair criou a Força-Tarefa Ministerial das Indústrias Criativas encarregada de analisar as contas nacionais do Reino Unido, as tendências de mercado e as vantagens competitivas nacionais. Em março de 2006, foi nomeado um ministro das Indústrias Criativas e Turismo, que lançou o Programa de Econômica Criativa do Reino Unido.

As indústrias criativas podem ser definidas como o ciclo de criação, produção e distribuição de produtos ou serviços comercializáveis, que usam a criatividade como insumo principal. Em outras palavras, um conjunto de atividades econômicas com base no conhecimento e que fazem uso intensivo da criatividade e do conhecimento, ou seja, tem sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais com um potencial para a criação de riqueza e emprego por meio da geração e exploração de propriedade intelectual. Elas têm amplidão, pois lidam com a interação dos vários subsetores, vão do artesanato tradicional, da literatura, das artes visuais e do espetáculo, aos campos mais voltados à tecnologia e aos serviços, tais como o audiovisual, o design e as novas mídias.

O termo "economia criativa" apareceu em 2001, como título do livro de Howkins, em uma primeira tentativa de estudar o relacionamento entre a criatividade e a economia.

"Tenho três princípios básicos sobre Economia Criativa: o primeiro é que todo mundo é criativo; o segundo é que criatividade precisa

de liberdade; e o terceiro é que essa liberdade tem de ser exercitada em mercados comerciais", Howkins 2001.

No Brasil, a proposta desembarcou em 2004, pelas mãos do Embaixador Rubens Ricupero, quando ele era Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Desde então, grupos empresariais, pesquisadores, economistas e governantes estaduais e municipais vêm ladrilhando a trilha da economia criativa, demonstrando seu potencial como estratégia de desenvolvimento, sensibilizando a sociedade civil e produzindo estudos e ações.

A econômica criativa se baseia nos ativos criativos, potencialmente geradores de crescimento socioeconômicos. Tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Alguns países em desenvolvimento estão gradativamente adotando uma abordagem semelhante a do Reino Unido, como o Brasil que criou a Secretaria da Economia Criativa que foi formalizada agora em 2012 sendo um marco importante para que a base construída seja alavancada por políticas públicas.

Mas é preciso ter em mente que a economia criativa abrange não apenas cultura, mas também tecnologia (o que levou o Ministério da Cultura, por anos, a privilegiar o termo "economia da cultura"). Cultura e tecnologia são as duas fontes de direitos de propriedade intelectual, que costumam definir os setores criativos de uma economia.

Desenvolver a economia criativa requer, portanto, uma política articulada entre ministérios, a começar por Cultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Educação; e Ciência e Tecnologia.

Outro ponto é que economia criativa é economia. O financiamento a empreendimentos criativos segue uma lógica de mercado, distinta da que se vale de leis de incentivo ou de editais de premiação, por isso a necessidade de se pensar formas distintas e eficientes de financiamento.

A economia criativa de hoje também tem um caráter atemporal: o ingrediente para alcançar resultados expressivos é reunir um bom conjunto de medidas, associando o conhecimento tradicional do passado com as tecnologias do presente e uma visão voltada ao futuro.

Nos países em desenvolvimento, especialmente nos mais pobres, a economia criativa é uma fonte de criação de empregos. Atividades criativas, especialmente ligadas às artes e às festas culturais tradicionais, geralmente levam à inclusão das minorias a distância. A economia criativa uniu vários segmentos da sociedade, envolvendo tanto o setor público como o setor privado, une indivíduos de interesses distintos ao juntar as empresas com fins lucrativos e organizações sem fins lucrativos, como fundações e ONGs, associações profissionais e a sociedade civil de modo geral.

A economia criativa pode ser uma opção viável para a promoção do desenvolvimento humano sustentável, ao melhorar a qualidade de vida das pessoas, não apenas por meio do crescimento socioeconômico, mas também por meio da cultura e da educação.

Não existe uma receita que sirva para tudo, mas sim, existem algumas opções estratégicas que necessitam de políticas públicas conjuntas, levando em considerações as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e a identidade cultural de cada país de forma individual.

Características da Economia Criativa:

1. Valor agregado da intangibilidade – o intangível da criatividade gera valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência. Ou seja, a unicidade que confere valor agregado e proporciona uma vantagem competitiva inimitável.;
2. Da cadeia setorial às redes de valor – economia criativa se estrutura em forma de rede e não de cadeias. Ela vai romper com o paradigma de concorrência ortodoxo; na estrutura em rede cada participante se beneficia com a entrada de novos colaboradores. As redes de valor passam a ser tão mais ricas quanto mais diversos forem seus colaboradores, envolvendo empresas de variados

portes, investidores e tomadores de crédito, indústrias criativas e outras;

3. Novos modelos de consumo – a economia criativa se baseia em uma ampliação dos modelos de consumo existentes, a partir da ligação entre as tecnologias que dão ao consumidor o protagonismo de suas decisões de consumo e a identidade cultural que confere aos bens e serviços um caráter único;

4. Papel das micros e pequenas empresas – a promoção de micros e pequenas empresas (incluindo as individuais) fornecedoras ou distribuidoras de produtos e serviços oferece um canal de inclusão econômica e de atuação em mercados diferenciados, imprimindo agilidade e capilaridade a toda a economia;

5. Novas tecnologias – participam da economia criativa sob três formas: como parte das indústrias criativas; impactando na produção, distribuição e consumo; e transformando os processos de negócio e a cultural de mercado.

Na economia criativa, a geração de riqueza depende da capacidade do país, estado ou cidade de criar conteúdo criativo, transformá-lo em bens ou serviços comercializáveis e encontrar formas de distribuí-los, no mercado local e no exterior, ganhando escala e divulgando seu conhecimento.

As cidades criativas são cidades capazes de encontrar dentro de si a solução para seus problemas. São cidades que transformam o tecido socioeconômico urbano com base no que têm de mais singular, criativo e específico e em um profundo entendimento de sua identidade cultural. Uma cidade criativa é capaz de atrair empreendedores, investimentos e um perfil de turista que respeita e aprecia a cultura local, entendendo a cidade como sua anfitriã.

1. Financiamento da Cultura

O financiamento da cultura tem de ser pensado em função dos objetivos da política cultural, pois cada objetivo vai definir uma estratégia diferente para a injeção de recursos, que podem ser de fontes diversas. O financiamento deve ser determinado pela política e não ser seu determinante.

Políticas públicas são linhas de orientação que um governo estabelece para o trato de determinada matéria de interesse da sociedade. A escolha de alguns caminhos em detrimento de outros espelha os princípios ideológicos da base política que sustenta os governantes. As prioridades dependem dos valores e da visão de mundo daqueles que ocupam os cargos de primeiro escalão de um governo e também da capacidade de articulação dos setores organizados. A própria decisão por não estabelecer linhas de ação também revela a existência de uma política pública. Deixar determinado setor da sociedade ao sabor do acaso talvez seja o melhor modo de mantê-lo inerte.

Tão importante quanto traçar políticas públicas consistentes é procurar garantir sua continuidade. O Estado responde às demandas que possuem força política na sociedade, ao demandarmos políticas públicas voltadas apenas para o primeiro momento da ação cultural – produção (como é o caso das Leis de Fomento) –, estamos matando lentamente a própria atividade cultural, pois é o público, o cidadão, a razão de ser da atividade artística.

Mais grave que a falta de recursos é a falta de visão estratégica do papel do Estado na cultura de uma sociedade inserida no mundo globalizado. Não há diretrizes, nem planos de ação cultural para os diversos segmentos artísticos, populacionais, geográficos, etc. Não há estratégias públicas para formação, pesquisa, criação, produção, circulação, fruição, intercâmbio e preservação cultural. Uma nação que se preza não entrega ao mercado a formação e transmissão cultural.

É preciso considerar as especificidades de cada processo e pensarmos em Políticas de Financiamento que se adaptem a cada segmento da arte, e nesse sentido a nova lei encaminhada pelo MinC ao Congresso Federal tende a diminuir as desigualdades porque cria fundos setoriais para investir de forma específica em cada segmento e assim suprir as necessidades de cada área.

Lei Rouanet – desde sua primeira versão – na época com outro

nome – desperta na classe artística as mais distintas reações.

Em 1972, em plena ditadura militar, tramitava pelo Congresso um projeto de lei do senador José Sarney que instaurava incentivos fiscais à cultura. Bloqueada pela área econômica do governo, a iniciativa não prosperou. Treze anos depois, em março de 1985, Sarney apresentou um novo projeto e, em 1986, foi sancionada a Lei Sarney, Lei nº 7.505, que estimulava a participação da iniciativa privada pela dedução fiscal.

A chamada Lei Sarney, talvez pela própria falta de experiência e fiscalização dos gestores de políticas públicas culturais da época, acabou dando margens para desvios e fraudes ao não exigir aprovação prévia de projetos, mas apenas o cadastro como “entidade cultural” no MinC das pessoas físicas ou jurídicas interessadas no uso do incentivo. Isso favoreceu abusos, pois qualquer Nota Fiscal emitida por uma entidade cadastrada poderia ser usada por seu destinatário para abatimento fiscal, mesmo não se tratando de despesas com um projeto cultural. Esse pequeno passo que o Brasil deu junto com a nova Constituição regrediu em 1990 durante governo Collor. Em março de 1990, Fernando Collor e seu Secretário de Cultura, Ipojuca Pontes, extinguiram a Lei Sarney de forma autoritária e sem planejamento, rebaixou o Ministério da Cultura à Secretaria e extinguiu diversas instituições, desestruturando um já frágil sistema público de cultura. No entanto, o vácuo político no plano federal gerou o incentivo fiscal em âmbito municipal e estadual.

Em 1991, Collor recuou e seu novo secretário da cultura, o sociólogo Sérgio Paulo Rouanet, tenta restabelecer o mínimo de fomento à produção cultural, criando uma nova Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet que, no seu Art. 1º, instaurava o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e no Art. 2º coloca que o PRONAC seria implementado pelos seguintes mecanismos: I - FNC; II – FICART; III – Incentivos a projetos culturais (Mecenato) e introduziu a aprovação prévia de projetos.

O objetivo da criação da Lei Rouanet era o de apoiar e difundir a produção cultural do país e incentivar a participação de empresas nos empreendimentos artísticos e no desenvolvimento cultural do Brasil. O motivo de sua criação foi atender às reivindicações da categoria artística que pressionavam por mais verbas e o fato de que foi percebido o potencial econômico da cultura. A Lei Rouanet foi criada para apoiar e difundir a produção cultural do país e incentivar a participação de empresas brasileiras nos empreendimentos artísticos e no desenvolvimento cultural.

O Programa reestabelecia os princípios básicos da Lei Sarney, redefinindo os incentivos concedidos pela lei anterior e estabelecendo o processo de aprovação prévia dos projetos; a novidade era a criação de dois outros instrumentos – o Fundo Nacional de Cultura - FNC e o Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) –, pois Rouanet reconhecia que o financiamento público à cultura não poderia ser regulado exclusivamente pelos interesses mercadológicos e/ou pessoais inerentes ao patrocínio e à doação privada. O FNC estabelecia o princípio do fundo público, essencial para fomentar as ações de mérito cultural que não encontram abrigo no mercado, e o FICART estimulava as atividades culturais lucrativas, proporcionando vantagens tributárias aos seus investidores.

De sua criação a até 2012 nenhum dos dois instrumentos obteve sucesso. O FICART não era atrativo diante dos privilégios concedidos pelo Mecenato, e o FNC por muito tempo não foi operado pelas regras básicas de um fundo público: transparência de critérios, acessibilidade paritária e primazia do mérito público. Até 2005, seus recursos foram arbitrariamente distribuídos segundo predileções e interesses do MinC.

Collor sofreu impeachment e, ao assumir a presidência, Itamar Franco restituiu as Secretarias e o MinC apontando uma nova direção ao setor cultural. Em 1993, o então presidente pressionado pela classe cinematográfica promulgou a Lei nº 8.685, que beneficiava a aquisição de cotas de comercialização de filmes no mercado de capitais, permitindo, além do abatimento integral do valor investido na aquisição das cotas, o seu lançamento como

despesa, reduzindo, indiretamente, mais impostos. Com esta lei o Estado não só permite a uma empresa privada usar dinheiro público, sem nenhuma contrapartida, como ainda comissiona com mais dinheiro público esse falso investidor, no ato da operação. No entanto, a Lei do Audiovisual não teve o retorno pretendido pelo governo, além de ser desconhecida a dedução prevista era limitada a 1% do imposto a pagar das empresas, enquanto a Lei Rouanet permitia 2%.

Em 1995, o governo de FHC produziu algumas alterações na Lei Rouanet, que resultou no crescimento da participação empresarial e, com isso, consolidou o reconhecimento do agente cultural no desenvolvimento e na intermediação dos projetos. Entre as alterações, podemos citar: o aumento para 5% do percentual de abatimento do imposto de renda de pessoa jurídica para o patrocínio de projetos culturais; a possibilidade de encaminhamento de projetos ao Ministério durante todo o ano, e não mais em datas determinadas, e maior flexibilidade no cronograma de captação de recursos por parte dos produtores culturais. Em 1996, o então Ministro da Cultura Francisco Weffort ampliou o limite da Lei do Audiovisual de 1% para 3% com dedução de 100% do valor aplicado e ser lançada como despesa operacional, chegando a 125%, o que gerou um forte aumento na transferência de recursos fiscais para o cinema. Surgiu aí um problema para a Lei Rouanet: a Receita Federal estabelecia na época que o máximo de dedução que uma empresa poderia ter era de 5%; somando os 3% da Lei do Audiovisual com os 5% da Lei Rouanet, o desconto atingia 8%. Logo, os produtores culturais que buscavam patrocínio para seus projetos pela Lei Rouanet passaram a encontrar um número crescente de empresas que já haviam esgotado a maior parte de seus recursos dedutíveis com a Lei do Audiovisual.

Isso gerou outro equívoco: em vez de exigirem a correção das distorções do incentivo fiscal aos filmes, agentes culturais de outras áreas passaram a reivindicar equiparação de benefícios. Weffort e sua equipe tinham plena consciência de que a dupla dedução da Lei do Audiovisual fora implantada por ignorância do MinC de Itamar, que assinou o texto que recebeu pronto de produtores de cinema sem refletir a respeito, mas ponderou não ter força para enfrentar a classe e achou por bem fazer, no fim de 1997, uma Medida Provisória (MP) que introduziu na Lei Rouanet a dedução de 100% para projetos em cinco áreas distintas – cinema não incluído –, entre elas artes cênicas. A MP foi reeditada 27 vezes até se firmar como Lei em 1999. Mas a área de cinema ainda não satisfeita com a Lei do Audiovisual exigiu do governo a inclusão do cinema na faixa de 100% de dedução na Lei Rouanet o que aconteceu no ano de 2001 com mais uma MP.

Aos poucos, o Ministério e várias secretarias estaduais e municipais de cultura foram se dando conta de que era necessário ampliar os canais de fomento e, em 2002, com o Governo Lula, em que Gilberto Gil foi o Ministro da Cultura, houve alguns esforços para realizar mudanças na lei: sem ter um plano estratégico e de ações bem definidas, o MinC realizou em diversas cidades do país um “processo democrático” de consultas que denominou de “Cultura para Todos” para “aprimorar” a Lei Rouanet e traçar um plano de política pública. Essas discussões tiveram início em 2003 com os Seminários de Cultura e depois com o Fórum Nacional de Financiamento da Cultural.

Em 2005, foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural com o objetivo de propor a formulação de políticas públicas culturais e foi instituído o PNC com a finalidade de planejar e implantar PPC de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Depois de passar por reformas, MP e pela grande questão de ser extinta ou não, no fim de 2010 o governo anunciou mudanças na Lei, entre elas, destacam-se a instituição do Programa Nacional de Fomento à Cultura (PROCULTURA) com quatro mecanismos: I – Fundo Nacional de Cultura (FNC); II – Incentivo Fiscal a Projetos Culturais (Mecenato); III – Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART); IV – Vale-cultura.

I - O Fundo Nacional de Cultura (FNC) – Promessa de se transformar em alternativa para os que não conseguem captar recursos

via renúncia fiscal, foram criados os fundos setoriais por áreas artísticas, disponibilizando maior recurso e com maior participação social por meio dos conselhos, o FNC: empréstimos, associar-se a projetos culturais e fazer repasse para os municípios e estados. Parte de seus recursos é transferida diretamente aos proponentes, mediante aprovação de seus projetos. Outra parte é distribuída por intermédio de editais e pelo Programa de Intercambio e Difusão Cultural, que repassa verbas para aquisição de passagens para artistas, técnicos e estudiosos convidados a participar de cursos e eventos no Brasil e no exterior.

II – Renúncia fiscal – O mecanismo continua existindo, assim como a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que analisa os projetos. A mudança mais significativa são suas faixas de dedução: no art. 18 em suas modalidades de doação e patrocínio se mantém a dedução de 100% do valor efetivo em sete segmentos (entre eles as artes cênicas), sem ser lançado como despesa, com o teto máximo de 4% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física. Já o art. 26 que antes determinava uma dedução de 30% no caso de patrocínio e 40% no caso de doação, podendo o custo ser lançado como despesas operacional, agora passa a ter cotas de 30%, 60%, 80% e 90%. Os critérios usados pela CNIC serão definidos pela lei e, além de analisar aspectos orçamentários do projeto, vai analisar em qual faixa ele se encaixa. O objetivo da mudança é permitir uma maior contribuição das empresas – hoje, de cada R\$ 10 investidos pela Rouanet, R\$ 9 são públicos – e permitir que projetos com menor atratividade de investimento tenham faixa de renúncia maior.

III – Ficart – O Fundo de Investimento Cultural e Artístico, que nunca saiu do papel por falta de interesse das empresas, tem a promessa com a Nova Rouanet de ter maior dedução fiscal, para se tornar uma alternativa atrativa para projetos com grandes chances de retorno financeiro.

IV – Vale Cultura – mecanismo novo que prevê um vale de R\$ 50 para trabalhadores com intuito de facilitar o consumo de bens culturais para doze milhões de trabalhadores e injetar, pelo menos R\$ 7,2 bilhões por ano, o que é mais de seis vezes o montante atual da Rouanet, tornando-se uma potente alavanca para a economia cultural ao facilitar o acesso a atividades culturais aos trabalhadores.

Relativamente à apresentação de projetos, se antes a proposta deveria ser encaminhada em formulário disponibilizados pelo MinC, preenchido e assinado com a documentação exigida, a uma das secretarias regionais, ou ao Ministério em Brasília onde a análise dos projetos é feita, agora não é mais necessário enviar fisicamente documentos ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic); o cadastro e todo o envio do formulário são feitos pela internet. Resumidamente o processo acontece da seguinte maneira: o proponente faz seu cadastramento de usuário do SalicWEB no site do MinC e recebe um número de cadastro; em seguida, elabora a proposta preenchendo os formulários e anexando documentação. O próximo passo é enviar a proposta ao SalicWeb que fará a análise de admissibilidade e, em seguida, a análise técnica e financeira e emitirá um parecer encaminhando a CNIC que pode aprovar e encaminhar para a publicação em diário oficial, indeferir e pedir reconsideração, ou retirar de pauta e responder a solicitação. Caso seja aprovado, após a publicação em D.O.U, o proponente recebe autorização para captação de recursos; em seguida, o proponente abre conta bancária específica para o projeto, no Banco do Brasil e a cada depósito efetuado pelo incentivador, o proponente emite Recibo de Mecenato e envia cópia ao MinC. Os recursos somente podem ser movimentados após a captação de um mínimo de 20% do valor do projeto, mediante autorização do MinC. Finalizando o prazo de execução, o proponente tem trinta dias corridos para apresentar a prestação de contas.

Aprovar projetos nesses mecanismos passou a ser condição básica para a concretização de grande parte das ações no âmbito da cultura e, assim, o domínio dos procedimentos burocráticos exigidos pela legislação tornou-se indispensável aos produtores. Por isso se faz necessário estudar cuidadosamente as leis, decretos, editais e

instruções que regem a seleção, antes de partir para o preenchimento dos formulários.

O quadro que vigora via operação das leis é o de uma parceria entre o Estado, a iniciativa privada, o contribuinte e os produtores culturais: o Estado entra com a renúncia fiscal, fazendo uma ponte entre empresas e produtor cultural, as empresas ganham a isenção de impostos e o marketing em torno de seu nome, e em alguns casos também podem obter retorno em produtos ou ingresso; os produtores culturais viabilizam seus projetos por meio desse recurso; e a participação do contribuinte reside nos benefícios dos tributos ao qual o governo renuncia. Cabe dizer que um mesmo projeto pode ser inscrito nas três esferas – União, Estado e Município – e a empresa tem o direito de escolher qual imposto vai deduzir.

O modelo brasileiro de financiamento à cultura vem sendo questionado nos últimos anos, por carregar uma série de limitações, distorções e vícios. Um dos maiores críticos em relação a esse modelo de financiamento público é o consultor Yacoff Sarkovas. Ele afirma que o dinheiro investido em projetos culturais mediante as leis de incentivo à cultura é do Estado e por isso “não pode ser usado por empresas privadas para projetos escolhidos por critérios políticos ou de relacionamento”. De acordo com Sarkovas, não se pode atribuir ao privado a função de fomentador cultural, sendo esta uma obrigação do Estado que, segundo o autor, isola a cultura numa perspectiva mercadológica, atribuindo as empresas as principais decisões sobre a produção cultural do país.

Se por um lado as leis contribuíram para a profissionalização da área, por colocarem os empreendedores culturais em contato direto com o universo empresarial e trouxeram para a produção recursos que dificilmente seriam aplicados diversificando a produção cultural nacional e movimentando a cultura ao gerar quantidades significativas de produtos artísticos, por outro a produção cultural brasileira se vê refém desse modelo, pois raros são os casos de patrocínios viabilizados com verbas próprias das empresas. Isso, além de ser um problema prático, é um problema ético, pois se as leis de incentivo tendem a beneficiar prioritariamente projetos de eventos e produtos que proporcionem às empresas maior repercussão na mídia, acabam deixando de fora trabalhos de artistas emergentes, propostas de manutenção e de continuidade, atividades sem apelo comercial ou ações originadas em localidades distantes dos grandes centros. Por isso, a classe cultural precisa ter um pensamento crítico e não se deixar levar pela “propaganda” de uma legislação que proclama substituir o esforço intelectual em nome de facilidades, pois o estado atual da legislação e das políticas públicas não é compatível com as normas e valores que compõem o campo ético.

No entanto, é preciso ter em mente que a criação dessas leis não foi fruto de lobbies empresariais, e, sim, do próprio meio cultural. Em outros países, onde o benefício se restringe a permitir o abatimento de patrocínios e doações na renda bruta dos contribuintes, e não sua dedução no imposto a pagar, a articulação foi promovida por instituições de empresas patrocinadoras que, sem a lei, eram bitributadas.

Com relação ao 100% de dedução, a crítica é que leis de incentivo sem contrapartida não são um meio eficaz de financiamento público, nem de estímulo ao patrocínio privado. Não formam patrocinadores-investidores reais, pois criam um jogo de faz-de-conta onde só circula dinheiro público. Ao utilizar recursos integralmente públicos para realizar seus patrocínios, as empresas perdem sua condição de reais incentivadoras e passam a desenvolver parte de suas ações de marketing e comunicação com recursos do cidadão brasileiro. Além da falta de critérios qualitativos na aprovação dos projetos acabam por transferir à iniciativa privada a total responsabilidade pela garantia da qualidade artística dos projetos que serão financiados com recursos públicos. No caso da Lei Federal, a falta da análise de mérito acaba na aprovação de projetos polêmicos, ajustados às exigências legais, mas questionáveis sob o ponto de vista do benefício concreto que trazem à sociedade. Um exemplo é o caso da temporada brasileira do Cirque du Soleil, em

2006: a companhia recebeu R\$ 9,4 milhões para realizar apresentações inacessíveis a quase toda a população pelo alto preço dos ingressos.

Phillip Kotler define Marketing como sendo a ciência que satisfaz as necessidades do consumidor: as empresas passaram a dotar o marketing quando estas entenderam que seu futuro dependia da sua habilidade de entender melhor os compradores e os mercados do que seus concorrentes; logo, elas precisavam entender e aplicar os conceitos e estratégias de marketing. A palavra marketing é vista na administração como sendo um processo de segmentação, determinação de alvos e posicionamento, em que sua tarefa mais importante está relacionada com estudar o mercado, segmentá-lo, determinar os grupos que se quer atender, posicionar-se e criar um serviço que atenda às necessidades; anunciar e vender vêm depois. Kotler afirma que marketing é uma maneira de harmonizar as necessidades e desejos do mundo exterior com as finalidades, os recursos e os objetivos da instituição.

Historicamente, Marketing é uma palavra anglo-saxônica derivada do latim mercari que significa comércio. Trata-se do ato de comercializar ou comercialização. Foi nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, que o marketing começou a ser caracterizado como uma corrente da área administrativa. As empresas investiam na percepção do consumidor e na necessidade de diversificação dos produtos.

É definido por Kotler, como “o estudo formal dos processos e das relações de troca – nasceu como tal somente no início do século XX, como resultado de dúvidas e problemas da sua ciência-mãe, a economia” (KOTLER, 1986, p. 25). É o processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, oferta e troca de produtos de valor com outros.

No Brasil, a adoção da palavra marketing aconteceu ainda nos anos 1950, no pós-guerra, mesmo quando muitas pessoas resistiam em empregar palavras e expressões estrangeiras em nosso vocabulário. Hoje a palavra já é popularizada, mas seu conceito ainda está um pouco aquém do seu significado, pois marketing não pode ser utilizado apenas como sinônimo de publicidade ou venda, é uma linha de estudo que vai muito além desses conceitos, aborda o mercado e suas relações, além do conjunto de estratégias e de ações de um produto ou de um serviço. Peter Drucker ressalta que marketing é todo o empreendimento considerado do ponto-de-vista do consumidor.

Para que o sucesso seja alcançado por intermédio do marketing, existe o Mix de Marketing, que envolve os quatro Ps: ponto de venda, preço, produto e promoção. Na promoção, está inserida a publicidade e propaganda, como meios de divulgar/comunicar ao público-alvo a existência do produto e/ou da empresa. Para atingir os objetivos das empresas, o marketing faz uso de pesquisas, para satisfazer as necessidades/desejos dos clientes. O marketing pode ainda atuar em áreas específicas, dependendo do estilo e dos interesses das empresas, por exemplo, marketing cultural e social. Segundo Ana Carla Reis marketing é “o processo de planejamento e execução da concepção, da definição de preço, da promoção e da distribuição de ideias, produtos, organizações e eventos para criar trocas que irão satisfazer os objetivos das pessoas e empresas”. É baseado nesse conceito de marketing que podemos entender o que é o marketing cultural que usa a cultura como meio de transmitir mensagem, mas não sendo a cultura atividade-fim da empresa.

O termo marketing cultural ganha força no Brasil na década de 1980 com o início da abertura da economia brasileira e, em especial, após o advento das Leis de Fomento, na década de 1990, o termo ganhou nova conotação e dimensão, passando a ser utilizado especificamente pelo setor cultural, designando as práticas de troca entre empresas e empreendedores culturais. Com a abertura da economia brasileira, houve uma promoção para que empresas estrangeiras viessem para o país, e elas trouxeram de suas sedes a ideia de desenvolver ou patrocinar projetos culturais como parte de suas práticas de marketing. Juntando a criação

das leis, a prática das empresas usarem a cultura como ação de marketing e o fato de que no período existia maior concorrência entre empresas, o que as obrigava a usarem um posicionamento diferenciado perante os seus consumidores e demais públicos de interesse da empresa (stakeholders), o momento foi propício para a criação deste segmento: o marketing cultural, em que, por um lado os produtores, gestores, artistas e entidades culturais profissionalizam seu trabalho, e por outro, as empresas se beneficiam pela associação à sua imagem dos valores positivos identificados pelo público nos empreendimentos patrocinados.

Vale ressaltar que, embora esse segmento seja muito usado por parte da classe artística como meio de financiar projetos, ele também é criticado por ela: quando uma produção utiliza essa ferramenta, corre-se o risco de o projeto ficar submetido à pressão dos objetivos e valores próprios da empresa. E a classe artística acaba por enfrentar o conflito de interesses entre a empresa e a imagem que ela quer vender.

Sarcovas afirma que o patrocínio puro e simples ainda é a forma predominante de investimento em marketing cultural. Mas, nos últimos anos, outras modalidades vêm ganhando terreno, uma delas é a criação de institutos culturais próprios, inaugurados no país em 1989, com o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), do Rio de Janeiro. Em 2002, São Paulo contava com outros institutos, todos relacionados ao setor financeiro: o próprio CCBB paulistano e o Itaú Cultural.

FINANCIAMENTO DA CULTURA

DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Incentivar o compartilhamento de responsabilidades entre o Sistema Cultural (municipal, estadual e federal), com a finalidade de alcançar as metas estabelecidas neste plano.
2. Assegurar, fortalecer e ampliar políticas de fomento cultural, visando à proteção e promoção da diversidade da cultura, da criação artística e de suas manifestações e expressões.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Promover oficinas de capacitação para elaboração de projetos de captação de recursos na área da cultura.	x		
2	Instrumentalizar o artista e a população para garantir o uso adequado do Vale Cultura.		x	
3	Criar incubadoras voltadas à economia criativa que visem à formação artística, técnica e de gestão cultural.	x		
4	Estimular a economia criativa, utilizando espaços públicos para produção, divulgação e intercâmbio de eventos.	x		
5	Implantar a cobrança de entrada nos museus para contribuir com a sustentabilidade de seus planos museológicos, destacando a manutenção de tais instituições.	x		

6	Criar um programa permanente de desenvolvimento e capacitação de agentes culturais voltados para captação de recursos, organização de associações, cooperativas, bem como outras formas de fomento às estruturas e arranjos econômicos locais.	x		
7	Fomentar a criação de Pontos de Cultura no município, de acordo com a disponibilidade dos editais do MinC, em médio prazo.	x		
8	Difundir o tema Cultura e Economia Criativa por meio de mídias, workshops e palestras para comunidade.	x		
9	Elaborar informativo cultural digital e impresso divulgando a abertura de editais e demais questões relacionadas à cultura, como, por exemplo, agenda cultural, cardápio cultural, entrevistas e endereços de espaços culturais.	x		

2. Sustentabilidade das Cadeias Produtivas da Cultura

Discutir a visão do desenvolvimento de uma economia criativa para os municípios com sustentabilidade ambiental e social conforme propõe a nova Secretaria da Economia Criativa do MinC, um dos primeiros desafios que se encontra no mapeamento das cadeias produtivas. No entanto, é fato que nos últimos anos os levantamentos nacionais começam pouco a pouco a inserir dados de produção e consumo que já demonstram alguma eficiência para a construção de planejamentos. Por exemplo, os bens culturais já aparecem como quarto item de consumo independentemente da classe social (isso inclui TV/DVD, etc.), o que já confirma a necessidade da construção de uma agenda cultural, anulando a visão histórica da cultura como supérflua ou artigo de luxo.

Outro dado importante é o índice de 5,7% do total de empresas no setor cultural (equivalente a 321.000) e apresentando melhor remuneração além de não gerar impacto ambiental, outro fator motivador para a discussão deste tema.

Cumprir lembrar que na criação dos novos marcos regulatórios, em tramitação no Congresso Nacional, temos já abordados o aspecto do consumo por meio do vale cultura, além de apontamentos de demandas nos Planos Setoriais divulgados no site do Conselho Nacional de Política Cultural.

Como novo conceito dentro do ponto abordado, apontamos para o da "paisagem cultural", chancela que transfere valor de patrimônio da humanidade para contextos dinâmicos para preservar, diferentemente do tombamento que é imposto. Esse conceito motiva a criação de políticas públicas municipais de meio ambiente, turismo e patrimônio cultural relacionadas ao desenvolvimento sustentável. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, recentemente passou a desenvolver projetos pensando no que se quer manter em vez de focar a manutenção de edificações, como, por exemplo, o Projeto Albergues, onde lugares tradicionais de caráter simbólico são colocados em vivência para jovens e pré-adolescentes; ou o Projeto Guias que capacitam guias para o valorização turística do patrimônio cultural.

SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA CULTURA DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Formar, qualificar e valorizar os trabalhadores e gestores do setor de patrimônio cultural como meio de impulsionar sua formalização, assegurando melhores condições de emprego e renda,

priorizando áreas de vulnerabilidade social.

2. Promover capacitação na gestão, por meio de palestras e oficinas, com o intuito de desenvolver mecanismos de organização da cadeia produtiva da cultura, para comercialização e aquisição de matérias-primas tendo em vista a diminuição de custos e valorização do produto final.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Adequar o espaço físico do Museu Municipal Dr. Felipe Maria Wolff, contemplando mobiliário, acessibilidade e sistemas de segurança.		x	
2	Contratar museólogo, restaurador e encadernador, e estruturar equipe de produção para ações educativas e administrativas.	x		
3	Estimular parcerias para a realização de pesquisas da biodiversidade, reduzindo a defasagem de conhecimento científico.	x		
4	Implementar programa de difusão dos roteiros culturais e históricos do município, fomentando ações culturais nas rotas já existentes.	x		
5	Fomentar a participação dos artistas visuais em espaços públicos no município.	x		
6	Implementar programa de valorização da história do município por intermédio do fazer artesanal associado a outras manifestações artísticas.	x		
7	Difundir o valor sociocultural da bioarquitetura para as diferentes camadas da sociedade.			x
8	Capacitar agentes para articular programações artístico-culturais, ambientais e atrativos turísticos, interligando com o trade cultural do município.		x	
9	Equipar a Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e sucursais.			x
10	Construir sede tecnicamente adequada para o Arquivo Histórico Municipal.			x

3. Geração de Trabalho e Renda

As ações de Geração de Trabalho e Renda constituem-se em um dos eixos orientadores do Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul.

A geração de trabalho e renda (GTR) compreende a criação de novas e pequenas unidades produtivas ou a expansão das já existentes. Significa estimular ou permitir que as pessoas iniciem negócios próprios dirigidos ao mercado de forma cooperada, associada ou individualmente. Significa também a geração de atividade econômica, por meio de pequenos negócios individuais ou em associação/cooperação.

Pesquisas atuais realizadas pelo IPEA sobre a geração de emprego no setor cultural, indicam que esse segmento é um importante componente do mercado de trabalho e possui dinamismo e potencial ainda não explorado sistematicamente para gerar ainda mais empregos, renda e bens simbólicos.

O que se verifica é que o emprego formal (carteira assinada) na área de cultura tem crescido nas empresas de pequeno porte, sugerindo que uma política de fomento às micro, pequenas e médias empresas culturais pode incrementar a geração de empregos e mesmo contrabalançar as tendências monopolistas da grande indústria cultural.

O importante então seria pensar quais as necessidades de fomento e estímulo das ações artístico-culturais de São Bento do Sul para propiciar qualificação e aperfeiçoamento do trabalhador ligado às atividades culturais para a geração de renda.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Criar plano de capacitação voltado para o desenvolvimento socioeconômico mediante atividades culturais e serviços relacionados.
2. Valorizar o patrimônio material e imaterial por meio de programas de geração de renda, considerando a demanda turística.
3. Reservar espaço para exploração econômica nos equipamentos culturais públicos.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Capacitar condutores para atividades turísticas guiadas, vinculadas à cultura, história, patrimônio material e imaterial do município, priorizando jovens aprendizes e aposentados.	x		
2	Capacitar os envolvidos na exploração econômica das atividades culturais e correlatas para a gestão dos seus negócios por meio de parcerias.	x		
3	Capacitar os proprietários de bens tombados e históricos para explorar, preservar e administrar seus patrimônios de acordo com legislação de proteção do patrimônio histórico-cultural.	x		
4	Criar espaços de diálogo entre grupos representantes de segmentos culturais diversos visando ao intercâmbio cultural.	x		
5	Criar roteiros turísticos culturais, orientados por condutor, valorizando aspectos históricos da região (história das casas, arquitetura).	x		
6	Fomentar passeios baseados nesses roteiros com veículos pitorescos (ônibus antigos, bicicleta centopeia, jipes, charretes, etc.).	x		
7	Priorizar a destinação dos espaços comerciais nos equipamentos públicos para atividades, tais como artesanato e gastronomia típica.		x	
8	Criar programas de estímulo à produção da economia criativa utilizando espaços públicos.		x	
9	Pesquisar novos espaços, temas e contextos históricos para criar oportunidades de promoção da história e da cultura do município.			x

EIXO V

Gestão e Institucionalidade da Cultura

Segundo Alfredo Manevy, que foi o debatedor do eixo, a gestão e institucionalidade deve ser observada com base na discussão do papel do Estado na cultura, diversidade cultural e das características de fomento e financiamento. A experiência recente do Brasil traz alguns exemplos, especialmente a partir de 2003, com a refundação do Ministério da Cultura, no Governo do Presidente Lula. A gestão do MinC nesse anos estabeleceu um critério republicano e transparente pela adoção de seleções públicas e de critérios especializados para a transferência de recursos públicos. A política de editais é uma conquista da atual gestão, ainda que o edital não seja um mecanismo que sirva a todos os propósitos de uma política cultural. Os editais passaram a oferecer dezenas de alternativas para os artistas e produtores culturais em todo o território nacional. Os editais Inspiraram empresas e gestões estaduais e municipais a seguir o mesmo exemplo. Os editais tornaram-se uma alternativa ao patrocínio, em que apenas 20% dos proponentes têm a sorte de conseguir o mecenato. Mas os editais não reverteram a estrutura central do modelo de fomento, em que a maior parte do recurso público é via renúncia fiscal, cerca de 80% de todo o dinheiro previsto no orçamento do Minc.

O modelo de renúncia fiscal é oriundo da Lei Sarney. Mantido e aperfeiçoado na Lei Rouanet e seu modelo foi implantado também em alguns estados e municípios. A política cultural, seguindo esse modelo, restringe-se em oferecer estímulos aos departamentos de marketing de grandes empresas. O estímulo inicial, com o tempo, tornou-se cobertura total. Na Lei Rouanet, alterada seguidas vezes, o incentivo chegou a 100%.

A renúncia fiscal foi a forma como se resolveu um impasse na redemocratização do país, época de alta inflação, baixa capacidade de investimento: de um lado, a pressão de setores da cultura e, de outro, a baixa prioridade do assunto, a não disposição do Estado em enfrentar a questão e criar instituições públicas eficazes para lidar com a demanda. Outro ingrediente do impasse foi a preocupação com o dirigismo, o autoritarismo ou formas de corrupção e corporativismo. A preocupação, no passado recente pós-ditadura, é legítima; contudo, enquanto outros setores da vida social aperfeiçoaram a transparência e modernizaram seus corpos técnicos; enquanto outros setores do Estado lograram desenvolver instituições de fomento pública dignas desse nome – como é o caso da pesquisa científica e universitária, com FAPESP, Capes e CNPq, a cultura foi submetida ao laboratório da renúncia fiscal.

Os resultados da lei foram divulgados pela imprensa no amplo debate proposto pelo Ministério da Cultura, como método de elaboração de uma nova legislação. Apenas 3% dos proponentes captaram mais de 50% de todo o recurso: aproximadamente R\$ 8 bilhões em dezenove anos. Do total de dez mil projetos apresentados por ano, não mais que 20% chegam a conseguir patrocinador, e 80% do recurso concentrado em apenas duas grandes cidades do país – Rio de Janeiro e São Paulo.

O mal maior não deve evitar a busca da genuína parceria com o setor privado: ela deve ser estimulada em forma de parceria, não falsificada com pés de barro. Por essa razão, o Ministério da Cultura convidou os maiores empresários, usuários da Lei Rouanet, para um pacto em favor do investimento privado e do genuíno mecenato. Apostando no diálogo e em um novo ciclo de responsabilidades, o Ministério da Cultura estabelece um novo estilo de parceria entre público e privado, tão importante quanto o diálogo com o campo cultural.

Nos cartazes e anúncios de página inteira em que divulgam espetáculos e eventos como parte de sua estratégia de marketing, é inegável o retorno de imagem para as empresas, a valorização e positivação da marca – o ativo mais importante do capitalismo contemporâneo – no imaginário da população. Essa promoção não pode ter custo zero para as empresas, feita com dinheiro do contribuinte apenas, abrindo mão dos orçamentos que as grandes

multinacionais com raiz brasileira reservam para sua comunicação. São os mais lucrativos bancos, mineradoras, empresas de energia: ao contrário dos países desenvolvidos, o dinheiro “aplicado” aqui é 100% público, salvo em louváveis exceções. Em todo o mundo, essas empresas investem dinheiro próprio. No Brasil, seguimos o caminho oposto.

A nova lei fortalecerá o orçamento público como mecanismo central: para isso, cria diversos fundos públicos, como inédita fonte de apoio direto aos projetos, uma injeção de dinheiro público nas artes sem necessidade de intermediação de patrocínio. Ao mesmo tempo, o MinC contratou em 2009 centenas de pareceristas especializados, peritos para fazer uma avaliação dos projetos com base nos critérios estabelecidos na Lei. Aprovada a nova lei, há uma base profissional para adotar critérios públicos. A nova lei mantém a parceria com as empresas, agora com um patamar de investimento privado mínimo nos casos de patrocínio. A estimativa é que o patrocínio aumente em pelo menos 20%. A lei cria estímulos para a desconcentração, estabelecendo o repasse automático de 30% dos recursos para secretarias de cultura, em estados e municípios. Elas só poderão utilizar o recurso em investimento nos artistas e projetos da sociedade.

Outro entrave fundamental do campo cultural é a proliferação das fundações sem fundo no Brasil. As instituições públicas, que não são nem estatais nem anexadas a grandes empresas, vivem à míngua, sem capacidade de pagar suas contas. Prestam um grande serviço à cultura, mas a política cultural baseada em Lei Rouanet criou uma cultura de projetos, que ignora a manutenção e o longo prazo desses museus, centros culturais, escolas de arte. Com a cultura do 100% de abatimento, as grandes empresas se acomodaram e é muito raro ver o que acontece na Europa e EUA, a doação para fundos de manutenção. Para oferecer um inovador mecanismo de sustentação, a nova lei incorpora o modelo de endowments, oriundo do mundo desenvolvido, oferecendo incentivo à formação de fundos específicos para a manutenção dessas instituições, para a remuneração de suas atividades meio, com avaliação de seus resultados e metas de atendimento. A nova lei visa alcançar um objetivo posto como central na atual gestão cultural: o fortalecimento das instituições culturais de natureza privada com finalidade pública.

Mas o fomento à cultura deve buscar alcançar pontos sensíveis da vida cultural brasileira. Aqui vale comentar a criação do programa Pontos de Cultura. Gilberto Gil chegou ao Ministério da Cultura propondo o do-in antropológico, a necessidade de massagear pontos vitais do país, represados, contraídos, sem espaço de circulação sanguínea. O programa Pontos de Cultura foi concebido de forma inovadora seguindo, passo a passo, a visão dos Ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca de oliveira sobre o assunto: o Ministério da Cultura oferece apoio por dois anos e meio para grupos culturais de favelas, comunidades ribeirinhas, cidades pequenas. São foliões, maracatus, grupos de hip hop, rádios comunitárias, jovens lideranças indígenas. O olhar inovador de Gil neutralizou o cacoete tradicional do Estado em “inventar” as iniciativas. As iniciativas já existem na sociedade – foi o axioma simples e revolucionário que fez do programa um êxito rápido em sua enorme capilaridade e flexibilidade. Juca Ferreira tinha longa experiência com projetos socioculturais, como o Axé, na Bahia, que incorpora meninos e meninas da absoluta miséria ao articular saúde, educação, cultura e arte. Formais ou informais tais iniciativas da sociedade brasileira pipocaram com a redemocratização do país em centenas de milhares, e nelas a cultura é ao mesmo tempo empreendimento social, integração de jovens e crianças, oferta de oportunidades, participação comunitária, expressão tradicional e invenção estética. No vazio deixado pelo próprio Estado, e pela economia da cultura, a sociedade criou formas alternativas de dispor de repertório, informação, comunicação, leitura. O programa agregou três pilares: reconhecimento, apoio financeiro e tecnológico (câmera de vídeo, estúdio de som, a depender do perfil de cada ponto) e ofereceu cursos, prêmios, capacitação para que os pontos alçassem voos maiores.

O Desafio da Gestão, Institucionalidade: Modernização do Estado

A busca de maior controle e transparência do Estado é louvável – e indispensável – na democracia moderna, mas ela deve focar no acompanhamento dos serviços, na qualidade do que é produzido com dinheiro público, e menos no controle formal, que é superficial. Um dos maiores problemas do Ministério da Cultura, nos últimos oito anos (2005 – 2012), foi a prestação de um serviço ágil e eficaz para a sociedade, e o saldo é de ainda muita insuficiência. A parceria inovadora que o MinC propôs à sociedade, em seus milhares de prêmios, bolsas e convênios concedidos, esbarra na inadequação do modelo de projeto, acompanhamento e prestação de contas que a lei atual exige. A mudança da Lei Rouanet irá resolver parte desses gargalos, mas outra parte deve envolver, além do contínuo fortalecimento do MinC e de seu corpo de servidores, de uma nova lei orgânica da administração pública, que já está em gestação e debate no país. O problema não é apenas da política cultural, mas de um país que só resolverá problemas fundamentais da qualidade dos serviços prestados se – na linha do programa Pontos de Cultura – incorporar o acúmulo insubstituível da sociedade.

Política de Estado x Política de Governo

Muito se fala de uma política de Estado para a cultura, mas para isso é preciso afirmar o papel do Estado. Não poderia ser de outra forma, considerando a imensa tarefa de fundo que é galgar a cultura a esse novo e desejado patamar. O Ministério foi, nesses anos, imensamente republicano ao jamais usar como critério a cor partidária nas parcerias com estados e municípios, investindo direto em todos os estados administrados pela oposição. Assim, logrou criar programas federativos como o DOC-TV e os Pontos de Cultura, adotados em quase todos os estados do país.

E, mais do que isso, observando o dinamismo cultural brasileiro com imenso respeito, cuidado e zelo pela liberdade de expressão e diversidade de visões estéticas e intelectuais, o Ministério primou por ser uma instituição pública e plural em seus editais, programas e ações. O Ministério foi transparente em suas decisões, seja em calorosos debates, seminários, seja quando optou pela consulta pública em seus projetos de lei, afirmando o diálogo na formulação de suas decisões e a interlocução com todos os setores organizados e não organizados no acompanhamento e formulação do seu planejamento. O resultado é uma política de governo e uma política de estado, que mutuamente se fortalecem. A política de Estado, com o Plano Nacional de Cultura aprovado no Congresso, ganha metas para os próximos dez anos, duração que transcende futuros gestões do MinC e futuros presidentes, e que seguem o espírito deste decálogo.

Se esses são pré-requisitos em qualquer política pública, a atual gestão radicalizou a opção do diálogo por entender que a área cultural é talvez a mais sensível, autônoma e livre da sociedade civil. Logo, se a atuação do Estado tem um vasto horizonte, como apontamos, ela não pode carecer dessa atitude permanente de respeito pelos artistas e pela complexidade de nossa sociedade. Desde 2003, o Ministério da Cultura realizou duas Conferências Nacionais, a segunda contando com a participação de trezentas mil pessoas e 3.100 municípios. Um avanço imenso no que diz respeito à adesão das cidades ao Sistema Nacional de Cultura, onde os gestores culturais poderão criar seus fundos e orçamentos municipais. A instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, em 2007, e dos Colegiados Setoriais, em 2008, vem na mesma direção de aumentar o controle social sobre o Estado. Um controle que deve fiscalizar e verificar o quanto avançamos, bem como apontar novos desafios.

O Brasil vive hoje uma liberdade de expressão sem precedentes. A sociedade está madura para o perigo do dirigismo estatal e deve estar mais ainda para o perigo do acanhamento dos poderes públicos; esse perigo sendo o mais possível numa sociedade democrática. Como há controle da imprensa e dos artistas, o risco de

dirigismo é mínimo, um fantasma do autoritarismo dos anos de chumbo. O risco que temos é do retorno de uma mentalidade política atrasada que trate a cultura como algo secundário, porque, convenhamos, parte da sociedade e dos formadores de opinião ainda pensa assim. O Estado, no caso da cultura, deve evitar a dicotomia do passado: estar presente de forma autoritária, ou estar ausente repassando suas responsabilidades ao setor privado. O Estado deve ser moderno, democrático, porém presente e equipado para massagear os pontos vitais. Um Estado habilitado a fornecer estímulo de forma ágil e transparente, com recursos, planejamento e informações técnicas e econômicas para tanto. As estatísticas de exclusão, a imensa diversidade, os desafios da economia da cultura são desafios que apontam para o papel do Ministério da Cultura numa missão de longa duração no século XXI.

A Importância do Orçamento Público

O desafio, entretanto, é fixar na Constituição o patamar mínimo do orçamento nas três esferas da federação. É o que faz a Proposta de Emenda Constitucional 150, que obriga o investimento de 2% em nível federal, 1,5% em nível estadual e 1% em nível municipal. A proposta tramita no Congresso e sua votação pode ser um grande ganho para o país. A tradução de um consenso político nacional necessita dos meios para sua plena consecução.

1. Planos Nacionais, Estaduais, Municipais, Regionais e Setoriais de Cultura

Em geral, os sistemas vêm sendo organizados com base no tripé formado por Conselho, Plano e Fundo, além, é claro, dos órgãos gestores e das conferências. Desde 2003, dezoito conselhos nacionais foram criados e seis reestruturados. Das cem conferências nacionais e internacionais realizadas desde 1941, 61 foram no período 2003-2008.

Os planos, elaborados pelos conselhos com base nas diretrizes definidas nas conferências, têm por finalidade o planejamento de longo prazo e, por isso, são instrumentos muito importantes para a institucionalização das políticas governamentais, transformando-as em políticas de Estado. Os Conselhos também são fundamentais para o funcionamento dos sistemas. São instâncias colegiadas permanentes, de caráter consultivo e deliberativo, integrantes da estrutura básica do órgão responsável pela política pública, em cada esfera de governo. Conforme as diretrizes apontadas pela 1ª Conferência Nacional de Cultura, a composição dos Conselhos de Política Cultural deve incluir, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente. Sua principal finalidade é atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas.

2. Sistemas de Informações e Indicadores Culturais

A Lei nº 12.343, aprovada em 2 de dezembro de 2010, sancionou o Plano Nacional de Cultura, reunindo 36 estratégias a serem implementadas por meio de 275 ações específicas. Segundo o art. 9º no PNC:

Fica criado o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, com os seguintes objetivos:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio

aos gestores culturais públicos e privados;

III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC.

Para adequar-se ao Plano Nacional de Cultura, o Governo do Estado de Santa Catarina, em 2009, firma convênio com o MinC para criar o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, que ainda aguarda conclusão. .

A abordagem do tema foi utilizada uma metodologia participativa que buscava nos interlocutores os conceitos disponíveis para cada etapa do processo de nivelamento de conhecimentos, complementando então as informações coletadas na dinâmica com conceitos mais abrangentes que servem de base para uma compreensão mais focada no problema da construção do Plano Municipal de Cultura de São Bento do Sul.

Como a questão referente à criação e acompanhamento de indicadores culturais não se desenvolveu conforme o planejado nos últimos dois anos, seja na esfera federal, seja na estadual, julgou-se proveitoso abordar a criação de indicadores próprios a partir de um método simples que é composto pela identificação de um gestor do indicador que deverá, por sua vez, definir fontes de dados, planejar um método de coleta e tabulação e por fim operar a análise dos dados, dando publicidade aos resultados.

3. Sistema Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura

Pode-se dizer que a política cultural, comparada a outras políticas públicas, como saúde e educação, ainda está na infância, no que se refere à estrutura institucional, formação técnica de gestores, legislação complementar e existência de uma base de dados e indicadores que possibilita o planejamento de longo prazo.

Essa situação pode ser atribuída, em parte, a uma indefinição a respeito do papel do Estado na gestão da Cultura. Qual a função e o espaço de atuação do poder público? Como ele pode agir garantindo ao mesmo tempo a liberdade de criação e o pleno exercício dos direitos culturais?

A resposta a tais questões deve ter como ponto de partida a compreensão de que a cultura é um direito básico dos cidadãos e um importante vetor de desenvolvimento. Por isso, deve ser tratada como área estratégica. Cabe ao Estado, sem dirigismo e interferência nos processos criativos, e com ampla participação da sociedade, assumir seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural e no estabelecimento de marcos regulatórios para a economia da cultura.

A atuação do Estado não substitui o papel do setor privado, com o qual deve, sempre que possível, atuar em parceria e buscar a complementaridade das ações. No entanto, cabem ao Estado responsabilidades intransferíveis, como garantir o acesso universal aos bens e serviços culturais e proteger e promover a diversidade cultural, com ênfase nas referências culturais minoritárias e nas que estão sob ameaça de extinção.

Desde a promulgação da Constituição, o Estado brasileiro, a fim de tornar efetivo o princípio da cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (art. 23 da CF/88), vem desenvolvendo esforços no sentido de fortalecer as políticas públicas, por meio da organização de Sistemas que vinculam as ações dos distintos entes federados. A concretização do federalismo cooperativo constitui uma aposta estratégica perante a escassez de recursos públicos, a diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados e as profundas desigualdades socioeconômicas regionais.

A experiência da organização sistêmica demonstrou que o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, a divisão de atribuições e responsabilidades, a montagem de um esquema de repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social asseguram

maior efetividade e continuidade das políticas públicas – esses são os objetivos pretendidos pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC). Um sistema é um conjunto de partes interligadas que interagem entre si, mas ele não é a simples soma das partes, pois há certas qualidades que não se encontram nos elementos concebidos de forma isolada. Sendo assim, para definir o Sistema Nacional de Cultura, é necessário dizer quais partes o compõem como elas interagem e quais são as propriedades específicas que lhe dão unidade. Considerando o debate ocorrido nos últimos anos, as experiências acumuladas na área da cultura e em outras políticas públicas, conclui-se que o SNC reúne a sociedade civil e os entes federativos da República – União, Estados, Municípios e Distrito Federal –, com suas respectivas políticas e instituições culturais. As leis, normas e procedimentos definem como interagem as suas partes, e a Política Nacional de Cultura e o Modelo de Gestão Compartilhada são as qualidades específicas que lhe dão unidade. É importante ressaltar que já foi aprovada no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional que institui o Sistema Nacional de Cultura (PEC nº 416/2005), bem como outras propostas de emendas e projetos de leis diretamente relacionados, tais como a PEC nº 150/2003, que destina recursos à cultura com vinculação orçamentária, a PEC nº 236/2008, que propõe a inserção da cultura no rol dos direitos sociais (art. 6º da CF/88) e os projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (Profic).

Essa pauta fortalece a necessidade de se institucionalizar com urgência o SNC, a fim de organizar as políticas culturais, combinando o respeito à autonomia dos entes com a necessária interdependência e cooperação. A realização das conferências municipais, estaduais, distrital e nacional de cultura constitui um momento propício ao debate e à mobilização da sociedade para impulsionar a aprovação desses instrumentos legais.

PLANOS NACIONAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS, REGIONAIS E SETORIAIS DE CULTURA; SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS; SISTEMA NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE CULTURA DIRETRIZES E METAS APROVADAS NO FÓRUM

Diretrizes:

1. Realizar o mapeamento cultural de São Bento do Sul, aproveitando o inventário cultural já existente e incorporando outros dados necessários para a leitura mais ampla da cultura do município.
2. Criar mecanismos legais municipais de proteção do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de São Bento do Sul.
3. Ampliar o espaço público para a cultura, criando um sistema de equipamentos culturais.
4. Pautar a política cultural do município pela abrangência de sua diversidade cultural, sem privilegiar segmentos específicos, valorizando as diferentes linguagens artísticas e culturais.
5. Criar o sistema municipal de informações e indicadores culturais.
6. Acompanhar o plano municipal de cultura constantemente e revisá-lo periodicamente.
7. Realizar um planejamento que leve em conta a dimensão do território no que se refere ao meio ambiente e à cultura da população rural.
8. Desenvolver um plano setorial e um sistema setorial de música, de forma a potencializar São Bento do Sul como um grande centro produtor e de formação musical.

Metas:

Nº	META	PRAZO		
		CURTO 2 anos	MÉDIO 5 anos	LONGO 10 anos
1	Mapear as várias manifestações, influências e territórios simbólicos da cidade e arredores, atualizando a visão sobre diversidade e identidade cultural de São Bento do Sul.		x	
2	Georreferenciar o inventário e outras informações culturais produzidas pelo mapeamento.		x	
3	Capacitar os produtores culturais e os tomadores de serviço no sentido de compreender ou ajustar a aplicação da legislação de empregado individual no município de São Bento do Sul.	x		
4	Criar mecanismo de tombamento e registro do patrimônio cultural e de apoio aos imóveis tombados, incluindo mecanismos de fomento, incentivo fiscal e crédito para a manutenção desses imóveis.		x	
5	Criar base técnica (equipe, normas, conhecimento) e institucional para que a nova legislação de tombamento, registro do patrimônio cultural e de apoio aos imóveis tombados seja implementada pela municipalidade.		x	
6	Criar um programa de conscientização da população de São Bento do Sul sobre a importância de preservar o patrimônio cultural e o impacto positivo no desenvolvimento do município.		x	
7	Garantir recursos para o restauro, manutenção e funcionamento permanente do Centro Cultural Dr. Genésio Tureck.	x		
8	Implantar novos espaços culturais multiuso e modernizar os espaços públicos já existentes destinados à produção cultural.		x	
9	Priorizar atividades culturais e artísticas na programação do Centro Cultural Dr. Genésio Tureck, assim como em outros espaços públicos culturais da cidade.	x		
10	Articular uma rede com o SESC e outros equipamentos e grupos culturais, visando à integração da programação, à visibilidade e ao uso pleno dos equipamentos culturais.	x		
11	Definir critérios de uso dos equipamentos públicos culturais da cidade por meio do Conselho Municipal de Política Cultural.	x		
12	Prever no orçamento municipal a manutenção dos espaços públicos culturais e bens históricos de propriedade do município.	x		

13	Obedecer, no âmbito do poder público, à abrangência da diversidade cultural, investindo na formação artística e técnica das linguagens de fomento dos diversos setores culturais.	x		
14	Envolver o Instituto Federal de Educação, Universidades, Sistema S e outras entidades na oferta de cursos de formação na área artística, de gestão cultural, turismo e gastronomia.	x		
15	Diagnosticar e produzir informações sobre os diferentes setores culturais, produtores, artistas, demais agentes e equipamentos.		x	
16	Criar indicadores de monitoramento de gestão municipal da cultura.	x		
17	Mapear o desempenho da economia cultural de São Bento do Sul.		x	
18	Criar indicadores de frequência de público em atividades culturais.	x		
19	Manter um cadastro de profissionais envolvidos direta e indiretamente nas atividades culturais.	x		
20	Criar um sistema de acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Cultura.	x		
21	Criar uma articulação para fortalecer São Bento do Sul no âmbito de um território mais amplo, firmando parcerias culturais com outros municípios.		x	

Lei Nº 3113/12

LEI Nº 3113, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER A TÍTULO DE DOAÇÃO OU REVERSÃO IMÓVEL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a receber, a título de doação ou reversão de doação, o imóvel inscrito no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 25022 com 4.027,39 m2, no Centro deste Município, fazendo frente para a Rua Heinz Neumann, fundos com João Goedert Neto, 91 metros, com Leonizio Lauro Marques, José Sluminsky e Jorge Luiz Hilgenstieler, por 36,00 metros, lado direito com Inez Janczkowski, Roland Neumann, Morgana Clement Finger, Antonio José Cruz e Ruy Alfredo Milzewski, por 70,37 metros; lado esquerdo com Wilson José Vicente e Carmen Beatriz Drazynski, por 44,12 metros, e com a Rua Eduardo Trinks, por uma linha curva de 18,51 metros, de propriedade da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul-CDL.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3113/12

LEI Nº 3113, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER A TÍTULO DE DOAÇÃO OU REVERSÃO IMÓVEL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a receber, a título de doação ou reversão de doação, o imóvel inscrito no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 25022 com 4.027,39 m2, no Centro deste Município, fazendo frente para a Rua Heinz Neumann, fundos com João Goedert Neto, 91 metros, com Leonizio Lauro Marques, José Sluminsky e Jorge Luiz Hilgenstieler, por 36,00 metros, lado direito com Inez Janczkowski, Roland Neumann, Morgana Clement Finger, Antonio José Cruz e Ruy Alfredo Milzewski, por 70,37 metros; lado esquerdo com Wilson José Vicente e Carmen Beatriz Dralzynski, por 44,12 metros, e com a Rua Eduardo Trinks, por uma linha curva de 18,51 metros, de propriedade da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Su-CDL.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3114/12

LEI Nº 3114, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.145.000,00 (hum milhão, cento e quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.122.0005.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 80.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 570.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 95.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$

240.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 60.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos as anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 03.092.0003.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.3.90.91.00.00.00.00.0100 - Sentenças Judiciais R\$ 70.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.128.0005.2.009 - Manutenção do Depto de Recursos Humanos

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 5.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 12.000,00

Atividade: 04.122.0005.2.010 - Manutenção do Depto de Suprimentos e Patrimônio

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 16.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente R\$ 4.000,00

Atividade: 04.126.0005.2.012 - Manutenção do Depto de Tecnologia da Informação

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 12.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 7.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 04.123.0006.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 25.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 13.000,00

Atividade: 04.129.0006.4.007 - Depto de Receita Tributação/Fiscalização

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serv. Consultoria R\$ 2.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Atividade: 04.122.0006.4.037 - Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais de Tributos Municipais

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 100.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 50.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 50.000,00

Atividade: 04.123.0006.6.007 - Departamento de Contabilidade e Tesouraria

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 04.121.0007.2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 17.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Com Locomoção R\$ 13.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Física R\$ 92.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 80.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contrib R\$ 14.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 20.000,00

Unidade: 05 - Instituto de Planejamento

Atividade: 04.121.0007.2.038 - Instituto de Planejamento de São Bento do Sul

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc e Vant Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patr Inst Prev Próp R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0356 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.0008.2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 40.000,00

4.5.90.61.00.00.00.00.0100 - Aquisição de Imóveis R\$ 10.000,00

Atividade: 11.333.0008.6.069 - Programa Pró-Jovem Trabalhador

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 10.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc.PJ R\$ 45.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 23.695.0010.1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 76.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Funcional: 23.695.0010.2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 60.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Mat Permanente R\$ 37.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Projeto: 18.541.0021.1.035 - Estruturação para o Meio Ambiente Sustentado

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$

20.000,00

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 3114/12

LEI Nº 3114, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.145.000,00 (hum milhão, cento e quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.122.0005.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 80.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 570.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 95.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 240.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 60.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos as anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 03.092.0003.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.3.90.91.00.00.00.00.0100 - Sentenças Judiciais R\$ 70.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.128.0005.2.009 - Manutenção do Depto de Recursos Humanos

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 5.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 12.000,00

Atividade: 04.122.0005.2.010 - Manutenção do Depto de Suprimentos e Patrimônio

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 16.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente R\$ 4.000,00

Atividade: 04.126.0005.2.012 - Manutenção do Depto de Tecnologia da Informação

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 12.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 7.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 04.123.0006.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 25.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 13.000,00

Atividade: 04.129.0006.4.007 - Depto de Receita Tributação/Fiscalização

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serv. Consultoria R\$ 2.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Atividade: 04.122.0006.4.037 - Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais de Tributos Municipais

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 100.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 50.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 50.000,00

Atividade: 04.123.0006.6.007 - Departamento de Contabilidade e Tesouraria

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 04.121.0007.2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 17.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Com Locomoção R\$ 13.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Física R\$ 92.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 80.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contrib R\$ 14.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 20.000,00

Unidade: 05 - Instituto de Planejamento

Atividade: 04.121.0007.2.038 - Instituto de Planejamento de São Bento do Sul

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc e Vant Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patr Inst Prev próp R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0356 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.0008.2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 40.000,00

4.5.90.61.00.00.00.00.0100 - Aquisição de Imóveis R\$ 10.000,00

Atividade: 11.333.0008.6.069 - Programa Pró-Jovem Trabalhador

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 10.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc.PJ R\$ 45.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 23.695.0010.1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 76.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Funcional: 23.695.0010.2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 60.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip e Mat Permanente R\$ 37.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Projeto: 18.541.0021.1.035 - Estruturação para o Meio Ambiente Sustentado

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 20.000,00

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1316/12

DECRETO Nº 1316, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno situado no Centro desta cidade, fazendo frente para a Rua D. Pedro II, contendo a área de 2.402,90 m², com as confrontações descritas na matrícula nº 19.340 do Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º. A área a que se referem o artigo 1º deste Decreto destina-se a Unidade de Pronto Atendimento, configurando a utilidade pública prevista nas alíneas "g" e "m" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1317/12

DECRETO Nº 1317, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.679,00 (Cinquenta e nove mil e seiscentos e setenta e nove reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 06.182.0002.2.004 - FUNREBOM - BOMBEIROS

4.4.90.51.00.00.00.00.0105 - Obras e Instalações. R\$ 35.279,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo. R\$ 4.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente. R\$ 400,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo. R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 06.182.0002.2.004 - FUNREBOM - BOMBEIROS

4.4.90.52.00.00.00.00.0105 - Equipamento e Mat. Permanente.

R\$ 35.279,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações. R\$ 4.400,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.2.080 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.48.00.00.00.00.0152 - Outros Aux. Financ. PF R\$ 8.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1318/12

DECRETO Nº 1318, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 13.122.0018.2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades.

3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 13.122.0018.2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades.

3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1319/12

DECRETO Nº 1319, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 17.512.0020.2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água.

3.3.90.93.00.00.00.00.0200 - Indenizações e Restituições R\$ 1.500,00

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 17.512.0020.2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia.

3.3.90.36.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. P. Física R\$ 8.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atividade: 17.512.0020.2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água.

3.3.90.47.00.00.00.00.0200 - Obrig. Trib. e Contributivas R\$ 1.500,00

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 17.512.0020.2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia.

3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. P. Jurídica R\$ 8.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1320/12

DECRETO Nº 1320, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de Crédito Adicional Suplementar;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal nº 2.912/11 que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do Município:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 317.350,00 (trezentos e dezessete mil, trezentos

e cinquenta reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, e suplementará as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica
3.1.90.11.00.00.00.00.0002 - Venc. e Vant. Fixas - PC R\$ 306.050,00

Atividade: 10.301.0015.2.101 Estratégias da Saúde da Família
3.3.90.30.00.00.00.00.0664 - Material de Consumo R\$ 11.300,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados como fonte de recursos a anulação das seguintes dotações:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica
3.1.90.13.00.00.00.00.0002 - Obrigações Patronais R\$ 200.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00.0002 - Auxílio Alimentação R\$ 92.000,00
3.3.90.47.00.00.00.00.0002 - Obrig. Trib. E Contrib R\$ 4.500,00
3.3.90.91.00.00.00.00.0002 - Setenças Judiciais R\$ 5.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00.0002 - Desp. De Exerc. Anteriores R\$ 4.550,00

Atividade: 10.301.0015. 2.101 Estratégias da Saúde da Família
3.3.90.39.00.00.00.00.0664 - Outros Serv. De Ter - PJ R\$ 4.700,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0664 - Equip. E Mat. Permanente R\$ 6.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de Novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1321/12

DECRETO Nº 1321, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3109 de 30 de novembro de 2012

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e criará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.1.90.11.00.00.00.00.0200 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 58.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 27.122.0017.2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 58.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1322/12

DECRETO Nº 1322, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3110 de 30 de novembro de 2012 DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul incluirá a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.3.90.46.00.00.00.00.0001 - Auxílio-Alimentação. R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, será utilizado como fonte de recursos à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1323/12

DECRETO Nº 1323, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3110 de 30 de novembro de 2012 DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.766.300,00 (um milhão, setecentos e sessenta e seis mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.361.0011.2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 32.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 9.000,00

Atividade: 12.365.0011.2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 238.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 57.000,00
3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 60.300,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 230.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 12.361.0011.4.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 280.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 860.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial e Suplementar abertos, serão utilizadas como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte: 0019 - Transferências do FUNDEB/FUNDEB - 40%, no valor de R\$ 492.671,30 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos) e as anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.306.0011.2.000 - Alimentação Escolar

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 322.000,00

Atividade: 12.364.0011.6.025 - Subvenções ao Ensino Superior

3.3.50.43.00.00.00.00.0100 - Subvenções Sociais. R\$ 20.000,00

Atividade: 12.361.0011.2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação Especial

3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

3.3.90.31.00.00.00.00.0001 - Prem. Cult., Artíst. Científ. Outras R\$ 10.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00.0001 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Gratuita R\$ 33.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 94.000,00

3.3.91.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 7.300,00

4.5.90.61.00.00.00.00.0001 - Aquisição de Imóveis. R\$ 100.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 12.365.0011.4.023 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 309.500,00

3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil. R\$ 54.700,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patronais. R\$ 79.740,96

3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais. R\$ 48.554,97

3.1.91.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 5.909,66

3.3.90.18.00.00.00.00.0018 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 10.861,51

3.3.90.18.00.00.00.00.0019 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 8.762,58

Atividade: 12.361.0011.4.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, jovens e adultos e Educação especial

3.1.90.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patronais. R\$ 61.394,39

3.1.90.13.00.00.00.00.0019 - Obrigações Patronais. R\$ 28.804,92

3.1.91.13.00.00.00.00.0018 - Obrigações Patr. Inst. Prev. Próp. R\$ 21.443,87
3.3.90.18.00.00.00.00.0018 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 14.364,84
3.3.90.18.00.00.00.00.0019 - Aux. Financ. Estudantes. R\$ 3.291,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1324/12

DECRETO Nº 1324, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3111 de 30 de novembro de 2012 DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.102.789,60 (hum milhão, cento e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 12.365.0011.4.027 - Manutenção de Convênios da Educação

3.3.90.30.00.00.00.00.00162 - Material de Consumo R\$ 16.500,00

4.4.90.52.00.00.00.00.00162 - Equipamento e Mat. Permanente R\$ 86.289,60

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

3.1.90.11.00.00.00.00.00002 - Venc. Vant. Fixa - Pessoal Civil R\$1.000.000,000

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos o excesso de arrecadação na fonte 0162 - Outros Recursos do FNDE - Programa Brasil Carinhoso, no valor de R\$ 102.789,60 (Cento e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) e as anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Projeto: 15.451.0007.1.030 - Pavimentar São Bento

4.4.90.51.00.00.00.00.00100 - Obras e Instalações R\$ 252.000,00

Projeto: 15.451.0007.1.033 - Passeio Seguro

3.3.90.30.00.00.00.00.00100 - Material de Consumo R\$ 98.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 17.512.0012.1.005 - Saneamento Ambiental

4.4.90.51.00.00.00.00.00100 - Obras e Instalações R\$ 100.000,00

Projeto: 15.451.0012.1.010 - Revitalização do Calçadão Central

3.3.90.30.00.00.00.00.00100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

Atividade: 15.452.0012.2.028 - Manutenção dos Cemitérios Municipais

4.4.90.51.00.00.00.00.00100 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto: 22.661.0008.1.007 - Investimentos para Incentivos Econômicos

4.5.90.61.00.00.00.00.00100 - Aquisição de Imóveis R\$ 150.000,00

Órgão: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto: 27.812.0017.1.029 - Construção, Reforma e Ampliação de espaços físicos para práticas esportivas

4.4.90.51.00.00.00.00.00100 - Obras e Instalações R\$ 300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1325/12

DECRETO Nº 1325, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

CONVOCA A QUINTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a quinta Conferência Municipal de Cultura, a ser realizada no dia 15 de dezembro do corrente ano, na Câmara Municipal de Vereadores, Centro, das 08:00 as 13:00 horas.

Art. 2º Os interessados em participar da quinta Conferência Municipal de Cultura deverão fazer as suas inscrições até o dia 12 de dezembro de 2012, na Fundação Cultural de São Bento do Sul, situada no Largo Hugo Fischer, 33, Centro, São Bento do Sul, SC, ou via e-mail para fceventos@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 3º O Regulamento da quinta Conferência Municipal de Cultura de São Bento do Sul - SC, disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos novos membros do Conselho Municipal de Política Cultural, para o próximo biênio.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1326/12

DECRETO Nº 1326, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com do art.1º, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 679/00,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM para o mês de dezembro de 2012 fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,0274.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1327/12

DECRETO Nº 1327, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3114 de 04 de dezembro de 2012 DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.145.000,00 (hum milhão, cento e quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.122.0005.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 80.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 570.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 95.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Manutenção da Assistência Social

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 240.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações R\$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patronais Inst. Prev. Próp R\$ 60.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.017 - Manutenção da Divisão de Agricultura e Pecuária

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizadas como fonte de recursos as anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 - PROCURADORIA

Unidade: 01 - Assessoria Jurídica

Atividade: 03.092.0003.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.3.90.91.00.00.00.00.0100 - Sentenças Judiciais R\$ 70.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 04.128.0005.2.009 - Manutenção do Depto de Recursos Humanos

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 5.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 12.000,00

Atividade: 04.122.0005.2.010 - Manutenção do Depto de Suprimentos e Patrimônio

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 16.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Material Permanente R\$ 4.000,00

Atividade: 04.126.0005.2.012 - Manutenção do Depto de Tecnologia da Informação

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 12.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 7.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 - Administração Financeira

Atividade: 04.123.0006.2.007 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 25.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 13.000,00

Atividade: 04.129.0006.4.007 - Depto de Receita Tributação/Fiscalização

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 2.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serv. Consultoria R\$ 2.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Atividade: 04.122.0006.4.037 - Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais de Tributos Municipais

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 100.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 50.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 50.000,00

Atividade: 04.123.0006.6.007 - Departamento de Contabilidade e Tesouraria

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 3.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 04.121.0007.2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

3.3.90.14.00.00.00.00.0100 - Diárias - Civil R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 17.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Com Locomoção R\$ 13.000,00

3.3.90.35.00.00.00.00.0100 - Serviços de Consultoria R\$ 20.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Física R\$ 92.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 80.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00.0100 - Obrigações Tributárias e Contrib R\$ 14.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equipamentos e Material Perm R\$ 20.000,00

Unidade: 05 - Instituto de Planejamento

Atividade: 04.121.0007.2.038 - Instituto de Planejamento de São Bento do Sul

3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Venc e Vant Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrigações Patr Inst Prev Próp R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0356 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 19.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.0008.2.016 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 40.000,00

4.5.90.61.00.00.00.00.0100 - Aquisição de Imóveis R\$ 10.000,00

Atividade: 11.333.0008.6.069 - Programa Pró-Jovem Trabalhador

3.3.90.33.00.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 10.500,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc.PJ R\$ 45.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 23.695.0010.1.009 - Investimentos para Incentivos Turísticos

3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Out Serv Terceiros - P. Jurídica R\$ 76.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Funcional: 23.695.0010.2.019 - Manutenção da Diretoria de Turismo

3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 60.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 37.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Projeto: 18.541.0021.1.035 - Estruturação para o Meio Ambiente Sustentado

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 20.000,00

Atividade: 18.541.0021.4.003 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 5.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14033/2012

PORTARIA Nº 14033, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LIRIAN WEDDERHOFF SPENGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Nível II, Classe E, matrícula nº 3130, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6947/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14034/2012

PORTARIA Nº 14034, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado PAULO REGODZINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional II, Nível I, Classe D, matrícula nº 8970, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6957/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14035/2012

PORTARIA Nº 14035, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada MARIA DE LOURDES MIRANDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe D, matrícula nº 16031, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5986/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14036/2012

PORTARIA Nº 14036, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012
Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez integral à segurada DÉCIO FERNANDO DREVECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe C, matrícula nº 21991, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6912/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14037/2012

PORTARIA Nº 14037, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012
Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez integral à segurada ANGELA APARECIDA DOMINGUES DE MELLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I,

Nível I, Classe E, matrícula nº 8140, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4739/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14038/2012

PORTARIA Nº 14038, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012
Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada LINDAMIR DAS GRAÇAS GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe D, matrícula nº 20030, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5560/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Portaria Nº 14039/12

PORTARIA Nº 14039, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de

contribuição à segurada MARIA FÁTIMA LINZMEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe G, matrícula nº 8520, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7197/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14040/2012

PORTARIA Nº 14040, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede Aposentadoria

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de dezembro de 2012, aposentadoria por invalidez integral à segurada REINALDA LISBOA DA SILVA VARELA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe C, matrícula nº 27450, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6796/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14041/2012

PORTARIA Nº 14041, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 28 de novembro de 2012, VERONICA MICKUS GORNIAC, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº

009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14042/2012

PORTARIA Nº 14042, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga Portaria nº 14041/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar a partir de 03 de dezembro de 2012 a Portaria nº 14041/12 que nomeou servidora pública municipal VERONICA MICKUS GORNIAC, no cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 14043/2012

PORTARIA Nº 14043, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 28 de novembro de 2012, ROSELI DA ROSA HILLENBRANT, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Repromulgação

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei Legislativo nº 263/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3100/12 e que foi promulgado com o número 4000/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 644/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3105/12 e que foi promulgado

com o número 4005/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 645/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3106/12 e que foi promulgado com o número 4006/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 646/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3107/12 e que foi promulgado com o número 4007/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 662/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3101/12 e que foi promulgado com o número 4001/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 663/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3103/12 e que foi promulgado com o número 4003/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 664/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3104/12 e que foi promulgado com o número 4004/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DESPACHO DE REPROMULGAÇÃO

Considerando erro de atribuição de numeração por ocasião de promulgação dos Projetos de Lei nº 665/12 aprovado, que deveria ter sido promulgado com número 3102/12 e que foi promulgado com o número 4002/12, anulo a promulgação e sua posterior publicação determinando que tais atos sejam refeitos adequadamente. Publique-se.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1552/2012 e 1553/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1552/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMV5139	55726427D	6653/2	08/08/2012	R\$ 127,69	230 * XI
LXY0166	54857377C	6599/2	15/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE3265	54077510D	5282/0	09/09/2012	R\$ 957,69	176 * I
MBE2524	55725649D	6920/0	13/09/2012	R\$ 127,69	233
MCE5903	54074161D	6599/2	12/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIS6641	55726037D	6610/2	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1553/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFC8393	55726317D	5541/1	08/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILH7762	55445210C	5541/1	07/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE3265	54077513D	5258/3	09/09/2012	R\$ 957,69	174
MDQ2607	54043869D	5541/2	28/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR5251	55726621D	5878/0	27/08/2012	R\$ 85,12	199
MJD3673	54857389C	5541/1	09/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 735/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 735/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALZ9508	8492043646	7455/0	22/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALZ9508	8492043762	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMJ5276	8492041864	7455/0	04/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
ANC0155	8492042352	7463/0	20/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
AZF0309	8492042522	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
CGA2533	8492043831	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
DZF3544	8492043543	7455/0	28/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZJ6091	8492043806	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZL0861	8492043642	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBE0961	8492043824	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBO7093	8492043933	7455/0	04/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP5148	8492043513	7455/0	24/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP6217	8492042211	6050/3	18/07/2012	R\$ 191,53	208
MBY6789	8492043808	7455/0	05/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCL5457	8492043437	7463/0	17/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGD1710	8492042694	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGR6395	8492043872	5673/2	30/08/2012	R\$ 85,12	183
MHN1223	8492043918	7455/0	03/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB1029	8492042077	7455/0	11/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIG5523	8492043565	7455/0	27/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH3098	8492043768	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKL2351	8492043725	7455/0	30/08/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1550/2012 e 1551/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1550/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFE0924	55727066D	6726/1	03/11/2012	230 * XVIII
CBD7822	54854099C	6629/0	17/10/2012	230 * VIII
DIE4534	55727859D	6599/2	15/10/2012	230 * V
ELG1177	55725864D	6920/0	11/10/2012	233
HIU1103	55727865D	6700/1	17/10/2012	230 * XVI
JFQ4815	55725875D	6920/0	16/10/2012	233
LYY0916	55725757D	6726/1	16/10/2012	230 * XVIII
MBE8699	55725886D	6920/0	18/10/2012	233
MEO5146	55725873D	6920/0	16/10/2012	233
MFF0056	55725887D	6920/0	18/10/2012	233
MHU7637	54854093C	6599/2	15/10/2012	230 * V
MHY5608	55725862D	6920/0	10/10/2012	233
MIP3978	55727864D	5045/0	17/10/2012	162 * V
MIP3978	55727866D	5045/0	18/10/2012	162 * V
MYC6068	55725854D	6920/0	05/10/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1551/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ1683	55728302D	7366/2	09/11/2012	252 * VI
MBM4111	55728303D	7366/2	09/11/2012	252 * VI
MBU8839	55727767D	7366/2	09/11/2012	252 * VI
MID5233	55728301D	5185/1	09/11/2012	167
MIO8706	55727762D	5185/1	09/11/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 734/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 734/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADJ9309	8492045119	6050/3	08/10/2012	208
ANA1631	8492045352	7455/0	03/10/2012	218 * I
CBB0372	8492045124	5673/2	06/10/2012	183
CZH8648	8492045116	5673/2	06/10/2012	183
HRU2260	8492045351	7455/0	03/10/2012	218 * I
IJQ2093	8492045308	7455/0	02/10/2012	218 * I
LBN2507	8492045209	7455/0	08/10/2012	218 * I
LYM2024	8492045325	7463/0	03/10/2012	218 * II
MAP6012	8492045077	7455/0	06/10/2012	218 * I
MBP4682	8492045151	7455/0	10/10/2012	218 * I
MCK1224	8492045316	7455/0	03/10/2012	218 * I
MDE0576	8492045087	6050/3	04/10/2012	208
MGJ2828	8492045347	7463/0	03/10/2012	218 * II
MHB0285	8492045036	7463/0	06/10/2012	218 * II
MHQ4062	8492045081	7455/0	07/10/2012	218 * I
MJG2859	8492045311	7455/0	02/10/2012	218 * I
MJO7865	8492045068	7455/0	04/10/2012	218 * I
MJP5019	8492045328	7455/0	03/10/2012	218 * I
MJT7749	8492045027	7455/0	10/10/2012	218 * I
MJT7749	8492045104	7455/0	10/10/2012	218 * I
MKS0027	8492045235	7455/0	06/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

SAMAE**Portaria/SAMAE/SBS/Nº 324 de 04 de Dezembro de 2012.**

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional 01, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "B".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 325 de 04 de Dezembro de 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ALIRIO MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, Grupo Ocupacional 01, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "F".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 327 de 05 de Dezembro de 2012.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora CLEIA REGINA HIRT, ocupante

do cargo de provimento efetivo de Telefonista, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe "B".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 328 de 05 de Dezembro de 2012

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, Grupo Ocupacional 04, com a carga horária de 36 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "F".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2012.

GERALDO WEIHERMANN
Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.533, de 05 de Dezembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.533, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 166/2012 - Modalidade Concorrência para Alienação nº 021/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO que o edital de abertura do Processo Licitatório nº 166/2012, Modalidade Concorrência para Alienação nº 021/2012, foi publicado sem respeitar o prazo mínimo de 30 (trinta) dias, estabelecido no inciso II, do § 2º, do art. 21 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo que tal irregularidade considera-se vício insanável, fato que impede a regular tramitação do Processo Licitatório supramencionado;

CONSIDERANDO a autorização legal para anulação de processos licitatórios, contida no art. 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 166/2012- Modalidade Concorrência para Alienação nº 021/2012, cujo objeto consiste

na "doação com encargos e cláusula de reversão do imóvel, lote industrial 02 (dois), com área de 13.381,03m², localizada na zona industrial São Paulinho".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 195/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/12/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2012. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL ANO 2012/2013 ZERO KM, COR BRANCA, MOTOR 2.8, DUAS PORTAS. INORMAÇÕES licitações@saolourenco.sc.gov.br

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 019/2012, de 22 de Novembro de 2012 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012 - FMS.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2010.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Rescisão amigável, do Contrato nº 016/2012, de 31/05/2012, supressão esta que se faz necessário tendo em vista a adoção de medidas para contenção de gastos públicos.

Valor: R\$ 4.421,14 (quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e quatorze centavos).

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 020/2012, de 22 de Novembro de 2012 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012 - FMS.

Termo de Rescisão ao Contrato 016/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 008/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 007/2010.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: rescisão amigável, do Contrato nº 016/2012, de 31/05/2012, rescisão esta que se faz necessária tendo em vista a adoção de medidas para contenção de gastos públicos.

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 384/2012, de 16 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 384/2012, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 205/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 99/2011, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 205/2011, de 23/09/2011, por 42 (quarenta e dois) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar a GIDURCH tempo suficiente para a aprovação dos projetos, bem como para que o Município possa encaminhar o boletim de medição final, referente ao Contrato de Repasse nº 245.153-26/2007.

Data de Assinatura: 16/11/2012.

Vigência: de 16/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fernando Martins Pedro - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 388/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 388/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 057/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 10/2010.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Suprimir a quantidade dos itens 1, 2 e 4, do lote 1, do Contrato nº 057/2012, de 1º/02/2012, supressão esta que se faz necessária tendo em vista a adoção de medidas para contenção de gastos públicos.

Valor: R\$ 54.607,44 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 389/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 389/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 199/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 045/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 79.283.065/0001-41.

Objeto: Suprimir a quantidade do item 01, do lote 01, do Contrato nº 199/2012, de 30/05/2012, supressão esta que se faz necessário tendo em vista a adoção de medidas para contenção de gastos públicos.

Valor: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 390/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 390/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Decreto Municipal nº 4.527, de 22 de novembro de 2012 e de acordo com a Lei 8.666 de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ nº 80.635.485/0001-29.

Objeto: LOCAÇÃO DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENE-GATTI, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO "XVIII BAILE DO CHOPP", A SER PROMOVIDO NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2012, PELA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 7.968,00 (sete mil novecentos e sessenta e oito reais), correspondente a 100 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 22/11/2012 a 03/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Donizete Adão Martins - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 391/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 391/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 103/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DELMAR LANZ ME, CNPJ nº 04.759.152/0001-23.

Objeto: aditar a quantidade do item 17, do Contrato nº 032/2012, de 18/01/2012, conforme cláusula primeira do termo aditivo.

Valor: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 22/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Delmar Lanz - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 392/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 392/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 033/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 103/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ROSA & PELIZZER LTDA ME, CNPJ nº 07.120.522/0001-76.

Objeto: aditar a quantidade do item 26, do Contrato nº 033/2012, de 18/01/2012, conforme cláusula primeira do termo aditivo

Valor: R\$ 1.051,20 (um mil, cinquenta e um reais e vinte centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 22/11/2012,

Vigência: de 22/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Valdemar Pelizzer - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 393/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 393/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 103/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SAN CARMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME, CNPJ nº 07.226.094/0001-60.

Objeto: aditar a quantidade do item 16, do Contrato nº 034/2012, de 18/01/2012, conforme cláusula primeira do termo aditivo.

Valor: R\$ 2.073,50 (dois mil, setenta e três reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 22/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e João Maria Barbosa de Camargo - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 394/2012, de 22 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 394/2012, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 037/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 159/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 103/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: aditar a quantidade do item 14, do Contrato nº 037/2012, de 18/01/2012, conforme cláusula primeira do termo aditivo.

Valor: R\$ 341,28 (trezentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 22/11/2012.

Vigência: de 22/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Valdevino Martins da Silva - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 395/2012, de 23 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 395/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 209/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 100/2011, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 209/2011, de 03/10/2011, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para realizar a vistoria e medição final, bem como para elaborar os projetos "as built" da obra.

Data de Assinatura: 23/11/2012.

Vigência: de 23/11/2012 a 25/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 396/2012, de 23 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 396/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 191/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 048/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TRACHEEL EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A, CNPJ nº 04.807.713/0001-12.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 191/2012, de 24/05/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para realização da vistoria e medição final da obra.

Data de Assinatura: 23/11/2012.

Vigência: de 23/11/2012 a 25/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Lourival Brandelero Toffoli - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 397/2012, de 23 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 397/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 170/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 084/2011, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 170/2011, de 02/08/2011, por 36 (trinta e seis) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar tempo suficiente para a elaboração dos projetos "as built", boletim de medição final, termos de recebimento da obra e desembolso financeiro, referente ao Contrato de Repasse nº 322.641-53/2010.

Data de Assinatura: 23/11/2012.

Vigência: de 23/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fernando Martins Pedro - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 398/2012, de 23 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 398/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 156/2012, Modalidade Concorrência nº 021/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: JOÃO MARIA BARBOSA DE CAMARGO, CPF nº 595.882.339-68.

Objeto: CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO REGULAR DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR AUTOMÓVEL DENOMINADO "TÁXI", SENDO O PONTO DE ESTACIONAMENTO SITUADO NA RUA RUI BARBOSA, CENTRO, EM FRENTE À POLICLÍNICA MUNICIPAL.

Valor: R\$ 1.599,90 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Pagamento: O valor deverá ser pago em até 24 horas, contadas da homologação do certame, e recolhido através de DAM, expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Data de Assinatura: 23/11/2012.

Vigência: de 23/11/2012 a 23/11/2022.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e João Maria Barbosa de Camargo - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 399/2012, de 23 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 399/2012, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 171/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IVANDRO TOCHETTO ME, CNPJ nº 02.512.731/0001-41.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E REDUNDANTE DE INTERNET COM WEBFILTER, PARA FILTRAGEM DE ACESSOS E CONTEÚDOS DE NAVEGAÇÃO, POR MEGABYTE.

Valor: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) mensais.

Dotação Orçamentária: 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (16) e 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (42).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 23/11/2012.

Vigência: de 1º/12/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ivandro Tochetto - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 400/2012, de 26 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 400/2012, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 070/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 017/2012, Modalidade Convite p/ Obras e Serviços nº 004/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 070/2012, de 16/02/2012, por 35 (trinta e cinco) dias, lapso este que se faz necessário a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para realizar o desembolso final, bem como a elaboração dos termos de recebimento da obra.

Data de Assinatura: 26/11/2012.

Vigência: de 26/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 401/2012, de 27 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 401/2012, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 226/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 076/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Eng. nº 014/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.014.475/0001-13.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 226/2012, de 29/06/2012, por 30 (trinta) dias, lapso este que se faz necessário devido ao atraso na execução do reboco, bem como em razão do período chuvoso, fatos estes que não permitiram a conclusão da obra no tempo programado pela Contratada.

Data de Assinatura: 27/11/2012.

Vigência: de 27/11/2012 a 27/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fábio Silva Pedroso - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 402/2012, de 28 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 402/2012, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Origem: Processo Licitatório nº 180/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 112/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: RODRIGO COSTA ME, CNPJ nº 03.389.653/0001-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E DE-CORACÃO DE FORMATURAS, DE 8º SÉRIES E PRÉ III, DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor: R\$ 13.420,00 (treze mil, quatrocentos e vinte reais).

Dotação Orçamentária: 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (44).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2012.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.367, de 10/02/2012.

Data de Assinatura: 28/11/2012.

Vigência: de 28/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Rodrigo Costa - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 403/2012, de 30 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 403/2012, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeira Termo Aditivo ao Contrato nº 367/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 163/2012, Modalidade Convite p/ Obras e Serviços nº 017/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELETROWATT MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, CNPJ nº 03.070.234/0001-01.

Objeto: dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 367/2012, de 31/10/2012, por 28 (vinte e oito) dias, lapso este que se faz necessário para que a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.) realize o desligamento da rede para que a Contratada possa concluir a obra, sendo que referido desligamento está agendado para o dia 05 de dezembro de 2012, bem como para que o Município possa realizar a vistoria e medição final da obra.

Data de Assinatura: 30/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Carlos Luiz Benazzi - pela contratada.

Extrato do Contrato Nº 404/2012, de 30 de Novembro de 2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 404/2012, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 368/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 164/2012, Modalidade Convite p/ Obras e Serviços nº 018/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELETROWATT MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, CNPJ nº 03.070.234/0001-01.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº

368/2012, de 31/10/2012, por 28 (vinte e oito) dias, lapso este que se faz necessário para que o Município possa concluir a obra de iluminação na Avenida Brasil, para em seguida possa ocorrer à remoção das luminárias para implantação nos locais definidos no projeto técnico.

Data de Assinatura: 30/11/2012.

Vigência: de 30/11/2012 a 31/12/2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Carlos Luiz Benazzi - pela contratada.

2º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial Nº 064/2012

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2012

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Educação, Sra. Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira, brasileira, casada, portadora do RG nº 9009543902 e inscrita no CPF sob nº 325.175.130-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 527, centro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.095.456/0001-47, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Márcia Regina Feuser Suzin, brasileira, inscrita no CPF sob nº 562.290.119-72 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 12/R-1.692.586 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2012, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o Lote 06 - item 30 do fornecedor acima citado, e aproximadamente 16% (dezesseis por cento) ao valor total do Lote 02 - itens 13,14,15,16 e 31 para que possa ser concluído o trabalho de instalação de rede de fibra óptica interligando as novas antenas do Programa Cidade Digital.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.291,95 (um mil duzentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos) o que perfaz aproximadamente 1,17% (um vírgula dezessete por cento) do valor total contratado para o fornecedor do Processo Licitatório supracitado.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 097/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2012, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA, PARA O PROGRAMA CIDADE DIGITAL, o seguinte item:

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP;

LOTE 02	DESCRIÇÃO	QTD	VLR UNIT.	VALOR TOTAL
13	Caixa Hermética 40x40x12cm	1	657,9800	657,9800
14	Disjuntor Monof. 20ª	2	11,8734	23,7468
15	Régua de 04 tomadas	1	22,7573	22,7573
16	Cabo PP 3x2,5mm	30	4,6504	139,5120
31	Serviço de instalação de caixa hermética	1	97,9551	97,9551
LOTE 06				
30	Suporte sob medida para fixação de antena 2" em poste - Conforme Projeto.	1	350,00	350,00
TOTAL	R\$ 1.291,95			

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.291,95 (um mil duzentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA FEUSER SUZIN

Projedel Materiais Elétricos Ltda EPP

LORECI C. S. DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1197, de 03 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1197, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1197, de 03 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645M5A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10511, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 1197, de 03 de setembro de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 193, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 193, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 193, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TZ5T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10352, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 193, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 275, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 275, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 275, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VQ7Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10434, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 275, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 276, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 276, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 276, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643T7R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10435, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 276, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 277, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 277, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 277, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643S34, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10436, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 277, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 279, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 279, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 279, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5643T8W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10438, com as

configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 279, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 281, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 281, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 281, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564619A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10440, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 281, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 282, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 282, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 282, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Q12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10441, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 282, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 283, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 283, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 283, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564600Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10442, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 283, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 284, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 284, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 284, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X2S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10443, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 284, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 285, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 285, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 285, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N6I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10444, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 285, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 286, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 286, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 286, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X42, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10445, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 286, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 287, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 287, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 287, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A560214H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10446, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 287, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 288, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 288, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 288, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Q3C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10447, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 288, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 289, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 289, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 289, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564604I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10448, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 289, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 291, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 291, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 291, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A560213C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10450, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 291, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 292, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 292, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 292, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645S2D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10451, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 292, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 293, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 293, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 293, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V1H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10452, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 293, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 294, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 294, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 294, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y8P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10453, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 294, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 295, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 295, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 295, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564673Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10454, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 295, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de Novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 296, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 296, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 296, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645P5J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10455, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 296, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 297, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 297, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 297, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N1T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10456, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 297, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 299, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 299, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 299, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R6U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10458, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 299, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 300, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 300, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 300, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X9R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10459, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 300, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 301, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 301, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 301, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646097,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 10460, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 301, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 302, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 302, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 302, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564643P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10461, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 302, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 303, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 303, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 303, de 12 de julho de 2012 do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V4W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10462, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 303, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 304, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 304, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 304, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T4Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10463, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 304, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 305, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 305, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 305, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646288, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10464, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 305, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 306, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 306, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 306, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X3X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10465, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 306, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 307, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 307, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 307, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y5A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10466, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 307, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 309, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 309, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 309, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T60, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10468, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 309, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 310, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 310, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 310, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564626Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10469, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 310, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 311, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 311, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 311, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N00, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10470, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 311, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 312, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 312, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 312, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645N9X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10471, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 312, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 313, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 313, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 313, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R99,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 10472, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 313, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 314, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 314, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 314, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645M2V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10473, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 314, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 315, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 315, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 315, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646640, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10474, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 315, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 316, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 316, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 316, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645P4E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10475, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 316, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 317, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 317, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 317, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646376, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10476, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 317, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 318, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 318, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 318, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564634R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10477, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 318, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 319, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 319, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 319, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564657C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10478, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 319, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 320, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 320, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 320, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z7N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10479, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 320, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 321, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 321, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 321, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564677I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10480, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 321, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 322, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 322, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 322, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646758, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10481, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 322, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 323, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 323, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 323, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y0L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10482, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 323, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 324, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 324, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 324, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TJ8W,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 10483, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 324, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 325, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 325, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 325, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V66, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10484, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 325, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 326, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 326, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 326, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TJ5H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10485, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 326, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 327, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 327, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 327, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646170, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10486, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 327, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 328, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 328, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 328, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645V0C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10487, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 328, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 329, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 329, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 329, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X6C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10488, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 329, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 330, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 330, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 330, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564616V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10489, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 330, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 331, de 12 de Julho de 201.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 331, DE 12 DE JULHO DE 201.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 331, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645S4N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10490, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 331, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 332, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 332, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 332, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y30, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10491, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 332, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 333, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 333, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 333, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564613G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10492, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 333, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 335, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 335, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 335, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y9U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10494, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 335, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 337, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 337, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 337, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R2A,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 10496, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 337, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 13 de Agosto de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 338, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 338, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 338, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645W4Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10497, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 338, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 339, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 339, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 339, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645082, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10498, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 339, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 340, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 340, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 340, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T1B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10499, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 340, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.
Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 341, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 341, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 341, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645S9C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10500, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 341, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 342, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 342, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 342, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z6L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10501, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 342, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 343, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 343, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 343, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T5V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10502, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 343, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 344, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 344, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 344, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z9X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10503, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 344, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 345, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 345, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 345, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TY4L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10504, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 345, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 347, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 347, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 347, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z1T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10506, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 347, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 348, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 348, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 348, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R3F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10507, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 348, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 349, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 349, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 349, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645T06, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10508, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 349, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 351, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 351, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 351, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564612B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10510, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 351, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 353, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 353, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 353, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645S72, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10512, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 353, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 354, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 354, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 354, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645R00, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10513, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 354, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 355, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 355, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 355, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5646273, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10514, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 355, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 356, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 356, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 356, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TJ1X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10515, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 356, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 357, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 357, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 357, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Q27, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10556, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 357, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 358, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 358, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 358, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TH9V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10557, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 358, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 359, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 359, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 359, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Z00,

com registro no patrimônio do Município sob o nº 10558, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 359, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 26 de novembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 163/2012

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2012

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 163/2012 - Convite p/ compras e serviços Nº 017/2012.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS, NA RUA PEDRO ALVARES CABRAL E TRAVESSA SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: ELETROWATT MATERIAS ELETRICOS LTDA - CNPJ: 73.930.539/0001-13

VALOR: 147.900,00 (cento e quarenta e sete mil e novecentos reais).

TOTAL: 147.900,00 (cento e quarenta e sete mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 26/10/2012.

VIGÊNCIA: 26/10/2012 à 31/12/2012.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº152/2012

DECRETO Nº152/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 29.829,31 (Vinte e nove mil oitocentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior, do SUS/PAB/PSF/SAUDE BUCAL na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.054 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 22.899,31

3.1.90.00.00.00.00.06.205.0 - Aplicações Diretas R\$ 22.899,31

11.01.10.301.12.2.057 - Func.e Manutenção da Saude Bucal R\$ 6.930,00

3.1.90.00.00.00.00.06.205.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.930,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria N.º 389/2012

PORTARIA n.º 389/2012

Exonera CHRISTIANE MARRERO CATALÃO do cargo de Médica Pediatra.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CHRISTIANE MARRERO CATALÃO do cargo de Médica Pediatra, contrato de trabalho nº. 042/2012.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 61/2012-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 61/2012-FMS

Processo de licitação nº. 26/2012-FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2012-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.800.371/0001-09, estabelecida na rua Tupy, nº 1.723, Bairro Nova Brasília, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89214-505.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no Protocolo de Diabetes da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tiras para teste de glicose com capacidade de medição entre 10 a 600mg/dl com tecnologia de glicose desidrogenase que meça por tecnologia de amperometria, com chip de codificação do lote das tiras. E que meça sangue total, capilar e neonato. Embalados individualmente. Contendo na caixa 100 unidades de tiras. A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato 100 aparelhos.	700	Caixa	74,00	51.800,00
VALOR R\$ TOTAL					51.800,00

Valor do contrato: R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil, e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 06/12/2012 – Vigência: 06/12/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 62/2012-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 62/2012-FMS
Processo de licitação nº. 26/2012-FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2012-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

CONTRATADA: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04, estabelecida Rua Benjamin Antonio Ansai, nº 180, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81030-490.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de insumos para atender os pacientes que se encaixarem no Protocolo de Diabetes da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Lanceta para lancetador, com espessura ultra-fina, ponta triangular para punção indolor, calibre 28G. Formato universal para a maioria dos lancetadores. Lacre de proteção individual, esterilizada por radiação gama. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	700	Caixa	4,20	2.940,00
VALOR R\$ TOTAL					2.940,00

Valor do contrato: R\$ 2.940,00 (Dois mil, novecentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 06/12/2012 – Vigência: 06/12/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A21/2012 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A21/2012 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2012 -FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.919.585/0001-06, estabelecida na Rua Saul, Brandalise, nº 1415, sala 01, Santa Tereza, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.560-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Gonçalves Dias, inscrito no CPF sob o nº 534.072.379-87, portadora de 25-1.686.788-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 38/2012-PMS, celebrado em 04 de junho de 2012, proveniente do Processo de Licitação nº. 9/2012-FMS, Tomada de Preço nº. 01/2012-FMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), ampliação e reforma da unidade mista de Saúde do Centro, situada a Rua Paulo Jahn, nº. 147, Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos e Convênio nº 17334/2011-7, com a Secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul - SDR e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, frente à prorrogação para conclusão dos serviços até 31 de dezembro de 2012.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57,§ 1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, solicitou o aditivo de execução da obra em 10 de

outubro de 2012.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil Walter Egidio Mukai, CREA-SC 065.488-5 da Administração Pública e aprovação da mesma, conforme anexo a este processo, na data de 12 de novembro de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada com efeito retroativo, a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.4 do contrato nº 38/2012-FMS, prorrogando-se o prazo para realização até 31 de dezembro de 2013.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 38/2012-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA
PAULO GONÇALVES DIAS
CPF no 534.072.379-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Ivandra de Souza	2ª Nome: Marilene Busch
CPF nº. 047.563.299-00	CPF nº. 037.813.699-27

Processo Seletivo Nº 004 _2012 _ Secel _pms Edital Nº 004 _2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Processo Seletivo nº. 004/2012- SECEL/PMS
Edital de Processo Seletivo nº. 004/2012

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Felipe Voigt, por meio de suas atribuições legais, resolve

TORNAR PÚBLICO

I- A divulgação do resultado final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 004/2012- SECEL/PMS para preenchimento temporário dos cargos do quadro de servidores e para formação de Cadastro de Reserva dentro do prazo de validade deste processo seletivo, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo n.º 001-004/2012.

RESULTADO FINAL

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
Cargo:	Professor A				
1.1 Educação Infantil 40h/s					
11975	SIRENE SEGURO GRUCHOSKI	7,48	0,60	8,08	1º
11290	VANDERLÉIA SCHULLER	7,48	0,28	7,76	2º
10332	TATIANE LEU	7,48	0,00	7,48	3º
10804	LUCIANE STUY	6,12	1,04	7,16	4º
10766	RAFAELA RAQUEL DE SANTANA	7,14	0,00	7,14	5º
10430	PRISCILA APARECIDA RIGO	6,80	0,22	7,02	6º
11916	LUCIANA GUIMARÃES OPPA	6,80	0,00	6,80	7º
11126	ADRIANA ALEXANDRA WEISSHEIMER STACHERA	5,10	1,30	6,40	8º
10456	PATRÍCIA DE LIMA	6,12	0,00	6,12	9º
10197	LARISSA GROSSL	5,78	0,10	5,88	10º
10421	CAMILA ROBERTA DE SOUZA THILLES	5,78	0,04	5,82	11º
11770	LIDIA REGINA DREHER LEITE MARTINS	5,78	0,02	5,80	12º
10111	JULIANA NASÁRIO NASCIMENTO FAGUNDES MACHADO	5,78	0,00	5,78	13º
9997	GRACIELLA STRELOW	5,44	0,00	5,44	14º
12181	IVANE LEU	5,44	0,00	5,44	15º
9970	ADRIANA PRESTES DE SOUZA	5,10	0,00	5,10	16º
10219	DANIELE ESTHER DALCANALLE	5,10	0,00	5,10	17º
10227	PRICILA LOURENÇO	5,10	0,00	5,10	18º
9610	KELLY NATASHA BOOS	5,10	0,00	5,10	19º
		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
1.2 Educação Infantil 30h/s					
10138	LUANA NAGEL DE LIMA	8,50	0,00	8,50	1º
10103	NILSON FELICIANO	7,14	0,28	7,42	2º
10413	SHÁLLY KATLEEM PISKE	6,80	0,00	6,80	3º
10898	MÉLANI MURARA	6,46	0,00	6,46	4º
12149	MARY ÁGATHA PEREIRA CALDAS MAIA	6,12	0,00	6,12	5º
12106	CRISTINA ALVES	5,44	0,04	5,48	6º
		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
1.3 Educação Infantil 20h/s					
11550	DANIELE FERNANDA LANGE	6,12	0,00	6,12	1º
10049	VIVIANE FIEDLER	5,10	0,00	5,10	2º
		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
2.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 20hs					
12092	DENER DE ANDRADE	6,12	0,16	6,28	1º
		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
2.3 Educação Especial Alunos Portadores de Necessidades Especiais - 40hs					
10200	LUCIMAR ESSER	7,82	0,00	7,82	1º
Cargo:	Professor B				
3.1 Educação Infantil - 40h/s					
		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11240	FLÁVIA SOUZA CERQUEIRA PUPO	7,82	0,12	7,94	1º
11134	GABRIELA REGINA ROSSI	7,14	0,36	7,50	2º
11681	CATIA CRISTINA STINGHEN	6,80	0,44	7,24	3º
11410	LOSANGELA BELERS	6,80	0,00	6,80	4º
9822	KETLIN ALAIDE FRIZKE ZILS	6,46	0,10	6,56	5º
11215	DANIELA APARECIDA HILLE	6,46	0,00	6,46	6º

10871	VILMA DA APARECIDA BUENO	6,12	0,14	6,26	7º
11606	IRENE DA SILVA	6,12	0,00	6,12	8º
9628	ROSANA KÁTIA MASSANERO GESSER	5,78	0,00	5,78	9º
11061	CRISTIANA DA SILVA	5,44	0,00	5,44	10º
9636	MILANA CRISTINA ERDMANN	5,44	0,00	5,44	11º
3.2 Educação Infantil - 30hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10960	TATIANE ROSA	5,78	0,28	6,06	1º
10545	ANDRAPAULA VIEIRA HOFFMANN	5,78	0,12	5,90	2º
10553	ELIZABETE MENDES DOS SANTOS	5,78	0,00	5,78	3º
3.3 Educação Infantil - 20hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11843	ANA PAULA DE LIMA	6,12	0,02	6,14	1º
10812	SIMONI MUNDSTOCK NUNES	5,10	0,00	5,10	2º
4.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 40hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
9741	TATIANA KETLIN ENGEL	7,48	0,28	7,76	1º
11096	CAMILA TRAMPUSCH CAVALHEIRO	7,48	0,00	7,48	2º
10499	VARDILEI DOS SANTOS VICENTE	7,48	0,00	7,48	3º
11827	SONIA PEREIRA DOS SANTOS JURCK	5,10	0,30	5,40	4º
4.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 20hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11924	SABRINA KOLLOSS FERNANDES	6,12	0,00	6,12	1º
10464	DULCE LARA SCHMITT	5,78	0,00	5,78	2º
12203	ELIANE MARIZE OLSEN DEPNER	5,78	0,00	5,78	3º
4.3 Educação Especial Alunos Portadores de Necessidades Especiais - 40h/s		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11991	BEATRIS OELKE	8,16	0,24	8,40	1º
9.1 Subárea Educação Física Ensino Fundamental - 40h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10260	LENITA FELIPPI SOARES	6,46	0,40	6,86	1º
11304	YURI DOLBERTH LEITE	6,46	0,00	6,46	2º
9849	ADRICIA NEUMANN	6,12	0,12	6,24	3º
11983	WILLIAM COTHOVISKY	6,12	0,00	6,12	4º
9.2 Subárea Educação Física Ensino Fundamental - 20h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10340	JOÃO CARLOS OLIVEIRA	8,16	0,00	8,16	1º
10.1 Subárea Artes - 40h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação

10634	JORDANA PRESTINI	6,12	0,20	6,32	1º
10.1 Subárea Artes - 40h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11797	MARCOS ROBERTO JOLY	6,46	0,40	6,86	1º
12.1 Subárea Ciências (Séries Finais) - 20h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
12173	FABIO ALCEU KRONBAUER	8,50	0,00	8,50	1º
9865	BRUNA LUISA ROQUE ROSSI	7,82	0,00	7,82	2º
9806	IVERSON JUNIOR DOS SANTOS RODRIGUES	6,12	0,40	6,52	3º
13.1 Subárea Matemática (Séries Finais) - 20h/aula		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11401	JANI JOÃO POSSAMAI	6,46	0,00	6,46	1º
Cargo Professor C					
14.1 Educação Infantil - 40h/s		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10367	ELIANE MACIEL	7,82	0,60	8,42	1º
11720	SELEIDE POLETTO WOPEREIS	8,16	0,24	8,40	2º
11967	SCHEILA CRISTINA DA SILVA	7,82	0,00	7,82	3º
10189	SILVANE SALETE MAIA PERDONÁ	7,14	0,60	7,74	4º
9911	ROSILMA DE FATIMA BUENO GRACIOLI	7,14	0,44	7,58	5º
9890	LUZIA PICCOLI BORTOLINI	7,14	0,28	7,42	6º
12084	ABIGAIL REGINA BLAKA	6,80	0,60	7,40	7º
10880	ILENE BESEN	6,80	0,60	7,40	8º
11894	PAMELA DE CARVALHO	7,14	0,24	7,38	9º
9920	RAFAELA FORMENTO DE ANGELIS	6,80	0,52	7,32	10º
10480	MARIA ODETE ZIMMERMANN	5,44	1,50	6,94	11º
12157	CHRISTIANNE DALA RIVA DA SILVA METZNER	6,80	0,12	6,92	12º
10073	ELIANE MARA KICHELESKI KLODZINSKI	6,80	0,12	6,92	13º
11835	ALICE RENATE PATERNO PINHEIRO	6,46	0,20	6,66	14º
10855	VANDA SOARES DA LUZ	6,12	0,40	6,52	15º
11495	JANETE WONCZEWSKI	6,12	0,32	6,44	16º
11444	VANIA SILVA VALENTINA	6,12	0,28	6,40	17º
11118	MARIA CRISTINA JOSÉ CENSI	5,10	0,60	5,70	18º
11754	ÉDINA APARECIDA DA SILVA GODOOI	5,44	0,20	5,64	19º
11355	ENILSE ALMEIDA DA SILVA	5,10	0,32	5,42	20º
10928	SIRLENE PAVARIN MACIEL	5,10	0,22	5,32	21º
9660	ERICA RABELO DOMINGUES	5,10	0,20	5,30	22º
9679	DENISE SCHEIDT	5,10	0,18	5,28	23º
14.2 Educação Infantil - 30hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11533	EDINA PICCOLI CEZÁRIO	7,82	0,24	8,06	1º
14.3 Educação Infantil - 20hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
9792	SAMANTA PATRICIA DORING SIEVERS	7,48	1,20	8,68	1º
10650	NEUSA DAS GRAÇAS FAEDO	5,78	0,52	6,30	2º
12009	MARIA SALETE DOLBERTH LEITE	5,78	0,00	5,78	3º
15.1 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 40hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
9733	FABIANE DAL-RI	7,48	0,36	7,84	1º
11690	DANIELE CRISTINE ROSA JOSEFI	6,80	0,32	7,12	2º
11851	KELLY SANTOS LUGARINI GEROLA	6,12	0,36	6,48	3º
10324	ESTELA CORDEIRO MATEUS	6,12	0,24	6,36	4º
10090	IVANICE DIAS FURTADO	5,10	0,34	5,44	5º
15.2 Ensino Fundamental (Séries Iniciais) - 20hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10278	SANDRA APARECIDA MONTEIRO LUTHER	8,84	1,44	10,00	1º

9903	ROSÂNGELA MULLER RUBIN	6,80	1,02	7,82	2º
15.3 Educação Especial Alunos Portadores de Necessidades Especiais 40hs		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
11045	RICARDO ANTONIO BUENO	6,12	0,02	6,14	1º
11398	EDI RITA DE MARCO	5,44	0,20	5,64	2º
16.1 Subárea Ética e Cidadania Ensino Fundamental - 40h		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10847	GIOVANI CUNHA REPLE	5,10	0,00	5,10	1º
24.1 Subárea Ciências (Séries Finais) - 20h		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
9962	GRACIELA DEBIASI	7,14	0,00	7,14	1º
25.1 Subárea Língua Portuguesa (Séries Finais) - 20h		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10987	MARIA JOSÉ DE AZEVEDO	6,80	0,32	7,12	1º
11746	ELIZANGELA CORDEIRO DE LIMA	5,78	0,20	5,98	2º
PROFESSOR C - PNE		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
12122	ANERY SALETE CORREIA	7,14	0,60	7,74	1º
SERVENTE		Nota da Prova Objetiva	Nota da Prova de Títulos	Nota Final	Classificação
10030	LUCIANE LEU	9,86	0,00	9,86	1º
10863	MEIRE LUCIANE CASTRO CHIQUELEIRO	8,50	0,00	8,50	2º
9830	IVANY TEREZINHA DA SILVA	8,50	0,00	8,50	3º
10537	ROSANGELA HENICKA	8,50	0,00	8,50	4º
10316	CLAUDIA GIMENES DORNELES	8,16	0,00	8,16	5º
9954	MARIA ANGELA DE TOLEDO	8,16	0,00	8,16	6º
10715	ALEXANDRA MARLUCE BARTHE	7,14	0,00	7,14	7º
11380	INES ECCEL HECK	6,80	0,00	6,80	8º
11657	GRACIELE VOLLES	6,29	0,00	6,29	9º
11762	LUCELIA RHODEN	6,12	0,00	6,12	10º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina,
em 03 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito

MELANI ZELFELD
Presidente
Comissão Organizadora do Processo Seletivo



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 15/2012-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2012**Número do Registro de Preços: 53/2012****Data do Registro: 05/12/2012****Válido até: 05/12/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análise de água, bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) para suprir as necessidades da Secretar

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	COLETA E ANÁLISE de Bactérias Heterotróficas (6 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	18,0585	1
2	COLETA E ANÁLISE de Coliformes Totais (36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	12,3120	1
3	COLETA E ANÁLISE de Cloro Residual (36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	4,1040	1
4	COLETA E ANÁLISE de Cianobactérias (3 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	36,9361	1
5	COLETA E ANÁLISE de Trihalometanos (2 trimestrais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	53,3522	1
6	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA TRATADA PORTARIA MS Nº 2914 DE 12/12/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (COMPLETA) SEMESTRAL. Obs.: 2 análises anuais.	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	1.360,8912	1
7	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA BRUTA CONAMA 357 (COMPLETA) Obs.: 6 análises anuais.	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	868,4094	1
8	COLETA E ANÁLISE de Cor aparente(36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	4,1040	1
9	COLETA E ANÁLISE da turbidez (36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	4,1040	1
10	COLETA E ANÁLISE de fluoretos (36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	36,9361	1
11	COLETA E ANÁLISE de pH (36 análises mensais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	4,1040	1
12	COLETA E ANÁLISE de aluminio residual e água tratada (Conforme necessidade. Esporadico)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	20,5201	1
13	COLETA E ANÁLISE da alcalinidade em água bruta (Conforme necessidade. Esporadico)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	9,8496	1
14	COLETA E ANÁLISE de Escherichia coli.	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	9,8496	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2012**Número do Registro de Preços: 53/2012****Data do Registro: 05/12/2012****Válido até: 05/12/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análise de água, bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) para suprir as necessidades da Secretar

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Gosto e Sabor (2 trimestrais)	UN	ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA. (10677)		0	4,1040	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2012****PROCESSO Nº 135/2012**

(10677) - ZINIA ANALISES QUIMICAS E MICROBIOLOGICAS LTDA.

SCHROEDER, 5 de Dezembro de 2012.

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2606, de 07 de Dezembro de 2012

LEI Nº 2606, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2012, da Administração Direta e Indireta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder à anulação, no valor de R\$ 53.250,00 (Cinquenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.05.028.843.0005.0002. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.05.028.843.0005.0002. ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002. DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

460000.00 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

469000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

19.01.027.813.0090.1241. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME

19.01.027.813.0090.1241. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO

19.01.027.813.0090.1241. OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULOLIVRE - SUP. FINANCEIRO 43.250,00

TOTAL 43.250,00

RESUMO FME

0.30000 VINCULOLIVRE - SUP. FINANCEIRO 43.250,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 53.250,00 (Cinquenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2012 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.543 de 16/12/2011):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PMT)

SUPLEMENTA

02.01.004.122.0010.2004. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0010.2004. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0010.2004. MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00

TOTAL 10.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (FUNDAÇÃO)

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME

19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO

19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULOLIVRE - SUP. FINANCEIRO 12.000,00

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 VINCULOLIVRE - SUP. FINANCEIRO 31.250,00

TOTAL 43.250,00

RESUMO FME

0.30000 VINCULOLIVRE - SUP. FINANCEIRO 43.250,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 07 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2951, de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2951, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Especial à conta de anulação de dotação, no valor de R\$ 25.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011 e Lei 2604, de 23/11/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA

900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA

0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00

TOTAL 25.000,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2604, de 23/11/2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC

12.01.006.182.0013.2110. Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - FUMDEC

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 25.000,00

TOTAL 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2952, de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2952, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Especial à conta de anulação de dotação, no valor de R\$ 175.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011 e Lei 2604, de 23/11/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
99.99.099.999.9999.9999. RESERVA DE CONTINGENCIA
900000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
990000.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
999900.00 RESERVA DE CONTINGENCIA
0.10000 VINCULO LIVRE 175.000,00
TOTAL 175.000,00

Art.2º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), autorizado pela Lei nº 2604, de 23/11/2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
12.01.006.182.0013.2110. FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL FUMDEC
12.01.006.182.0013.2110. Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil - FUMDEC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 175.000,00
TOTAL 175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2953, de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2953, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 82.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e

"c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011 e Lei nº 2605, de 23 de novembro de 2012, DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

02.02.004.131.0012.2008. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL
02.02.004.131.0012.2008. IMPRENSA, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
02.02.004.131.0012.2008. MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00
TOTAL 82.000,00
RESUMO
0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), autorizado pela Lei nº 2605, de 23 de novembro de 2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIP. SOCIAIS
16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00
TOTAL 82.000,00
RESUMO FMAS
0.10000 VINCULO LIVRE 82.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2954, de 23 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2954, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 24.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIP. SOCIAIS

16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.10000 VINCULO LIVRE 24.000,00
 TOTAL 24.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.10.008.244.0086.2270. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
 16.10.008.244.0086.2270. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIP. SOCIAIS
 16.10.008.244.0086.2270. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS
 0.10000 VINCULO LIVRE 24.000,00
 TOTAL 24.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-C2005 de 13 de Novembro de 2012.

PORTARIA No SEMFA-C2005 de 13 de Novembro de 2012.
 Concede Promoção por Qualificação as servidoras da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, as Servidoras ocupantes de cargos efetivos, lotados (as) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Dilma Tomelin Girardi	GP-66	GP-67	03/12/2012	RH12-0171
Lilian Adriana Bona	GA-25	GA-26	29/11/2012	RH12-0170

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
 Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C1999 de 01 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº SEMFA-C1999 de 01 de Novembro de 2012.
 Concede Licença à Gestante para a servidora Deyse Aparecida Londres.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante para a servidora DEYSE APARECIDA LONDRES, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 01 de novembro de 2012 (período 01/11 a 28/02/2013), conforme Processo RH10-0074.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de Novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
 Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-C2000 de 01 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº SEMFA-C2000 de 01 de Novembro de 2012.
 Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Deyse Aparecida Londres	SEMFA-C1999 de 01.11.2012	29.04.2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
 MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
 Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2001 de 07 de Novembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2001 de 07 de novembro de 2012.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marize Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARIZE CAMPESTRINI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH04-0280;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 25/10 à 08/11/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 09/11 à 10/12/2012 (32 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2002, de 12 de Novembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2002, de 12 de novembro de 2012.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Arlete Schumacher.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ARLETE SCHUMACHER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13.11.2012 a 18.11.2012, por seis (06) dias, conforme Processo RH99-057;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2003, de 12 de Novembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2003, de 12 de novembro de 2012.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sulinha Baumler Colombo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SULINHA BAUMLER COLOMBO, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13.11.2012 a 16.12.2012, por trinta e quatro (34) dias, conforme Processo RH02-0330;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nºsemfa-C2004 de 13 de Novembro de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-C2004 de 13 de novembro de 2012.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dirlene Vicente Salvador.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DIRLENE VICENTE SALVADOR, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH04-0021;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 29/10 à 12/11/2012 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 13/11 à 31/01/2013 (80 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de novembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Edital Pregão Presencial N.º 146 2012 - Aquisição de Oxigênio

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2012

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal destinado à Secretaria de Saúde e oxigênio para solda destinado à Secretaria de Obras para o exercício de 2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 23 de janeiro de 2013. ABERTURA: dia 23 de janeiro de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 04/12/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Retificação ao Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 2012/89

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/89
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Olos Tecnologia LTDA - EPP

OBJETO: Implantação de sistema e prestação de serviços de processamento de dados para gestão de saúde pública.
PRAZO: Prorrogado até dia 30/06/2013

Timbó, 05 de dezembro de 2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Extratos de Termos Aditivos

Sexto termo aditivo ao Contrato - 22/2009
Pregão Presencial nº 002/2009
Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratado: ADS SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prorrogação do contrato inicial por 12 meses - Contratação de empresa especializada para a locação de mão-de-obra na categoria de Auxiliar de Limpeza, para a Câmara Municipal de Timbó (SC).
Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2013
Assinado: 20 de Novembro de 2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Wiegold Starke- Presidente) e ADS Serviços LTDA (Luciana Fleischmann).

Quarto termo aditivo ao Contrato - 23/2009
Convite 04/2009:
Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratado: TPA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Prorrogação do contrato inicial por 12 meses - O fornecimento do "LINK INTERNET IP DEDICADO, que permite a conexão da rede local de computadores e desta à Internet. Fornecimento de acesso local através de fibra óptica. Hospedagem de website.
Vigência: 01/01/2013 a 31/12/2013

Assinado: 20 de Novembro de 2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Wiegold Starke- Presidente) e TPA INFORMÁTICA LTDA (Fabiano Busnardo).

SAMAE

Portaria Nº. SAMAE- 566, de 13 de Novembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 566, de 13 de Novembro de 2012.

Concede exoneração a pedido dos servidores abaixo contratados temporariamente para o cargo de AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1º. CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor FLAVIO LINO FRONZA, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 541, de 02/07/12, a contar de 01/11/2012.

Art. 2º. CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora SIMONE APARECIDA FERREIRA, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 493, de 12/03/12, a contar de 01/11/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 13 de Novembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Portaria Nº. SAMAE- 567, de 20 de Novembro de 2012.

PORTARIA nº. SAMAE- 567, de 20 de Novembro de 2012.

Concede exoneração a pedido dos servidores abaixo contratados temporariamente para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, a contar da data abaixo mencionada.

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso V, da LC nº 212/2001, e, alterações, e, pelo artigo 9, Inciso II, da Lei nº 2045, de 22 de Dezembro de 1993 e alterações; resolve:

Art. 1º. CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora CRISTIANE FUSINATO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a qual foi nomeada pela Portaria nº SAMAE 528, de 01/07/12, a contar de 20/11/2012.

Art. 2º. CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor LENONN PATRYCK GONZAGA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, o qual foi nomeado pela Portaria nº SAMAE 463, de 20/01/12, a contar de 21/11/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 13 de Novembro de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Licitação

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 119/2012 - Edital Pregão nº. 84/2012. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 20 de dezembro de 2012, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ESCOLAR destinado à manutenção da Rede Municipal de Ensino".

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 20 de dezembro de 2012.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 30 de novembro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

SIDILON PAZDA

Pregoeiro.

Tunápolis

PREFEITURA

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 25/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2012

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 25/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito em exercício, o Senhor Volmir Pedro Lawisch, e de outro lado a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita CNPJ sob o nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua 7 de Setembro nº 888, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, Procurador, inscrito no CPF nº 346.310.039-87, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 25/2012.

Considerando o contrato Administrativo nº 25/2012 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 05 de junho de 2012, proveniente do Processo Licitatório nº 59/2012 e Edital Tomada de Preços 06/2012, com seus anexos PMT, em que consta como objeto a "Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de passeios públicos em concreto com sinalização tátil e direcional, nas Ruas 25 de Julho, Santo Antônio, Santo Ângelo, Caaró, Pe. Balduino Rambo e Padre Roque Gonzales do perímetro urbano desta municipalidade, com Recursos Próprios".

Cláusula Primeira DO PRAZO:

Ao presente contrato fica acrescido o prazo de 60 (sessenta) conforme solicitação do contratado e autorização para o mesmo do Técnico em Projetos e Engenheiro Municipal da Prefeitura.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis e testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 04 de Dezembro de 2012.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em exercício

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME

Contratada

TIAGO ROBERTO BERWANGER

CPF: 047.638.489-33

Sócio- Gerente

CLEMENTE ALOIZIO BERWANGER

Procurador

CPF: 346.310.039-87

LEANDRO SCHEFER

Eng.Civil

JACKSON SCHERER

Secretario da Administração

Testemunhas:

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

CPF: 020.226.259-60

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.822/12

LEI N.º 2.822/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza o Poder Executivo a conceder Remissão de Créditos Tributários, e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total dos créditos tributários abaixo relacionados, compreendendo o principal e seus acréscimos, nos termos do art. 172, I, do Código Tributário Nacional e art. 110, I, do Código Tributário Municipal, em face da situação econômica dos sujeitos passivos, conforme consta dos respectivos Processos Administrativos:

CONTRIBUINTE	TRIBUTOS	VALOR (R\$)	FULCRO: CTN LEI Nº 5.172/66 c/c CTN LEI Nº 69/85	PROCESSO Nº
Santina de Oliveira	IPTU/TSP de 2011 e 2012	428,37	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.692/2012
Terezinha Tibes de Campos	IPTU/TSP de 1999 a 2005	5.554,24	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	5.522/2012
Carlim Alipio de Moraes	IPTU/TSP de 2007 a 2012	1.544,97	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.212/2012
João Francisco Lisboa	IPTU/ TSP de 1998 a 2012	9.112,31	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.278/2012
Margarida Ponte Ferraz	IPTU/TSP de 2012	64,55	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	6341/2012
Carmelinda Bogoni	IPTU/TSP de 2011 e 2012	824,65	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	14.707/2011
Jusara Maristela de Faria, representada pela sua curadora Justina Inês Fruet de Lima	IPTU/TSP de 2012	154,72	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.490/2012
Luiz Titon, representado por Ana Delazen Titon	IPTU/TSP de 1999 a 2012	2.165,65	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	11.072/2012
Terezinha dos Santos	IPTU/TSP de 2010 a 2012	602,89	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.541/2012
Lucas Yuri Toldo representado por Jucelir Terezinha Morriggi Toldo	IPTU/TSP de 2011 e 2012	432,17	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	15.025/2011
Alfonso Genero, representado por Rozalina Genero	IPTU/TSP de 2010 a 2012	919,53	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	2.148/2012
Arlete Michand Conrad	IPTU/TSP de 2010 a 2012	212,51	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	3.583/2012
Viviane Alves da Silva	IPTU/TSP de 2007 a 2012	1.042,36	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	6.500/2012
Paulino da Silva	IPTU/TSP de 2004 a 2012	6.326,08	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.277/2012
Nelson Schultz, representado por Dirce de Fátima Antunes de Lima Schultz	IPTU/TSP de 2011 a 2012 e CM de 2008 a 2010	2.512,34	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	12.906/2011

Demetilde Rodrigues e Ervino Klann, representados por Maria de Lourdes Mott	IPTU/TSP de 1998 a 2012	5.741,60	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	5.171/2012
Frida Maria Woitke, representada por seu curador Manfred Rudi Woitke	IPTU/TSP de 2006 a 2011	4.637,55	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	15.376/2011
Sonia Maria Pittol Pelissari	IPTU/TSP e CM de 2002 a 2012	4.306,28	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	2.424/2012
Dinarte Pelen-tir da Cruz	IPTU/TSP e CM de 2007 a 2012	3.447,72	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	2.614/2012
Rosângela Veronica Longo, representada por Elvira Antonia Longo	IPTU/TSP de 2012	759,42	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	5.855/2012
Valdeni Antunes	IPTU/TSP de 1999 a 2012	6.887,76	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.201/2012
Jardelino Gonçalves	IPTU/TSP de 2007 a 2012	1.422,06	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	3.363/2012

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.823/12

LEI N.º 2.823/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar a doação de bem móvel que especifica a Polícia Civil de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Estado de Santa Catarina, através de seu órgão da Polícia Civil, do bem móvel constante da tabela abaixo, adquirido com recursos próprios à Polícia Civil na conta do convênio de trânsito, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.202/09:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$	AQUISIÇÃO	Nº DO PATRIMÔNIO
01	01	Veículo – Marca: Chevrolet; Modelo: Cruze Lt NB; Chassi: 9BGPB-69M0CB344008; Ano: 2012/2012; Placa: MKN-5917	R\$ 65.000,00	Pregão Presencial 112/2012	24661

Art. 2º A doação será formalizada mediante termo no qual deverá constar o encargo de o donatário utilizar o bem doado no órgão da Polícia Civil sediado no Município de Videira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.824/12

LEI Nº 2.824/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas, relativas ao ressarcimento de danos decorrentes de um acidente causado por maquinário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 18 de outubro do corrente ano, no veículo VW/Fox 1.0, placas MGO4376, de posse de José Coito, inscrito no CPF sob o nº 601.280.469-53, portador do RG nº 2.110.217, residente e domiciliado na Rua Brasil Viana, 139, Bairro Floresta, na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 12928/2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.825/12

LEI Nº 2.825/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Homologa o Convênio Estado/Município nº 09831/2012-0, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado o Convênio Estado/Município nº 09831/2012-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Videira, para a difusão do Programa de Educação Fiscal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.826/12

LEI Nº 2.826/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.057 - Manutenção da Banda Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 9.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.827/12

LEI Nº 2.827/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 497.853,19 (quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 141.563,91
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 Aplicações Diretas 356.289,28

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 497.853,19

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.031 - Merenda Escolar - PNAE
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas
37.024,60
124.725,30
07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.036 - Merenda Escolar - Creches PNAC
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas
104.539,31
231.563,98
TOTAL DAS ANULAÇÕES 497.853,19

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.828/12

LEI Nº 2.828/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.033 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 910.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 130.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0 Aplicações Diretas 130.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0011.0 Aplicações Diretas 30.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 650.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.000.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.829/12

LEI Nº 2.829/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 1.300.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 200.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.830/12

LEI Nº 2.830/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional no valor de R\$ 33.173,90 (trinta e três mil, cento e setenta e três reais e noventa centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.073 - Assistência Comunitária
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 28.109,45
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas 5.064,45

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 33.173,90

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.073 - Assistência Comunitária
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 28.109,45
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas 5.064,45

TOTAL DA ANULAÇÃO 33.173,90

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.831/12

LEI Nº 2.831/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bens pertencentes ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito das dependências do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, localizada na Rua Fulgêncio Furlin, Bairro Dois Pinheiros, de propriedade do Município, a fim de serem utilizadas pela Polícia Militar de Santa Catarina, para realização do evento de formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, a ser realizado na data de 06 de dezembro do corrente ano, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS
AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.831/12

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wilmar Carelli; e do outro lado, a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DÉCIMO QUINTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, órgão público do Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Comandante da Polícia Militar de Videira, Capitão Alex Sandro Zeferino, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº2.831/12, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, localizada na Rua Fulgêncio Furlin, Bairro Dois Pinheiros, com a finalidade de realização do evento de formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), a ocorrer no dia 06 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.
II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 06 de dezembro de 2012.
III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:
a. Serviço de segurança no local do evento;
b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

- c. Fica vedada a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público, devendo devolvê-los nas mesmas condições em que receberam, respondendo ainda, por eventuais danos causados aos mesmos;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

O Município de Videira responsabilizar-se-á pela liberação e agendamento do local, especificado na cláusula primeira.

A Município fica isento de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 06 de dezembro de 2012, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2012.
WILMAR CARELLI ALEX SANDRO ZEFERINO
Prefeito Municipal Comandante da Polícia Militar de Videira

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
RG: RG:

Portaria Nº 1633/12

PORTARIA nº 1633/12

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 003/12, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 10h (dez) para 30h (trinta) horas semanais a carga horária da servidora efetiva DÉBORA MARIA GOULART BUDÓ LORENZZONI, Professora, de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a

partir de 14 de fevereiro de 2013.

Videira, 04 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1634/12

PORTARIA nº 1634/12

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 003/12, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 20h (vinte) para 30h (trinta) horas semanais a carga horária da servidora efetiva JANETE FÁTIMA DE SOUZA GEMELLI, Professora, de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2013.

Videira, 04 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1635/12

PORTARIA nº 1635/12

Altera Temporariamente a Carga Horária de Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 225 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos, e a vista do resultado do Edital 003/12, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Aumentar temporariamente, de 20h (vinte) para 40h (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor efetivo GERALDO LICKS, Professor, de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2013.

Videira, 04 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1636/12

PORTARIA nº 1636/12

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 14821/2012,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no dia 09 de dezembro de 2012, das 14:00h às 16:00h, para realizar de um culto ao ar livre alusivo ao dia da Bíblia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Julgamento Recurso Habilitação TP 40-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DOS RECURSOS DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa Instituto O Barriga Verde no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração, organização e execução de processo seletivo para cadastro de reserva da Prefeitura Municipal de Videira, no âmbito da Secretaria de Educação, o qual foi conhecido e no mérito, julgado IMPROCEDENTE, sendo o resultado final: INABILITADAS as empresas EPL- Empresa Paranaense de Licitações Ltda - ME e CKM Serviços Ltda EPP por descumprir exigências editalícias e HABILITADAS as empresas Fernando da Silva Teixeira ME, Instituto O Barriga Verde, Alternative Concursos Ltda e Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes Ltda. Torna público ainda que a data para abertura e julgamento dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados será dia 17 de dezembro de 2012 às 14:00 horas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Nº 005/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2012

CONCEDE DIPLOMA LEGISLATIVO DE MÉRITO DESPORTIVO A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI.

O Presidente da Câmara Municipal de Videira - Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É concedido nos termos do inciso I do § 2º do Artigo 46 da Lei Orgânica Municipal e da letra "e" do inciso V do artigo 45 do Regimento Interno desta Casa de Leis e, ainda nos termos do inciso III do artigo 1º da Resolução Legislativa nº 009/2003, o DIPLOMA LEGISLATIVO DE MÉRITO DESPORTIVO A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL DE HANDEBOL VIDEIRENSE - ARCHAVI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012

LEONARDO BOM GUSE

Presidente

O presente Decreto Legislativo foi publicado no mural oficial da Câmara e no Diário Oficial do Município.

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

1ª Secretária

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 218/2012**

P O R T A R I A Nº 218/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR POR FALECIMENTO:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GESI MENEGHELLI

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 117/2006, de 28 de julho de 2006, tomando posse no dia 03 de agosto de 2006, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 05 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
05 DE DEZEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

EGEM

Edital de Convocação Nº 60/2012 _Ago 2013- EGEM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 60/2012 - Assembleia Geral Ordinária

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Senhor ADERBAL MANOEL DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 9, 10, 11 "a", 12, 13, 15 "a", 16 "b" e 16 "f" do Estatuto Social,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho de Administração, os senhores prefeitos membros do Conselho Fiscal e os senhores presidentes das associações de municípios de Santa Catarina ou seus legítimos representantes para a Assembleia Geral Ordinária da EGEM, com a seguinte ordem do dia:

Data: 18 de janeiro de 2013

Horário: 09h

Local: Auditório do Golden Executive Hotel
Rua São Benedito, nº 50 - Serraria - São José/SC
(As margens da BR 101, entre Biguaçu e São José).

Ordem do Dia:

16h - Abertura da Assembleia Geral e apresentação, apreciação e deliberação sobre o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2012 e o Plano de Trabalho da EGEM para 2013;

16h20min - Eleição e posse dos prefeitos que comporão o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da EGEM;

16h30 - Encerramento da Assembleia Geral.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2012.

ADERBAL MANOEL DOS SANTOS

Prefeito de São João Batista

Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 142 - Pegaso - Biguaçu

Extrato de Contrato nº 142/2012

Contrato de Rateio - Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social - Biguaçu

CONTRATANTE: Município de Biguaçu - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

CNPJ: 01.558.155/0001-00

CONTRATO Nº: 001/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 19 de novembro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Acordo de Cooperação Internacional Bim Piave e CIGA

CONSORZIO BIM PIAVE DI BELLUNO

Via Masi Simonetti, 20 - 32100 Belluno - Itália

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Rua Santos Saraiva, 1546 - CEP 88070-101 - Florianópolis - Brasil

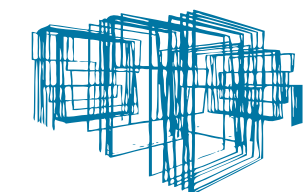
CONSIDERANDO QUE:

- o CONSORZIO DEI COMUNI DEL BACINO IMBRIFERO MONTANO DEL PIAVE APPARTENENTI ALLA PROVINCIA DI BELLUNO (em seguida abreviado, "Consortio BIM Piave"), é um consórcio obrigatório, instituído com Decreto Prefettizio n. 24171/IV de 30.12.1955, no senso da Lei 959 de 1953, com a finalidade legal de desenvolver economicamente e socialmente o território dos 67 municípios consorciados.

- o Consortio BIM Piave foi identificado pela Região do Veneto, na sessão de 23.11.2005 da Consulta das Autonomias Locais, como entidade competente para a criação e o desenvolvimento dos Centros de Serviços Territoriais para o e-Government, de acordo com as orientações dadas pela mesma Região, reconhecidas também como Aliança Local para a Inovação da DigitPA (já CNIPA), Entidade que a nível nacional se ocupa da informatização da Administração Pública.

- o CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, criado em 2007 nos termos estabelecidos pela Lei Federal n 11.107.04.2005, tem como objetivo desenvolver e oferecer serviços informáticos e sistemas de comunicação que beneficiem as Administrações Municipais de 106 municípios do Estado de Santa Catarina.

- o CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal entende promover a modernização tecnológica e a transparência dos governos locais, fornecendo produtos que visem a cobrança de impostos municipais e a regulação do mercado integrado, além de soluções para a gestão da do bem estar e do trabalho. Os



Programa de
Gestão de Obras



programas são conduzidos de maneira integrada com as estratégias da Fecam - Federação Catarinense dos Municípios, que tem 293 municípios associados, e em acordo com as 21 associações dos Municípios de Santa Catarina.

- o Consorzio BIM Piave e o CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (a seguir, no que se segue, por questões de brevidade, conjuntamente "as Partes" evidenciam explicitamente a convergência de interesses e atividades em benefício dos Municípios, dos cidadãos, dos profissionais e das empresas, especialmente em relação à inovação tecnológica e energética.

- O processo de reforma da Administração Pública também é obtido através da aplicação dos princípios de simplificação, racionalização, descentralização administrativa, cooperação e colaboração, que envolvem os diversos níveis de governo.

- Ambas as Partes tem como objetivo a implementação destes princípios, através do desenvolvimento e utilização das tecnologias de informática e comunicação e o desenvolvimento de projetos integrados.

- O avanço tecnológico que envolve todas as administrações públicas na prestação de serviços informáticos aos cidadãos e as empresas podem levar a numerosos benefícios, racionalizando numerosas atividades, facilitando a relação com os cidadãos e as empresas, fornecendo novos instrumentos para garantir serviços inovadores e informação em tempo real para a comunidade.

- A cooperação entre todas as Entidades públicas dentro da Sociedade de Informação se enquadra nos processos de desenvolvimento e fortalecimento do e-Government e da Sociedade de Informação na medida em que permite:

→ concentrar as iniciativas evitando sobreposição e favorecendo a otimização dos sistemas;

→ utilizar as experiências do setor de informática e de redes consolidadas que representam um primeiro nível de soluções transferíveis sobre as quais construir um valor adicional de qualidade;

→ favorecer experiências de partilhar e de reutilizar soluções organizativas e tecnológicas numa visão econômica e de melhoramento

- As Partes têm interesse em desenvolver formas de colaboração organizativa em condições de dar maior impulso e simplicidade ao processo técnico-administrativo de desenvolvimento telemático, informático e informativo do território, além de projetos específicos no setor de energia renovável e de economia energética.

- Em todas as Entidades Locais encontram-se os seguintes fenômenos ligados com as telemáticas da inovação e das otimizações no uso dos recursos:

→ uma crescente exigência de "estar em sintonia com as mudanças atuais", de cumprir as disposições das leis no campo tecnológico, de fornecer informações e serviços explorando todas as modernas tecnologias e os novos canais de comunicação;

→ uma insuficiente disponibilização de recursos econômicos e humanos para cobrir todas as exigências que as Entidades Locais devem enfrentar com a necessidade, também, de otimizar os custos de gestão;

→ a oportunidade de garantir a continuidade e a cooperação aplicada dos serviços informativos de competência das várias Entidades valorizando neste sentido as informações produzidas, necessárias para as ações institucionais dos governos locais;

→ a procura/pesquisa de entes institucionais de referencia a nível territorial, que apoiem as Entidades Locais na fase de projeção, gestão e fornecimento de serviços de conteúdo tecnológico, seja ao seu interno bem como à inteira comunidade;

→ a necessidade de partilhar e melhorar um programa conjunto de desenvolvimento sustentável para o benefício de cada município, como parte dos serviços do e-Government também através de uma análise da "procura" dos serviços de natureza informática e tecnológica por parte dos Municípios evitando inúteis e dispendiosas sobreposições;

TUDO ISSO DITO E CONSIDERADO

Entre o

CONSORZIO DEI COMUNI DEL BACINO IMBRIFERO MONTANO

DEL PIAVE APPARTENENTI ALLA PROVINCIA DI BELLUNO, C.F. 80000330250 legalmente representado pelo seu Presidente, Dott. Ing. Giovanni PICCOLI, nascido em Belluno (BL) em 05.08.1958, domiciliado por razões impostas pela sua posição na sede do Consorzio in Belluno, Via Masi Simonetti n. 20

e o

CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ. 09.427.503/0001-12, legalmente representado pelo seu Presidente, Prefeito do Município de Garuva João Romão, CPF 193.973.999-34 nascido em Garuva (SC) em 03.09.1950, domiciliado por razões impostas pela sua posição na sede do Consorzio CIGA, Rua Santos Saraiva, 1.546

ACORDA-SE E ESTIPULA-SE QUANTO SEGUE

- Artigo 1 -

Objeto da presente Convenção é a definição da modalidade de colaboração entre o Consorzio BIM Piave e o CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal nos seguintes temas:

1. Sistemas Informativos Territoriais;

2. Inovações Tecnológicas;

3. Energias renováveis;

4. Economia Energética.

- Artigo 2 -

Os objetivos da presente convenção referem-se em particular:

1) No setor de Sistemas Informativos Territoriais Municipais:

- o desenvolvimento do modelo já começado com o Sistema Informativo Territorial do Consorzio BIM Piave, aberto às Entidades que manifestem a necessidade, em sintonia com os objetivos fixados da Lei Regional n. 11/2004 e em particular do art. 10, com o Código da Administração Digital e com o desenvolvimento dos serviços on-line aos cidadãos que a utilizam;

- o compartilhamento de novas plataformas e de atualizações estruturadas dos dados;

2) No setor de inovação tecnológica:

- o desenvolvimento de projetos e serviços on-line para benefício dos cidadãos, quais por exemplo:

- gestão informatizada da merenda escolar;

- gestão informatizada dos serviços dos cemitérios municipais com acesso on-line para o cidadão e as empresas do setor;

- plataforma para a sinalização da ineficiência municipal;

- Jornal Eletrônico Oficial para atos Municipais;

- gestão eletrônica dos processos legislativos municipais;

- sistemas de controle do patrimônio municipal;

- gestão eletrônica assistência social;

- outros serviços inovadores;

3) No setor de energias renováveis:

- o compartilhamento das experiências já ativadas e em funcionamento no setor;

- o desenvolvimento de aplicações no âmbito de painéis solares e energia renovável;

- o desenvolvimento de aplicações para a utilização da biomassa de lenha e outros combustíveis não hidrocarbonantes;

- outras aplicações no campo das energias renováveis ligadas à recuperação de energia d'água, vento, geotérmica, etc.;

- a avaliação de um serviço de formação e de informação através da interface web ou de um front - office;

4) No setor de economia energética:

- o compartilhamento de experiências já ativas e em funcionamento no setor;

- o desenvolvimento de plataformas inovativas de gestão dos sistemas de iluminação pública e dos sistemas de aquecimento;

- o desenvolvimento de modelos homogêneos de práticas e de comportamentos de economia energética a serem desenvolvidos nos territórios interessados;

E em geral:

- a pré-disposição dos sistemas de acesso padronizados e compatíveis com as tecnologias de transmissão disponíveis;

- atividade de formação, informação e a divulgação das atividades em questão;

- o desenvolvimento das redes integradas de conectividade na coordenação dos projetos em curso.

- Artigo 3 -

As atividades específicas, abrangidas pelo âmbito referido nos precedentes artigos 1 e 2, referem-se às atividades destinadas:

- ao desenvolvimento dos serviços e sistemas informativos, através de um processo de coordenação e de apoio específico. Tais atividades devem:

- salvaguardar os investimentos feitos individualmente pela Partes;
- propor uma geral redução dos custos com uma economia de escala;
- permitir a padronização dos métodos de realização dos sistemas e de arquiteturas favorecendo a reutilização de planeamento, das soluções e das metodologias de trabalho, garantindo uma maior eficiência e eficácia dos serviços aos cidadãos e as empresas;
- ao desenvolvimento dos serviços inovadores em sintonia com o conteúdo do novo Código da Administração Digital e dos regulamentos Regionais e Nacionais.

- Artigo 4 -

Para fins de atualizações da presente convenção, as Partes se empenham a fim de que as respectivas estruturas organizativas e instrumentais competentes, também na forma conjunta com as estruturas competentes para a específica área temática, mantenham uma relação contínua com o objetivo de:

- o compartilhamento de iniciativas e de projetos comuns a serem realizados no âmbito do desenvolvimento da Sociedade de Informação e de e-Government;
- disponibilizar para (a) outras administrações públicas aquilo que foi realizado em conjunto, na lógica da reutilização;
- promover projetos relevantes e inovadores e em qualquer caso inerentes às atividades que se referem os precedentes art. 2 e 3, para solicitar e fazer uso dos recursos financeiros municipais, nacionais e regionais específicos.

- Artigo 5 -

As Partes concordam em celebrar Acordos complementares à presente Convenção para definir os detalhes de atividades específicas que desejem realizar conjuntamente.

Tais Acordos complementares definirão o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre as Partes, dentro das diretrizes gerais previstas no presente ato.

Os Artigos complementares deverão evidenciar:

- os objetivos a serem alcançados com os conteúdos da presente convenção;
- as atividades a serem desenvolvidas e as relativas reparações;
- os vínculos administrativos, organizativos e técnicos;
- os custos das atividades previstas nos Acordos integrativos dos mesmos.

- Artigo 6 -

A presente convenção não comporta obrigações econômicas diretas. As obrigações decorrentes das atividades e dos projetos conjuntos serão objetos de Acordos complementares referidos no artigo 5.

- Artigo 7 -

A duração da presente Convenção é estabelecida em 5 anos a partir da data da sua assinatura.

As Partes, de comum acordo, poderão, em qualquer momento da execução do presente, acrescentar ou modificar o que considerarem necessário para o alcance dos fins comuns.

Tais mudanças deverão resultar de um acordo escrito e constituirão parte integral da presente convenção, com efeito, a partir do momento da sua aceitação pelas partes.

- Artigo 8 -

As partes se empenham a procurar uma solução amigável para resolver as controvérsias que possam surgir quanto à interpretação e aplicação da presente convenção, em conformidade com o dever geral de boa-fé.

Se não for possível chegar a uma solução amigável para eventuais controvérsias, a definição das mesmas será remetida para as Autoridades Judiciais Italianas e, a tal propósito, as Partes

designam a partir de agora o Fórum de Belluno.

Belluno, 05 de junho de 2012.

Lido, confirmado e assinado.

Consorzio BIM Piave di Belluno

O Presidente

GIOVANNI PICCOLI

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

O Presidente

JOÃO ROMÃO

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br